

TERCIO PEREIRA DI GIANNI

**NEGOCIAÇÃO E CONVÍVIO CULTURAL:
Museu Histórico da sentinela paulista, 1957–1972**

**Franca
2008**

TERCIO PEREIRA DI GIANNI

NEGOCIAÇÃO E CONVÍVIO CULTURAL:

Museu Histórico da sentinela paulista, 1957–1972

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Faculdade de História, Direito e Serviço Social, *Campus* de Franca da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como requisito para obtenção do título de Doutor em História. Área de concentração: História e Cultura Social.

Orientadora: Prof.^a D.r^a Ida Lewkowicz

Co-orientadora: Prof.^a D.r^a Maria Cristina Oliveira Bruno

Franca

2008

Di Gianni, Tercio Pereira

Negociação e convívio cultural :
Museu Histórico da sentinela paulista, 1957–1972 / Tercio
Pereira Di Gianni. –Franca :
UNESP, 2008

Tese – Doutorado – História – Faculdade de História,
Direito e Serviço Social – UNESP.

1. Museu Histórico – História – Franca (SP). 2. Museologia
paulista. 3. Patrimônio histórico.

CDD – 981.552Fr

TERCIO PEREIRA DI GIANNI

**NEGOCIAÇÃO E CONVÍVIO CULTURAL:
Museu Histórico da sentinela paulista, 1957–1972**

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Faculdade de História, Direito e Serviço Social, *Campus* de Franca da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como requisito para obtenção do título de Doutor em História. Área de concentração: História e Cultura Social.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____
Prof.^a D.^{ra} Ida Lewkowicz

1º Argüidor (a): _____

2º Argüidor (a): _____

3º Argüidor (a): _____

4º Argüidor (a): _____

Franca/SP, _____ de _____ de 2008.

**Aos meus pais Victalina e Giovanni
e a meus irmãos Ângela, Ana Lúcia e Luiggi.**

AGRADECIMENTOS

Com imensa satisfação quero reconhecer de público alguns dos incontáveis auxílios que recebi no decorrer dessa pesquisa. Se as contribuições que recebi foram inúmeras, todas as falhas devem-se exclusivamente às minhas limitações.

A escolha do tema devo à sugestão da amiga e orientadora Ida Lewkowicz, quando trabalhávamos pela infra-estrutura do arquivo do Museu Histórico Municipal “José Chiachiri”, entre 2001 e 2002.

Nessa mesma época tive o privilégio de conhecer Cristina Bruno, por meio de uma palestra promovida pelo Programa de Pós Graduação em História do *Campus* de Franca da UNESP. Foi quando tive oportunidade de tomar conhecimento inicial da disciplina museológica, que pude estudar mais apropriadamente como aluno especial junto ao Programa de Pós Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, após ser aceito como seu co-orientando.

Agradeço também aos professores da Faculdade de História, Direito e Serviço Social que fizeram sugestões, comentários e apontamentos à pesquisa em andamento, especialmente Jean Marcel França, Ivan Manoel e Maria Aparecida Lopes, que também me orientou no estágio de docência realizado no Centro de Documentação e Apoio a Pesquisa Histórica (CEDAPH).

Às coordenadoras do CEDAPH, Tânia Garcia e Denise Moura, sucessivamente, devo a especial atenção em permitir o uso de equipamento para digitalização de fontes, bem como o apoio para realizar reprografia digital de coleções ainda em andamento, como a do *Comércio da Franca*, bem como das séries dos arquivos paroquiais sob custódia da Diocese de Franca, mediante convênio que veio a ser firmado no corrente ano.

Aos estagiários do CEDAPH devo a colaboração para a realização de eventos e por compartilharmos recursos materiais; agradeço a todos eles com a referência aos estagiários seniores Sônia e Walter Lelis, com quem troquei diversas informações sobre personagens locais comuns às nossas pesquisas.

Nos funcionários da Biblioteca e da Seção de Pós Graduação, deposito meu reconhecimento pelo apoio recebido de todos os servidores do *Campus*.

Agradeço, na pessoa da atual diretora do Museu Histórico Municipal “José Chiachiri”, Maria Margarida Borges Pansani, o atendimento e atenção dos funcionários públicos da Prefeitura Municipal de Franca, bem como o convite à participação em eventos promovidos pela Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo.

As correções e sugestões apontadas por Marcelo Araújo, Márcia Naxara e Cristina Bruno no Exame Geral de Qualificação, especialmente as indicações bibliográficas que foram de inestimável valor, auxiliaram-me na revisão da estrutura de redação e nas escolhas quanto aos conceitos básicos e vetores de pesquisa adotados.

Pela aquisição dos livros editados no exterior e importados pela Coordenação do Programa, agradeço a sensibilidade de Márcia Naxara.

Finalmente, cumpre-me agradecer os 36 meses de bolsa de estudos da Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de Ensino Superior (CAPES) – Demanda Social, sem os quais eu certamente não teria condições de empreender este trabalho.

Di Gianni, Tercio Pereira. **Negociação e convívio cultural**: Museu Histórico da sentinela paulista, 1957–1972. Franca: UNESP, 2008.

RESUMO

Estudo do engajamento de parte da população local na formação do acervo e no processo de institucionalização e consolidação do Museu Histórico do Município de Franca, mediado por José Chiachiri entre 1957 e 1972, com recuo ao período de 1937 a 1940, quando lugares de memória e monumentos históricos foram valorizados sob impacto da visita de caravana da *Bandeira*. Identifica escolhas entre representações sociais da história local, como critério para avaliar sentido, significado e vestígios de unidade entre semióforos exibidos ao público, denominados de núcleos vetoriais de sentido. Releva procedimentos museais de preservação, investigação e extroversão do acervo recebido evergeticamente. EXPLICITA alianças sociais, políticas, étnicas, institucionais e outras solidariedades e conflitos, conforme testemunhos da época, condição *sine qua non* para compreensão do espetáculo legado. O *corpus* documental privilegia as revistas *Sertaneja* e *Vilafranca*, dirigidas por José Chiachiri, para reconstituir o espetáculo colocado em cena e em valor no Museu por meio de seu discurso expográfico. Indica, por fim, possibilidades de atualização museológica desse patrimônio herdado.

Palavras-chave: museu histórico, patrimônio histórico, museologia paulista, evergetismo, história local.

Di Gianni, Tercio Pereira. **Negotiation and cultural living**: Historic Museum of the São Paulo State sentinel, 1957–1972. Franca: UNESP, 2008.

ABSTRACT

Study of the engagement of part of the local population in the patrimony formation and in the process of institutionalization and consolidation of the Municipal Historical Museum of Franca, mediated by José Chiachiri, between 1957 and 1972, moving backwards to the period of 1937 to 1940; when places of memory and historical monuments were valued under the impact of the *Bandeira* Expedition Caravan visit. This study identifies choices between social representations of the local history, as a criterion to evaluate sense, meaning and traces of unity between semiopheres exhibited to the public, called vectorial nucleus of meaning. It demonstrates museal procedures of preservation, investigation and extroversion of the patrimony received evergetically. It makes EXPLICIT social alliances, political, ethnical, institutional and others solidarities and conflicts, in conformity with testimonies from the period, *sine qua non* condition to comprehend the passed on spectacle. The documental corpus grants privilege to the *Sertaneja* and *Vilafranca* magazines, managed by José Chiachiri, in order to reconstruct the spectacle on the scene in the Museum by his exposed speech. In conclusion, it indicates possibilities of museum actualizations of inherited patrimony.

Key-words: historical museum, historical patrimony, Museology of the São Paulo State, evergetism, local history.

DI GIANNI, Tercio Pereira. **Negociación y convivencia cultural**: Museo histórico de la centinela paulista, 1957 – 1972. Franca: UNESP, 2008.

RESUMEN

Estudio del desarrollo de parte de la población local en la formación del acervo y en el proceso de institucionalización y consolidación del Museo Histórico del Municipio de Franca, mediado por José Chiachiri entre 1957 y 1972, con reculo al período de 1937 a 1940, cuando lugares de memoria y monumentos históricos fueron valorados bajo el impacto de la visita de caravana de la *Bandera*. Identifica elecciones entre representaciones sociales de la historia local, como criterio para evaluar sentido, significado y vestigios de unidad entre semióforos exhibidos al público, llamados de núcleos vectoriales de sentido. Releva procedimientos museales de preservación, investigación y extroversión del acervo recibido evergéticamente. EXPLICITA alianzas sociales, políticas, étnicas, institucionales y otras solidaridades y conflictos, según testimonios de la época, condición *sine qua non* para comprensión del espectáculo legado. El corpus documental privilegia las revistas *Sertaneja* y *Vilafranca*, comandadas por José Chiachiri, para reconstituir el espectáculo puesto en escena y en valor en el Museo por medio de su discurso expográfico. Indica, por fin, posibilidades de actualización museológica de ese patrimonio heredado.

Palabras-llave: museo histórico, patrimonio histórico, museología paulista, evergetismo, historia local.

LISTA DE FOTOS

Foto 1	Estalagem.	14
Foto 2	Marco do Centenário da Vila Franca do Imperador.	26
Foto 3	Avião da Viação Aérea de São Paulo (VASP).	29
Foto 4	Monumento aos voluntários francanos de 1932.	43
Foto 5	Mausoléu do Soldado Constitucionalista no Cemitério da Saudade.	44
Foto 6	Silvestre e sua mulher d. Joaquina.	45
Foto 7	Árvore da Saudade.	49
Foto 8	Astolfo de Oliveira Filho.	52
Foto 9	Maurício Sobolh e José Chiachiri.	54
Foto 10	Associação dos Empregados no Comércio de Franca (A.E.C.).	56
Foto 11	Quermesse da A.E.C., 1909.	57
Foto 12	Capa da revista <i>Sertaneja</i> de 1940.	67
Foto 13	Seção da Cozinha no Museu Histórico do Município.	84
Foto 14	Sede Provisória do Museu Histórico do Município.	86
Foto 15	Sala de Peças Antigas com objetos do médico Jonas Deocleciano Ribeiro.	93
Foto 16	Roda de fiar.	94
Foto 17	Sala de móveis antigos.	95
Foto 18	Uniforme da Guarda Nacional.	96
Foto 19	Sala de objetos diversos, peças de valor histórico e folclórico.	98
Foto 20	Usina Hidrelétrica de Peixoto.	99
Foto 21	Rodas, eixos, trilhos e breques do antigo bondinho de tração animal.	102
Foto 22	Instalação da sede do Clube da Saudade no Museu Histórico do Município.	110
Foto 23	Lançamento de <i>long-play</i> de valsas francanas.	115
Foto 24	Horário de abertura do Museu Histórico da Franca à visita pública.	122

LISTA DE XILOGRAVURAS

Xilogravura 1	Frei Germano de Annecy e o Relógio do Sol	62
Xilogravura 2	Elias Naciff: _“Cadê o Museu?”	83
Xilogravura 3	Desenho de carro de bois pelo artista “Tio Quincas”	147

LISTA DE TEXTOS REPROGRAFADOS DIGITALMENTE

Texto 1	Página editorial da revista <i>Vilafranca</i> .	106
Texto 2	Palestra de José Chiachiri no <i>Rotary</i> Clube de Franca	144

LISTA DE CROQUIS

Croqui 1	Belo Sertão da Estrada de Goiás desenhado por Hipólito Antônio Pinheiro, 1805.	153
----------	--	-----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 EXPECTATIVA E ESPECTATIVA SERTANEJAS	26
<i>2.1 Aos olhos maravilhados do forasteiro espetáculos estonteadores</i>	29
<i>2.2 Árvore da saudade: memória dos sertanejos</i>	49
3 CRIADO O MUSEU HISTÓRICO DE FRANCA: 1957–1964	67
<i>3.1 Cenário: um ângulo feliz da cidade de Franca</i>	70
3.1.1 A sede do Museu	77
<i>3.2 Sob comoção geral</i>	86
4 CLUBE DA SAUDADE DA FRANCA: 1965–1972	106
<i>4.1 Objeto de exportação</i>	109
4.1.1 Recepção do espetáculo	121
<i>4.2 A vida de uma terra em todos os seus tempos</i>	130
5 BASTIDORES	144
<i>5.1 Entre representações, narrativas e memórias</i>	147
5.1.1 Amnésia e escavação em museu	156
<i>5.2 Museologia e museografia paulistas</i>	167
6 PROPOSIÇÕES FINAIS: O ESPETÁCULO DEVE CONTINUAR	185
FONTES	196
BIBLIOGRAFIA	202

1 INTRODUÇÃO



FOTO 1 – Estalagem.

Fonte: *Sertaneja*, segunda fase, ano 1, número 2, setembro de 1957.

O Museu Histórico de Franca resultou do convívio cultural da comunidade local, do engajamento de habitantes do Município de Franca na identificação, coleta, salvaguarda, preservação e exibição de vestígios da memória, fragmentos de fatos, personagens e famílias, de tal forma e modo que servissem para atualizar valores e para alicerçar projetos para o futuro. Sob impulsos de renovação identitária paulista e francana, em meio às celebrações festivas de meados da década de 1950, foi incorporado à estrutura do poder público em 4 de setembro de 1957 e aberto à visitação a 9 de março de 1959. Esse processo com suas marchas e contramarchas, estendeu-se até 1972 quando faleceu o jornalista

José Chiachiri, responsável pelas campanhas e mobilização da população por meio da imprensa e primeiro diretor do Museu.

Neste estudo sobre a criação do Museu Histórico do Município e a formação de seu acervo, pretendo investigar a participação da comunidade local em sua constituição, por meio da doação de peças que compõem seu acervo, pela colaboração nas pesquisas sobre a história francana, ou ainda por diversos canais de comunicação e convívio cultural¹. Esses três vetores estão articulados pela perspectiva da abertura a diversas representações sociais², como forma de avaliar um movimento coletivo de valorização e interpretação de vestígios materiais da memória, enfatizando a mediação do jornalista José Chiachiri, patrono do Museu³. Trata-se de compreender como se deu tal movimento e quais foram os significados então atribuídos aos objetos colecionados e à instituição museal. Agrupando os eventos em períodos dispostos em ordem cronológica, a análise segue *pari passu* diferentes procedimentos realizados, de forma a obter um quadro do espetáculo que se constituiu da relação entre homem e objeto colocado em cena na instituição⁴. Daí

¹ Rússio, Waldisa. *Museu: um aspecto das organizações culturais num país em desenvolvimento*. 1977. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. São Paulo, 1977. A autora defende que “todos os museus existentes destinam-se a proceder ao registro do *mundo* que vive e circunda o homem, do cenário em que ele se desloca, da natureza sobre a qual ele age; ou, então, destinam-se ao registro do trabalho do homem, do artefato de suas mãos, do resultado de sua inteligência e técnica. Todo museu é do ‘mundo do homem’ ou ‘do homem’; sendo ‘fundamental esta idéia porque nos dá o conteúdo humanístico e a noção da grandeza implícita na tarefa do Museu”. p. 133, nota 28.

² Cachón Rodriguez, Lorenzo. Representação coletiva. In: *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986. p. 1.064–1.065. Quanto aos limites da análise funcionalista, pela tendência a “se assumir a cultura local como um todo coerente, homogêneo e sistemático” (p. 155), contrapõe-se a “perspectiva reversa” da micro-história, pela busca da “multiplicidade das representações sociais” (p.149), atenta a “significados múltiplos socialmente fragmentados” (p. 155), cf. Levi, Giovanni. Sobre a micro-história. In: Burke, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Edunesp, 1992. p.133–161. Levi, Giovanni. Os perigos do geertismo. *História Social*, Campinas, n.6, p. 137–148, 1999.

³ Segundo o conceito de negociação cultural ou do papel de mediador do museu proposto por Huyssen, Andréas. Escapando da amnésia: o museu como cultura de massa. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n.23, p.35 – 57, 1994. p. 54.

⁴ Sobre o fato museal, o “diálogo [entre] o Homem e o Objeto” colocados em cena, no museu, ver Rússio, Waldisa. Op. cit., p. 25.

A retomada desse referencial teórico encontra-se atualizada por Cristina Bruno, ao situar como objeto de estudo da museologia, articulando experimentação, análise e sistematização, “em função dos processos de musealização das referências patrimoniais que têm sido preservadas e tem potencialidade de transformá-las em heranças culturais. Por sua vez, estes processos estão voltados, especialmente para a relação entre *Homem* (público/sociedade) e o *Objeto* (coleção/patrimônio) em um *Cenário* (museu/território)”. Bruno, Maria Cristina Oliveira. *Museus e museologia: princípios, problemas e métodos*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, 1997. (Cadernos de Sociomuseologia, 10). p. 14.

a idéia original de se remontar o espetáculo, sob o olhar do fato museal e do convívio cultural pressupostos da negociação cultural, investigada por meio da avaliação da abertura do Museu Histórico local, quanto à incorporação de representações, narrativas e memórias divergentes, à sua missão e prática museais.

O Conselho Internacional de Museus (ICOM)⁵ define museu no artigo 2º de seus estatutos:

Museu é uma instituição permanente sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, investiga, difunde e expõe os testemunhos materiais do homem e seu entorno para a educação e deleite do público que o visita.

Um museu histórico constitui-se como um lugar da memória⁶. Compreende-se como o cenário privilegiado onde ocorre o fato museal, a relação entre o homem e o objeto intencionalmente exposto ao público, com objetivo educacional para complementar a educação formal ou como meio de promoção da educação permanente, enquanto deleite, fruição humana diante do objeto. Dessa conceituação decorrem ainda os vetores que são adotados nesse trabalho — investigação/pesquisa, preservação/salvaguarda e extroversão/comunicação — escolhidos exatamente por se constituírem o tripé básico de uma instituição museal⁷.

Além da análise orientada pelos conceitos acima explicitados, esse trabalho tem como ambição avaliar o Museu Histórico de Franca, desde o momento de sua criação (1957) até o falecimento de seu principal mediador, o jornalista José Chiachiri, entusiasta dos estudos históricos, atualmente homenageado como patrono

⁵ Conselho Internacional de Museus, constituído em 1946 como organização não governamental de museus e profissionais de museus com o objetivo de conservar, preservar e divulgar o patrimônio mundial para a sociedade. O ICOM mantém relações formais com a UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura) e executa parte de seu programa para museus.

⁶ Nora, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. *Projeto História*, São Paulo, v. 10, p. 07–28, 1993. Define o autor: “São lugares [de memória], com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é um lugar de memória se a imaginação o investe de aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança. Os três aspectos coexistem sempre. Trata-se de um lugar tão abstrato quanto a noção de geração? É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vividos por um pequeno número uma maioria que deles não participou”. p. 21–22.

⁷ Bruno, Maria Cristina Oliveira. Op. cit.

da instituição. Para identificar e aferir valores e significados que serviram ao processo de institucionalização valho-me do conceito de negociação cultural, que implica no julgamento das atividades de um museu necessárias para

determinar até que ponto ele ajuda a superar, no espaço e no tempo, a ideologia insidiosa da superioridade de uma cultura sobre todas as outras. Até que ponto e de que maneira ele se abre para outras representações e como ele será capaz de lidar com os problemas de representação, narrativa e memória nas suas exposições e no seu projeto⁸.

Insiro a escolha de tal perspectiva como decorrência dos paradigmas atualmente correntes na comunidade acadêmica, em que a subjetividade do pesquisador entra em alta consideração. Reforço como minha a adesão a tal princípio ou postulado de estudo, que se poderia designar “paradigma das subjetividades”, como o sintetiza Denise Hamu de la Penha, entre muitos outros autores:

No mundo contemporâneo da política cultural, o relativismo cultural e o humanismo progressivo da Antropologia estenderam-se à sua conclusão lógica, isto é, que a visão mundial ocidental científica é meramente uma maneira de conhecer e codificar o mundo, não a mais valiosa ou precisa, não menos ideológica ou impregnada de viés cultural, que qualquer outra. Da Física à Etnologia, rompeu-se o mito romântico da objetividade científica. Todas as vistas são na verdade simples pontos-de-vista, contingentes, contextuais, agregados de viés, subjetivos⁹.

Julgo ainda necessário destacar os conceitos de coleção e de objeto de museu, tal como refinados por Pomian, que servem como apoio à compreensão do significado que terão no decorrer das análises dessa pesquisa. As coleções apresentam-se como:

Conjuntos de objetos naturais ou artificiais, mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das atividades econômicas, submetidos a uma proteção especial e expostos ao olhar¹⁰.

Trata-se aqui do objeto enquanto semióforo, isto é, elemento da cultura material, retirado do circuito do consumo onde circula como objeto útil, transformado

⁸ Huyssen, Andréas. Op. cit., p. 54.

⁹ Hamú de la Penha, Denise. O papel dos museus antropológicos no Brasil. *Estudos de Museologia*. Rio de Janeiro: Minc/IPHAN, 1994. p. 29–40. (Cadernos de Ensaio, 2). p. 35.

¹⁰ Pomian, Krzysztof. Coleção. In: *Memória – História*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1984. (*Enciclopédia Einaudi*, 1). p. 53, 54 e 55.

em objeto sem utilidade, representação da sociedade sobre si mesma, dotado de significado quando colocado em cena, representante do invisível, do imaterial. Assim o valor do objeto musealizado passa a residir no fato de integrar unidade e sentido de uma coleção, reunida por particulares ou pela investigação de especialistas de museus, conservada e aberta ao público. Completa o autor:

De um lado estão *as coisas, os objetos úteis* [...] consomem-se. De um outro lado estão os *semióforos, objetos que não têm utilidade*, no sentido que acaba de ser precisado, mas que representam o invisível, são dotados de um significado; não sendo manipulados, mas expostos ao olhar, não sofrem usura¹¹.

A respeito de museus públicos, enquanto instituições de pesquisa, proteção e exibição dos semióforos Krzysztof Pomian, em estudo posterior, indica quatro modelos de formação de museus públicos: “tradicionais”, instituições que, exercendo suas funções costumeiras, dão origem a uma coleção acessível ao público; “revolucionários”, criados por decretos e recolhimento pelo Estado de objetos expropriados, com proveniência de ex-proprietários muito diversificados, sediados em construções desapropriadas e adaptadas sem qualquer vínculo com o acervo que se torna acessível à visita pública; “evergéticos”, com doação individual ou coletiva de coleções, geralmente após a morte do colecionador, afim de serem expostas ao público; e “comerciais”, aqueles formados por instituição que adquire coleções inteiras ou forma seu acervo por meio de financiamento de escavações arqueológicas¹². Na bibliografia especializada encontra-se ainda outra experiência — de rede museal — conforme observada na Província de Buenos Aires, Argentina, na década de 1950: “museu de pai único”, qual seja aquele distante dos grandes centros urbanos, resultante de doação de coleção de uma só pessoa, cuja visão lhes atribuiu unidade e sentido e que por vezes continuou controlando-a após a transferência ao poder público¹³.

¹¹ Ibid., p. 71.

¹² Pomian, Krzysztof. *Collectionneurs, amateurs et curieux: Paris, Venise, XVI – XVIII siècle*. Londres: Gallimard, 1987. p. 296–303. O autor esclarece que o termo evergético e seus derivados evergeta, evergetismo, foram obtidos “forjando o adjetivo a partir de um termo antigo que designa o benfeitor da cidade” (p. 300). Pomian alerta ainda sobre o caráter dinâmico dos museus e que os modelos sugeridos apresentam nuances tipológicas ao longo de sua história. Finalmente se destaca que a finalidade dessa tipologia está além de uma classificação da origem de museus públicos ocidentais, situa-se na integração dos museus à história geral, “mais exatamente de uma história às vezes política, cultural, social e econômica” (p. 302).

¹³ Pupio, Maria Alejandra. Coleccionistas de objetos históricos, arqueológicos y de ciencias naturales em museos municipales de la Provincia de Buenos Aires em la década de 1950. *História, Ciências,*

Ao analisar os vestígios do processo de formação do acervo do Museu Histórico de Franca constato a ausência de um único colecionador. Diferentemente do processo predominante na formação de coleções de outros museus públicos, a constituição do Museu francano deu-se por meio da adesão de diversos moradores locais ou de emigrados, que individualmente doaram poucas peças para compor as coleções. Trata-se de uma ação coletiva em prol da constituição de um memorial resultante de convívio cultural, embora se encontre no jornalista José Chiachiri, nomeado funcionário do Museu logo após sua criação, a mediação desse processo de formação de acervo.

Talvez o impulso decisivo desses generosos e abnegados doadores, de seu evergetismo, não fosse somente as grandiosas comemorações das efemérides da década de 1950: o IV Centenário da Cidade de São Paulo, ou o I Centenário da Elevação de Franca à categoria de cidade. Sem desconsiderar o brilho e a intensidade de tais comemorações, bem como seu papel vetorial na instituição do Museu Histórico de Franca como um lugar da memória, minha hipótese principal situa-se na necessidade da população local preservar, atualizar e transmitir valores de seu modo de vida que desaparecia ou sofria rápida transformação.

Destaco a presença entre os personagens que participaram desse processo de institucionalização da memória: daqueles que ressemantizaram os episódios recentes da história local, como, por exemplo, a Revolução de 1932; reinterpretaram o então chamado “patrimônio histórico” local, elevando seus personagens ao protagonismo de heróis; ressignificaram a história por meio de comemorações efeméricas, dos “centenários”; ou simplesmente atuaram como evergetas na doação de pertences e registrando depoimentos que comunicavam sua sensibilidade em relação aos objetos que consideravam representativos da memória — que chegou a ser denominada por um dos personagens como

Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.12 (suplemento), p.205–29, 2005. Diante desse quadro e das especificidades da formação de acervo realizada pelo Museu Histórico de Franca utilizo a metodologia da micro-história, na qual os trabalhos centralizam-se “na busca de uma descrição mais realista do comportamento humano, empregando um modelo de ação e conflito do comportamento humano no mundo que reconhece sua – relativa – liberdade além, mas não fora das limitações dos sistemas normativos prescritivos e opressivos. Assim, toda ação social é vista como o resultado de uma constante negociação, manipulação, escolhas e decisões do indivíduo diante de uma realidade normativa que, embora difusa, não obstante oferece muitas possibilidades de interpretações e liberdades pessoais.” Levi, Giovanni. Op. Cit. Sobre a micro-história. In: Burke, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Edunesp, 1992. p. 135.

“patrimônio histórico”, mantida viva “na imaginação de sua mocidade”, daqueles que se constituíam nos portadores da “tradição oral”, recorrentemente citada pelos estudos de história local realizados na época¹⁴.

O recorte temporal privilegia o período de 1957, quando o Museu Histórico do Município foi criado em Lei, até 1972, ano da morte de José Chiachiri. O período coincide com a permanência do patrono do Museu nos quadros do funcionalismo público municipal, mantendo-se como diretor da instituição — o que, por si só e em larga medida, explica o sucesso, a efetividade ou a própria existência da instituição. Sobre a trajetória de José Chiachiri apóio a exposição da análise desenvolvida, elegendo-o como o principal mediador de diversos movimentos culturais e políticos junto à população francana. Os vetores de conservação, pesquisa e comunicação, aplicados aos semióforos coligidos enquanto lugares de memória, também serviram de apoio para investigar a educação do olhar dos leitores do jornalista José Chiachiri. Daí a justificativa da escolha do estudo da formação do acervo do Museu, uma vez que a coleção resultou dessa interação entre pesquisa, realizada por diversos investigadores em diferentes épocas; comunicação, concentrada na revista dirigida pelo jornalista e que publicava inúmeras visões dos espectadores e sua participação no espetáculo museal; e conservação, a proteção especial de uma instituição permanente, à qual incontáveis evergetas — sem que fossem remunerados ou obtivessem quaisquer vantagens pessoais imediatas aparentes — submeteram pertences, expuseram sua sensibilidade sob a forma de depoimentos e encetaram pesquisas. Tanto quanto possível procuro analisar, paralelamente, a questão do patrimônio histórico, valendo-me da noção de referência patrimonial¹⁵.

¹⁴ Pode-se encontrar a expressão “tradição oral” em Corrêa Júnior, Carmelino. *Os primórdios do povoamento do Sertão do Capim Mimoso*. Monografia datilografada. São Paulo, agosto de 1958. – Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Depoimentos sobre a história local e sobre os objetos musealizados encontram-se nas revistas *Sertaneja / Vila Franca* e em Chiachiri, José. *Vila Franca do Imperador: subsídios pra a história de uma cidade*. 1. ed. “Comemorativa do 143º Aniversário de Fundação da Vila Franca do Imperador”. Franca: O Aviso de Franca, 1967. A constituição de um lugar da memória nesse Museu Municipal associa-se também ao adensamento da população urbana e diminuição relativa dos contingentes rurais, que ocorre simultaneamente à modernização da indústria calçadista local, com o início de exportação para mercados internacionais.

¹⁵ Utilizo, por adaptação, as noções de referência cultural e cidadania cultural, extraídas por oposição ao patrimônio de “pedra e cal” e patrimônio material, como analisadas por Fonseca, Maria Cecília Lourdes. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2 ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – Iphan, 2005. A inspiração de referências à cultura imaterial no modernismo paulista expressa pelo projeto de Mário de Andrade foi analisada pela autora (p. 151). Para uma outra oposição ao patrimônio de “pedra e cal” o patrimônio de pau-a-pique do

O evergetismo da população local, fragmentando a investigação dos objetos que constituíram um acervo de tipologia museal eclética ou heteróclita, levaram-me a denominar de núcleo vetorial de sentido a cada peça ou aos subconjuntos de semióforos conservados, expostos e investigados. A divulgação da pesquisa da história de Franca ocorrera, até a segunda metade do século XX, por meio de publicações periódicas, especialmente por meio de jornais e eventualmente por meio de almanaques. Tal recurso de comunicação tornou o conhecimento histórico local fragmentário, dificultando a transmissão às gerações posteriores de vestígios a respeito de eventos e personagens que em momentos anteriores haviam sido evidenciados à exaustão. Assim, considerando as dificuldades de acesso às informações e em respeito às práticas de escrita da história baseadas na tradição oral, imaginação e patrimônio histórico constantemente redefinido e ressemantizado, abdiqueei da busca de um discurso expográfico coerente e integrado. Optei por acompanhar o lento processo de pesquisa encetado por José Chiachiri e diversos colaboradores, por vezes anônimos, que levaram à localização de objetos coligidos, à construção de seu sentido e significado histórico para a localidade, sua colocação em cena no Museu onde eram intencionalmente agrupados e referenciados pelas narrativas, que, muitas vezes, eram extraídas de periódicos, contemporâneos ou não. Por meio da idéia dos núcleos vetoriais pretendi aproximar o estágio de pesquisa e de comunicação alcançado pelo Museu, à desejável elaboração de um discurso expográfico que os integre — tarefa para um programa museal futuro, a ser elaborado por meio de debate da sociedade local sobre o papel e a missão que a instituição deverá deliberadamente desempenhar¹⁶.

A exposição dos avanços e retrocessos, sucessos, fracassos e conflitos no processo de instituição desse lugar de memória e da formação da coleção do Museu Histórico do Município, seguirá o “regime escópico”¹⁷ das revistas

bandeirante paulista, ver Ricardo, Cassiano. *Marcha para oeste: a influência da “bandeira” na formação social e política do Brasil*. 3. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959. 2 volumes. (1ª ed. 1942). Ver também Bruno, Maria Cristina Oliveira. Op. cit.

¹⁶ Um debate discurso expográfico e “a exposição como vetor de produção de sentido” ver Menezes, Ulpiano Toledo Bezerra de. Debate. O discurso museológico: um desafio pra os museus. *Ciências em Museus*, v. 4, p. 103–127, 1992.

¹⁷ A “análise e conhecimento da cultura visual, do sistema visual, dos padrões de visualidade de uma sociedade (ou, se tiverem credibilidade maior as expressões técnicas, de seu ‘regime escópico’)”. Menezes, Ulpiano Toledo Bezerra de. Prefácio. In: Barbuy, Heloísa. *A exposição universal de 1889*

Sertaneja e *Vilafranca*, dirigidas por José Chiachiri¹⁸. Eventualmente outros periódicos serão citados como fonte de comunicação complementar, mas somente quando referidos explicitamente nas revistas ou em manuscritos do arquivo do Museu Histórico Municipal “José Chiachiri”: livros e ficha de tombo de peças, livros de visitantes e epístolas. Completam o *corpus* documental da pesquisa monografias do Curso de História da Faculdade de Filosofia de Franca, elaboradas em 1967; prontuários funcionais da Prefeitura Municipal de Franca; dossiês de docentes do Centro de Documentação e Apoio a Pesquisa Histórica do Departamento de História do *Campus* de Franca da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”; e arquivo do *Rotary* Clube de Franca¹⁹.

No primeiro capítulo abordo o surgimento da revista *Sertaneja* e “programa de orientação”, tratando de compreender a educação do olhar sobre a cidade, bem como a reinterpretação de episódios da história local. A investigação sobre a origem da revista e de suas relações com outros veículos de comunicação de massa locais, imprensa e radiofonia (PRB5 – Rádio Clube Hertz de Franca), leva ao registro da presença da Caravana da *Bandeira* e da institucionalização de seu núcleo local. Esse movimento, sobre o qual não encontrei referências bibliográficas, parece ter sido originário da perspectiva sertaneja anunciada pela revista, do seu próprio surgimento, além de motivar a edificação de memoriais homenageando os voluntários francanos mortos na Revolução Constitucionalista de 1932. Na segunda parte, sob o impulso da *Bandeira*, destaco a constituição da Associação de Cultura Literária, pelos colaboradores mais diretos e assíduos de *Sertaneja*, inclusive seu

em Paris: visão e representação na sociedade industrial. São Paulo: História Social USP; Loyola, 1999. (Teses, 7). p. 11.

¹⁸ Em todas as transcrições que fiz, escolhi atualizar a grafia das palavras, para melhor compreensão. Abreviaturas somente serão utilizadas quando houver a decifração de seu significado em parte próxima do texto, anterior ou imediatamente posterior. As revistas da coleção do Museu Histórico Municipal “José Chiachiri” foram digitalizadas por mim no Centro de Documentação e Apoio a Pesquisa Histórica (CEDAPH) do *Campus* de Franca da UNESP, onde foi depositada cópia eletrônica em disco compacto. As edições originais prescindiram de paginação, exceto pela edição em que se anunciou a criação do Museu Histórico do Município (ver epígrafe dessa Introdução), portanto não será indicada página em nenhuma das citações.

¹⁹ A digitalização dos documentos foi realizada por mim no Centro de Documentação e Apoio a Pesquisa Histórica (CEDAPH), onde se encontram depositados. Di Gianni, Tercio Pereira. *Arquivo do Rotary Clube de Franca*: digitalização de documentos. Franca: Cedaph, 2006. O arquivo do *Rotary* Clube de Franca foi pesquisado em razão de referência à possível origem da rede de museus do Governo do Estado de São Paulo na mesma época da criação do Museu Histórico do Município, por iniciativa rotária, especialmente do médico Eurico Branco Ribeiro. A abordagem dessa perspectiva será desenvolvida no quarto capítulo.

diretor. Destaco o progressivo surgimento de iniciativas de instituição de lugares de memória, destinados a homenagear os colaboradores da revista. Nesse processo de rememoração de um passado recente, aproximo o olhar para a descoberta e uso de fontes históricas, tal como José Chiachiri procedeu quando exerceu a função de bibliotecário da Associação dos Empregados no Comércio de Franca e, já como secretário da agremiação classista, quando da comemoração de seu trigésimo aniversário. Finalmente discuto a instituição de monumentos ou marcos comemorativos na cidade, enfatizando o sentido memorial que lhe foi atribuído por seus promotores: o Centenário da Vila Franca do Imperador de 28 de novembro de 1924, o IV Centenário da Cidade de São Paulo de 25 de janeiro de 1954, bem como o Centenário da Cidade de Franca de 24 de abril de 1956.

Sertaneja teve suas edições retomadas um mês antes da criação do Museu, mantendo o título e o programa de orientação da primeira fase do periódico. A manutenção do título levou-me a examinar esse primeiro exemplar da segunda fase da revista, de modo a perscrutar e transmitir os vínculos e o olhar adotados pela revista²⁰. A busca de monumento significativo da história local para cenário, condição de implantação de instituição permanente, será destacada, sob a questão da escolha de uma sede para instalação do Museu, explicitando-se as frustrações experimentadas. A abertura à visitação pública a 9 de março, superada pela festa e recepção de semióforo a 28 de março de 1958, comunicada exclusivamente por versos, com diversos convivas participando da pesquisa que atribuiu sentido e significado à peça protegida no cenário museal. Para ver o quadro geral da coleção exposta analisei notícia reproduzida na revista a partir do *Diário do Comércio*, editado pela Associação Comercial de São Paulo, observando o regime escópico e aspectos valorizados do programa museal. Apresento finalmente alguns núcleos vetoriais de sentido, tal como constituídos e comunicados por José Chiachiri, sob o critério da interação com a população local e expressão de sua sensibilidade, encerrando a análise dessa fase inicial de implementação e implantação do Museu, entre 1957 e 1964.

²⁰ *Sertaneja* ganhou o subtítulo de “uma revista ilustrada – de Franca para toda a região”, que não reproduzi nas citações, limitando-se a identificar a “segunda fase” da revista, para diferenciar dos exemplares editados entre 1937 e 1940. O título foi alterado para *Vilafranca*: “o registro na história” a partir de dezembro de 1959, mantendo 1937 como ano de fundação e indicado no cabeçalho da página editorial.

O terceiro capítulo analisa a criação do Clube da Saudade da Franca (1964), reunindo participantes do movimento de institucionalização do Museu, bem como explicitando a ampla participação evergética para sustentar e renovar o espetáculo, especialmente de colaboradores dos meios de comunicação de massa, genericamente denominados de jornalistas²¹. Qualificando e valorizando seu movimento analiso a produção discográfica, a veiculação radiofônica das atividades, intercâmbios com outras cidades, a adesão à agremiação cultural, como expressão refletida de sensibilidade individual ou, quiçá, por contaminação da água da careta. A recepção das atividades museais pela população local também será analisada nesse capítulo, com destaque para as visitas escolares. Nessa fase analiso representações historiográficas percebidas pelo Museu, após a implantação pelo Governo do Estado da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca e pela realização do Simpósio Nacional de História (1965). Sob o impacto da historiografia acadêmica observo a suspensão das edições de *Vilafranca* até 1968, quando volta a circular a revista, após José Chiachiri ter ingressado no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1966) e editado seu livro *Vila Franca do Imperador* (1967).

No último capítulo apresento algo dos bastidores do espetáculo colocado na cena do Museu Histórico do Município. Destaco na análise as condições de trabalho disponibilizadas pelos poderes públicos do Município de Franca e do Estado de São Paulo, as concepções e projetos em debate na museologia e museografia paulista, a intervenção de organizações não governamentais, como *Rotary Club* e Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, bem como das relações interpessoais de personagens pertencentes a essas duas instituições, além da influência do movimento *Bandeira*. A perspectiva da análise pretende enfatizar a recepção desses movimentos pela comunidade local, contrapondo-se às avaliações situadas na capital e realizadas por autoridades executoras das políticas públicas dos órgãos governamentais. Mesmo sob essa perspectiva procuro focar a negociação cultural obtida com ajustes e permeio nos projetos museais estaduais, vis-à-vis o convívio cultural entre os diversos personagens então responsáveis pela política museal.

²¹ Nessa fase *Vilafranca* perde o subtítulo “o registro na história”, ficando claro que passa a ser editada pelos integrantes do Clube da Saudade da Franca, embora José Chiachiri continue redigindo e assinando os editoriais, cognominando-se J. C. ou Zé-da-Vila.

Nas proposições finais, procuro indicar deficiências estruturais e conjunturais encontradas no atual Museu Histórico Municipal “José Chiachiri”, imprescindíveis para conservação, pesquisa e comunicação de seu acervo. Uma breve discussão das atuais políticas públicas municipal, estadual e federal, bem como do efetivo apoio para a atualização do patrimônio legado pela geração evergeta, que confiou nesses mesmos órgãos governamentais ao constituir tal herança. Definição da missão do Museu, do conspecto museal municipal, entre outras afinidades que podem servir de suporte para a discussão do papel que deverá desempenhar em nosso tempo, afinal “o espetáculo tem que continuar”.

2 EXPECTATIVA E ESPECTATIVA SERTANEJAS

O Marco do Centenário da Franca - Vila

O OBELISCO: — O obelisco, mandado levantar, em campanha extraordinária levada a efeito por Sabino Loureiro e depois secundada por Antônio Constantino, Luis de Lima e outros, que se encontra ainda na Praça Barão da Franca, marco histórico da fundação da Franca, quando a Freguesia foi elevada a Vila e se elague e se instalou a primeira Câmara de Vereadores, é testemunho eloquente da história da cidade. Não viu a Franca a atingir a maioridade em sua emancipação político-administrativa, porque foi construído em 1929, mas o local onde foi erguido, em que se presume tenha sido construído o pelóirinho da Vila, foi histórico demais: viu passar a Franca à categoria de cidade, serviu de descanso para os soldados da coluna do Cel. Camisão, da guerra do Paraguai, comandada na ocasião pelo Cel. Drago, foi palco dos melhores acontecimentos da vida da cidade, a antiga praça da Aclamação, hoje Praça Barão da Franca.



Pouco tempo antes de falecer (1926), o prof. Sabino Loureiro, iniciou o grande movimento pró-construção do Marco do Centenário da fundação da Franca-Vila, que, após, recebeu o apoio de todos os francanos, inclusive jornalistas e intelectuais como Luis de Lima e Antônio Constantino.

Publicava, Sabino, então, com aquêlo estilo muito seu, muito próprio e ortografia exclusivamente sua (que não transcrevemos no original para evitar confusões) e com aquêlo pensamento disperso, variado, esquisito, o seguinte apelo:

Afim de não ficar para as "kalengas gregas" o monumento, digo Marco Comemorativo — porque monumento não se faz, seria um pouco de pretensão da minha parte falar em tal, a sério, — vimos e vamos fazer um apelo a todos os francanos e amigos da Franca, residentes no município ou fora, mesmo no estrangeiro. E, como não é possível lembrarmos ou sabermos de todos, — desde o Centenário, estamos trabalhando numa lista, que muito nos tem dado que fazer, quase tanto como o Centenário — pedimos aos amigos da Franca que, independente do nosso trabalho, se dirijam aos amigos, aos conhecidos, daqui e de fora, não esquecendo mesmo os do estrangeiro, para darem uma prova de aprêço à nossa terra, em que eles viveram, ou vivem, a que estão ligados por qualquer laço. Ajudem-nos. Façam por sua parte qualquer cousa, ajudando-nos. Não esperem que façamos tudo. O seu trabalho, independente do nosso, é um reforço, que não dispensamos, que pedimos, insistentemente. Ajudem-nos por sua vez.

Lançada a pedra fundamental, temos que fazer o monumento, digo, o Marco Comemorativo. Porque não fazermos um monumento porque é caro, que é difícil, que é impossível. Não temos tal pretensão louca. Em todo o caso, se quiserem. Não nos opomos.

Mas, queremos o possível, o fácil, o prático — e artístico.

E o possível, o fácil, o prático — e artístico é o Marco do Centenário da Vila, instalada em 1824.

Marco Comemorativo dos marcos primitivos da

Vila Franca do Imperador, antes d'El Rei, fincados soenamente a 9 de Dezembro de 1824, como o último ato, o complemento indispensável da instalação da Vila. Erguido o pelóirinho — que nos não interessa, que é odioso à mentalidade hodierna — a 28 de novembro, faltavam os marcos, que foram erguidos a 9 de dezembro, agora feriado municipal, único feriado municipal da Franca, em 100 anos de Vila e feriado da América, porque no mesmo dia, há 100 anos, se feriu a última batalha, ganha por Sacre, lugar-tenente de Bolívar — em prol da independência americana. E o Brasil considerou também, feriado esse dia, como o Peru, em homenagem a esse país, e a liberdade da América. E, na minha simples história pessoal, sem relevos, sem glória, eu o destaco também, porque a 9 de dezembro de 1900, no coreto da antiga matriz, hoje construída, eu fazia uma conferência cívica, de homenagem a Rio Branco, que ganhava a sua segunda grande vitória diplomática, a do Amapá, a 1.º de dezembro do mesmo ano. Tocava a tradicional Filarmônica Tristão. E eu recebi abraços de amigos, entre os quais Oliveira Martins, e Antônio Nascimento, em discurso à porta da antiga igreja, convidou o povo para me acompanhar. E — ainda uma lembrança — eu vi passarem, então, os mais belos cabelos louros da Franca, que hoje estariam cortados, sem o encanto de outrora. E a 9 de Dezembro de 1608 nasceu Milton, o poeta bíblico, cego e grande, como Homero, que Chatobrian (Chateaubriand), poeta de prosa, rival de Michelé (Michel) e Alencar, traduziu em prosa poética, compreendendo-o melhor.

E assim o trelaço, por um hábito meu, a história pessoal, minha e alheia, aos acontecimentos da história pátria e universal — no caso da América, e da Europa.

As listas subscritas serão devolvidas às firmas Carlos Pacheco & Cia., Hygino Caleiro e Andrade Martins & Cia., em Janeiro, Fevereiro ou Março sendo, para ciência de todos, publicado o resultado da coleta.

SABINO LOUREIRO

VILA FRANCA

Abril de 1969

FOTO 2 – Marco do Centenário da Vila Franca do Imperador.

Fonte: Vila Franca, ano 5, número 37, abril de 1969.

Nesse capítulo procurei abordar as comemorações de efemérides que precederam a criação do Museu Histórico Municipal e, certamente, incentivaram iniciativas de celebração de eventos locais. Busquei compreender a celebração do I Centenário da Cidade em 24 de abril de 1956 (elevação de Franca a cidade), embora em 1929 a população já tivesse edificado um obelisco comemorativo do I Centenário de Franca, celebrando a autonomia administrativa conquistada com a instalação da Vila Franca do Imperador em 28 de novembro de 1824. Inicialmente pretendi vincular tais comemorações e monumentos, respectivamente ao Centenário da Independência Nacional (1922)¹; e ao IV Centenário da Cidade de São Paulo (1954)². Minha pesquisa indicou, entretanto, que tais vínculos integram articulações sociais e políticas mais complexas, especialmente evidenciadas pela ação do movimento da *Bandeira*. Face à inexistência de referencial bibliográfico sobre esse movimento, procurei analisar sua repercussão local, registrando simultaneamente articulações com personagens, movimentos e instituições estaduais e nacionais.

Na primeira parte do capítulo abordo a educação do olhar pretendida pela edição de uma revista local intitulada *Sertaneja*, desde o início sob direção de José Chiachiri. Analisando o programa de orientação anunciado desde a primeira edição, encontrei diversas reinterpretações valorativas colocando em cena fatos da história local e seus agentes políticos, via de regra referenciadas pela superação das dificuldades da economia cafeeira e pela derrota paulista na Revolução Constitucionalista de 1932. A recepção das idéias do movimento *Bandeira* e o impacto da visita da caravana da *Bandeira* sobre a população local é analisado, evidenciando-se os vínculos de seus promotores, especialmente de Menotti Del Picchia com os veículos de comunicação de massa locais. De igual modo e forma destaco a recepção da revista *Sertaneja* pela grande imprensa (*O Estado de S.*

¹ A remodelação e complementação do discurso expográfico do Museu Paulista e a criação do Museu Republicano de Itu, sob comando de Affonso D'Escagnolle Taunay, ocorreu por ocasião dessa efeméride. Como resultado dessas comemorações surgiu também o Museu Histórico Nacional. Brefe, Ana Cláudia Fonseca. *O Museu Paulista: Affonso de Taunay e a memória nacional, 1917–1945*. São Paulo: Unesp; Museu Paulista, 2005. Alves, Ana Maria de Alencar. *O Ipiranga apropriado: ciência, política e poder. O Museu Paulista, 1893–1922*. São Paulo: Humanitas, 2001.

² Lofego, José Luiz. *IV Centenário da Cidade de São Paulo*. São Paulo: Anablume, 2004. Guimarães, Dulce Maria Pamplona. Festa de Fundação: memória da colonização nas comemorações do IV centenário da cidade de São Paulo. *História*, São Paulo, v. 13, p. 131–139, 1994. Coelho, Hercília Mara Facuri, Gaeta, Maria Aparecida Junqueira da Veiga, Guimarães, Dulce Maria Pamplona. Estado Novo, festa e memória. *História*, São Paulo, v.14, p. 97–109, 1995.

Paulo) e pela população local e regional (Patrocínio Paulista, Cristais Paulista, Batatais, Ribeirão Preto, Uberaba/MG), que se integrava progressivamente ao grupo de colaboradores da revista, conduzindo à formação da Associação de Cultura Literária (A.C.L.), que reunia diversos colaboradores, entre eles José Chiachiri. Em seguida retorno aos vestígios da influência que a *Bandeira* exerceu na cidade de Franca, como a criação de efêmeras instituições locais, entre elas a própria *Sertaneja* e a A.C.L., a edificação de monumentos aos voluntários francanos mortos em 1932 e à reinterpretação da Anselmada, bem como a análise do olhar em relação ao Estado Novo, formalizado a 10 de novembro de 1937.

O segundo item do capítulo analisa a progressiva instituição de lugares de memória destinados a homenagear os colaboradores da revista *Sertaneja*: “livro das impressões”, um mausoléu, notas de necrologia, homenagens póstumas. Ampliando a visão sobre a monumentalização da memória, abordo a aproximação de José Chiachiri à historiografia, depoentes e fontes históricas locais quando de sua atuação na Associação dos Empregados no Comércio de Franca (A.E.C.) e quando da comemoração de seu trigésimo aniversário³. Em retorno ao processo de ressignificação da história local, analiso a alteração do Brasão de Armas de Franca e os marcos e monumentos comemorativos locais já mencionados, simultaneamente recolocando em cena o Relógio do Sol e o monumento local comemorativo do IV Centenário de São Paulo.

³ A chegada de José Chiachiri a Franca dera-se após a Revolução de 1932, acompanhado dos irmãos menores e dos pais Abrahão Chiachiri e Angelina Zarif Chiachiri. Vindo de Vargem Grande do Sul/SP, zona da Mogiana, onde nascera a 10 de agosto de 1912, formou-se contador e trabalhara no jornal *A Imprensa*. A família teria retornado para Vargem Grande do Sul, onde permanecera Raul Chiachiri, casado a 28 de outubro de 1939 com Lucy Rachid, quando a família ainda morava em Franca. Na revista há clichês de suas irmãs Maria da Glória e Zilda e do irmão Antônio Roberto. *Sertaneja*, ano 1, número 1, outubro de 1937. *Sertaneja*, ano 1, número 3, março de 1938. *Sertaneja*, ano 2, número 6, janeiro de 1939. *Sertaneja*, ano 2, número 8, outubro de 1939. A recorrente menção do auxílio de depoentes que viveram os fatos históricos locais, de fontes históricas e a própria valorização da história local pode ser melhor explicada pela chegada de José Chiachiri à cidade com vinte anos vividos.

2.1 Aos olhos maravilhados do forasteiro espetáculos estonteadores



FOTO 3 – Avião da Viação Aérea de São Paulo (VASP).

Fonte: *Sertaneja*, ano 1, número 1, outubro de 1937.

Sob o discurso de uma mudança do olhar sobre Franca surgiu em 1937 a revista *Sertaneja*. Nas palavras de José Chiachiri, os órgãos de imprensa das capitais utilizavam-se as alcunhas depreciativas: “imprensa indígena”, “imprensa sertaneja”, para designar as iniciativas interioranas, ao que o diretor de *Sertaneja* rebateu, afirmando que tal desvalorização provinha de “muitas vagabundas representantes da imprensa nos grandes centros do país”. A revista local apresentava projeto editorial ambicioso, ousado, a dar a nota para órgãos de imprensa de cidades maiores que Franca, “levando para fora daqui o que ela tem de bom e maravilhoso”. O “programa de orientação” rejeitava decididamente o “espectro universal do pessimismo”; conclamava colaborações para superar as “expectativas de todos”, “dependendo pois daqueles que se interessam pelos destinos cada vez mais vitoriosos de Franca, desta terra tão cheia de tradições e belos feitos”. Para corresponder às expectativas de um projeto antigo da população convocava moços e velhos à colaboração material, intelectual e moral, sem admitir “desânimo” ou “falta de iniciativa”.

O editorial não explicitava inteiramente o conteúdo histórico e expositivo que o periódico pretendia. O número inaugural trazia o artigo “Pessimismo Incabível”, assinado por Luiz de Lima, a respeito da perspectiva e programa pretendidos pela revista, diagramado em torno de fotografia intitulada “vista aérea

parcial de Franca”. Rejeitando a “espectativa [sic] pessimista” dos que viam uma cidade “em declínio, em decadência”, Luiz de Lima apontava a localização geográfica e a história local como valores para combater o “desalento e desânimo”⁴. “E a gente que quer bem a esta terra, que Deus colocou bem no alto de São Paulo, como uma sentinela avançada e vigilante...” Caminho de passagem dos bandeirantes, lançadores do “gérmen do qual brotou o formoso Brasil de hoje...” Terra das “ricas e gloriosas tradições” da Anselmada, sobre a qual Antônio Constantino haveria de publicar “formidável e completo estudo”⁵. Arrematava com destaque: “*terra assim não pode morrer, que o seu passado é a garantia do seu presente e do seu futuro.*” (grifou).

Sobre os tempos coevos elevavam as qualidades do comércio “próspero”, “honesto”, “que não propõe concordatas e que não conhece os efeitos de uma falência”; da indústria, com chaminés “dando aos olhos maravilhados do forasteiro espetáculos estonteadores”; das instituições beneméritas de amparo à saúde física e mental, à “criança desamparada”, à “velhice desvalida”; do “centro de passante intelectualidade”, com “inúmeros estabelecimentos de ensino [...] acolhendo milhares de jovens e crianças, desta e de outras cidades”; da “riqueza do seu patrimônio histórico”, mantido vivo “na imaginação da sua mocidade, inteligente

⁴ Como símbolo do pessimismo o autor elege a expressão corrente das *Cidades Mortas*, consagrada pela obra de José Bento Monteiro Lobato a partir de 1919.

⁵ Filho de italianos de origem humilde Antônio Constantino integrou, com Luiz de Lima, a Comissão de Propaganda local durante a levante paulista de 1932. Por meio da imprensa e, especialmente, de seus emocionantes discursos radiofônicos na PRB5 (eventualmente transcritos no *Comércio da Franca*) foi cognominado “a alma da Revolução Constitucionalista”. Carmo, Dulcinéa Souza do. *Voluntários de 32: perfis de uma revolução no interior de São Paulo, Franca*. 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Franca, 1999. p. 61–67.

Sobre a anselmada os prometidos estudos completos de Antônio Constantino e Estevão Leão Bourroul não são conhecidos. As sedições comandadas por Anselmo Ferreira de Barcelos em 1834 e 1838, receberam a denominação de anselmada seguindo a nomenclatura das demais rebeliões regenciais (balaiada, sabinada, entre tantas outras). Antônio, Edna Maria Matos. *Anselmada: a trama de uma sedição, 1838*. 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – Universidade Estadual Paulista, Franca, 1999. Di Gianni, Tercio Pereira. *Anselmada e patrimonialismo*. Monografia (Bacharelado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – Universidade Estadual Paulista, Franca, 1987. Ayrosa, Plínio. Documentos sobre a anselmada. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v.32, p. 329–352, 1937. Id. Documentos sobre a anselmada. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v.33, p. 65–141, 1937. Bourroul, Estevão Leão. Episódios da anselmada, 1838. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v.18, p. 213–229, 1913. Florence, Amador. A propósito da anselmada. *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, São Paulo, v.38, p.61–66, 1913.

e trabalhadora”; do seu “corpo de lavradores”, “que produz nesse rincão de São Paulo o melhor café do mundo”.

Todo esse “progresso e engrandecimento” contemporâneos, alicerçado no passado vivo na “imaginação do povo, através das suas sadias e ricas tradições”, “colocando a sua terra à altura que ela merece e levando-a à conquista do seu promissor destino”, preparavam “a Franca do futuro, que não desmerecerá a admiração e a grande estima dos que vierem depois de nós”.

Entretanto, essa avaliação do progresso local e o programa histórico proposto, encontravam um complemento de sentido e significação na conclusão do artigo:

Estamos no começo de uma nova fase de vida da nossa terra. Passou o período das confusões e das pelejas inglórias e nem sempre sinceras. Novos administradores, de cuja sinceridade, de cujo patriotismo e de cujo amor a Franca a ninguém é lícito duvidar, estão no leme, dirigindo e encaminhando os nossos destinos.

Tenhamos confiança neles. E a linda cidade das três colinas continuará firmando e fazendo valer o seu grande prestígio.

Sertaneja, ano 1, número 1, outubro de 1937.

A 9 de outubro de 1937 o primeiro número da revista foi colocado à venda⁶. Não resta dúvida que a conclusão do artigo, com a menção às “pelejas inglórias”, estava longe de uma possível adesão à ordem política do Estado Novo, que ainda não havia se posto, pois o golpe ocorreu somente no dia 10 de novembro daquele ano. Pelo contrário, o grupo do *Comércio da Franca* que assinava os artigos de *Sertaneja* e dava apoio técnico e material para a produção do periódico, defendia abertamente a candidatura de Armando de Sales Oliveira à presidência da República, enquanto que a candidatura concorrente de José Américo de Almeida recebia apoio local de *Tribuna da Franca*, cujo diretor responsável era Francisco Cunha. A referência ao “período das confusões e das pelejas inglórias e nem

⁶ *Comércio da Franca*, Franca, ano 23, números 1.113 e 1.114, 3 e 10 de outubro de 1937. Lewkowicz, Ida, Di Gianni, Tercio Pereira. *Tribuna da Franca, 1900–1940*: coleção do Museu Histórico Municipal “José Chiachiri”. Franca: Printcopy, 2002. (Impressão Digital, 3). Volume 16. Encontra-se no semanário *O Aviso de Franca*, editado pelos agostinianos recoletos e no qual há colaborações de José Chiachiri, anúncio prévio e repercussões do lançamento das 64 páginas em papel *couché*, “com nítidos e perfeitos clichês, vistas de Franca” e tiragem de três mil exemplares de *Sertaneja*. Uma “revista moderna” a “marcar mais uma fase na história da imprensa francana, já por si tão cheia de tradições”, a se distribuir “profusamente em todos os principais centros do país”, por “preço insignificante” (2\$000, dois mil réis), honrando a “terra das anselmadas”, constituindo-se em “nosso porta-voz, o porta-voz das grandezas de Franca em outros lugares, tornando a nossa terra mais conhecida e melhor admirada”. Lewkowicz, Ida, Di Gianni, Tercio Pereira. *O Aviso de Franca, 1925–1976*: coleção do Museu Histórico Municipal “José Chiachiri”. Franca: Printcopy, 2002. (Impressão Digital, 15). Volume 5.

sempre sinceras”, aproxima-se mais do esforço coordenado de superação da derrota militar sofrida pelos paulistas em 1932.

Um vestígio de tal coordenação decorre de menção a Menotti del Picchia em reportagem intitulada “Rádio Clube Hertz de Franca PRB5”, a qual ocupava duas páginas fartamente ilustradas⁷. Enaltecendo o pioneirismo da presença da estação de rádio em Franca desde 1925, quando seu prefixo era PRAZ e transmissor de 10 watts e os “*speackers* ensaiavam gritar ao microfone que a Franca produzia o melhor café do mundo. Isso era um motivo de orgulho para os francanos”, descrevendo o potencial local anunciava que a potência chegara em 1938 a 2.000 watts “e a voz de Franca é ouvida além de Curitiba no Paraná, de onde chegam constantemente cartas informando de como a difusora francana é ouvida perfeitamente, com um som magnífico.” Entre clichês das instalações, equipamentos e dos principais colaboradores da emissora, uma referência ao depoimento de um colaborador visitante:

De sentinela, num dos pontos mais culminantes do Estado de São Paulo, como no qual se acha situada a linda terra das três colinas, a PRB5 é a atalaia dominante de um povo que tem como divisa o ‘*Genti Mea Paulistae Fidelis*’, como bem disse Menotti Del Picchia, numa de suas visitas a nossa ‘*broadcasting*’.

Sertaneja, ano 1, número 1, outubro de 1937.

A presença de Menotti Del Picchia merece maior investigação. Há registro de sua visita em reunião do *Rotary* Clube local junto a Cassiano Ricardo,

⁷ Além dessa reportagem no número inicial da revista encontravam-se referências à estação difusora da “voz de Franca”, os números seguintes publicaram reportagem sob o título de “O 12º Aniversário do Rádio Clube Hertz de Franca”, com clichês dos artistas que integravam seu “*broadcasting*” e artistas de outras localidades convidados para a “belíssima e saudosa festa”. Promoções da emissora, como concurso da Companhia de Cigarros Castelões, recém instalada na vizinha Ribeirão Preto (repetido, posteriormente, em 20 de março de 1939) e baile promovido em conjunto com a Bolsa do Estudante de Franca, também foram objeto de reportagens ilustradas. Entre os dados estatísticos municipais registrava, além da emissora situada na praça Nossa Senhora da Conceição, o serviço de rádio patrulha, nove rádio amadores (Álvaro Fulgêncio Carneiro, Francisco Simaro, José Pires Monteiro, Antônio Lopes de Mello, Delfim Carvalhaes, João Traficante, Luís Chrysogono de Castro, Agenor Balieiro e “Rádio Bandeirante, Escola Profissional ‘D.r Júlio Cardoso’”), bem como 2.209 aparelhos receptores de rádio “inclusive os de galena”. *Sertaneja*, ano 1, número 2, dezembro de 1937. Sua presença nas atividades cotidianas da população foi registrada na crônica “Aspectos Domingueiros” de Nassib Abbud. *Sertaneja*, ano 1, número 3, março de 1938. Noticiou a acolhida da estação pioneira a Pequena Orquestra de Amadores de Franca. *Sertaneja*, ano 2, número 8, outubro de 1939. Anunciou o falecimento do poeta Astolfo de Oliveira Filho “ao pé de um Cruzeiro, naquele grande Cruzeiro situado no meio da avenida Rio Branco [atual Presidente Vargas], da Cidade Nova, de Franca”, “em comum acordo com a imprensa local e a Rádio Hertz” distribuiu nota convidando a população de Franca e de Cássia (MG) para o funeral. *Sertaneja*, ano 2, número 9, dezembro de 1940.

Victor Brecheret⁸, José Porfírio da Paz (tenente da Força Pública do Estado de São Paulo)⁹, Arlindo Pinto Nunes (capitão), Vicente Machado, M. Tulmann Netto (do *Diário de S. Paulo*), entre autoridades oficiais e comunicadores locais (imprensa e radiodifusão) convidados¹⁰. Tratava-se, conforme noticiou o *Comércio da Franca*, da “Caravana da Bandeira”, composta de “elementos da elite social e intelectual paulista”, cujo objetivo era o “reerguimento de nossos sentimentos bandeirantes e brasileiroistas”¹¹. A vinda da caravana fora preparada com participação de diferentes personagens locais, entre eles o deputado estadual e rotariano Américo Maciel de Castro Júnior¹². O programa de recepção à caravana previa, pela manhã, recepção na estação da Mogiana por intelectuais e normalistas, visita a estabelecimentos de ensino e a redações de jornais no período vespertino, jantar oferecido pelo *Rotary* e, às 21 horas, sarau lítero-musical no “Palacete Phoenix”, com apresentação do “Orfeão Antônio Sicchierolli”, posse da “diretoria do Núcleo Francano da ‘Bandeira’” eleita para 1936, saudações aos visitantes pelo presidente e pelo orador do Núcleo local, declamação de poesias, conferência de Cassiano Ricardo como membro da Academia Paulista de Letras e encerramento pelo orfeão. Na seqüência, o Núcleo Francano da Bandeira convidava a todos para participar, por adesão, de um baile oferecido pela Comissão de Festas do Divino, cuja renda seria revertida para as

⁸ Vittorio Brecheret ganhou o concurso internacional para construção de grande escultura na cidade de São Paulo, promovido pelo governo estadual em 1920, para as comemorações em 1922 do centenário da independência político-administrativa. Em 1936 iniciara a construção do conhecido Monumento às Bandeiras, um bloco de granito com 50m de comprimento, 16m de largura e 10m de altura, inaugurado no Parque do Ibirapuera em 1953.

⁹ Um dos fundadores do São Paulo Esporte Clube na capital estadual a 16 de dezembro de 1935, também compositor do hino da agremiação esportiva.

¹⁰ Livro de Presença de Visitantes, 1935–1936. *Rotary Clube de Franca*. A constituição do *Rotary Clube* em Franca ocorreu a 10 de março de 1935, incluindo entre seus fundadores os seguintes personagens que colaboraram na revista *Sertaneja*: Américo Maciel de Castro Júnior, Antônio Petraglia e Carlos Signorelli (médicos), Clóvis Ribeiro Vieira (farmacêutico) e Romeu Amaral Gurgel (advogado). Posteriormente, foi admitido o advogado Antônio Baldijão Seixas, também foi diretor da Escola Normal Livre de Franca e professor da rede pública de ensino do Estado de São Paulo. Di Gianni, Tercio Pereira. *Arquivo do Rotary Clube de Franca*: digitalização de documentos. Franca: Cedaph, 2006.

¹¹ A notícia enfatizava que Franca recebia a primeira visita do movimento da *Bandeira*, tendo sido pioneira em apoiar seus organizadores, desse modo, concluía a notícia, “Franca continuará a ser considerada um baluarte da nacionalidade”. *Comércio da Franca*, Franca, ano 22, número 1.062, 11 de outubro de 1936.

¹² Depois diretor da então Faculdade de Farmácia e Odontologia da Universidade de São Paulo (1941–1946).

obras da Igreja Matriz, agregando um caráter filantrópico do Núcleo local à imagem benemerita que se apresentava associada ao movimento da Bandeira.

Em notícia posterior à visita da *Bandeira* a Franca encontra-se o registro da “saudação de Menotti Del Picchia”, que não estava prevista no programa original. Tal saudação ocorreu por meio dos microfones da PRB5, tendo o autor de *Juca Mulato* (1917) feito “chamada entusiástica convidando o povo a acompanhar o surto cultural que a Bandeira está levantando, criando sobretudo a mística da Pátria”. O Núcleo Francano da Bandeira empossado estava constituído do professor Clóvis Ribeiro Vieira, seu presidente; Romão de Campos, professor da Escola Normal, como vice-presidente; Jayme Fernandes Bruna, jornalista, como primeiro secretário; Antônio Ricardo de Souza Júnior, jornalista, como segundo secretário; e, como orador, Antônio Baldijão Seixas, bacharelado. A conferência do autor de *Martim Cererê* (1928) discorreu sobre “A Bandeira e sua finalidade”, durante hora e meia¹³.

Os vínculos de Menotti Del Picchia com o *Comércio da Franca* estreitaram-se por meio da União Jornalística Brasileira (U.J.B.), empresa sediada na capital e mantida por Menotti Del Picchia em sociedade com Arthur C. Monteiro e César Rivelli. Aos cerca de oitocentos pequenos jornais “de todos os pontos do Brasil” filiados a U.J.B., oferecia-se serviços, como assessoria legal, inclusive para registro dos jornais nos órgãos públicos; informações sobre preços e condições de mercado para aquisição de papel importado, além de funcionar como uma agência

¹³ Cassiano Ricardo Leite, Paulo Menotti Del Picchia e Cândido Mota Filho editaram o periódico *O Anhanguera*, com o objetivo de divulgar o movimento cultural e político nacionalista Bandeira, além de outras obras, como *O Brasil no Original* (1936) por Cassiano Ricardo. O objetivo inicialmente expresso pelo movimento era “por uma democracia social brasileira, contra as ideologias dissolventes e exóticas”, marco da ruptura de seus mentores com Plínio Salgado após a instituição do Integralismo, já que Plínio Salgado compartilhara com os mentores da *Bandeira* a liderança da vertente modernista paulista verde-amarelo. Contava com apoio, entre outros, de Góis Monteiro e Juraci Magalhães. Seus idealizadores haviam participado do governo do interventor Pedro Manoel de Toledo (25 de março a 9 de julho de 1932), depois Governador Civil durante a Revolução Constitucionalista de 1932 (julho a outubro de 1932), quando aderiram ao levante paulista. A partir de 1940, integraram-se ao Estado Novo, tendo dirigido o Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda de São Paulo (DEIP/SP), sucessivamente: Menotti Del Picchia, Cassiano Ricardo e Mota Filho. Cassiano Ricardo, no livro *Marcha para Oeste: a influência da “bandeira” na formação social e política do Brasil* (1940) de Cassiano Ricardo (dois volumes, editada por José Olympio na coleção Documentos Brasileiros dirigida por Octávio Tarquínio de Souza), fez analogia entre o pioneirismo dos bandeirantes e a nova ordem política. Sua recepção pelo Estado Novo foi sintetizada na frase atribuída a Getúlio Vargas em publicação oficial do DIP: “o verdadeiro sentido de brasilidade é a marcha para o Oeste”. Mores, Ridendo Castigat. *Quem foi que disse? Quem foi que fez?* Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa e Propaganda, s.n.d.

de notícias¹⁴. Em troca, a União Jornalística exigia um contrato de publicação de “uma série continuada de anúncios”. A União Jornalística também fornecia aos “jornalistas indígenas” a publicação *Nossa Revista*, “que o *Comércio da Franca*, como todos os jornais filiados a U.J.B., tem a imensa satisfação de distribuir quinzenalmente aos seus assinantes”. Definida como uma revista de variedades, ilustrada, apresentava páginas esportiva, feminina, literária, científica e humorística, “sem afundar no *Mare-Nostrum* das correntes partidárias a U.J.B. continua prestigiada pelos que dela, inegavelmente, necessitam”¹⁵.

Tal parece ter sido a inspiração da revista *Sertaneja* que nasceu no ano seguinte, estimulada e apoiada materialmente pelo *Comércio* e seus editores: uma iniciativa local para colocar em cena sua população, com participação de personalidades emigradas e que ocupavam postos de destaque em outras localidades; uma perspectiva da dinâmica local, valorizando-a diante de olhares distantes; também uma reconciliação com as “pelejas inglórias” do levante paulista de 1932; uma reinterpretação de sua própria história à vista da influência cultural compartilhada com um movimento cultural: a *Bandeira*, cujo estudo ainda está por se fazer e se apresenta até hoje tão pouco compreendido e conhecido, na razão inversa de suas realizações e dos efeitos de longa duração que apresenta¹⁶.

¹⁴ O número inaugural de *Sertaneja* anunciava no subtítulo “uma revista *quinzenal* ilustrada” (grifei) trazia diversas notas da U.J.B., que não aparecem nas edições posteriores. Também e exclusivamente nesse primeiro número, foram impressas notícias de uma outra agência: O.P.I. *Sertaneja*, ano 1, número 1, outubro de 1937. Monteiro Lobato teria comprado a União Jornalística Brasileira Limitada de Menotti Del Picchia em agosto de 1937, tendo anunciado em programa de rádio a substituição de *Nossa Revista*, distribuída pela U.J.B., pela revista *O Sítio de Dona Benta*, o que teria sido interdito pelo Departamento de Imprensa e Propaganda.

¹⁵ *Comércio da Franca*, Franca, ano 22, número 1.064, 25 de outubro de 1936. Nesse mesmo número o *Comércio da Franca* noticiava o sucesso do Teatro Municipal de São Paulo em apresentações gratuitas de companhias líricas estrangeiras, promovidas pelo Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal, quando “gente esperou pela abertura do Teatro desde a véspera”, para os que ficaram de fora o espetáculo foi transmitido por alto-falantes. Nova iniciativa similar seria realizada com patrocínio da Ford Motor Co., com transmissão pela PRA5 – Rádio São Paulo. Na direção do Departamento de Cultura encontrava-se Mário de Andrade, cujo nome vincula-se ao movimento *Bandeira*. A indicação de Mário de Andrade foi feita por Paulo Duarte, Chefe de Gabinete de Fábio Prado que fora nomeado prefeito da capital pelo então interventor no Estado de São Paulo Armando de Sales Oliveira (21 de agosto de 1933 a 11 de abril de 1935). Ainda nessa edição há crítica assinada por Gilberto Freire, rasgando elogios à coleção Documentos Brasileiros do editor batataense José Olympio.

¹⁶ Entre outras instituições que foram criadas na época encontram-se a Escola Livre de Sociologia e Política (1933), a Universidade de São Paulo e sua Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (1934), esta diretamente associada a Armando de Sales Oliveira, Júlio de Mesquita Filho (de *O Estado de S. Paulo*) e Paulo Alfeu Junqueira Monteiro Duarte. O estudo dos vínculos políticos e da rede de sociabilidade dessa “elite cultural” paulista não se esgota nos estreitos prazos de que disponho para essa pesquisa, apenas indiquei as evidências, levado pela audição do eco das vozes

Talvez a influência dos mentores da *Bandeira* e seu projeto político sobre os jornalistas francanos tenha sido tão intensa, que justificou a suspensão das edições de *Sertaneja* no ano de 1940, quando passaram a integrar o Estado Novo, como dirigentes do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, órgão de censura do novo regime político. Foi o momento em que a *Bandeira*, sob o título do livro de Cassiano Ricardo *Marcha para Oeste*, passou à significação de “verdadeiro sentido de brasilidade”, nas palavras de Getúlio Vargas. Quiçá ainda a revista local enfrentasse dificuldades adicionais postas pelo órgão governamental de censura, como o monopólio para importação de papel. Talvez, ainda, tenha sido simples opção de seu diretor, que editou entre 17 de outubro e 6 de novembro o primeiro exemplar do periódico *Diário da Tarde*, para solicitar seu registro no Departamento de Imprensa e Propaganda – concedido a 15 de dezembro de 1940. A mantenedora do periódico era uma sociedade limitada da qual os cotistas José Chiachiri (diretor gerente) e Francisco Andrade Filho (diretor administrativo) foram os incorporadores, auxiliados pelos jornalistas Jerônimo Rodrigues Pinto e Jayme Fernandes Bruna (bancário)¹⁷.

francanas impresso, principalmente, na revista *Sertaneja*, sob a perspectiva e em respeito aos personagens da época. Raffaini, Patrícia Tavares. *Esculpindo a cultura na forma Brasil: o Departamento de Cultura de São Paulo, 1935–1938*. São Paulo: Humanitas, 2001. passim.

¹⁷ Em setembro de 1940 ocorreram reuniões para a constituição da empresa *Diário da Tarde Ltda.*, tendo sido iniciada a subscrição das cotas de capital a 17 de outubro, sob presidência de Antônio Ricardo de Souza (de *O Francano*) no salão nobre da Associação Comercial, Industrial e Rural de Franca. Entre os cotistas estavam os rotarianos Carlos Signorelli (vice-presidente), Antônio Baldijão Seixas, Anulfo Lima, Francisco Andrade Junqueira, Paulo Vilela de Andrade, Clóvis Ribeiro Vieira, Vitorio Toseti, Arias de Almeida, Geraldo de Almeida, Arisquy Bruxelas e Breno Lima Palma. Outros cotistas foram: José Engracia de Faria (presidente), Antônio Lopes de Mello (secretário), José Gonçalves, Abílio Altafim e Borísio Steinberg (membros da comissão de finanças), Del Monte & Cia, J. Pimenta, Teófilo de Araújo Filho, Tomaz Novelino, Abrahão Salomão, José Gonçalves, Crisanto Zuliani, Delcídes Barbosa Sandoval, Antônio Jacintho Sobrinho, Bernardo Avelino de Andrade, Torquato Caleiro, Sebastião de Carvalho, Higino Caleiro Filho, Alcindo Ribeiro Conrado, Alexandrino de Faria, Antônio Lopes de Melo, José Ribeiro Conrado, Matusalém de Melo, Aniss Cury, Nazaret Baidarian, Eduardo Chafick Azzuz, João [Giovanni] Palermo, Francisco de Paula Silveira, Antônio Fachardo Junqueira, João Constantino Junqueira, Antônio Alves Ferreira, Felipe Jorge & Irmão, Antônio José, José Muniz Filho, Joaquim Feliciano, Ângelo Scarabucci, Emerson José Moreira, Asdrúbal Gama, Dinamérico Vitor Coelho, João Alberto de Faria, Alcebiades do Couto Rosa, Fausto Sampaio, Almeida & Nehemy, Sebastião de Andrade Junqueira, Nilo Jacinto Lemos, Fábio Jacinto Lemos, Joaquim de Paula Costa, Continentino Jacinto da Silva, Manoel Jacinto Neto, Jonas Deocleciano Ribeiro, Nicolau Saliby, Miguel Sábio de Melo, Torquato Rodrigues Alves, Antônio Petraglia, Maria Benedita Rosa Barbosa (senhorita), Calixto Bittar, Celso Silveira, Antônio Chagas e Henrique de Paula Silveira. Coincidência ou não a sede da empresa jornalística, gráfica e fábrica de sacos de papel foi o Palacete Fênix, no mesmo cenário da conferência de Cassiano Ricardo. *Diário da Tarde*, Franca, ano 1, número 2, 15 de março de 1941. Essa edição apresentava ainda fartos elogios ao “novo regime”, estampando fotos de Getúlio Vargas e dos interventores Adhemar de Barros e João [Gualberto] Ribeiro Conrado, sob o título: “A Imprensa e o Estado Novo”.

De qualquer modo, a revista atingira seus objetivos. Muito comemorada foi a iniciativa de *O Estado de S. Paulo* ao enviar seu “velho jornalista” Aníbal Machado em visita para “conhecer o interior”. No artigo de 30 de setembro de 1939, escrito em Franca para *Sertaneja*, Aníbal Machado declarava os motivos de sua visita: “Coube a Franca, com grande justiça — por sua importância —, ser o marco inicial dessa jornada de cordialidade empreendida pelo ‘*O Estado de S. Paulo*’”.

Talvez a escolha de pautar inicialmente Franca, na aproximação e exibição de municípios do “*hinterland*” paulista, tenha sido de algum modo influenciada por Paulo Duarte, morador na cidade durante sua infância¹⁸. Entretanto, a visita à redação da revista e a mensagem deixada pelo experiente jornalista evidenciam o reconhecimento do prestígio de *Sertaneja* nos meios jornalísticos da época¹⁹.

Cartas elogiosas de antigos moradores emigrados que passaram a colaborar com a revista também foram publicadas, como a João Roberto Correa, saudando a qualidade literária e gráfica de *Sertaneja*, que competiria “com as melhores editadas nas capitais”²⁰; ou de colaboradores que se manifestavam e eram conhecidos apenas por correspondência, como o poeta batataense Moacyr J. Pereira²¹. A “alta funcionária do Departamento Estadual do Trabalho” Sinhá Rocha, orgulhosa “do progresso de sua terra, da sua Franca querida”, leitora “que não pode ler *Sertaneja* sem sentir saudades de sua terra”, passou a colaborar com versos e crônicas publicados na página feminina²². Simplício Fagundes também declarou as

¹⁸ Defensor da Revolução de 1930, como um dos oradores das caravanas a favor do golpe de Getúlio Vargas e da instauração do governo provisório, Paulo Duarte tornou-se ferrenho inimigo do getulismo, na defesa da constituinte e de eleições. Preso e exilado após a Revolução de 1932, foi novamente exilado entre 1938 e 1945, após o golpe do Estado Novo.

¹⁹ *Sertaneja*, ano 2, número 8, outubro de 1939. Desde a quinta edição a revista era “composta e impressa nas oficinas gráficas ‘*Sertaneja*’”, evidenciando seu sucesso comercial. O interesse de *O Estado de S. Paulo* pelo potencial de leitores e anunciantes do interior paulista pode ser aquilatado pelo anúncio inserido nessa mesma edição de *Sertaneja*: manter como seu agente em Franca Higino Caleiro Filho e como seu encarregado Anésio Menezes (da Casa Rádio, onde José Chiachiri trabalhara) para “o mais abundante serviço telefônico do país e do estrangeiro, e o mais completo serviço noticioso dos municípios”.

²⁰ *Sertaneja*, ano 2, número 6, janeiro de 1939. João Roberto Correa retornaria a Franca, onde sucedeu José Chiachiri no comando do *Diário da Tarde*.

²¹ *Sertaneja*, ano 2, número 8, outubro de 1939.

²² *Sertaneja*, ano 2, número 6, janeiro de 1939.

“saudades da minha querida Franca” em suas três “crônicas francanas”²³, título que parafraseava antigos textos de Antônio Constantino, alguns deles republicados pela revista²⁴. Versos, crônicas e estudos biográficos elaborados por Antônio Constantino foram ilustrados pelo artista plástico amador Mário Collazzi D’Elia, que exercia em Ribeirão Preto “alto cargo de funcionário do Banco do Brasil”, tendo assumido a representação de *Sertaneja* naquele município²⁵. O colaborador Antônio Mira de Oliveira, da empresa Publicidade Titan, tornou-se representante da revista na capital paulista, onde era responsável pelas assinaturas e pelos anúncios publicitários.

A segunda e quarta edições dedicaram-se a mostrar os municípios vizinhos de Ribeirão Preto e Batatais, respectivamente, publicando textos e ilustrações, além de anúncios dessas localidades. O décimo número teria sido dedicado a Uberaba, vizinha cidade do Triângulo Mineiro, anunciando-se que já havia “entendimentos com as principais figuras representativas da administração e comércio daquela progressiva e culta cidade”, entabulados com o prefeito Wady Nassif e seu secretário Alexis Bittar²⁶. Apesar dos diversos colaboradores, nem todos agiam de boa fé. A revista alertava a população acerca de estelionato praticado por desconhecido, que se passava por representante da revista, “tomando assinaturas e vendendo anúncios em zonas mineiras, vizinhas a Franca”²⁷.

José Chiachiri solicitava colaborações a intelectuais da cidade em situações corriqueiras, como um encontro em um café, confeitaria ou sorveteria.

²³ *Sertaneja*, ano 1, número 4, junho de 1938. *Sertaneja*, ano 1, número 5, outubro de 1938. *Sertaneja*, ano 2, número 6, janeiro de 1939.

²⁴ Embora Antônio Constantino “o laureado poeta de nossa terra” fosse freqüentemente citado, referido e publicado nas edições de *Sertaneja*, não há qualquer colaboração do diretor da Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo enviada especialmente para a revista ou que tenha sido produzida nesse período inicial do periódico. Os trabalhos de sua autoria inseridos na revista eram reproduzidos de antigas edições do *Comércio da Franca*, do qual o poeta havia sido editor quando residia na cidade. Consta que colaborasse com *O Estado de S. Paulo* e *A Gazeta* na capital. Dulcinéa Souza do. Op. cit., p. 64.

²⁵ Os créditos das ilustrações mencionam Mário D’Elia ou Romão Lopes, especialista em xilogravura. De igual modo os registros da “objetiva” recebiam destaque como uma “feliz fotografia tirada pelo s.r José Gallo (contra-luz)” de Antônio Constantino e Ângelo Presotto sentados à margem da lagoa de Covas “sentindo as carícias de deliciosa brisa de uma linda tarde francana”. *Sertaneja*, ano 1, número 5, outubro de 1938.

²⁶ *Sertaneja*, ano 2, número 7, abril de 1939. Infelizmente não localizamos essa décima edição. Patrocínio Paulista e Cristais Paulista receberam reportagens especiais na terceira edição da revista, embora não se apresentasse como especialmente dedicada a essas localidades.

²⁷ *Sertaneja*, ano 2, número 7, abril de 1939.

Acedeu a esse assédio Jerônimo Rodrigues Pinto, desde o número inaugural, quando publicou versos dedicados “a meus amigos em Franca, Francanos ou não. (Especial para *Sertaneja*)”; assinava usualmente como membro da Associação Paulista de Imprensa, posteriormente como integrante da Associação de Cultura Literária (A.C.L.) local, ocupante da cadeira Alberto de Oliveira. Do mesmo modo, o bancário Jaime Fernandes Bruna, que passou a redator de *Sertaneja* a partir da oitava edição, também integrante da A.C.L. (cadeira Vicente de Carvalho) com Eufrausino Moreira (cadeira Humberto de Campos), Júlio de Andrade Ferreira (reverendo²⁸; cadeira Euclides da Cunha), Antônio Mesquita de Oliveira (cadeira Afonso Celso), Antônio Baldijão Seixas (cadeira Joaquim Nabuco), além do próprio José Chiachiri (cadeira Machado de Assis)²⁹. Outros colaboradores de *Sertaneja* foram: “João da Franca”, Luiz de Lima, Nassib Abbud, Astolfo de Oliveira Filho, Miguel Daniel, Antônio Petraglia (também assinava com o pseudônimo XX.), Alfredo Palermo, Antônio Ricardo de Souza Júnior, Vitório Constantino, Jorge Faleiros, Leonel Nalini, Anita Ramos, Fábio de Mello, Pedro G. Pucci, Francisco Cardona³⁰, Tufy Jorge³¹, Edu de Carvalho, Gabriel José do Amaral e Hélio Arantes³². De

²⁸ Não consegui identificar a profissão religiosa do reverendo, talvez presbiteriana ou metodista.

²⁹ Fundada a 27 de novembro de 1938, a Associação de Cultura Literária reuniu os mais constantes colaboradores de *Sertaneja*, tendo como objetivos “incentivar a cultura literária de Franca e reunir em um só bloco todos os valores intelectuais de nossa terra”. Entre seus membros empossados somente Paulo Prado Garcia (cadeira Jackson de Figueiredo) não figurou entre os colaboradores da revista, na qual foram publicados discursos dos agremiados e diversas notícias das atividades. Anunciava-se para breve a posse de Carlos Signorelli, Valeriano Gomes do Nascimento e Fuad Zacharias Cury, sem indicação da cadeira que cada qual ocuparia, restando vagas as cadeiras: Alberto Torres, Castro Alves, Carlos de Laet, Casemiro de Abreu, Cruz e Souza, Eduardo Prado, Fagundes Varela, Gonçalves Dias, José de Alencar, Olavo Bilac, Paulo Setúbal e Ronald de Carvalho. *Sertaneja*, ano 2, número 6, janeiro de 1939. Chiachiri, José. *Machado de Assis*: discurso de posse à cadeira Machado de Assis, na Associação de Cultura Literária, pronunciado em reunião solene nos salões da Associação dos Empregados no Comércio de Franca no dia 21 – 6 – 1939. Franca: Diário da Tarde, 1943.

³⁰ Transcrição de artigo publicado no jornal mogiano *A Comarca*, pelo fundador do periódico, sobre “filho de Mogi Mirim o padre Luís Conrado [que] muito fez pela Franca”, deixando “seu nome ligado à história de Franca e um punhado de seus parentes para cultivar e honrar seu nome nesta terra que tão bem o recebeu”. *Sertaneja*, ano 2, número 7, abril de 1939.

³¹ Contador, sócio do Escritório Técnico Oliveira & Jorge, diretor secretário da Associação Comercial e Industrial de Franca, assumiu a presidência do “reconstituído antigo clube esportivo ‘Fulgêncio de Almeida’, hoje ‘São Paulo Esporte Clube’”. Na mesma edição a revista noticiava a criação do “9 de julho Futebol Clube” pelos alunos do Ginásio do Estado. *Sertaneja*, ano 1, número 5, outubro de 1938. Antes, o *Comércio da Franca* já promovera duas edições da Corrida de São Silvestre (1936 e 1937), que “em São Paulo, vem de há muito oferecendo maravilhoso espetáculo esportivo”. *Sertaneja*, ano 1, número 2, abril de 1937.

Igarapava Aristóteles de Almeida Lima enviava versos. De Ribeirão Preto foram publicados discursos de Antônio Pinheiro de Lacerda, promotor público, proferidos em rádio (PRA7) e solenidades. Martins Barrios, professor da Universidade do Paraguai, etnólogo e pesquisador dos índios do vale do rio Doce, que visitara a cidade, “levou grata recordação e ‘*Sertaneja*’, neste presente número, publica magníficos versos que o ilustre intelectual paraguaio muito gentilmente ofereceu”³³.

Sob a perspectiva da recepção da visão de Franca que se pretendia apresentar, de seu “programa de orientações” a comunidade respondeu com colaborações diretas para a composição do projeto, além de financiá-lo e participar ativamente de sua viabilização material. O destaque para a diversidade de colaboradores evidencia a abertura para a polifonia, para as diversas vozes agregadas à iniciativa. Tantos partícipes diretamente envolvidos dificilmente permitiriam um sentido unívoco. Entretanto, a polissemia manifesta por tantos colaboradores mantinha-se sob a perspectiva e programa almejados pela revista, tal como anunciados por Luiz de Lima. Contra a “espectativa [sic] pessimista”, o olhar era educado para valorizar a “gente que quer bem a esta terra”, sem pessimismo, desalento ou desânimo. Havia a marca da adesão pelo sentimento de identidade. Sob a mobilização das tradições, do “patrimônio histórico”, seu presente manifestava vigor na criação de novas instituições, pretendidas como garantia para seu futuro.

Novas instituições surgiram na cidade após a visita da “caravana da Bandeira”. Existiram desde associações esportivas de futebol exaltando “São Paulo” e “9 de Julho”, certamente sob influência de Porfírio da Paz, até relações relativamente duradouras com profissionais integrantes do grupo, como Menotti Del Picchia e a União Jornalística Brasileira. Se a *Bandeira* teve o mote político imediato da candidatura de Armando de Sales Oliveira frustrado, com o golpe do Estado Novo

³² Estudantes do Ginásio do Estado. Hélio Arantes também era redator do periódico estudantil *O Grão-Fino*, impresso nas oficinas gráficas *Sertaneja*. *Sertaneja*, ano 2, número 8, outubro de 1939. Os ginásianos, presumivelmente com idades entre 12 e 16 anos de idade, sempre eram acompanhados da supervisão de docentes. A mobilização dessa faixa etária da população não era incomum; durante a semana da criança em outubro de 1939, o *Rotary Clube* de Franca promoveu “orações” (palestras, conferências solenes) sobre o “Dia da Criança que Trabalha”, na Escola Profissional (Afonso Infante Vieira Filho) e no Ginásio do Estado (Carlos Signorelli e Romeu Amaral Gurgel). No Ginásio os rotarianos foram saudados pelo aluno Hélio Arantes, João Gualberto Ribeiro Conrado (prefeito municipal) “pronunciou entusiástica saudação à bandeira”, onde também foram inaugurados “retratos de vultos brasileiros, com a leitura de resumos de suas biografias”, tal como se fazia em diversas comemorações cívicas, sob estímulo das diretrizes governamentais no Estado Novo. *Sertaneja*, ano 2, número 8, outubro de 1939.

³³ *Sertaneja*, ano 2, número 6, janeiro de 1939.

a 10 de novembro de 1937, manteve seu vigor na mobilização cultural e esportiva disseminada pelos “elementos da elite social e intelectual paulista”, cujo objetivo constituía-se no “reerguimento de nossos sentimentos bandeirantes e brasileiroistas”, a “mística da pátria”. Se mentores da *Bandeira* passaram a integrar o Estado Novo, compondo a direção do órgão estadual de censura da imprensa, o movimento que integravam apresentava maior amplitude e mais longa maturação e duração.

A proposição da *Bandeira* como movimento cultural e de ampla articulação da “elite paulista”, suas visitas a cidades interioranas, os vínculos entre seus diversos artífices, as instituições estruturadas para viabilizar sua consecução e sua entrada em cena após a derrota dos paulistas demandam estudos que estão por se realizar. Permanentemente tensionados entre a renovação nacional getulista e interesses de renovação das elites paulistas, expressos no vetor da proeminência cultural, os bandeirologistas, ou parte expressiva deles, foram absorvidos pelo processo de construção da identidade nacional da ordem política vigente, no qual a *Bandeira* tornou-se sinônimo de “brasilidade”.

Guardadas as devidas proporções, processo similar ocorria na esfera local, expressamente referido aos estímulos, significados e intenções das denominadas elites paulistas, intelectuais e sociais. Entretanto, sob a mediação do jornalista José Chiachiri, adotava-se uma perspectiva de valoração inversa: tratava-se de colocar em cena a população local, sua história, seu patrimônio cultural; instituindo veículo de comunicação agregador dos intelectuais que se dispunham a se manifestar individualmente ou por meio de organizações criadas por eles mesmos, tendo como referência o contexto e os movimentos mais amplos, estadual e nacional.

Em janeiro de 1939, a sexta edição de *Sertaneja* cumprimentava o interventor federal no Estado de São Paulo, Adhemar Pereira de Barros, em visita à cidade, bem como o novo prefeito, João Gualberto Ribeiro Conrado, que desde julho de 1938 substituíra o “prefeito constitucional”, Antônio Barbosa Filho³⁴. Anunciava-se uma homenagem da revista “a esses dois espíritos de grandes iniciativas que a terra

³⁴ A visita do interventor estava marcada para o início de outubro, tendo sido adiada para o final do mês em virtude da ocorrência de desastre aéreo em Laranjal, quando “foram vítimas altas personalidades paulistanas, dentre elas o d.r Paulo de Faria, presidente da ‘VASP’ [Viação Aérea de São Paulo], médico francano”, da visita esperava-se que o governador desse “a Franca o que ela necessita no momento”, pois o “rico e grande” município, “dentro do Estado Novo, trabalha com entusiasmo e amor, zelo e persistência”. *Sertaneja*, ano 2, número 5, outubro de 1938.

de Piratininga deu ao Estado Novo, como parte de sua contribuição”. Porém, não resta dúvida que a conclusão do artigo de Luiz de Lima, com a menção às “pelejas inglórias”, prenunciava no “programa de orientação” da revista uma revisão da história da “sentinela” com a mobilização e acontecimentos políticos da época. Não há que se pensar que seus idealizadores e mantenedores da revista aderissem integralmente ao novo regime político liderado por Getúlio Vargas, pois na mesma edição inaugural anunciavam a construção de monumento aos “Voluntários Francanos de 32”, edificando o culto à memória do movimento paulista³⁵. Havia fortes indícios de atribuição de significado, sentido e intenção de ideais de proeminência paulista aos lugares de memória que eram instituídos, tanto em sua versão monumental, permanentemente exposta, quanto em suas manifestações imateriais, congregando diversos colaboradores ao convívio cultural, em clubes esportivos, literários, artísticos ou associações de classe³⁶.

Na primeira edição de *Sertaneja* anunciava-se a inauguração de monumento aos “Voluntários *Francanos* de 32”, edificando materialmente lugares de memória e instituindo o culto à memória do movimento de 1932, comemorado anualmente desde então. Com inauguração programada para ocorrer no dia comemorativo da fundação “da grande capital de São Paulo”, a 25 de janeiro de 1938, os leitores do primeiro exemplar de *Sertaneja* já podiam ver clichês das maquetes do monumento que seria instalado na praça 9 de Julho, bem como do mausoléu para a tumba dos “bravos soldados francanos sacrificados em 32”. Maquetes que estavam expostas nas oficinas da “Marmoraria Artística e Fábrica de Ladrilhos Irmãos Minervino”. A comissão encarregada de angariar os recursos necessários estava constituída por Jonas Deocleciano Ribeiro (médico e fazendeiro), Émerson J. Moreira (comerciante – Armazéns Gerais de Franca), Américo Maciel de Castro Júnior (rotariano, farmacêutico, deputado estadual), Romeu Amaral Gurgel (advogado, rotariano), Arias de Almeida (rotariano, integrante da Associação Comercial e Industrial de Franca), Francisco Cunha (editor e redator de *Tribuna da*

³⁵ O Golpe do Estado Novo foi justificado pelo Plano Cohen, anunciado no programa radiofônico *Hora do Brasil* a 30 de setembro de 1937. Entretanto, a missão Negrão de Lima, encarregada de sondar o apoio de governadores ao golpe, não era de conhecimento público.

³⁶ Talvez o papel de Brecheret na visita da *Bandeira* a Franca tenha sido o de estimular a estatuária constitucionalista. “Para perpetuar e justificar esse episódio foram criados os monumentos, como uma espécie de altar cívico, em que todas as gerações pudessem cultuar a memória dos participantes da revolução”. Carmo, Dulcinéa Souza do. Op. cit., p. 136.

Franca), Odorico Barbosa e Vicente de Paula Lima. Este último era filho de Luiz de Lima, ambos co-editores do *Comércio da Franca*, dirigido por Ricardo Pucci, pai de Alba Pucci Lima, casada com Vicente de Paula Lima. Na gráfica da Livraria do Comércio, a mesma que editava o *Comércio da Franca* pertencente aos irmãos Pucci, iniciou-se a produção de *Sertaneja*, do primeiro ao quarto número (outubro de 1937 a junho de 1938).

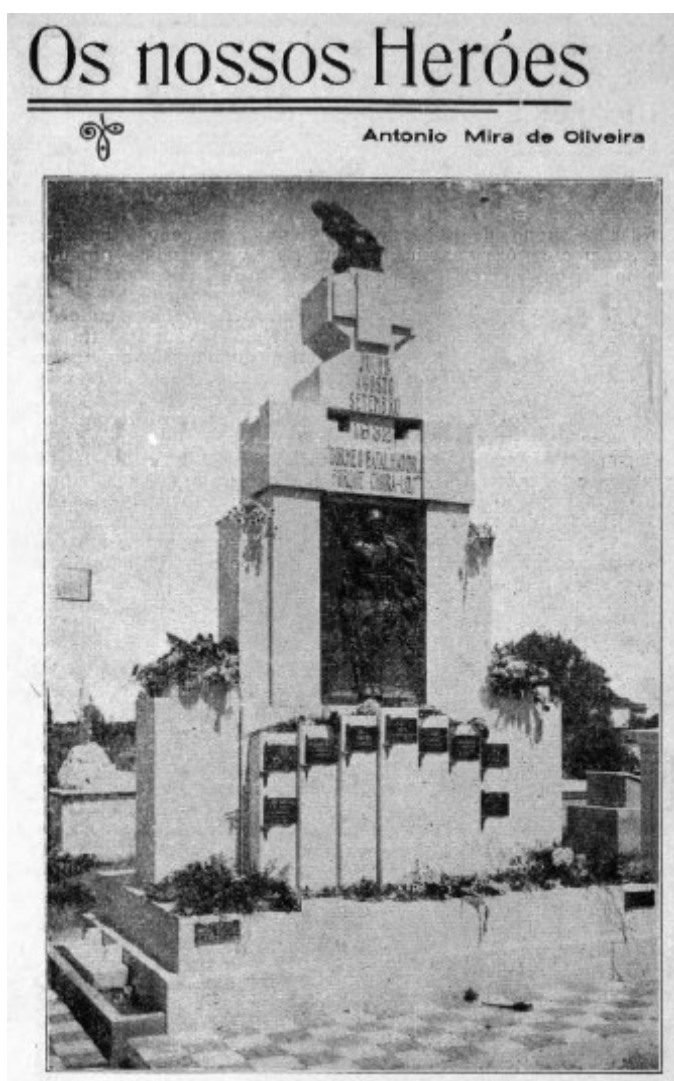


FOTO 4 – Monumento aos voluntários francanos de 1932.

Fonte: *Sertaneja*, ano 1, número 3, março de 1938.

O tema do “movimento de brasilidade” foi narrado pelo colaborador e representante da revista na capital paulista, Antônio Mira de Oliveira da empresa Publicidade Titan. Encarregava-se de homenagear os nove “heróis” francanos

mortos em combate, reconhecendo neles “o pesado tributo pago pela Franca”, com “nosso minuto de contrição e saudade”, representado no mausoléu do Cemitério da Saudade e no monumento instalado em praça pública. O autor registrou a “emoção”, o “estado de ânimo fácil de ser adivinhado e compreendido”, quando o primeiro dos homenageados morrera e coube a ele transmitir a notícia, por atuar junto ao Estado Maior da Brigada do Sul no “Batalhão Francano”, onde se encontravam também os francanos Jaime Fernandes Bruna e Olívio Goulart.



**FOTO 5 – Mausoléu do Soldado Constitucionalista no Cemitério da Saudade.
Fonte: *Sertaneja*, ano 1, número 3, março de 1938.**

A memória dos fatos ocorridos durante o levante paulista e a instituição de seus lugares de destaque público pela população local, incluía a evocação do passado bandeirante, bem como a celebração da Anselmada, como já demonstrado

no artigo do advogado Luiz de Lima. Embora o bandeirismo não tenha recebido a atenção mais detida dos colaboradores de *Sertaneja*; o heroísmo da “terra da anselmada” foi reiterado em diversos textos publicados na época.

Uma entrevista foi publicada no mês de junho de 1938, “meia hora com um ex-escravo”. Os redatores da revista qualificaram a narrativa como “quase toda fantasia”, ainda assim questionaram Silvério Coelho Araújo sobre acontecimentos que teria presenciado ao longo de seus supostos 138 anos de vida passados entre Canoas (Claraval/MG) e Franca.



FOTO 6 – Silvestre e sua mulher d. Joaquina.

Fonte: *Sertaneja*, ano 1, número 4, junho de 1938.

Na maior parte da edição da entrevista com o ex-escravo Silvério abordou-se o depoimento sobre o capitão Anselmo, no dizer de Luiz de Lima: vivo na “imaginação do povo” e personagem central das “ricas e gloriosas tradições locais”. Assim provocado, respondia o depoente: “—Capitão Anselmo? Ah! Conheci muito ele...”; narrando feitos heróicos do personagem, como a destruição da cadeia para soltar o filho de uma viúva ou a valentia ao enfrentar um matador contratado para lhe tirar a vida. O relato estendia-se em detalhes, de modo a tomar mais da metade do texto impresso. Complementarmente foi questionado sobre os “horrores

da escravidão”: instrumentos de castigo e os “cabritos” (feitores), sobre os quais relatou “com desprezo e raiva”; depôs “sorrindo” sobre sua função de reprodutor na fazenda de Manoel Araújo, avaliando seu próprio valor pelo preço de venda de seus filhos: um conto de réis cada, e ele mesmo teria sido vendido por quatro contos, dizia “orgulhoso”; sua libertação por carta de alforria, a qual perdera; a “festa ‘braba” (cavalhadas, batuques e congadas) “na Franca do Imperador”, quando da abolição. A redação concluía a narrativa no lugar do depoente: “A impressão profunda da escravidão estava com eles ainda. Não acreditavam na liberdade.” Anotava-se uma lembrança esparsa sobre o Barão de Mauá: “era bom para com os escravos”. Sobre Joaquina, sua segunda mulher, que “na janela de seu casebre surge”, conhecera-a quando fazia um carregamento de sal para Minas. Seus filhos das segundas núpcias morreram, um deles acuado por onça. Vivia com os netos, cuidava da “rocinha” ao lado da casa. Concedera a entrevista enquanto cortava tiras de couro para consertar os sapatos feitos de restos de pneu. Ao final da conversa o “bom velhinho” recebeu “um auxílio” da revista.

A narrativa, cujo caráter fantasioso era provocado pelas perguntas feitas ao depoente, correspondia exatamente ao “imaginário” pretendido pelos promotores do olhar sobre a cidade. Contrastando com o progresso presente em toda a região, um depoimento centrado nas glórias do passado, extravasava diversos sentimentos presumidos pelo entrevistador. De igual modo, mas com outra qualificação, foi impressa a “História do Prof. Antônio Ricardo de Souza Júnior”, intitulada “A Anselmada: subsídios para a história de minha terra”³⁷. Nessa narrativa fartamente documentada, com citações de Afonso de Carvalho, Estevão Leão Bourroul, Toledo Piza “e outros documentos”, exaltava-se o caráter heróico de Anselmo Ferreira de Barcelos, que “tinha amor ao berço natal e esse sentimento em seu espírito uma compreensão nítida, embora em estado rudimentar”³⁸. O herói era

³⁷ Na mesma edição da revista há nota da nomeação do “distinto amigo, colaborador e jornalista” Antônio Ricardo de Souza Júnior para a “Cadeira de Português, Geografia e História da Escola Profissional ‘D.r Júlio Cardoso” pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. *Sertaneja*, ano 2, número 6, janeiro de 1939.

³⁸ A 14 de abril de 1930 a Câmara Municipal de Franca havia aprovado o “Escudo das Armas da Cidade de Franca”, com participação do então vereador Américo Maciel de Castro Júnior. Idealizado pelo “distinto historiador patricio” Afonso D’Escagnole Taunay, diretor do Museu Paulista entre 1917 e 1946, o Brasão de Armas municipal que, nas palavras de Afonso Taunay trazia “à direita, um homem vestido de couro, armado de bacamarte e trazendo a garrucha à cinta, recorda a personalidade, célebre na história francana, de Anselmo Ferreira de Barcelos, promotor da ‘Anselmada’, a revolta de 1838 reivindicadora das liberdades populares espezinhas pelos régulos

contraposto aos entrantes, recém chegados à cidade que em sua maioria assumiram “o governo político-administrativo” em 1838, passando “do poder constitucional à soberania discricionária”. A certa altura da narrativa fica claro o sentido que o autor atribui ao caráter heróico que emprestava às ações da anselmada:

As passagens seguintes, muitíssimo se assemelham àquelas que em 32, tivemos ocasião de presenciar e observar, quando anunciavam a entrada das tropas de Goiás em nossa terra. As correrias eram as mesmas.

O pânico, similino. A atitude dos principais mentores do governo, idêntica.

Semelhantes às de nossa época, também foram as retiradas furtivas e apressadas dos homens de outrora.

Sertaneja, ano 2, número 6, janeiro de 1939.

Por mais distantes que fossem os fatos, recuados no tempo, as ações e interpretações acabavam por retornar ao movimento paulista de 1932. A construção do herói do passado, fazia-se pela associação da defesa da ordem constitucional, contra o exercício discricionário do poder. Como “sentinela avançada” da terra bandeirante, recentemente invadida por tropas vindas de Goiás, o cenário francano encontrava referências “na riqueza do seu patrimônio histórico”, mantido na “imaginação do povo, através das suas sadias e ricas tradições”, conforme asseverara Luiz de Lima. Reavivar essas tradições, constituía-se em recurso cultural para lidar com o recente “período das confusões e das pelejas inglórias e nem sempre sinceras”. Daí o caráter heróico incontestável das interpretações então correntes da anselmada, na terra da anselmada. Também daí o sentido da historicidade na associação entre passado glorioso, presente movimentado e progressista, “preparando a Franca do futuro”. Daí também o glorioso patrimônio histórico oferecia o desfecho desejado para as inglórias pelejas recentes:

Anselmo Ferreira de Barcelos, dando sintéticas provas de seu caráter, destituído de quaisquer intenções de poder e ambição, mas, unicamente voltado aos interesses máximos de sua terra, retirou-se, por vontade própria, indo fixar residência em Santa Rita do Paraíso [Igarapava].

Aos poucos, a Vila voltou à serenidade de outrora... O povo, confiante em seu trabalho, prosseguiu a marcha evolutiva do século, rumo aos dias futuros, na expectativa auspiciante de um duradouro e interminável progresso.

E a ANSELMADA que fora toda uma fase de terror e espasmo ao coração francano, lentamente, no esvaír do tempo, foi atingindo a

locais daquele tempo”. O original encontrava-se arquivado no Museu Paulista. Silva, Maria Amália de Andrade. *Arrolamento do acervo histórico e cultural do Museu Histórico Municipal*. 1967. Trabalho de Conclusão de Curso (História) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca, Instituto Isolado do Ensino Superior do Estado de São Paulo. Franca, 1967.

simbolização de um fato histórico, até alcançar em nossos dias o devotado culto de uma honrosa e dignificante tradição.

Sertaneja, ano 2, número 6, janeiro de 1939.

As estreitas relações entre o protagonismo do herói distante e dos heróis de 32, defensores da “ordem constitucional”, vitimada pelos antagonistas da “soberania discricionária”, em meio ao cenário da “sentinela avançada”, recebem o desfecho simbólico do “fato histórico”, “honrosa e dignificante tradição”. Retomado o tempo do trabalho, as emoções associadas aos acontecimentos, da “fase de terror e espasmo ao coração francano”, passaram a ser interpretadas como “devotado culto”. Passavam a constituir a “riqueza do seu patrimônio histórico”, mantido vivo na “imaginação do povo, através das suas sadias e ricas tradições”. Diante da emoção dos fatos recentes, o patrimônio histórico fora mobilizado para reconciliar a população local com seu presente. A pacificação traduzia-se em “serenidade”, passível de ser obtida pelo exemplo do herói oitocentista, por meio de ato voluntário “destituído de quaisquer intenções de poder e ambição” pessoal, guiado pelos “interesses máximos de sua terra”.

2.2. *Árvore da Saudade : memória dos sertanejos*



FOTO 7 – Árvore da Saudade.

Fonte: *Sertaneja*, ano 1, número 1, outubro de 1937.

A missão de atrair o olhar para a cidade, educando-o para a valorização de suas realizações, não se esgotou na edição de uma revista. O veículo de comunicação não se limitou a noticiar fatos grandiosos e personalidades destacadas da vida cultural, sua intenção fora, desde o início, a de participar desse processo. Não bastava mostrar a cidade como “um botão de rosa que se desabrocha magnificamente do velho e rijo tronco plantado em solo fecundo”, tampouco apenas recepcionar iniciativas locais ou mais amplas de instituições culturais. *Sertaneja*, após sua consolidação material, engajou-se na constituição de institutos locais de convívio cultural. Na dinâmica e efervescência das manifestações e institutos culturais, comparável às próprias imagens da “cidade-movimento, cidade-progresso”, empenhou-se em renovar tradições e instituir lugares de memória desses espetáculos evanescentes. Nesse sentido, o maior destaque foi a Associação de Cultura Literária (A.C.L.), que reuniu os principais colaboradores da revista, conforme já foi indicado na primeira parte desse capítulo.

Jaime Fernandes Bruna, José Chiachiri e Jerônimo Rodrigues Pinto, membros da A.C.L., prestaram suas últimas homenagens ao “jovem poeta” batataense Moacyr J. Pereira, falecido a 27 de setembro de 1939. colaborador da revista desde a sexta edição, o “homem que viveu para a sensibilidade” era conhecido de José Chiachiri por correspondência mútua, “desde quando surgiu o primeiro número de *Sertaneja*”, enviara em sua última epístola os 78 versos do poema “Franca do Imperador”, então publicados³⁹. Jaime Bruna, mais distante, registra sua impressão a partir dos sentimentos, os mesmos que conhecera pelas “produções através de *Sertaneja*”, declarando “seguramente, não tenho cabeça para epitáfios. Ou sinto, ou não sinto o desaparecimento dos que, de longe ou de perto, por breve ou por longo espaço, transitaram por este mundo.” Refletindo brevemente sobre a polissemia de “transitar por este mundo”, retorna à indefinição dos sentimentos, irredutíveis a palavras, em relação ao admirado “poeta coração e inteligência”, diante do mistério da alma: “nunca me ocorreu a idéia de que havia de sentir como senti o desaparecimento de Moacyr Pereira”.

Coube a Rodrigues Pinto a definição do lugar de memória que os três jornalistas instituíam com suas homenagens, o “livro das impressões”, registro de suas homenagens póstumas ao colaborador simultaneamente íntimo e desconhecido:

É nossa vida livro em branco, quase sempre fechado, enquanto vivemos; mortos, abre-se, às vezes, e, então, a morte faz com que se lhe gravem as impressões fornecidas pelos atos da própria vida. Alguns permanecem abertos, como indispensáveis contribuições à humanidade; outros se fecham e são abertos de quando em quando, à maneira de oratórios, cuja porta se abre raramente, tal o respeito infundido pelo santo neles encerrado, e outros não se abrem nunca, ocultando, — quem sabe? — mistérios impenetráveis...

A vida de Moacyr J. Pereira, há poucos dias fechada pela morte, entrega aos amigos dele o ‘livro das impressões’, e, com o mesmo carinho e respeito com que o abrimos, passamo-lo à frente, certos que inúmeras outras nele se gravarão.

Sertaneja, ano 2, número 8, outubro de 1939.

³⁹ Entre esses versos está a representação da suposta visita que o imperador Pedro II teria feito a Franca: “Um dia, foi no Império, — ó data memorável! / O nobre imperador, o grande e inolvidável / Pedro Segundo, o neto desse Marco Aurélio, / Na voz de Victor-Hugo, amigo firme e velho, / Vem visitar a Franca. E vem a Imperatriz [...] E na memória feliz do povo inda perdura / A lembrança de Pedro, essa nobre figura / E desde então, em honra ao seu visitador / Passou a se chamar Franca do Imperador”. *Sertaneja*, ano 2, número 8, outubro de 1939. Os poemas de Moacyr J. Pereira: “Cânticos de Todas as Auroras”, “*Ad Hominem*” e “Franca do Imperador”, encontram-se nas três edições de 1939 de *Sertaneja*.

Assim, aberto o livro das impressões, para manifesto das merecidas “glórias”, concluía sua gravação com versos em homenagem ao poeta e amigo. Tratava-se da primeira iniciativa tomada pela revista de instituir um lugar da memória, tomada diante do desaparecimento de um de seus colaboradores. Solícito a novas manifestações de admiradores, não as recebeu, pois a revista não publicou qualquer outra nota relativa ao poeta. Talvez por ter sofrido nova perda, anunciada na edição seguinte.

Astolfo de Oliveira Filho colaborava de diversas formas com a revista. Integrava, desde o início de 1939 o Departamento de Publicidade *Sertaneja*, ao lado de Daniel Gonçalves e Wilson Daniel Pelota, sob direção de Demétrio Soares, uma “organização completamente independente” da revista, funcionava, acredita-se, como um escritório de publicidade instalado à rua Voluntários da Franca⁴⁰. Uma breve biografia do poeta cassiense, nascido no ano de 1899, informava o exercício de “várias funções públicas” e jornalísticas, tendo atuado como redator de: *Correio Paulistano* (São Paulo/SP), *A Gazeta* (Chavantes/SP) e *A Tribuna* (Mogi Mirim/SP), além de *O Valenciano* (Valença/RJ) e *Ibiracy* (Ibiraci/MG). Publicara, em prosa, “Fatos da Inconfidência”, “tendo tido boa aceitação pela crítica”, mantendo os originais inéditos de “Crônicas” e “Postais”⁴¹. Igualmente inéditos eram seus livros de poesias: “Rosário da Saudade”, “Horas Dolorosas”, “Sombras Noturnas” e “Resplendor”. Os poemas “Palmeira Morta” e “O Último Adeus” (*Rosário da Saudade*) e “O Elogio da Dor” (*Horas Dolorosas*) haviam sido publicados na segunda e sexta edições de *Sertaneja*, respectivamente.

Em abril de 1940, a revista anunciava que “numa tarde serena, numa dessas bonitas tardes francanas” morrera “Chorinho”, “bem ao pé de um Cruzeiro, naquele grande Cruzeiro situado no meio da avenida Rio Branco, da Cidade Nova, de Franca.” O poeta teve o mesmo fim de Álvares de Azevedo e Fagundes Varella, narra a notícia: “consumado pelo álcool, o companheiro a quem confiava suas dores e desilusões”. Reproduzia-se na mesma página o soneto “À Morte”, composto cerca de dois anos antes, para os redatores era como se adivinhasse a morte,

⁴⁰ Os endereços de *Sertaneja* foram, sucessivamente: praça Nossa Senhora da Conceição, 702 (o mesmo de *Comércio da Franca* e da Livraria do Comércio) e rua do Comércio, 370. *Sertaneja*, ano 1, número 2, dezembro de 1937.

⁴¹ Astolfo de Oliveira Filho representara Getúlio Dorneles Vargas como padrinho de batismo do menino Getúlio Antônio Vargas, filho de Alcindo e Benedita Teixeira, ocorrido em Franca a 4 de janeiro de 1939. *Sertaneja*, ano 2, número 6, janeiro de 1939.

predestinando-a, com a sensibilidade do poeta que teve alguns de seus versos premiados pela Academia Brasileira de Letras.



FOTO 8 – Astolfo de Oliveira Filho.

Fonte: *Sertaneja*, ano 2, número 9, abril de 1940.

As homenagens póstumas prestadas a Astolfo Rodrigues Pinto pareceram insuficientes aos amigos jornalistas. Não teriam bastado os discursos de Tuffy Jorge e de Jerônimo Rodrigues Pinto “à beira do túmulo”, além de “numeroso acompanhamento” de francanos e cassienses “de todas as classes sociais” aos rituais de inumação. Os companheiros da revista mobilizaram os meios de comunicação locais para arrecadar fundos, sob o sistema de subscrição, e construir um mausoléu em sua sepultura. A iniciativa era anunciada em nome da Associação de Cultura Literária, à qual o poeta morto não chegara a integrar. Contavam “com a colaboração de todos” nessa campanha, certamente divulgada por rádio e pela

imprensa local, como ocorrera com a divulgação de boletim por ocasião das exéquias⁴².

Manifestações individuais de pesar eram comuns na revista, como as homenagens de Tuffy Jorge à falecida esposa ou da professora Olívia Schuvelter à memória de sua irmã. Entretanto a instituição de lugares de memória, especialmente dedicados aos colaboradores da revista, tiveram início com o falecimento de Maurício Sobolh, a quem a primeira homenagem constituiu-se de nota de necrologia, inserida pelo amigo diretor da revista. A nota apresentava “sentimentos profundos” à mãe do homenageado, Sarah Sobolh e a seus “manos” em nome de *Sertaneja*, exaltando qualidades do jovem “artista do sentimento, mestre de todas as emoções da vida, porque sabia subjugar-las com o seu sorriso de ironia sem malícia, com seu espírito analisador e brilhante”⁴³. Uma “modesta e simples homenagem” que foi retomada pouco depois com a crônica “Vai Enchendo” (não chateia) de Vitório Constantino, dedicada “à memória de Maurício Sobolh”⁴⁴. Um ano depois, uma fotografia do colaborador e amigo foi transformada em clichê para ser estampada na revista, entre palavras emotivas que oscilam entre homenagem e recordação, entre reconhecimento de contribuições para um projeto em comum e atividades realizadas cotidianamente, “numa dessas bonitas tardes francanas”. Amigo que não chegou a publicar texto assinado na revista.

⁴² Uma reportagem intitulada “O Dia dos Mortos” apresenta cinco clichês do Cemitério da Saudade. Nos destaques o texto reflete que as homenagens “têm a significação que o coração deseja”, destacando, coberto de flores, o túmulo de Consuelo, cuja história “bem profundamente nos fala à alma e ao coração”, enquanto objeto de devoção de jovens. Mistério não revelado no texto, que conclui “O sentimento universal que o Dia de Finados invoca, é um grande sentimento que reflete bem alto a bondade humana que nunca se apagará de todo”. *Sertaneja*, ano 2, número 6, janeiro de 1939.

⁴³ *Sertaneja*, ano 1, número 2, março de 1938. Maurício Sobolh, jovem de origem judaica, estudava na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e compunha poesias, não há colaboração assinada que tenha sido impressa nas páginas da revista.

⁴⁴ Tratava-se de conto sobre Modesto, “o louco inofensivo da antiga fábrica de fósforos”, cujo bordão era o “vai enchendo” (não chateia), um personagem popular entre tantos outros (tais como “Xandú, Antônio seu Lobo, Embolada ...”), que eram objeto da algazarra da “molecada”, no qual Maurício Sobolh era mencionado no papel de figurante. *Sertaneja*, ano 1, número 5, outubro de 1938.



**FOTO 9 – Mauricio Sobolh e José Chiachiri (da esquerda para direita).
Fonte: *Sertaneja*, ano 2, número 8, outubro de 1939.**

Lentamente os responsáveis pela revista instituíram seus próprios lugares de memória, dedicados àqueles que compartilharam dos esforços em apresentar o espetáculo sertanejo. As formas adotadas para instituir a memória seguiam, guardadas as proporções, as mesmas que a cidade utilizava para se colocar em cena e para exibir seu patrimônio histórico. O “livro das impressões”, instituído para homenagear Moacir J. Pereira, ao modo da própria revista, instituída como cenário para fazer ver a cidade a olhares exóticos, conclamando diversos colaboradores anônimos à “gravação” de testemunhos. A construção de um mausoléu para Astolfo de Oliveira Filho, à maneira encontrada para celebrar a memória dos soldados francanos mortos na insurreição de 1932 e estreitar os vínculos locais com o programa de proeminência cultural paulista. Mas também, acompanhando esse processo, os vestígios da presença de um colaborador de bastidores, a quem o enquadramento fotográfico trás à cena por meio de recortes estéticos usados intensamente na revista, evocando exclusivamente os laços afetivos com o diretor da revista.

Agenor Balieiro, outro colaborador de bastidores, também foi homenageado *in memoriam* por *Sertaneja*. Funcionário do Banco do Brasil, um dos dirigentes e fundadores da Sociedade Cultura Artística (1939), bem como presidente

da Associação dos Empregados no Comércio de Franca (A.E.C.) no ano comemorativo do trigésimo aniversário (1939 e 1940). O discurso póstumo restringiu-se exclusivamente a aflorar a sensibilidade entre amigos, a afetividade de José Chiachiri cultuando a imagem do “grande amigo”, que deixava “numerosíssima família” (viúva e dez filhos) aos quarenta anos de idade. Uma vida formada com sonhos, que “ia realizando-os todos. Para si, para os seus, para a sociedade”, alegre, com imensurável “bondade no coração”, recebia as homenagens póstumas de *Sertaneja* “com sinceridade e com o profundo sentimento que mereceu sua amizade”⁴⁵.

Nesse caso, os vínculos com o homenageado ocorriam em outro ambiente, na Associação dos Empregados no Comércio (A.E.C.), onde José Chiachiri exerceu o cargo de bibliotecário (1937 e 1938) e primeiro secretário (1939 e 1940), sendo Agenor Balieiro presidente nessas duas últimas gestões. *Sertaneja* tornara-se um veículo de comunicação de atividades da Associação dos comerciários desde o número inaugural da revista.

Na A.E.C. a atuação de José Chiachiri como bibliotecário já o havia aproximado de duas operações importantes de preservação da memória. Uma delas foi a campanha para ampliar os recursos bibliográficos encetada em maio de 1937, “cujo resultado foi surpreendente, finalizando com a oferta do s.r Luiz de Lima, de uma valiosíssima coleção do jornal *A Tribuna da Franca*, de 1900 a 1910”⁴⁶. Responsabilizando-se pela biblioteca da instituição, cuja dimensão pode-se observar pelo “aspecto de uma das quatro grandes estantes de que se compõe a biblioteca da A.E.C.”, o jornalista enfrentava questões de conservação associadas às reformas da sede social. Na avaliação que José Chiachiri expressou tratava-se de acervo enriquecido com a aquisição ocorrida no ano de 1921, quando a Santa Casa de Misericórdia de Franca doou por escritura pública a Biblioteca do Grêmio Literário Francano, então sob sua propriedade.

⁴⁵ *Sertaneja*, ano 2, número 6, janeiro de 1939. *Sertaneja*, ano 2, número 7, abril de 1939. *Sertaneja*, ano 2, número 8, outubro de 1939. *Sertaneja*, ano 2, número 9, abril de 1940.

⁴⁶ Chiachiri, José. *Associação dos Empregados no Comércio de Franca*. Franca: Sertaneja, 1939. p.14.

Associação dos Empregados no Commercio de Franca

Uma instituição de classe que honra e eleva a terra francana

A ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMMERCIO DE FRANCA é bem o symbolo das sociedades que progredem e vão avante graças á dedicação dos seus directores, cada qual mais incansavel que outro, todos trabalhando por amor á instituição que dirigem.

Os annos de vida com que a sociedade dos commerciantes francanos conta é grande; vai além de 28 annos. Pois, fundada em 1909, ella tem sido, anno por anno, cada vez mais digna de sua classe.

Na sua directoria, desde o seu primeiro presidente, cel. Henrique de Moraes, até ao actual sr. José Valente de Mello, tem figurado elementos de prestigio social e moral.

Todos elles foram incansaveis batalhadores em prol do reerguimento geral da sociedade. E uma boa parte delles tambem lutaram contra as difficuldades caracteristicas de todas as sociedades que se vem, em certa epocha, aprofundadas de crises de decadencia. Principalmente áquelles que num esforço desmedido conseguiram dotar a sociedade de um predio proprio á altura da classe. Foram os srs. Waldemiro Cabral de Arêdo, Alberto Eliezer, Carlos Anderson, David de Oliveira e outros, que, apoiados em elementos de real prestigio na classe do commercio, tomaram a si a responsabilidade de dar á Associação o que ella merecia.



O edificio da Associação dos Empregados no Commercio de Franca

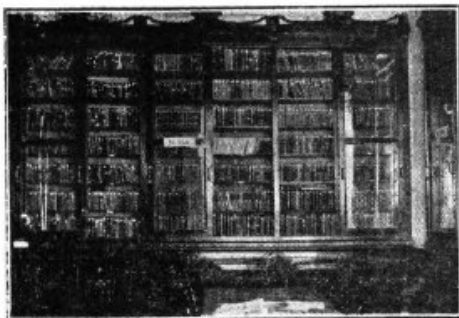
Orlando Remo Mazzotta; Comissão Fiscal: João Petronillo Ribeiro, Nicola Aliprandini Filho e Francisco Sicchierolli.

O patrimonio da Associação dos Empregados no Commercio de Franca attinge, actualmente, a mais de 100:000\$000, gosando de um conceito extraordinario por ser uma sociedade cuja situação é a melhor de todas, não possuindo uma só divida sequer insolvivel.

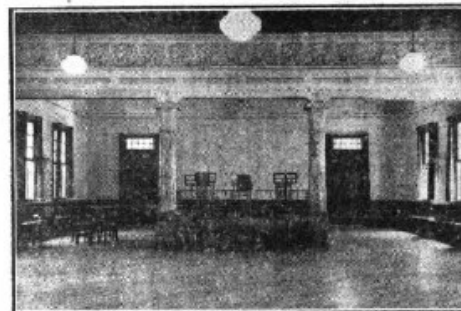
O restante da divida contrahida para a construção da sede propria foi resgatado neste mesmo anno, pela actual administração.

O numero de socios attinge presentemente para mais de 500, principal factor de sua prosperidade sempre crescente.

A sua bibliotheca compõe-se de cerca de 5.000 volumes, contando-se entre elles obras rarissimas e valiosas, collecções dos melhores autores mundiaes. Livros ha, na Bibliotheca da A. E. C., que hoje não são encontrados em parte alguma o que attesta o valor dessa bibliotheca que é a maior de todas quantas Franca possui.



Aspecto de uma das 3 grandes estancias de que se compõe a Bibliotheca da A. E. C.



Uma vista lateral do salão de festas da A. E. C.

A actual directoria da Associação, querendo render um preito de justiça a esses incansaveis batalhadores, proclamaramos, em 13 de Maio do corrente anno, em Assembléa Geral Extraordinaria, data de anniversario da Associação, seus socios Benemeritos, o que, aliás, foi de inteiro contento e aprovação de todos os associados.

A presente directoria é composta dos seguintes senhores: Presidente Honorario: Cel. Henrique de Moraes; Presidente: José Valente de Mello; Vice-Presidente: Francisco Barbosa Filho; 1.º thezoureiro: David de Oliveira; 2.º thezoureiro: Adhemaro Alves; 1.º secretario: Theodoro Freitas de Souza; 2.º secretario: Jorge Attié; Bibliothecario: José Chiacchi; Comissão de Syndicancia: Humberto Minervino, Arthur Rodrigues e



Um grupo de quasi todos os membros de que se compõe a actual directoria da A. E. C. Da esquerda para a direita, sentados, os srs. Francisco Sicchierolli, Francisco Barbosa Filho, José Valente de Mello, David de Oliveira e Humberto Minervino; Em pé: os srs. João Petronillo Ribeiro, José Chiacchi, Jorge Attié, Orlando Remo Mazzotta e Arthur Rodrigues.

A Associação dos Empregados no Commercio é uma das mais solidas sociedades com que Franca pode contar. Seu prestigio eleva o bom nome de Franca, e o seu conceito entre as congeneres de todos os logares do Brasil é digno e contribue de qualquer maneira para o engrandecimento e prestigio desta terra.

FRANCA

possue

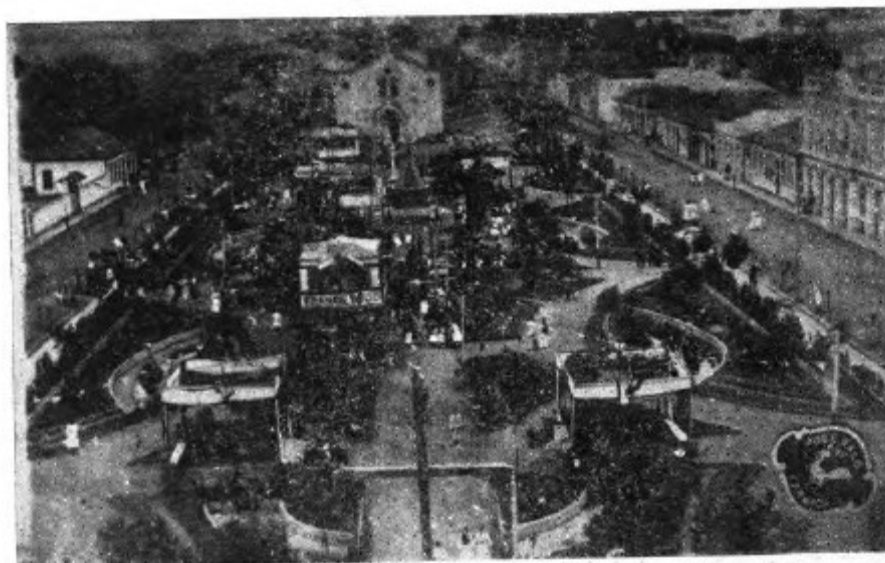
Um clima saluberrimo. Sua topographia é ligeiramente accidentada. Altitude media: 1000

FOTO 10 – Associação dos Empregados no Comércio de Franca (A.E.C.).

Fonte: *Sertaneja*, ano 1, número 1, outubro de 1937.

Surpreendentes resultados da campanha por novas doações, ampliando uma coleção de que já se compunha de milhares de obras, agregaram-se

ao currículo do jornalista na preservação do patrimônio local. Sem que o bibliotecário registrasse maiores detalhes sobre os usuários desse acervo bibliográfico, ou apresentasse qualquer outra informação sobre condições de acesso ou circulação das obras, horário de funcionamento, enfim, elementos que permitissem avaliar o uso desse importante equipamento cultural pela população local ou pelos integrantes da A.E.C.⁴⁷.



Aspecto da Grande Quermesse promovida pela Associação dos Empregados no Comércio de Franca, em 1909. avando da inauguração do novo jardim da praça N. S. da Conceição

FOTO 11 – Quermesse da A.E.C., 1909.

Fonte: Chiachiri, José. *Associação dos Empregados no Comércio de Franca*. Franca: Sertaneja, 1939. p. 8.

Durante a gestão de Agenor Balieiro, a A.E.C. realizou a primeira efeméride que foi registrada por *Sertaneja*: a comemoração do trigésimo aniversário da associação de classe que se completou a 13 de maio de 1939. Para marcar o evento José Chiachiri publicou um “esboço histórico de sua vida, desde sua fundação”. As atividades da Associação foram analisadas sob a perspectiva de sua contribuição para a categoria profissional, compreendendo inicialmente comerciários, comerciantes e prestadores de serviços, para incluir “no quadro social pessoas que

⁴⁷ Um depoimento sobre as atividades da biblioteca do Grêmio Literário Francano e sua importância para a população local na primeira década do século XX está na autobiografia de Paulo Duarte, onde podem ser observadas as relações com diversos personagens francanos amigos do autor, com as ressalvas correntes para autobiografias, ainda mais relevantes quando considerada a intensidade e paixão pela polêmica do autor. Duarte, Paulo. *Memórias: raízes profundas*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1976. v.1. O Grêmio Literário Francano foi mencionado em diversos estudos posteriores de José Chiachiri, entretanto não chegou a ser objeto central de nenhum deles.

não pertencessem à classe comerciária” a partir de 1925. Dedicada a socorros mútuos (farmacêuticos, médicos e hospitalares) para “os sócios pobres”, contou entre seus médicos com Júlio Cardoso⁴⁸ e Luciano Gualberto⁴⁹, além dos advogados Godofredo de Castro e Luiz de Lima.

A agremiação ensaiou publicações de efêmera duração: *O Comércio* (1921) e *Jornal A.E.C.* (1934); doou 50\$000 (1910) para aquisição do encouraçado Riachuelo, respondendo à campanha nacional de Olavo Bilac, localmente encabeçada por Estevão Leão Bourroul e Sabino Loureiro; tentou manter uma Escola de Comércio noturna (1919), fechada pelo absentismo dos 38 jovens alunos comerciários matriculados, já que o comércio não tinha hora para fechar; abrigou atividades provisórias da Escola Normal Livre de Franca (1928); reivindicou junto ao poder público municipal o encerramento das atividades comerciais às 18 horas e o fechamento do comércio aos domingos e feriados; sediou a Casa do Soldado Constitucionalista em apoio ao Batalhão de Voluntários Francanos (1932); comemorou a assinatura da Lei de Aposentadorias e Pensões dos Comerciários, assinada por Getúlio Vargas a 21 de maio de 1934, com folga vespertina dos comerciários e sarau dançante noturno; promovia torneios de ping-pong, campeonatos de xadrez, concertos musicais, conferências; cedeu sua sede para as atividades da Associação de Cultura Literária, desde sua fundação em novembro de 1938⁵⁰.

Sertaneja, que já vinha dando publicidade a eventos desse grêmio, como eleições e coroação da “Rainha da Associação” e bailes e chás dançantes “freqüentados pela elite francana”, anunciava que a diretoria fez imprimir “um pequeno esboço histórico da Associação, desde o dia de sua fundação”. O programa comemorativo do aniversário previa três dias de festa: “sessão solene no dia 12, à noite, Grande Baile de Gala no dia 13, e no dia 14 um matinê dançante”⁵¹. Nada comparável às festividades dos dias 13, 14 e 15 de maio de 1909, quando a extensa programação impressa na coleção de jornais doada por Luiz de Lima

⁴⁸ Mais tarde elegeu-se Deputado Estadual.

⁴⁹ Depois colaborou para a fundação da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, tendo sido reitor da Universidade.

⁵⁰ Chiachiri, José. Op. cit., passim.

⁵¹ *Sertaneja*, ano 2, número 7, abril de 1939.

anunciava festejos desde a alvorada. Festejos “memoráveis”, dos quais o clichê da fotografia de José Gallo já havia sido estampado na revista, além de depoimentos de participantes e algumas transcrições de textos de Francisco Cunha, sob o pseudônimo de “Mauro”, publicados na época pela *Tribuna da Franca*.

Essa aproximação com a efeméride local, a comemoração do trigésimo aniversário de criação da Associação dos Empregados no Comércio, apresenta-se como inédita na revista. Basta mencionar a publicação do texto de Antônio Ricardo de Souza, no ano do centenário da Anselmada, sem que houvesse qualquer menção expressa à celebração da memória enquanto efeméride, embora se constituísse em reinterpretação do patrimônio histórico, à qual davam asas os contemporâneos, conforme analisado no primeiro item desse capítulo. Tal prática foi intensamente exercida quando os sentimentos paulistas foram reavivados em 1954, por ocasião das efusivas comemorações do IV Centenário da Cidade de São Paulo. Quando a “sentinela do nordeste paulista”⁵² alterou o Brasão de Armas municipal, inserindo-lhe nove estrelas, “que representam os nove constitucionalistas, que deram a própria vida pelo ideal Constitucionalista de 1932”, sob a presidência de Antônio Baldijão Seixas, secretariado por Hélio Palermo (Lei n.º 441 de 26 de janeiro de 1955)⁵³. Ainda sob impulso do IV Centenário os francanos encarregaram-se de elevar o “monumento ao padre Anchieta”. Pouco depois comemoravam seu próprio centenário, a 24 de abril de 1956: a elevação de Franca à categoria de cidade⁵⁴.

Colocar em cena o passado, por ocasião de efeméride, já havia sido recurso de constituição de lugar de memória, que constituía o obelisco que marcou o centenário da autonomia administrativa local com a instalação da Câmara Municipal, do pelourinho e demarcação do rocío da Vila Franca do Imperador.

⁵² Título de monografia apresentada por Carmelino Corrêa Júnior ao concurso do I Centenário da Cidade de Franca. Corrêa Júnior, Carmelino. *Os primórdios do povoamento do Sertão do Capim Mimoso*. Monografia datilografada. São Paulo, agosto de 1958. – Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Com dedicatória manuscrita de doação ao Museu Histórico de Franca, datada de 1º de julho de 1960. Professor da cadeira de física da Escola Estadual “Torquato Caleiro”, estava aposentado quando elaborou essa monografia, residindo na cidade de São Paulo. Carmelino Correa Júnior assinou a monografia dizendo-se “francano de Pirassununga”.

⁵³ Silva, Maria Amália de Andrade. Op. cit.

⁵⁴ Tardiamente a pesquisa de José Chiachiri atestava a importância do fato da elevação da Vila à categoria de Cidade dada pelos contemporâneos ao fato, anunciando no editorial que “chegamos à conclusão que, ou o povo francano e seus poderes deram pouca atenção ao fato oficial, ou os documentos daquela época desapareceram”. *Vila Franca*, ano 5, número 37, abril de 1969. A distinção entre Vila e Cidade, conforme o Regimento das Câmaras Municipais de 1828 então vigente, residia no número de vereadores: dois vereadores a mais na Câmara Municipal da Cidade.

Tardamente materializado o obelisco comemorativo, que teria sido proposto por Sabino Loureiro e realizado após sua morte, por Luiz de Lima e Antônio Constantino, entre outros⁵⁵.

Talvez a construção do obelisco de 1929, comemorativo da instalação da Vila Franca do Imperador a 28 de novembro de 1824, tenha ocorrido sob impulso das comemorações do Centenário da Independência, que orientaram a vocação do Museu Paulista como um museu histórico e deram origem ao Museu Histórico Nacional. Afinal Sabino Loureiro havia publicado, próximo a 1926, a defesa da edificação do monumento ou marco comemorativo, por meio de subscrição ou “lista”, e agregava em seus argumentos o recurso do “trelaço”, usual em suas iniciativas e avaliado como confuso por José Chiachiri: “E assim o trelaço, por um hábito meu, a história pessoal, minha e alheia, aos acontecimentos da história pátria e universal”.

Descrevendo as dificuldades apresentadas, Sabino Loureiro aludia à resistência dos que achavam pretensioso elevar um monumento ao centenário da Vila Franca, tornando-o quase tão trabalhoso quanto as próprias comemorações do centenário. Obstinado na defesa do marco comemorativo, referenciava sua localização onde se erguera originariamente o pelourinho da Vila, a 28 de novembro.

Entretanto fazia questão de dizer explicitar seus sentimentos em relação à escravidão que o “pelourinho” avocava: “que não nos interessa, que é odioso à mentalidade hodierna”. Enfatizando a demarcação dos marcos que do perímetro urbano da Vila, instalados a 9 de dezembro de 1824, foi citando acontecimentos de outras épocas e lugares, relacionados ou não à instalação da Vila, ocorridos naquele dia, valendo-se do “trelaço”: uma “conferência cívica” proferida por ele no coreto da antiga matriz, com presença da Filarmônica Tristão, exaltando feito do Barão do Rio Branco no estabelecimento das fronteiras brasileiras

⁵⁵ *Vila Franca*: o registro na história, ano 3, n. 21, abril de 1961. Veja-se a epígrafe desse capítulo. No obelisco foram afixadas duas placas de bronze com as seguintes inscrições: “Marco comemorativo de instalação da Vila Franca do Imperador. No pátio, outrora aqui existente, levantou-se neste lugar, o pelourinho da Vila Franca do Imperador, instalada a 28 de novembro de 1824, sendo aqui o ponto de início da demarcação do rocío da antiga Vila. Em memória dos principais fatores do histórico acontecimento: Antônio José da Franca e Horta – o protetor – capitão general governador da Capitania e cujo nome se deu a esta terra; Hipólito Antônio Pinheiro – o inspirador – capitão comandante do Distrito; d.r Antônio de Almeida e Silva Freire da Fonseca – o realizador – ouvidor geral e corregedor da Comarca”, na placa maior com frente para a atual praça Nossa Senhora da Conceição (antes largo da Matriz, anterior largo da Alegria); “Vicente Antunes de Almeida e sua mulher dona Maria Francisca Barbosa, doaram, a 3 de dezembro de 1805, as terras do Patrimônio à primitiva Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Freguesia da Franca do Sertão do Rio Pardo. Inaugurado este marco em XXVIII – XI – MCMXXIX”, na placa menor com frente para a atual praça dos Três Poderes (antes praça Barão da Franca e, antes ainda, praça da Aclamação).

do Amapá; a visão dos “mais belos cabelos louros da Franca”; lado a lado à vitória de “Sucre, lugar-tenente de Bolívar” na Independência do Peru; do nascimento do poeta Milton, comparado a “Homero, Chateaubriand, Michelet e Alencar”. Tal era o registro da memória que promovia Sabino Loureiro, com seu hábito do trelaço, confuso para os que não presenciaram a cena, mas extremamente cheio de sensibilidade, o suficiente para ser reeditado no contexto do espetáculo que se colocava em cena.

Nesse momento, considerava-se o “Relógio Solar” como o principal monumento francano, situado na praça Nossa Senhora da Conceição, antigo largo da Matriz, antes ainda largo da Alegria. Sua memória era preservada e colocada em cena de modo recorrente desde o número inaugural de *Sertaneja*, por ter sido obra de frei Germano de Annecy. O gnomo, feito de mármore de carrara com a ajuda da população local, apresenta-se como “uma raridade e poucos lugares do mundo contam com um igual”⁵⁶. Ao comemorar a fundação da Vila no ano de 1929, Antônio Constantino registrava a decisão de memoriar em placa de bronze a autoria da obra. Na placa inserida ao pé do monumento lia-se inscrição: “À memória de frei Germano de Annecy, sábio francês, natural de Sabóia, grande matemático e astrônomo, que, residindo em Franca, em 1886, construiu este relógio solar, com o auxílio do povo. 20 – 11 – 1929”⁵⁷.

Em sua pesquisa sobre a presença em Franca de “um dos maiores astrônomos e matemáticos do mundo” em seu tempo, narrou sua atuação no Liceu Culto à Ciência e o furto que sofrera quando morava na “chácara do padre Cândido, nas bandas do córrego Coqueiros”. Tratava-se de uma canastra contendo, entre moedas de diversos países sul-americanos, um aneróide e um “cronômetro de John Pool, que lhe fora oferecido pelo imperador Pedro II”. Objetos (aneróide e cronômetro) que Antônio Constantino declarava convir que, uma vez reencontrados, fossem “recolhidos ao Museu Paulista”, denotando a presença e atuação de

⁵⁶ *Sertaneja*, ano 1, número 1, outubro de 1937.

⁵⁷ Publicação original do *Comércio da Franca* (número 812, de novembro de 1931). *Sertaneja*, ano 1, número 4, junho de 1938. O “auxílio do povo” dera-se por meio de subscrição popular. Antônio Constantino declarava ter colhido dados biográficos da Poliantéia do Seminário Episcopal de São Paulo do padre Senna Freitas. Indica também que seu confrade Plínio Marques da Silva Ayrosa, então secretário do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, estava recolhendo material para um “trabalho de vulto” sobre o frei idealizador do monumento francano, considerado um dos precursores do Instituto de Astronomia da Universidade de São Paulo.

Germano de Annecy no Brasil, tanto quanto a importância do Museu Paulista enquanto referencial para os estudos de história naquele momento. Afinal o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo reunia então a “elite intelectual” paulista, entre outros, Antônio Constantino, Estevão Leão Bourroul (um de seus fundadores), Paulo Duarte, Afonso D’Escragnolle Taunay. Este último foi o responsável pela orientação do Museu Paulista como museu histórico, ampliando o espaço expositivo da história por ocasião do centenário da Independência do Brasil e, um ano depois, o primeiro museu público estadual do interior do Estado de São Paulo: o Museu Republicano “Convenção de Itu”, criado em 1923, como extensão do próprio Museu Paulista e sob orientação de seu diretor.



XILOGRAVURA 1 – Frei Germano de Annecy e o Relógio do Sol.

Fonte: Sertaneja, ano 2, número 4, junho de 1938.

O recorrente apelo local do monumento astronômico, “um dos dois únicos, desse tipo, existentes no mundo”, deu origem a investigação posterior de

José Chiachiri quanto aos objetos furtados em 1886, com base no processo-crime da época concluído pelo então Juiz Municipal Estevão Leão Bourroul. Localizara o cronômetro “em poder de uma família francana”. Considerando-o “de um valor histórico local extraordinário”, divergia quanto ao destino do objeto: “deve ser conservado no Museu Histórico de nossa terra, como um marco indelével da passagem de frei Germano por Franca”⁵⁸.

De qualquer modo, José Chiachiri incorporou muito tardiamente os atos comemorativos das efemérides às suas atividades de pesquisa e comunicação na revista. Somente em 1969, divulgou estudos acerca do obelisco da praça Barão da Franca, “marco comemorativo” do centenário da Vila. As comemorações de 1956 foram mencionadas marginalmente, como menções passageiras de outros estudos que eram objeto central da comunicação. Somente em 1969 a revista publicou os versos de 24 de abril de 1956 escritos por Paquito Moreno e intitulados “O Jatobá da Praça”⁵⁹. No ano seguinte o editorial esclarecia os dois aniversários comemorados pela cidade:

No dia 24 de abril de 1956, na administração Onofre Gosuen, comemorativo do primeiro centenário da elevação da Vila Franca a Cidade, o prefeito de então resolveu comemorar essa data com desfiles, foguetes, música, inaugurações, bailes, carros alegóricos, promoções estudantis, concursos e tantas outras coisas mais.
Foi uma festa que deixou saudades!

...

A verdade, porém, é que a data máxima é a de 28 de novembro de 1824!

De qualquer forma, porém, para criar na alma dos francanos aquele espírito de saudável regionalismo, vamos comemorar sempre as duas datas. Uma com realizações de profunda significação. Outra com muita alegria e muito foguete.

Vilafranca: o registro na história, ano 6, número 38, abril de 1970.

As festividades de 24 de abril de 1956, da elevação de Franca da condição de Vila à de Cidade, evidenciam a adesão da “sentinela paulista” à

⁵⁸ *Sertaneja*, segunda fase, ano 2, número 12, outubro de 1959. Pouco antes, em 1955, Carmelino Corrêa Júnior havia publicado no *Comércio da Franca* “A história de um cronômetro – frei Germano”, o que indica procedimentos de investigação museal entre diversos evergetas. Corrêa Júnior, Carmelino. Op. cit.

⁵⁹ *Vilafranca*: o registro na história, ano 3, n. 21, abril de 1961. O obelisco do centenário da elevação de Franca à categoria de cidade está situado no local onde foi a Casa de Câmara e Cadeia, depois Grupo Escolar local, onde se encontra a seguinte inscrição em placa de bronze: “1856 – 1956 Este obelisco foi inaugurado pelo povo de Franca em homenagem ao 1º centenário da Cidade aos 24 de abril de 1956 sendo presidente da República s.r d.r Juscelino Kubitscheck, governador do Estado s.r d.r Jânio Quadros e prefeito municipal s.r d.r Onofre Gosuen”. O edifício foi “condenado à demolição” em 1939, conforme anunciara *Sertaneja*, ano 2, número 8, outubro de 1939.

intensidade e ao brilho da efeméride paulistana. Tanto assim que foi construído no ano de 1954 um monumento comemorativo ao IV Centenário de São Paulo⁶⁰, mencionado de passagem em *Sertaneja*, quando o título já havia sido alterado para *Vilafranca: o registro na história*, no ano de 1961. Apesar da pouca exposição do memorial do quarto centenário na revista, a simples presença desse marco comemorativo, aliada ao deslocamento comemorativo do aniversário da emancipação política de 28 de novembro (Vila) para 24 de abril (elevação à cidade), evidencia os vínculos entre a comemoração local e a da capital estadual.

Tendo encontrado uma proposição de mudança do olhar, uma nova “espectativa”, um viés de valorização do Município de Franca a ser divulgado pelos “principais centros do país” por meio da revista *Sertaneja*, restava-me identificar a motivação que levava a essa nova perspectiva. Os indícios apontavam para a reinterpretção de episódios da história local, como a associação entre anselmada e a derrota paulista no levante de 1932, tomados como “patrimônio histórico” focado sob aspectos a serem submetidos à “imaginação” da população local.

Entretanto, garimpando o arquivo do *Rotary Clube* de Franca, encontrei registros da presença de visitantes conhecidos nacionalmente, compondo uma “caravana”, cerca de um ano antes do lançamento de *Sertaneja*. Tratava-se do movimento da *Bandeira*, reunindo personagens da “elite paulista”, ciceroneados pelo deputado estadual eleito pela população local, cuja recepção repercutia na edição inaugural do periódico, por meio de referência a Menotti Del Picchia em reportagem sobre a PRB5 e a menção ao Brasão de Armas do Município: “*Genti Mea Paulistae Fidelis*”, idealizado por Afonso D’Escragnolle Taunay. Pude rastrear outros vínculos entre o já famoso escritor e os meios de comunicação locais, por meio da União

⁶⁰ *Vilafranca: o registro na história*, ano 3, n. 21, abril de 1961. A placa de bronze do monumento do IV Centenário apresenta a seguinte inscrição: “O padre José de Anchieta é a personificação de todos os valores espirituais a que o Brasil deve o melhor de suas tradições e o mais resistente de sua estrutura social.” (P.e Leonel França). Homenagem do povo de Franca a S. Paulo pelo quarto centenário de sua fundação. Sendo governador do Estado ex.mo s.n.r d.r Lucas Nogueira Garcez, presidente da Assembléia ex.mo s.n.r d.r Vicente de Paula Lima, bispo diocesano ex.mo s.n.r d. Luiz do Amaral Mousinho, vigário da Paróquia rev.mo frei Ângelo Criado, prefeito municipal II.mo s.n.r d.r Ismael Alonso Y Alonso, presidente da Câmara II.mo s.n.r Antônio Lopes de Melo. Comissão: prof. José Antônio de Almeida Queirós, prof. d.r Antônio Arruda, ex.ma s.ra d.a Amélia de Andrade Ribeiro, prof. Geraldo Alves Taveira, prof. Júlio César D’Elia. 1554 – 1954 (‘Escultura de Edgard Duvivier’).”

Jornalística Brasileira. Porém, a respeito do programa político e cultural da *Bandeira* há poucos vestígios, que não permitiram maior esclarecimento dentro dos limites propostos nesta pesquisa. Cabe-me registrar, além dos poucos fragmentos já analisados ao longo desse capítulo, a edição do romance *Cummunká* por Menotti Del Picchia em 1938, no qual emerge a ucrônia de uma “bandeira moderna” vencida pelos índios Xavante, denotando sua adesão ao “pensamento autoritário”⁶¹. Os vínculos de outros mentores da *Bandeira*, como Cassiano Ricardo e Cândido Motta Filho, com tal pensamento político autoritário puderam ser percebidos pela análise de Bolívar Lamounier, que permite entrever o distanciamento entre a *Bandeira* e o *Integralismo* de Plínio Salgado e Miguel Reale, ao mesmo tempo que aproxima os pensadores da *Bandeira* de autores como Joaquim Nabuco, Alberto Torres e Jackson de Figueiredo, entre outros⁶². Esses últimos, certamente não por mero acaso, estavam representados como patronos de cadeiras da Associação de Cultura Literária francana, fundada um ano depois do lançamento de *Sertaneja*.

Por hipótese, a longa duração do pensamento político expresso pela *Bandeira*, colabora para interpretar a força e vigor de sua recepção em Franca, expressa não só pelo surgimento de uma revista, mas pela plêiade de instituições variadas que foram organizadas na mesma época, mesmo que de duração efêmera ou apresentando descontinuidades, como ocorreu com *Sertaneja*, cuja edição seria retomada quase duas décadas depois⁶³.

⁶¹ Queluz, Gilson Leandro. Utopia e modernismo conservador no romance ‘Cummunká’ de Menotti Del Picchia. *Saeculum – Revista de História*, João Pessoa, v. 12, p. 65–75, jan/jun 2005. O autor vincula a literatura infanto-juvenil de Menotti Del Picchia ao pensamento político autoritário, tal como analisado por Fausto, Boris. *O pensamento nacionalista autoritário*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

⁶² Lamounier, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na primeira república: uma interpretação. In: Fausto, Boris (diretor). *História Geral da Civilização Brasileira*. 3. ed. São Paulo: Difel, 1985. t. 3, v. 2, p. 343–374.

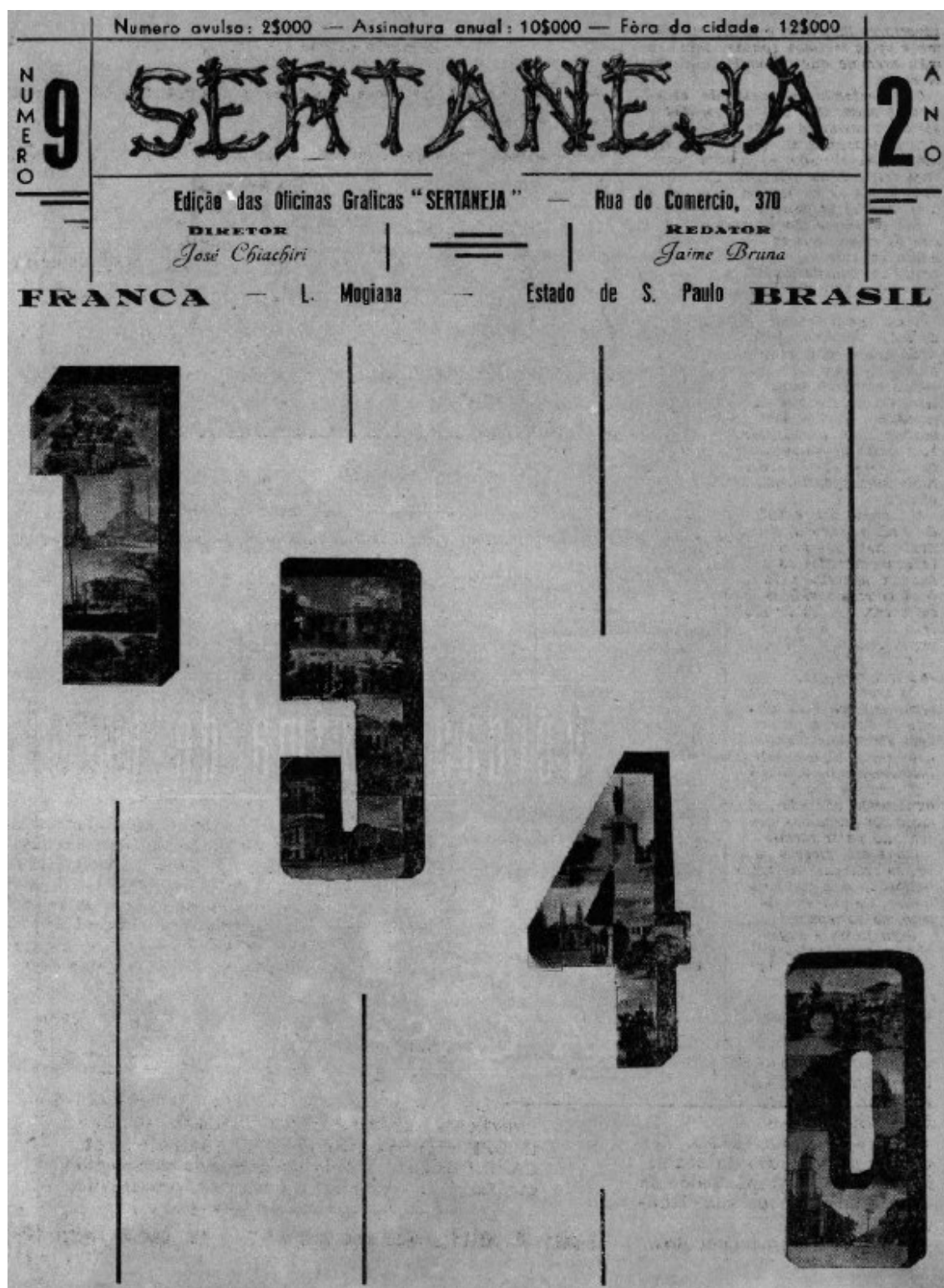
⁶³ Quanto aos efeitos desse quadro sobre as interpretações de movimentos sociais e culturais, além dos estudos de história dos museus, entre outras instituições culturais públicas, veja-se a expectativa quanto a influência dos modernistas sobre a constituição da rede de museus históricos paulistas: “Em 1922, alguns importantes acontecimentos trazem novos referenciais políticos e culturais e ampliam o campo de idéias e reflexões sobre história e identidade. Entre estes [...] os acontecimentos ligados à ‘Semana de 22’, quando posições contrárias fundam correntes dissidentes sobre o que se entendia por identidade e nacionalismo. De um lado o grupo Verde-Amarelismo (Menotti Del Picchia, Plínio Salgado, Cassiano Ricardo, Guilherme de Almeida e Alfredo Ellis Júnior, entre outros) que se aproximavam do Integralismo e, de outro, as correntes Pau-Brasil e Antropofágica (Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Sérgio Milliet, Raul Bopp), contrárias à valorização do nacionalismo e de fatos historicamente fundados, mas interessada nos mitos de origem do negro e do índio, no mundo onírico, na paisagem, na arquitetura colonial e barroca, nas apropriações e nas transformações da cultura estrangeira, como uma das condições para se pensar a própria cultura brasileira.” Misan, Simona. *A implantação dos museus históricos e pedagógicos no Estado de São Paulo, 1956–1973*.

Menotti Del Picchia teria influenciado o próprio modelo de empresa jornalística local, o que viabilizou as condições materiais de produção de *Sertaneja* — com representantes nas cidades da região e na capital estadual, vendendo assinaturas e publicidade —, de modo que, em pouco tempo, surgiram as “oficinas gráficas *Sertaneja*”, permitindo editar a revista independentemente das oficinas do *Comércio da Franca*. Simultaneamente evidenciava-se o potencial interiorano da indústria jornalística, o que provocou a instituição da representação de *O Estado de S. Paulo* na cidade.

Se a *Bandeira* visava à valorização do passado recente, recuperando-o do pessimismo da derrota de 1932, a presença de Brecheret, estimulava a constituição de memoriais similares ao *Monumento às Bandeiras*, cuja construção o modernista iniciara em 1936, mesmo ano em que participou da caravana em visita a Franca. Se alguns monumentos haviam surgido ou tinham sido valorizados por ocasião das efemérides do Centenário da Independência, a monumentalização da Revolução Constitucionalista ocorreu sob impacto dos discursos dos bandeirologistas, simultaneamente ao lançamento de *Sertaneja* e sua reinterpretação de eventos da história local.

Sertaneja refletiu em seu programa de orientação tal missão valorativa de tudo o que representasse glória, grandiosidade e admiração pela “terra das anselmadas”, pela “terra das três colinas”, da “sentinela paulista”, “atalaia” que soube valorizar seu papel nas lutas paulistas. Nesse sentido, à vista do desaparecimento de alguns jovens colaboradores, a revista instituiu lugares de memória para homenageá-los: um “livro das impressões”, editado pela revista; exéquias e edificação de mausoléu, seguindo os procedimentos de glorificação do soldado constitucionalista; até as mais singelas homenagens, como a impressão nas páginas da revista de clichês fotográficos com imagens de amigos falecidos. Finalmente, a comemoração festiva de aniversários institucionais, como o trigésimo da Associação dos Empregados no Comércio foi incorporada ao programa da revista. Da educação do olhar sobre o patrimônio passava-se à própria edificação patrimonial e institucional.

3 CRIADO O MUSEU HISTÓRICO DE FRANCA: 1957–1964

FOTO 12 – Capa da revista *Sertaneja* de 1940.Fonte: *Sertaneja*, ano 2, número 9, abril de 1940.

Após vários anos de inatividade a revista *Sertaneja* foi colocada novamente em circulação um mês antes da aprovação pela Câmara Municipal da criação do Museu Histórico Municipal. O periódico tinha seu programa de orientação reafirmado por José Chiachiri, acrescido de mais ilustrações, cuja presença havia sido marcante até a suspensão das edições em 1940 — como se pode observar na reprodução em epígrafe nesse capítulo. A educação do olhar atende, nessa segunda fase da revista, ao projeto de institucionalização da memória, embora não haja menção explícita à proposta de criação do Museu no primeiro exemplar dessa nova fase de *Sertaneja*. O periódico passou a registrar sua adesão ao federalismo municipalista, anunciando notícias sobre o VI Congresso dos Municípios realizado em Franca pela Associação Paulista dos Municípios de 9 a 13 de outubro de 1957; bem como sua “larga” distribuição durante o XV Congresso realizado de 9 a 14 de maio de 1971, na cidade de Guarujá¹.

Na primeira parte do capítulo abordo a questão da educação do olhar, examinando minuciosamente o conteúdo da edição de agosto de 1957. Destacam-se os novos olhares da cidade sobre si mesma, com as obras do primeiro edifício mais alto do que a torre da Igreja Matriz, aspectos da memória do próprio José Chiachiri², referências patrimoniais, o papel de Onofre Gosuen na Prefeitura Municipal e a associação de sua imagem com a Revolução de 1932, a memória ademarista, aspectos da modernização da cidade: cinema, poesia, o “Clube dos Salafraes”, enfim o “ângulo feliz” da cidade, que o programa de orientação da revista traria para seus leitores. A questão da sede para o Museu então criado recebe análise sob a perspectiva de cenário para o fato museal, mas também sob a visão da sensibilidade de José Chiachiri para a imprescindibilidade de seu caráter permanente. Daí a tensão entre personagens da época e a idéia de se instalar o

¹ *Sertaneja*, ano 1, número 2, setembro de 1957. *Sertaneja*, ano 1, número 3, outubro de 1957. *Vilafranca*, ano 8, número 39, abril de 1971. A partir de dezembro de 1959, quando da publicação do décimo terceiro exemplar dessa segunda fase a revista passou a ser denominada *Vilafranca*, após concurso do qual os leitores participaram. O subtítulo “o registro na história” foi mantido até a edição de número 32 (1964), após a qual *Vilafranca* foi publicada pelo Clube da Saudade da Franca (1965–1971). Não consegui localizar nenhum exemplar do número 33.

² Durante o período de inatividade de *Sertaneja* José Chiachiri casara-se com Carmelita Pires de Andrade a 31 de maio de 1944 em Ribeirão Preto, que passou a assinar Carmelita de Andrade Chiachiri. Filha de José Joaquim de Andrade e de Maria Jacintha de Andrade, Carmelita era natural de Patrocínio do Sapucaí [Patrocínio Paulista/SP] e residente em Guariba. José Chiachiri Filho, único, nascera em Franca a 08 de junho de 1945. Prontuário de José Chiachiri – Recursos Humanos – Arquivo da Prefeitura Municipal de Franca.

Museu em edifício que revelasse algum aspecto da história local, edifício que denotasse cultura ou “culto” à grandeza francana.

A abertura do Museu ao público será tratada na segunda parte do capítulo. Exclusiva e surpreendentemente comunicada por versos na revista a inauguração do Museu ocorreu com festa de recepção de uma doação, com a participação de inúmeros evergetas, além dos próprios doadores da peça. No cenário do Museu, o fato museal em sua plenitude: discursos atribuindo significado ao objeto e conferindo sentido à sua exposição, música executada com a flauta então recolhida à proteção especial e permanente da instituição recém criada, “sob comoção geral” centenas de convivas. A configuração do Museu, tal como comunicada por *Sertaneja* a partir de reprodução de notícia do *Diário do Comércio* da Associação Comercial de São Paulo, entra em cena pela profusão e aparente fungibilidade dos semióforos em exposição, bem próxima do próprio efeito das ilustrações que a revista apresentava³. Para além da exposição, segundo o “critério funcional”, destacando os objetivos do Museu anunciados na notícia, analiso os subconjuntos de peças que são referenciadas entre si e expostas proximamente, compondo o que chamo de núcleos vetoriais de sentido, com intuito de analisar representações e narrativas que José Chiachiri expunha, a partir dos fragmentos de memória coligidos.

³ Sobre o efeito visual global, da totalidade de séries de produtos similares em quantidade e denotando caráter fungível, conformadores de valores sociais, ver Barbuy, Heloísa. *A exposição universal de 1889 em Paris: visão e representação na sociedade industrial*. São Paulo: História Social USP; Loyola, 1999. (Teses, 7). p. 62.

3.1 Cenário: Um ângulo feliz da cidade de Franca

A decisão de instituir em Franca o Museu Histórico do Município foi anunciada na revista *Sertaneja* logo após a sua aprovação na Câmara Municipal, na edição de setembro de 1957. A própria revista havia sido retomada um mês antes, após dezessete anos de inatividade. Quando do reaparecimento do periódico, os anúncios de modernização local e o “progresso de Franca Centenária” reafirmavam o mesmo programa que o tablóide apresentava entre 1937 e 1940, sem “perder o caráter de revista”, com “mais imagens, menos textos, registro fotográfico mais amplo procurando estar em dia com a vida social, econômica e financeira de Franca, através da objetiva que exprime a realidade em quase todos os sentidos”. A publicação anunciava também “não discutir o assunto ‘política’ quando se tratar do progresso e da grandeza deste Município”, posicionando-se a respeito: “tanto quando necessário se exige, seremos neutros”.

Já no primeiro exemplar dessa “segunda fase” de *Sertaneja*, destacam-se as fotografias de Néelson Salles e o foco editorial de José Chiachiri. Uma tomada da cidade a partir do “último andar do primeiro arranha-céu francano, o belo edifício ‘Franca do Imperador’, hoje em fase de acabamento”, compõe a capa. Surgia uma nova perspectiva – vista do alto, de cima para baixo – para olhar a cidade. Afinal, tratava-se do primeiro edifício mais alto do que a torre da Igreja Nossa Senhora da Conceição, até então o ponto de observação mais privilegiado da cidade, exceto pelo sobrevôo de avião. Certamente não foi gratuita a inserção de três fotos da mesma Matriz na última capa da revista: “EM 20 ANOS A MATRIZ DE FRANCA EM TRÊS FASES DISTINTAS”, ilustrando as obras de acabamento da torre do templo, o antes e o depois, tomadas pelo observador postado no mesmo ângulo e vistas do chão, de baixo para cima. Ilustrações que se constituíam na marca da historicidade pretendida pelo programa de *Sertaneja*, mas principalmente novos modos e formas de expor e de olhar o patrimônio municipal: “um ângulo feliz da cidade de Franca”.

O papel de mediador não oculta a subjetividade do editor, que inclui dados autobiográficos, como na reportagem ilustrada que o associa com sua própria religiosidade. “O Jubileu de ouro do Padre DONIZETTI” Tavares de Lima, de quem José Chiachiri fora coroinha em Vargem Grande do Sul trinta e cinco anos antes, mereceu destaque de meia página e duas fotos: uma do sacerdote em meio a seus

familiares; outra com coroinhas, entre os quais “figura o Diretor desta Revista”⁴. O fragmento da memória individual também qualifica o editor em seu papel mediador diante das manifestações católicas registradas na reportagem “A Semana Bíblica Realizada em Franca”, em que foi apresentada toda a programação executada e fotos do desfile encenado com atores mirins, representando anjos em cortejo junto a carros alegóricos nas ruas centrais do núcleo urbano.

Em seu miolo a revista anunciou a elaboração de um “Roteiro de Franca (através de suas ruas)”⁵, convidando colaboradores para fornecer cópia de documentos e a emprestar fotografias que apresentam “traços marcantes da vida” dos “vultos extraordinários que muito fizeram por sua terra”, cujos “nomes gloriosos estão gravados nas humildes placas de ferro esmaltadas, de fundo azul, colocadas a distância regulares, no alto dos prédios”, como os nomes do major Duarte ou de d.a Ana Nicácio, entre outros. Também apelava para os nomes não escritos em letra branca nas placas, “contudo gravados na memória do povo, como a rua da outra Banda, a rua dos Bondes, o campo das Galinhas...” Sob este prisma nota-se o empenho em conhecer os atores sociais que em um dado momento foram oficialmente homenageados pelos representantes eleitos pela população local; mas denota igualmente o interesse pela tradição oral, cujos designativos e significados disseminados entre a população se propôs a recolher.

Onofre Gosuen, então prefeito municipal, foi o grande destaque em quatro reportagens ilustradas da edição inaugural de *Sertaneja* de agosto de 1957:

⁴ Um esboço biográfico do sacerdote escrito pelo médico Mário de Alcântara Vilhena residente no Rio de Janeiro, realçou a origem francana do sacerdote, filho de Tristão Tavares de Lima (advogado), “aureolado pela fama de santo e humanitário diretor de almas, e, mesmo, de taumaturgo”, relatando um de seus casos de cura por “interseção a São José”. Vilafranca: o registro na história, ano 4, número 23, abril de 1962. Talvez Tristão Tavares de Lima fosse engenheiro, casado com a também musicista Chiquinha [Francisca?] Tavares de Lima, tiveram como filhos, irmãos do padre Donizetti: Rossini, Verdi, Belini, Mozart, Modesto, Rita e Coleta, também musicistas, além do advogado depois magistrado Tristão Tavares de Lima Júnior.

⁵ Essa seção da revista *Sertaneja* registrou breve biografia de: 1) Joaquim de Andrade Nascimento (rua coronel Joaquim Zeferino) – *Sertaneja*, ano 1, número 2, setembro de 1957; 2) Ana Nicácio (praça Ana Nicácio) – *Sertaneja*, ano 1, número 3, outubro de 1957; 3) Antônio Ricardo de Souza (rua Antônio Ricardo de Souza) – *Sertaneja*, ano 1, número 4, novembro de 1957; 4) Sabino Loureiro (praça Sabino Loureiro) – *Sertaneja*, ano 1, número 5, janeiro/fevereiro de 1958; 5) Alonso Ferreira de Carvalho (rua padre Alonso) – *Sertaneja*, ano 1, número 6, maio de 1958; 6) Alcindo Ribeiro Conrado (rua doutor Alcindo Conrado) – *Sertaneja*, ano 2, número 7, outubro de 1958; 7) Torquato Caleiro (rua major Torquato Caleiro) – *Sertaneja*, ano 2, número 8, dezembro de 1958. A nona edição dessa fase de *Sertaneja* anunciava a proximidade da inauguração do Museu Histórico de Franca. A partir de então não foram publicadas outras biografias dos homenageados pela Câmara Municipal com o registro de seus nomes nas “placas esmaltadas de azul com letreiros brancos sobrepostos”.

“O 9 de Julho em Franca”; “A Praça da Saudade”; “As ‘loucuras’ de um Prefeito... A construção do viaduto francano”; e “Álbum de Família”. Ao leitor foram fornecidas as chaves de interpretação da neutralidade política lealmente anunciada no editorial: “progresso” e “grandeza” de Franca compõem a exata medida de neutralidade política anunciada no texto. A valorização da ação política do agente em questão, também articulador da criação do Museu Histórico Municipal em curso na Câmara, era estampada nas páginas internas com caráter “neutro”, qualificada pelo progresso e grandeza, acima e além de eventuais questionamentos ou desqualificações que se pudesse opor quanto à escolha dos investimentos públicos realizados.

Considerando a importância que essa linha editorial assume no principal veículo de comunicação entre o Museu e a comunidade local, destaca-se algo do conteúdo dessas reportagens e das fotografias que as acompanham. Inaugurando a seção “Álbum de Família” o “ilustre e operoso governador da cidade, d.r Onofre Gosuen” aparece ao lado da esposa Regina e da pequena filha Elisa, em ambiente íntimo de sua residência⁶. O texto destaca que a seção era assim inaugurada, “em homenagem às famílias francanas, registrando para a posteridade, flagrantes da vida social de nossa terra num cunho bem digno e nobre”. Para esse estudo apresenta-se muito significativo o relevo dado ao registro “para posteridade”, por demonstrar a articulação entre os personagens que se faziam apresentar no projeto museal e José Chiachiri, seu mediador. Os fatos registrados na edição aparecem dotados de significado histórico; ao “governador da cidade” parece caber um papel cuja grandeza era imprescindível destacar.

Ao usar a expressão “governador da cidade”, José Chiachiri promove duplo sentido para a palavra, reconhecendo a autoridade do governo municipal, mas também remetendo a significado mais específico, como à idéia de governo estadual, a cujo mandatário habitualmente se reserva o designativo governador. Em algumas poucas ocasiões isto ocorreu, referindo personagens da admiração ou, talvez, da gratidão do jornalista: Antônio Barbosa Filho e Zenon Fleury Monteiro⁷, João Gualberto Ribeiro Conrado⁸ e Abílio de Andrade Nogueira⁹. Tal efeito sugere algo

⁶ O clichê dessa fotografia foi reutilizado na edição da revista quando o agente público, ainda prefeito mas já eleito deputado estadual, desejava aos francanos os costumeiros votos de final de ano. *Sertaneja*, segunda fase, ano 2, número 8, dezembro de 1958.

⁷ *Sertaneja*, ano 1, número 2, dezembro de 1937.

⁸ Cognominado “doutor Janjão”. *Sertaneja*, ano 2, número 5, outubro de 1938.

como um “destino manifesto”, a predestinação de tais atores a algo maior, encaixando-se no perfil que ilustra as reportagens sobre o comandante do executivo municipal e reforçando possíveis aspirações para o futuro.

No mesmo sentido de articular passado, presente e futuro gloriosos, aparece a reportagem das “comemorações do 25º aniversário da Revolução Constitucionalista, em Franca”. No clichê o prefeito discursa junto ao Monumento ao Voluntário Francano, fotos menores na mesma página ilustram a presença do “povo, linha de tiro e escolares” junto à praça 9 de julho, bem como a “concentração no Cemitério”, junto ao Mausoléu dos “heróicos francanos” mortos em combate, em audiência à oratória do advogado e ex-combatente Antônio Baldijão Seixas. A celebração do levante paulista de 1932 mobilizava anualmente diversas camadas da população em torno dos lugares de memória construídos com esse fim. Onofre Gosuen ganhou destaque em meio à comemoração desse passado glorificado pela tradição. Passado recente, no qual muitos presentes à sua celebração tiveram participação ativa e direta, ou lhe foram contemporâneos, a considerar a população na faixa etária acima dos 25 anos de idade. A revista *Sertaneja* evoca-o como uma de suas referências museais. Ressemantização do 9 de julho como base da legitimação do ator político diante da população francana e dos ideais paulistas.

Nesse sentido de síntese de passado, presente e futuro na constituição de lugares da memória, o exemplar trás a notícia nem tão recente de remodelação de uma praça: “A Praça da Saudade”. A reforma do conhecido logradouro situado defronte ao Cemitério da Saudade fora realizada pelo prefeito um ano antes, como está registrado na placa em homenagem ao prefeito no ano de 1956, quando se comemorava o centenário da cidade¹⁰.

Como uma notícia requentada, o embelezamento da praça aparece ilustrado com duas fotos: uma, “antes da administração Gosuen, o velho largo abandonado, reduto de malandros e casaisinhos indecorosos”, que já mostra as obras em andamento; outra, “na administração Gosuen: magnífica praça inteiramente ajardinada, asfaltada e arborizada, salão de visita da cidade, primeira

⁹ *Vilafranca*, ano 4, número 36, novembro de 1968.

¹⁰ Placa afixada pela população circunvizinha em agradecimento pela execução da obra: “Ao jovem e dinâmico prefeito d.r Onofre Gosuen a gratidão dos moradores da praça Carlos Pacheco de Macedo e adjacência, pela concretização do seu ajardinamento, velha e justa aspiração dos francanos. Franca – 7 – 9 – 1956.”

etapa da beleza do caminho da eternidade (Foto Nélon Salles.)”. O calçamento com mosaicos pretos e brancos, imitando o desenho ondular do calçamento beira-mar de Copacabana no Rio de Janeiro, um chafariz central — onde os moradores fizeram incrustar sua homenagem ao administrador —, postes elétricos com fiação subterrânea e asfalto entre os equipamentos modernos disponibilizados para o deleite e fruição dos francanos. Contudo, em *Sertaneja* adquirem a dimensão de plataforma política, enquadram o papel de um ator comprometido com o passado, que prepara o presente para o futuro grandioso que a revista prenuncia — tanto quanto o programa do Museu previa.

Com maior destaque entre todas as reportagens da edição, inserida nas duas páginas centrais, aparece a obra marcante do prefeito municipal, a construção do viaduto da rua General Teles e a formação do Bosque Municipal. A imagem de Onofre Gousen aparece em primeiro plano como se fiscalizando as obras que lhe fazem fundo. Em meio ao passado rememorado e à predestinação grandiosa, o progresso realizado no presente procura representar características ideais do agente público nas páginas de *Sertaneja*: família nuclear constituída, jovialidade, compromisso com as glórias do passado e com suas personalidades proeminentes, arrojo modernizador, visão e projetos de futuro. Prenunciam, igualmente, o programa para o Museu Histórico e seu principal veículo de comunicação com a população local.

Uma última reportagem política aparece nessa edição, intitulada “Uma Foto Expressiva” que registrou a presença de Adhemar de Barros em Franca, cercada por médicos da Santa Casa de Misericórdia de Franca, no ano de 1937 quando se inaugurou o Ginásio do Estado. Seu discurso anunciava que daquele Ginásio “haveria de brotar a semente da criação de um estabelecimento de ensino secundário” na cidade, contestado de modo anedótico por um popular anônimo: “MAS BROTA HEIN!?, [frase] dita alta e [em] bom som causando hilariedade até ao ilustre orador”. Constituíam-se em um passado mais distante e marcado pela leveza da lembrança bem humorada, mas relevante para os personagens ainda atuantes. A presença do governador do Estado inaugurando obra e prometendo outra, certamente conferia credibilidade às reportagens que destacavam Onofre Gosuen, sutilmente referido como “governador da cidade”.

Outros aspectos do desenvolvimento da cidade podiam ser vistos pelo leitor, colaborando para a educação do seu olhar de modo a esclarecer o programa

de comunicação que nascia junto com o Museu Histórico do Município. Uma página inteira dedicava-se à divulgação da programação dos cinemas locais, tanto da Empresa Teatral Paulista, proprietária das salas de projeção São Luiz e Santa Maria no centro da cidade, quanto da “Empresa local Lemos & Cia. Ltda.”, proprietária dos cines Odeon (Centro), Santo Antônio (Estação) e Avenida (Presidente Vargas) a ser inaugurado no mês seguinte. Os recursos modernos de conforto: poltronas, estofadas, “CinemaScope”, tela panorâmica, estereofonia e ar condicionado; a rotatividade da programação das salas São Luiz e Odeon, com a manutenção de um filme em cartaz em sessão única por, no máximo dois dias; a transcrição das sinopses da distribuidora Arts Films; o anúncio de dois filmes nacionais na programação do cine São Luiz; além da notícia da inauguração da quinta sala de projeção da cidade, ajudavam a compor o quadro de modernização da cidade. O espaço publicitário reservado da programação de exibição dos cinemas locais consta em todas as edições da revista.

Poesia constituiu-se em presença constante nas edições da revista. Nessa fase da revista a seleção dos poemas sempre optou por composições de autores locais. Integrou essa edição inaugural o poema “O VIRALATA”, de H. B. Lacerda e a letra da moda de viola “BOI FIDARGO” homenageando o pecuarista local e poeta Nego Plácido, composta pela dupla Carreira e Carreirinha, “dois grandes artistas de rádio”. Sabidamente valorizada pela cultura dos imigrantes sírio-libaneses, a manutenção de poemas nas páginas da revista e de poetas entre seus colaboradores, distingue a publicação entre as congêneres. Seguramente se trata de manifestação cultural de um traço étnico de José Chiachiri, que encontrava acolhimento na sociedade local¹¹.

No mesmo sentido, esse primeiro exemplar destaca ações sociais de contemporâneos, nos quais aparecem também outros integrantes de famílias de origem sírio-libanesa, ativos participantes da vida da sociedade local. Foram comuns reportagens como a que destaca o “Clube dos Salafra”, criado em 1954 com “atenções para as necessidades sociais de Franca”. Mencionando suas ações ocorreu o registro de donativos ao serviço local de saúde o SAMDU e com

¹¹ Sobre o conceito de etnicidade e a participação de inúmeras tradições na formação geral e heterogêneas da “cultura brasileira” ver Seyferth, Giralda. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990. Di Gianni, Tercio Pereira. *Italianos em Franca: imigrantes da boa estrela em uma cidade do interior*. Franca/UNESP-FHDSS: Amazonas Prod. Calçados S/A, 1997. Coelho, Hercídia Mara Facuri. *Imigração sírio-libanesa em Franca*. Franca: Unifran, 2005.

reprodução de uma foto que mostra seus integrantes reunidos em comemoração do aniversário de seu ex-presidente, o fazendeiro Domingos Baldassari, cujo texto destacava Jorge Tahan (então presidente do Clube), Mário Avelar e Rachid Salomão (ex-presidentes). Não são desprezíveis para analisar os vínculos de José Chiachiri com a população local o caráter étnico dessas reportagens, seja pela presença da poesia, muito valorizada na cultura árabe e brasileira da época, ou de compatriotas de ascendência sírio-libanesa. Também, se deve ressaltar a justificativa da existência do Clube dos Salafras: benemerência social, algo cristã, algo evergética¹². O destaque aos benfeitores da cidade e a credibilidade de José Chiachiri como mediador junto a eles, permite compreender a articulação dessa população para realizar o programa museal que então se articulava, bem como o sentido a ser atribuído aos objetos que viriam a formar o acervo do Museu.

Reportagens de noivado, casamento, batizado, bailes eram anunciadas como aceitas para publicação nos números seguintes – sob contrato antecipado, certamente uma das fontes de financiamento do periódico ao lado das propagandas comerciais. Nessa edição já se encontram duas reportagens de casamentos, além de fotografia de criança com destaque para os nomes dos pais.

Finalmente a coluna Curiosidades, que estampava anedotas com ilustrações de humor, como complemento das variedades incluídas na pauta da revista. Anunciavam-se nessa primeira edição, outras seções a se incorporar nos futuros exemplares: “página feminina, literária, panorama político regional, charadas, cartas enigmáticas etc., acompanhadas de farta ilustração do movimento social e econômico de nossa terra”. Programa editorial que se manteve estável até 1964, compondo os aspectos do anunciado “ângulo feliz”, do modo de olhar a cidade e sua população, educando o olhar do leitor, compartilhando explicitamente o ponto de vista do mediador da comunicação e incorporando ao programa editorial a recepção ou a rejeição do público às edições que se sucederam. Tratava-se de prenúncio dos ajustes que sofreria o programa museal, então já proposto pelo prefeito e sob análise na Câmara de vereadores.

¹² Uma reportagem de natureza social, voltada para a questão da criminalidade, intitulada “Brinco, você é um amor!... com 12 anos já figura nos cabeçalhos de jornais”, aparece na última página dessa edição inaugural de Sertaneja. Ao contrário das demais seções, reportagens e notas, não se encontram outras matérias semelhantes nos demais números da revista.

3.1.1 A sede do Museu

O cenário, a sede desejada para instalar o Museu Histórico, era o edifício conhecido como “Estalagem”, a ser obtido por meio de doação e adaptado à custa da Municipalidade, nos termos da Lei que o criou:

Art. 1º – Fica a Prefeitura Municipal autorizada a receber em doação, uma faixa de terreno medindo 60 (sessenta) metros de frente para a rua Evangelista de Lima, e 25 (vinte e cinco) metros de fundo e respectivo prédio conhecido por “Estalagem”, sito no bairro que lhe empresta o nome, de propriedade do Sr. Miguel Sábio de Mello, imóvel esse constante da planta de loteamento do “Jardim Samello” que ficará fazendo parte integrante desta lei.

...

Art. 7º – O prédio destinado à instalação do Museu Histórico do Município, está localizado à rua Evangelista de Lima, o tradicional e centenário edifício pelo nome de “Estalagem” cheio de história e que resiste aos passados anos como um símbolo da vida de nossos antepassados, doado à Municipalidade conforme reza o artigo 1º da presente lei, que será adaptado para esse fim.

(Lei n.º 656, de 4 de setembro de 1957).

Vários significados foram atribuídos ao edifício da rua Evangelista de Lima: “tradicional e centenário”, “cheio de história e que resiste aos anos passados como um símbolo da vida dos nossos antepassados”. Configurava-se como, documento a se monumentalizar, testemunho da história local e lugar de memória como o próprio Museu, que se criava. A Estalagem situava-se à margem esquerda da vazante do córrego dos Bagres, fundo de vale entre duas¹³ colinas que compunham o relevo identitário local da então autodenominada “Terra das Três Colinas”. Tratava-se de um vestígio do antigo Caminho de Goiás, também chamado de Estrada Real, que funcionara como umas das paragens para descanso dos homens e animais de tropas, que comercializavam com o Brasil Central nos séculos XVIII e XIX¹⁴, o que igualmente tange na questão do abastecimento de água em Franca, presente no programa museal expresso na Lei de criação do Museu e tema

¹³ A colina do Centro Histórico correspondia ao povoamento mais antigo, originado em fins do século XVIII, e colina da Estação, teve seu adensamento demográfico intensificado após a inauguração da Estação local da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e Navegação, em 1887.

¹⁴ Daí constituir-se em referência à fase em que a economia local era baseada na criação de gado, especialmente bovino conforme inúmeras referências historiográficas. Quanto ao aspecto específico do papel do abastecimento das tropas em trânsito, denominada pela autora como “economia de beira de estrada”, sob a perspectiva da evolução demográfica veja-se Brioschi, Lucila Reis. *Criando história: paulistas e mineiros no nordeste de São Paulo, 1725–1835*. 1995. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

sempre muito caro a José Chiachiri¹⁵. Era ainda um lugar que denotava outras relações da história local com grandes acontecimentos da história nacional, como demonstram os registros da hospedagem dos soldados da coluna do coronel Camisão, sob comando do coronel Drago, quando ocorriam os combates no Paraguai¹⁶.

A única menção de José Chiachiri nas revistas *Sertaneja* e *Vilafranca* ao desaparecimento do edifício, qualificava a Estalagem referindo-a a história nacional: “datava do longínquo 1820, onde as tropas brasileiras, que seguiram para o Paraguai, os heróis da Laguna, sob o comando do c.el Drago se hospedaram”. Nesse momento o diretor do Museu reivindicava na Câmara Municipal a elaboração de lei “considerando de utilidade pública todos os locais que relembram à Franca e ao seu povo pontos importantes da história e da vida deste município”¹⁷.

Observe-se que a Lei e a notícia da instalação do Museu na Estalagem atribuem apenas um sentido geral à sua importância histórica¹⁸, sem indicar

¹⁵ Conforme o Parágrafo Único do Artigo 3º: “Dividirá o Museu nas seguintes seções: manuscritos, objetos de arte, obras antigas, seção bibliográfica, instrumentos diversos de uso domiciliar, seção de mineralogia, plantas, água, etc.” (grifei).

Barbosa, Agnaldo de Souza. *Política e Modernização em Franca, 1945–1964*. Franca: UNESP/Franca, 1998. p. 101–105. O autor faz referências ao combate do desvio de verbas estaduais destinadas ao serviço de abastecimento de água de Franca, cujas denúncias foram divulgadas pelo *Diário da Tarde*, então dirigido por José Chiachiri.

¹⁶ *Vilafranca*, ano 5, número 37, abril de 1969. O tema da participação local na Guerra do Paraguai era recorrente e envolvia também a questão da colonização do Mato Grosso do Sul por fluxo emigratório local e regional. Alguns personagens foram destacados, como o “herói do Paraguai” Major Antônio Vicente Monteiro Duarte, condecorado capitão honorário do Exército brasileiro com medalhas de Mérito Militar, também Cavaleiro da Ordem de Cristo e da Imperial Rosa, “Oficial tabelião em Franca”, pai de Hermínio Monteiro Duarte e avô de Paulo Alfeu Junqueira Monteiro Duarte, então, afirmava-se, diretor do Museu Paulista. *Vilafranca: o registro na história*, ano 3, número 20, janeiro/fevereiro, 1961. O tema foi retomado a partir de estudo de Aluísio de Almeida a 15 de julho de 1964 n’*O Estado de S. Paulo* sobre o tema. O “famoso Guia [José] Lopes”, saído de Araraquara/SP, partícipe da Retirada de Laguna narrada por Alfredo Taunay, que teria contraído matrimônio com dona Senhorinha, nascida em Ituverava, então distrito de Franca. *Vilafranca*, ano 6, número 34, setembro de 1965. Evangelista, José Geraldo. A evolução urbana de Ituverava. A chegada do café a um velho centro de criadores. *Revista de História*, São Paulo, ano 13, volume 24, número 50, p. 403–416, abril/junho, 1962. Sodré, Néelson Werneck. *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril: com 8 mapas*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990. Fac-símile da edição da Editora José Olympio, 1941. Carmelino Correa Júnior também publicara estudo “sobre a coluna do c.el Drago – Retirada da Laguna, Guerra do Paraguai” sob o título “9 de julho de 1865” em *O Francano*. Corrêa Júnior, Carmelino. *Os primórdios do povoamento do Sertão do Capim Mimoso*. Monografia datilografada. São Paulo, agosto de 1958. – Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Com dedicatória manuscrita de doação ao Museu Histórico de Franca, datada de 1º de julho de 1960.

¹⁷ *Vilafranca: o registro na história*, ano 4, número 24, setembro de 1962.

¹⁸ Como se observa no documento reprografado na epígrafe da Introdução. *Sertaneja*, segunda fase, ano 1, número 2, setembro de 1957. p. 16.

nenhuma significação particular, como as que foram aqui reunidas a partir de menções feitas em outros momentos e em outros estudos. O relevo específico do patrimônio como cenário museal, focado ao se noticiar à aprovação da criação do Museu, repousou sobre os personagens que poderiam agir na valorização dessa história por meio de sua musealização, como a figura do empresário Miguel Sábio de Mello, proprietário do edifício “sito no bairro que lhe empresta o nome”, embora isso tenha se perdido também, pois atualmente se denomina Jardim Samello, marca comercial obtida da contração do sobrenome Sábio de Mello.

A perspectiva da conservação do patrimônio histórico edificado também foi enfatizada quando do anúncio da criação do Museu Histórico do Município. O principal argumento para a escolha da Estalagem como cenário para instalação do Museu recaía sobre ser este um “dos prédios mais antigos e mais cheio de história de nossa cidade”. O argumento encontrava amparo em declaração de um de seus filhos ilustres: “Bem disse certa vez o jornalista Paulo Duarte que os poderes municipais francanos deveriam conservar um dos inúmeros prédios antigos desta terra para a criação de um Museu”¹⁹. Amparava-se assim a iniciativa do prefeito Onofre Gosuen, aprovada por maioria de votos pelos vereadores. O argumento da ilustração recaía também sobre a qualificação do então presidente da Câmara: “culto vereador Prof. Hélio Palermo”²⁰.

Um aspecto importante a se analisar está na iniciativa frustrada de preservação do patrimônio histórico material, que unia dois importantes personagens políticos locais pela causa. A lei explicita a doação como favas contadas, entretanto isso não ocorreu. Mesmo o processo de criação do Museu não obteve unanimidade entre os vereadores. Não houve qualquer explicação para esse desencontro entre pretensão dos políticos e a efetiva ação de Miguel Sábio de Mello nas páginas de

¹⁹ Paulo Duarte era o nome literário de Paulo Alfeu Junqueira de Monteiro Duarte (1899-1984), amigo da família Mesquita, proprietária de *O Estado de S. Paulo*, do qual chegou a ser editor-chefe. Tendo trabalhado com Paul Rivet na França, entre 1938 e 1945, Paulo Duarte encabeçou a campanha que culminou com a Lei da Arqueologia (Lei 3.924 de 16 de julho de 1961), que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos, aprovada no governo Jânio Quadros, um de seus seletos e poucos amigos. Nascido em São Paulo, Paulo Duarte mencionou em diversos livros os doze anos de sua infância vividos em Franca, bem como às visitas que fazia à cidade. Ver especialmente Duarte, Paulo. *Memórias: raízes profundas*. São Paulo: Hucitec, 1974. v.1.

²⁰ Onofre Gosuen participava do Partido Trabalhista Nacional, enquanto Hélio Palermo do Partido Social Progressista, partidos aliados entre 1955 e 1962. após sua gestão como prefeito Onofre Gosuen foi eleito deputado estadual. Hélio Palermo foi reconduzido ao mandato de vereador e, em 1963, foi eleito prefeito. Barbosa, Agnaldo de Souza. *Op. cit.*, p.65 – 128.

Sertaneja. Mesmo nos registros preservados nos arquivos públicos não se encontra hoje qualquer outra iniciativa para salvaguardar a Estalagem. Havia institutos jurídicos, como a Declaração de Utilidade Pública, lembrada por Chiachiri em 1962, ou a Permuta, posto que a Câmara Municipal autorizou a Prefeitura a permutar área do Patrimônio Municipal com Calçados Samello S.A. e Misame Comércio, Indústria, Participação e Administração S.A., empresas comandadas por Miguel Sábio de Mello²¹. Além de indicar a viabilidade de aplicação legal da permuta, esse caso indica ainda que o empresário proprietário da Estalagem tinha interesse em obter área do patrimônio municipal para favorecer seus negócios.

As evidências parecem indicar a incipiência local do conceito de preservação do patrimônio material. Verifica-se que houve pouco empenho em preservar um monumento qualificado como “tradicional e centenário”, “cheio de história e que resiste aos passados anos como símbolo da vida de nossos antepassados”. Não foram mobilizados os recursos disponíveis para a preservação desse edifício em particular. Mas essas evidências também permitem perceber quão impreciso apresentava-se o programa museal esboçado na Lei que criou o Museu Histórico.

O edifício não fora doado ao Município. A Estalagem foi demolida e o terreno posto a venda conforme previa a planta do loteamento Jardim Samello. Isso não provocou qualquer constrangimento ou tensão maior do que as poucas e cordiais missivas já referidas. Pelo contrário, José Chiachiri passou a buscar outros cenários para instalar o Museu, além de divulgar nas páginas de *Sertaneja* anúncios dos corretores habilitados e do próprio loteamento “Jardim Samello”²².

Para melhor compreensão do processo de instalação do Museu Histórico de Franca torna-se importante analisar o papel de José Chiachiri como mediador entre os adeptos da musealização do passado francano e sua inserção nos quadros do funcionalismo público. José Chiachiri foi nomeado diretor do Museu Histórico de Franca e Antônio Rodrigues Alves para o cargo de porteiro zelador, pelo prefeito Onofre Gosuen em data anterior a 20 de novembro de 1958, conforme

²¹ Lei n.º 1.345, de 6 de agosto de 1965.

²² *Sertaneja*, segunda fase, ano 1, número 9, janeiro/fevereiro de 1959. As qualificações do loteamento nessa propaganda foram: “Planeja o Futuro comprando no Presente!” e sua localização “No coração da Cidade”, o que denotava o crescimento da urbanização local, pois as áreas de fundo de vale de Franca eram consideradas periféricas no início do século, onde se situavam chácaras, como registrou Duarte, Paulo. Op. cit.

cartão remetido por Mário Vilhena, “ilustre historiador francano, médico, escritor e romancista de renome”:

Chiachiri amigo – Não sei se devo enviar parabéns a você ou à Franca (este “a” sem xenofobia absurda) pela acertada escolha do prefeito para organizar e dirigir o Museu Histórico da Franca. Pela sua competência, sentido de organização e amor à nossa terra, auguro futuro brilhante à organização. Um abraço do Mário – Rio 20/11/1958 [sic].

Sertaneja, segunda fase, ano 1, número 5, janeiro/fevereiro de 1958.

Sua atuação jornalística em favor da constituição do Museu iniciara-se visivelmente desde a retomada da revista em agosto de 1957, quando o projeto de criação já havia sido submetido à apreciação da Câmara Municipal pelo prefeito Onofre Gosuen. A nomeação de José Chiachiri para o cargo de diretor do Museu Histórico do Município deu-se a 14 de janeiro de 1958, em caráter interino (Decreto n.º 1.162); a 7 de abril de 1958 foi nomeado “adido da Secretaria da Prefeitura Municipal na fase de organização do Museu Histórico de Franca” (Portaria 265); tendo “assumido seu cargo no Museu Histórico” a 14 de novembro do mesmo ano (Portaria 330)²³.

As campanhas de constituição de sentido e de coleta de contribuições da população já haviam se iniciado na primeira edição de *Sertaneja*, por meio do “Roteiro de Franca (através de suas ruas)”, conforme análise desenvolvida sobre a educação do olhar museal e patrimonial no início desse capítulo. Portanto a mediação de José Chiachiri do movimento de memória que resultou na criação, implementação e instalação do Museu Histórico de Franca iniciara-se antes mesmo de sua inclusão nos quadros do funcionalismo público da Prefeitura Municipal. Tratava-se de um amplo movimento de articulação de setores médios da sociedade, que reivindicou ao Poder Público o recurso imprescindível para atender ao caráter permanente da institucionalização da memória: uma sede própria, o cenário museal.

Tanto assim que, mesmo já nomeado diretor da instituição, ao ver frustrada a primeira opção de sede para o Museu, José Chiachiri iniciou uma campanha para obter os recursos necessários para construir uma sede própria para

²³ Prontuário de José Chiachiri. Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Franca.

o Museu²⁴. Estaria à margem esquerda do córrego dos Bagres, a vazante da desaparecida Estalagem, entre as ruas Voluntários da Franca e General Teles, “junto à pitoresca cachoeirinha [hoje também desaparecida] do ribeirão dos Bagres, local histórico, onde outrora estava situada a famosa Fonte da Careta, hoje reconstituída e restaurada pela Prefeitura Municipal de Franca”²⁵. José Chiachiri revelou a solicitação feita aos colaboradores e o sentido dos donativos ao registrar a articulação de benemerência, perpetuidade e sentimento de identidade local, como vetores da adesão à campanha da construção da sede própria:

O nome dos cidadãos beneméritos que tão pronto acolheram a iniciativa, figurará em lugar de destaque na entrada do edifício, perpetuando o seu gesto e a sua boa vontade, virtudes inatas no coração francano...

Sertaneja, segunda fase, ano 2, v.7, outubro de 1958.

O único informe que temos dessa campanha em Sertaneja apresenta seus resultados: “uma centena e meia de milhares de cruzeiros, em dinheiro”, “tijolos, cimento, madeira etc. no local da construção”, prevendo-se que o prefeito faria levantar “o prédio e dentro em pouco tempo, uns três meses, o mais tardar” estaria pronto. Dessa campanha não há outra notícia qualquer nas páginas da revista.

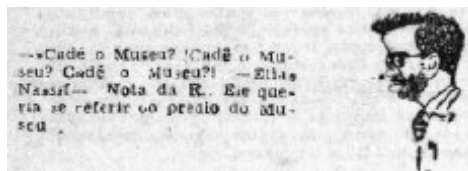
Os registros dessa campanha apresentam-se como os mais elucidativos quanto às motivações que envolviam os doadores do Museu. Longe da idéia atualmente corrente de que os doadores encontravam no projeto do Museu um depósito para pertences sem função, as colaborações demonstram afetividade na adesão ao projeto museal e intenção de perpetuar seu gesto em uma instituição permanente quando praticavam o gesto benemerito da doação, além do já citado traço de cultura agregado ao benfeitor. Tal se constitui o maior indício do caráter evergético do Museu Histórico do Município²⁶.

²⁴ *Sertaneja*, segunda fase, ano 2, número 7, outubro de 1958. Um trecho dessa notícia anunciava a recepção de objetos históricos e de arte, por meio da “campanha para angariação de peças e relíquias históricas para o Museu”, sem que houvesse qualquer nota nas edições anteriores solicitando essa colaboração aos leitores.

²⁵ Conforme depoimento de Jonas Deocleciano Ribeiro, foi destruída e reconstruída várias vezes em diferentes locais. *Vila Franca*, ano 6, número 34, setembro de 1965. Atualmente o monumento da “água da careta” tem apenas a indicação de sua última localização à rua Voluntários da Franca, junto à ponte sobre o córrego dos Bagres, antigo Itambé.

²⁶ Conforme a classificação de Krzysztof Pomian referida na Introdução – nota 12.

Com a posse de diversas doações e consciencioso da proteção especial que lhe cabia dedicar aos objetos, José Chiachiri continuou a insistir na imprescindibilidade da obtenção de uma sede própria. Assim registra na coluna extraordinária dedicada a comentários sobre a Câmara Municipal:



XILOGRAVURA 2 – Elias Naciff: _“Cadê o Museu?”

Fonte: *Sertaneja*, segunda fase, ano 2, número 8, Natal de 1958.

Finalmente foi a intervenção de Elias Naciff, sob possível vínculo de solidariedade étnica, que permitiu ao diretor obter uma sede para a instituição: provisória, como José Chiachiri sempre fez questão de enfatizar, enquanto o Museu esteve instalado na “antiga mansão do cap. Acácio A. Pereira, à rua Júlio Cardoso, n. 1180”, esquina com a rua Tomás Gonzaga (atualmente hotel – edifício Tower). Elias Naciff também participou da ampla reforma do imóvel, na qualidade de intermediador da família de Acácio Alípio Pereira, de quem fora genro. A origem sírio-libanesa de Elias Naciff reforça as evidências dos vínculos de etnicidade, entre outras aproximações com as diversas etnias que compunham a população local, na constituição do Museu Histórico. Tendo colaborado com a doação de objetos para o Museu, cujo registro era feito em nome dos descendentes diretos do imigrante português, capitão da Guarda Nacional. As informações sobre o antigo proprietário da sede provisória do Museu restringiram-se ao seu pertencimento à antiga Guarda Nacional, não aparecendo vínculos com a cafeicultura ou outras significações que pudessem denotar associação entre a biografia do imigrante português Acácio Alípio Pereira e o Museu prestes a ser inaugurado.

A valorização do edifício, que servia de “sede provisória” ao Museu, ocorreu somente por ocasião da visita da Comissão Folclórica do Estado²⁷, que

²⁷ Sob liderança de Rossini Tavares de Lima e acompanhada de jornalistas de *O Estado de S. Paulo* e *A Gazeta*, a Comissão Paulista de Folclore visitou o Museu durante o “Primeiro Festival Folclórico em Franca”, realizado no dia 29 de junho de 1960, sob patrocínio do jornal *Comércio da Franca* e organizado por Marina de Andrade Marconi. *Vilafranca* reproduziu o registro lavrado por Rossini Tavares de Lima no Livro de impressões de visitantes, bem como trecho da reportagem estampada em *A Gazeta*. *Vilafranca*: o registro na história, ano 2, número 16, junho de 1960. *Vilafranca*: o registro na história, ano 3, número 17, agosto de 1960. Meses depois visitaram o Museu Chopin

manifestou ao diretor da instituição “admiração sincera e grande” pela “sala original do Museu”, onde o “critério funcional” fez expor a “seção da cozinha” em torno do fogão a lenha, revestido de azulejos portugueses de Alcaçoba em alto relevo “e que na instalação do Museu, foi conservado como relíquia”.



FOTO 13 – Seção da Cozinha no Museu Histórico do Município.

Fonte: *Vilafranca: o registro na história*, ano 3, número 17, agosto de 1960.

De qualquer modo, as notícias alvissareiras do início de 1959 eram de que “A instalação do Museu Histórico incrementará os estudos e pesquisas históricas locais e regionais mais esclarecendo o passado francano, a gloriosa história dessa terra, sua formação social etc.”²⁸. Anunciava-se a breve inauguração do Museu, os vestígios do passado da antiga Franca seriam finalmente expostos ao olhar dos doadores e do público. Nas páginas da edição seguinte de *Sertaneja* o leitor encontraria publicada uma reportagem ilustrada do Museu.

A inauguração do Museu Histórico do Município de Franca ocorreu

Tavares de Lima – filho de Modesto Tavares de Lima e chefe de gabinete da Secretaria de Educação e Cultura do Estado de São Paulo – que doou o leque que pertencera a sua avó Chiquinha Tavares de Lima. “Livro de Impressões dos Senhores Visitantes, 1959–1965”. Arquivo do Museu Histórico Municipal “José Chiachiri”.

²⁸ *Sertaneja*, segunda fase, ano 2, número 9, janeiro/fevereiro de 1959.

finalmente no dia 9 de março de 1959, três dias antes da renúncia de Onofre Gosuen ao cargo de prefeito municipal para assumir o mandato de deputado estadual. Na ata da solenidade de inauguração do Museu o secretário *ad hoc* Carlos Armênio Luz registrou o discurso do prefeito, que fez “exortação à cultura, ao passado e à história de nossa terra” e encorajou a “caminhada pelo progresso cada vez maior do Museu Histórico de [substituído, com rasura, por da] Franca”. A ênfase da oratória de Onofre Gosuen, sintetizada pelo redator, aponta sobretudo para as dificuldades enfrentadas para a instalação da sede, destacando o compromisso do agente político em obter para o Museu o edifício da Prefeitura Municipal (atual sede do Museu), que seria transferida para o edifício do hotel Francano (hoje demolido para dar lugar uma agência bancária), conforme estudos de desapropriação que estariam em andamento na Câmara Municipal. Assinaram o livro de atas do Museu vinte e quatro presentes, entre as quais cinco vereadores. Não se encontra registro desse evento na revista *Sertaneja*.

3.2 Sob comoção geral

Preciosos episódios da vida francana

Reunidos no Museu Histórico da Terra que produz o Melhor Caté do Mundo

Um empreendimento que veio corrigir falhas e permitir que o passado de Franca esteja vivo aos olhos das novas gerações — Fatos que demonstram o culto às tradições do povo francano — Instituição que já se apresenta como atração turística de alto valor.



Nesta velha mansão, de feição colonial, de beirais tão ao gosto das construções do século passado, e que pertenceu ao cap. Acácio A. Perelra, está instalado o Museu Histórico, que já é uma autêntica atração para os francanos e turistas.

FOTO 14 – Sede Provisória do Museu Histórico do Município.

“O jornal *Diário do Comércio*, órgão da Associação Comercial de S. Paulo publicou no dia 4 de maio, a seguinte magnífica reportagem acompanhada de clichês e títulos”.
Fonte: *Sertaneja*, segunda fase, ano 2, número 10, julho de 1959.

Em meio a versos, Sertaneja reproduziu a reportagem em epígrafe.

Foram oito os poemas publicados: “Trovas” (transcrita de *O Francano*, primeira fase, 1888), “A Visita”, “A Valsa” e “A Flauta” de Josafá Guimarães França, “Perfil” de Mauro Lúcio, “O Carrero” de Aristides De Santi (na seção “Página Literária”), “Entre Vizinhas” de Octacílio Gomes e “O Museu de Minha Terra” de Francisco Maniglia, composta em Franca no dia 9 de julho de 1959. Os três poemas de Josafá França aludem à “Santa das Serenatas” – a flauta de Olímpio de Almeida. A abertura do Museu ao público foi noticiada exclusivamente por meio de versos, além da reprodução da reportagem da imprensa paulistana.

A repercussão da inauguração do Museu ganhou dupla abordagem da revista, de um lado o reconhecimento da grande imprensa, de outro a presença ativa da comunidade local. Uma representada pela cópia da “magnífica reportagem acompanhada de clichês e títulos” do *Diário do Comércio*, da Associação Comercial de São Paulo, a outra codificada por poetas locais como Josafá França, Mauro Lúcio e Francisco Maniglia.

Perfil

É fazendeiro, foi vereador.
E as ruas da cidade pavimenta,
Movimentando agora um britador,
Nossa área calçada sempre aumenta.

Na Comissão do nosso Centenário,
Que presidiu com seu esforço e brilho.
Desenvolveu trabalho extraordinário,
E desta Franca se mostrou bom filho.

FÍSICO – como o chamam seus amigos –
É lá do *Rotary* um dos diretores,
E tradição dos troncos bem antigos,
Para a pauta revela seus pendores.

Ligado aos movimentos da cidade,
Esse homem que as ruas nos asfalta
Exerce aqui constante atividade,
Que para nós sua figura exalta.

Mauro Lúcio

Sertaneja, segunda fase, ano 2, número 10, julho de 1959.

Ilustrada por caricatura de Onofre Sebastião Gosuen, traçada por Ramon Lopes, o poema “Perfil” elaborou uma biografia do recém empossado deputado estadual ressaltando seus vínculos com a memória local, especialmente valorizada pela inauguração do Museu Histórico. O ex-prefeito aparece nos versos de Mauro Lúcio como dinâmico e empreendedor do asfaltamento da cidade, ex-vereador, diretor do *Rotary* Clube de Franca, membro de família tradicional e “bem

antiga”, além de presidente da Comissão do Centenário da Cidade de Franca, comemorando três anos antes, no dia 24 de abril de 1956.

Ainda no âmbito da sensibilidade poética da comunicação da abertura do Museu ao público, encontra-se o soneto de Francisco Maniglia, que dá lugar etéreo ao sentido da ação museal praticada naquela hora, inserido na última capa da revista:

O Museu de Minha Terra

Passado?!...É estar presente ao que não mais se vê!
 E ao estar presente no Museu de Minha Franca. Quão
 Belos, vivi ali, momentos de emoção!
 Meu coração dizia à minha alma — “por que
 Sentimos aqui tão feliz recordação?!”
 Minha alma, triste aqui, sorrindo ali — “um que
 Responde – existe em tudo e faz-nos que se crê
 As coisas terem vida-além – Ó coração”
 Velhos trastes, lembrando um passado...presente
 Me faziam a Vida, em épocas remotas!
 Velhas imagens, gente estóica, à minha mente,
 Traziam, que por certo estão na eternidade,
 Como estrelas, em meio às paragens ignotas!
 E do Museu perdura em mim – muito – a Saudade!

Franca, 9 de julho de 1959

FRANCISCO MANIGLIA

Sertaneja, segunda fase, ano 2, número 10, julho de 1959.

A exposição de “trastes”, “velhos trastes”, referidos no soneto, portanto fora do circuito das atividades econômicas, provocou sentimentos no visitante que colaborava com o Museu por meio de sua poesia. A “saudade” sintetizava a profusão de emoções, alegria e tristeza, diálogo da alma com o coração. Saudade que marcava a distância do passado remoto da “Vida” inserida na “Eternidade”, do desconhecido, ignoto, da vida além daquela “gente estóica”. Saudade que trazia o passado ao presente. Saudade que foi adotada como chave de leitura do Museu Histórico de Franca. Indefinível saudade, expressão de sentimentos irredutíveis a palavras precisas, a conceitos, a formulação exata ou precisa.

Também foi por meio da poesia que a revista comunicou a grande solenidade de recepção de “dádiva” ao Museu: a flauta que pertencera a Olímpio de Almeida²⁹, simultaneamente à efetiva inauguração do Museu junto à comunidade

²⁹ Em carta, Mário de Alcântara Vilhena informava ao “conterrâneo” José Chiachiri ter confiada a si a flauta “do grande e pranteado artista e cidadão francano”, entregue por Maria José do Vale “afim de ser entregue a essa instituição, como preciosa e generosa dádiva”. Acrescentando: “Para esse fim

que participava da formação de seu acervo. A festa marcou os procedimentos de investigação, conservação e comunicação do Museu. Realizada na noite de 28 de Março de 1959, contou com a presença de 183 pessoas, destacadamente os familiares evergetas — Maria José e coronel Dióscoro Gonçalves do Vale, filha e genro do homenageado, residentes no Rio de Janeiro/RJ —, Mário de Alcântara Vilhena — também residente no Rio de Janeiro, representante da família na entrega da flauta ao diretor do Museu e orador no ato de entrega —, o Conjunto Francano de Amadores — que executou peças do homenageado — e Arnaldo Ricardo de Souza — jornalista e regente do Conjunto Francano de Amadores, que recebeu o instrumento para executar o solo da valsa “Chorei de Saudades”, “sob comoção geral”, além de proferir “oração” a respeito do homenageado. Os discursos proferidos seriam publicados pelo *Diário da Tarde* e seus recortes passariam a integrar a ata da sessão solene — uma vez mais redigida por Carlos Armênio Luz — bem como integrariam a exposição do objeto em local previamente preparado na “sala de música” do Museu. A flauta foi entregue por José Chiachiri a Antônio Baldijão Seixas, representante do prefeito, que discursou em improviso em agradecimento à doação, como também fez um dos convivas presentes, o professor de contabilidade Theodoro Del Monte. Ao se depositar a flauta na sala de música do Museu discursou Otávio Cilurzo, “em vibrante improviso, sobre a solenidade e recordando fatos da vida de Olímpio de Almeida e outros músicos francanos”. No encerramento da festa, nova execução de peças do homenageado pelo Conjunto Francano de Amadores. Entre as vinte e nove autoridades que assinaram a ata encontravam-se ainda o vereador Hélio Palermo, como representante da Câmara Municipal; João Roberto Corrêa, “pelo *Diário da Tarde*”³⁰, um vereador pelo PTN não identificado; um outro representante do *Diário da Tarde*, também não identificado; Tuffy Jorge, proprietário de *O Francano*, além de Antônio Rodrigues Alves, porteiro do Museu.

Além do significado atribuído à flauta pelos discursos publicados na imprensa local, encontra-se a homenagem poética de Josafá França à “santa das

podeis designar qualquer dia, entre 23 e 28 do corrente, que conto em Deus estar aí”. Arquivo do Museu Histórico Municipal “José Chiachiri”. O dia escolhido, 28 de março de 1959, foi um sábado.

³⁰ João Roberto Corrêa era um dos diretores do *Diário da Tarde*. O outro diretor do jornal era Jorge Cheade, que também exercia a função de secretário particular do recém empossado prefeito Abílio de Andrade Nogueira.

serenatas” na revista *Sertaneja*. O objeto aparece com sua qualidade intrínseca mais destacada; uma flauta de prata. Mas foram as qualidades agregadas à flauta as que lhe conferiram sentido e significado museal; como símbolo da “velha Franca” e suas serestas, elevada à condição divina pela população francana (“Descansa – santa saudade! Canonizou-te a cidade”), pelo seu pertencimento ao francano Olímpio de Almeida, maestro e musicista local, compositor de valsas que teriam ultrapassado os limites da localidade, como “Chorei de Saudades” e “Choro de Violino” — “peças inesquecíveis, obrigatória nas serenatas familiares ou nos grandes bailes da sociedade francana”, como registrou a reportagem do *Diário do Comércio*.

A proteção especial conferida ao objeto musealizado, retirando-o do circuito econômico, interrompeu sua funcionalidade habitual, submetendo-o a significados imateriais extrínsecos, que, na expografia inaugurada com a solenidade festiva da doação, conferia-lhe sentido e significado por meio dos discursos de dois especialistas. Intencionalmente expostos ao olhar do visitante os discursos de um “historiador francano” e de um “musicista”, proferidos na noite de entrega da flauta ao público do Museu e impressos no período local *Diário da Tarde*, seriam recortados do jornal e agregados ao semióforo na exposição permanente do Museu³¹. Somava-se à expografia uma reprodução dos versos de Josafá Guimarães França, provavelmente emoldurado³².

Destaca-se o caso da flauta de Olímpio de Almeida, por ser configurar em evento que marcou festivamente a abertura do Museu ao público em geral, já que na inauguração oficial a presença de autoridades públicas municipais do Executivo e do Legislativo foi majoritária, praticamente exclusiva. De modo mais importante para a compreensão dos procedimentos de musealização adotados pela instituição, a recepção pelo Museu da “santa das serenatas” reúne riqueza de indicadores para a análise dos vetores de conservação, de pesquisa e de

³¹ Não foram localizados os mencionados recortes no Museu Histórico Municipal “José Chiachiri”. A coleção do *Diário da Tarde* conservada pelo Museu está incompleta, o exemplar número 3.680 de 30 de março de 1959 reafirmou que “publicaremos em nossas próximas edições” a “notável oração” de Arnaldo Ricardo de Souza e “o discurso do d.r Mário Vilhena”. A notícia registra a presença de quatrocentas pessoas no evento, Lewkowicz, Ida; Di Gianni, Tercio Pereira. *Diário da Tarde, 1941–1960*: coleção do Museu Histórico Municipal “José Chiachiri”: Franca: Printcopy, 2002 (Impressão Digital, 8) – volume 29.

³² Nos registros de tombo do Museu consta a “família de Olímpio de Almeida” como doadora de “flauta de prata com estojo”, em 1959. O enquadramento de jornais e outros papéis para complemento da expografia foi um recurso amplamente utilizado por José Chiachiri na constituição do que venho denominando de núcleos vetoriais de sentido.

extroversão praticados desde os seus primeiros dias. A flauta musealizada, submetida a uma proteção especial, que se compreende como permanente, transformada em semióforo pela comunidade.

Como referido no soneto “O Museu de Minha Terra”, a flauta já não apresentava mais qualquer utilidade pela sua finalidade, qual seja o seu uso enquanto instrumento sonoro, constituía-se um “traste” para a família do falecido Olímpio de Almeida, ainda que esse pertence pudesse representar para os parentes um lugar de memória do ente desaparecido. Entretanto, interessa mais ao roteiro dessa pesquisa, a busca dos indicadores que transformam um pertence privado em referência para a memória coletiva, de uma comunidade desejosa de constituir uma constituição permanente para expor publicamente sua história. Os documentos são recorrentes em lembrar o fato material da constituição de metal precioso do objeto, qualificando mais o sentido generoso da doação.

Contudo, os significados atribuídos ao instrumento musical, foram mais além: trazia ao Museu Histórico Municipal a figura exótica, ausente, de um cidadão francano destacado em sua época, cuja “fama” e principais composições artísticas estavam associadas ao instrumento. E não se tratava de representar exclusivamente Olímpio de Almeida e sua famosa composição “Chorei de Saudades”, pois a “santa das serenatas” evocava leveza da alma e sentimentos (tristeza, enternecimento, carinho, amor, ternura, predição, abandono, distância, generosidade, esperança, serenidade, doçura, ausência, solidão, traição, ciúme, união) e suas expressões (choro, silêncio, sonho, melodia, unção, suspiro, acalanto, dobre, soluço, grito, vagido, clarinada, cachoeira, galanteio, mocidade, voz, poesia, gemido, canto, prece, sopro, nota, melodia, ai, rio dos olhos, lar, boca do mar), bem como os seus sentidos (alma, coração, olhos, ouvidos, boca). O caráter exótico das serenatas “da velha Franca” também foi avocado à flauta, constituía-se pela distância temporal, colocava em cena uma outra época e sua sociabilidade invisíveis, ainda que relativamente próxima e compartilhada pelas gerações mais velhas. Expressões como “Sol posto”, “colhidas pela madrugada”, “nos largos espaços”, “em cada rua”, “em cada esquina”, referiam em verso o tempo exótico, o passado das “Olimpíadas do sonho”. Os versos, complementados pela menção jornalística das “serenatas familiares” e dos “grandes bailes promovidos pela sociedade francana”, completam a semântica

pretendida pela musealização da flauta³³.

Tal sentido também foi estampado na reportagem reproduzida do *Diário do Comércio*, quando descreveu a composição da “sala de música” do Museu, onde Franca era representada como “cidade que dedicou verdadeiro amor à música”, “terra em que as serenatas tinham especial destaque”, mencionando especialmente: a flauta de Olímpio de Almeida, a requinta “do saudoso maestro [Fernasti] Sicchierolli, que fez sucesso enorme durante a ida da Banda do Grêmio ao Rio de Janeiro”, e um violino “construído com a madeira do jatobá que até a poucos anos existiu na praça Barão de Franca [...] evocando os velhos tempos em que reuniam sob a copa frondosa daquela árvore, para ‘um cavaco’ figuras expressivas da política, economia e sociedade, e em que se falava de tudo, até da vida alheia...” Configurava-se o enquadramento do objeto, enquanto materialidade e imaterialidade, sob aspecto visível e invisível.

A comunicação poética da musealização da flauta de Olímpio de Almeida aponta, em conclusão; para o papel do Museu enquanto um lugar de memória e cenário do fato museal pretendido:

[...]

Quem te viu em cada esquina!
 Quem te ouviu em cada lar!
 — ó seresteira divina!
 secou o rio dos olhos
 e encheu a boca do mar!
 Descansa – santa saudade!
 canonizou-te a cidade!
 será, sempre, templo e altar,
 o Museu onde retratas

³³ Na edição de 30 de março de 1959 (n.3680), o *Diário da Tarde* informou que o *luthier* que confeccionou o violino com a madeira do jatobá da praça Barão foi o “músico do Conjunto [Francano de Amadores, co-dirigido por Luiz da Malvina ou Luisinho da Malvina – Luiz Folli], o popular Marreco”. A notícia, que provavelmente foi redigida pela jornalista Otávio Cilurzo, destacou a presença na sala de música do “violino da exímia musicista francana d.a Coleta Tavares de Lima, pertencente a uma tradicional família francana de músicos e compositores, a família Tristão Tavares de Lima, e que foi irmã do padre Donizetti Tavares de Lima”. Lewkowicz, Ida; Di Gianni, Tercio Pereira. *Diário da Tarde, 1941–1960*: coleção do Museu Histórico Municipal “José Chiachiri”. Franca: Princopy, 2002. (Impressão Digital, 8) – volume 29. Foram agregados à exposição do violino de Coleta Tavares de Lima: sua fotografia tirada em 1912, ofertada ao Museu por Lourdes de Castro em 1966, um bandolim doado em 1960 por Herundina de Castro Alves “com o qual estudou música com dona Coleta Tavares de Lima”, bem como a partitura da “Valsa Coleta” composta por Inah Machado Sandoval, datada de 3 de outubro de 1949, ofertada pela autora ao Museu, sem registro da data de doação. Livros de tomo e fichas do Museu Histórico Municipal “José Chiachiri” e de Silva, Maria Amália de Andrade. Op. cit.

a imagem mais singular
de SANTA DAS SERENATAS!

J. GUIMARÃES FRANÇA

Sertaneja, segunda fase, ano 2, número 10, julho de 1959.

Por sua vez a reprodução pela revista *Sertaneja* da reportagem, títulos e “clichês”³⁴ publicada no *Diário do Comércio*, registra um olhar reflexivo sobre o Museu. O fato de republicar a notícia estampada em jornal da capital do Estado de São Paulo revela a intenção de ter reconhecido alhures o valor do Museu local e de seu acervo, reforçando seu significado junto à comunidade, mas também indica a necessidade de provocar um distanciamento do olhar da população local e dos próprios integrantes do movimento que constitui a instituição.



FOTO 15 – Sala de Peças Antigas com objetos do médico Jonas Deocleciano Ribeiro.

Fonte: *Sertaneja*, segunda fase, ano 2, n.10, julho de 1959.

³⁴ Tomadas fotográficas para impressão em múltiplas cópias, atualmente denominadas fotolitos. De elevado custo financeiro, as mesmas estampas com imagens do interior do Museu Histórico do Município foram publicadas em diversos periódicos. Optei por restringir sua reprodução nesta pesquisa ao “regime escópico” da revista *Sertaneja*, rebatizada de *Vilafranca*, a partir da edição de dezembro de 1959. A tradição documental desse período indica uma recorrente reprodução das mesmas imagens, provavelmente por economia de custos. As mesmas imagens foram reproduzidas pelo *Diário do Comércio* de São Paulo, pela revista *Sertaneja* e pelo jornal *Diário da Tarde*, editados em Franca.

No *Diário do Comércio* o subtítulo da notícia sobre a inauguração do Museu denota sentido para o “empreendimento”: “corrigir falhas e permitir que o passado de Franca esteja vivo aos olhos das novas gerações”; “o culto às tradições do povo francano”; “atração turística de alto valor”. A notícia decorre da abertura ao público desse novo equipamento cultural. O sentido atribuído abrange desde um revisionismo histórico, talvez historiográfico, até o valor turístico, passando pela valorização e das tradições locais a se transmitir às gerações futuras. A coincidência dos valores noticiados ao público distante, incorpora o programa museal já analisado e lhe acrescenta dois vetores novos: “corrigir falhas” e “atração turística”.



FOTO 16 – Roda de fiar.

Fonte: *Sertaneja*, segunda fase, ano 2, número 10, julho de 1959.

Franca aparece contextualizada pela economia cafeeira, como a “terra que produz o melhor café do mundo”, destacando apresentar-se como “um centro educacional de primeira ordem [...] ao lado do qual coexiste inextinguível devotamento à cultura”. Após esse preâmbulo o maior destaque da reportagem ao descrever o acervo do Museu foi dedicado ao vigor da imprensa local, por meio de

referências extraídas de artigo publicado em *Cidade da Franca* em 1909, pretendendo assim demonstrar “o pendor e o aprimoramento intelectual das várias gerações francanas”. Seguindo-se informações, igualmente baseadas em referências histográficas locais, sobre o Teatro Santa Clara e sua programação inaugural, sobre o Grêmio Literário Francano e suas “tertúlias famosas por sua extensão e profundidade”, e sobre os efêmeros Bijou-Teatre e Grêmio Literário Rui Barbosa³⁵.



FOTO 17 – Sala de móveis antigos.

Fonte: *Sertaneja*, segunda fase, ano 2, número 10, julho de 1959.

A reportagem declarava querer “demonstrar que a Franca, como muitas cidades brasileiras, tem tradições preciosas e seculares que merecem ser coligidas e guardadas com carinho e orgulho pelo povo da terra das noites enluaradas”. Tal justificativa explícita, algo exótica, explicava a reportagem sobre um

³⁵ Embora a matéria não tenha indicação de autoria, apresenta o seguinte registro pessoal: “Reservo para outra oportunidade trabalho mais detalhado a respeito desse centro de irradiação cultural e social, representado por movimentos de investigação literária de acentuada influência na formação intelectual francana”. Vários são os indícios de que teria sido escrita, ou ao menos esboçada e orientada, por José Chiachiri.

fato local interiorano na pauta do *Diário do Comércio*. Um “empreendimento” a ser seguido por “muitas cidades brasileiras”, valorizando seus “acontecimentos históricos e sócio-econômicos”, como as “lutas e tropelias” para se estabelecer às linhas demarcatórias da Villa Franca no início do século XIX. Considerava o papel do Museu francano e de José Chiachiri, qualificado como jornalista e diretor da instituição, o de “corrigir uma lacuna que, com o passar dos anos, poderia tornar impossível a coleta de material histórico de valor inestimável”.



FOTO 18 – Uniforme da Guarda Nacional.

Fonte: *Sertaneja*, segunda fase, ano 2, número 10, julho de 1959.

Enfatizando a iniciativa local e a presença da população, registrou mais de oito mil visitantes em menos de dois meses de funcionamento e aludia ao caráter evergético da formação do acervo exposto segundo “critério funcional”, mencionando a preciosidade das doações recebidas. Valor atribuído ao conhecimento derivado dos objetos, reiterando a importância das coleções de jornais, “publicados de

meados do 1800 para cá³⁶, através dos quais se pode reviver capítulos palpitantes vividos a partir de 1824”. Destacando

reliquias do século passado, uniformes da guarda Nacional, que teve papel saliente na luta hoje conhecida por ‘Anselmadas’, espadas, documentos históricos a respeito da fundação e estabelecimento da comarca e município, vestiários, peças rústicas e de uso doméstico de grandes figuras do passado francano como Santos Pereira.

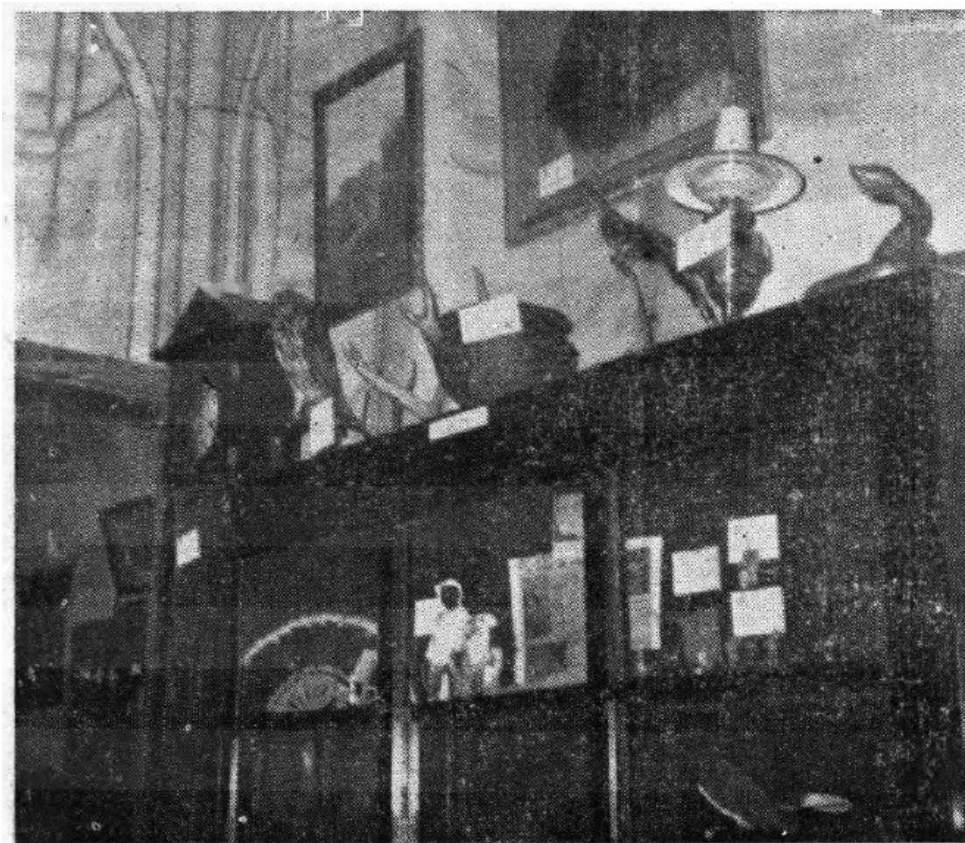
Sertaneja, segunda fase, ano 2, número 10, julho de 1959.

Segue apresentando as instalações do Museu nas salas da “antiga residência do capitão Acácio A. Pereira”; a pinacoteca, com destaque para os retratos dos padres Alonso Ferreira de Carvalho e Cândido Rosa, respectivamente assinados por Alberto Ferrante e Monteiro França. Sala de música (que foi descrita e analisada anteriormente); sala de história, “com reminiscência da fundação da Vila Franca do Imperador, do centenário da cidade e da revolução constitucionalista”; biblioteca, com cerca de 350 volumes³⁷; sala de objetos antigos, “composta de mobiliário, peças de ferro, canastras, capas de cadeira com mais de 60 anos, cabides seculares, teares em que os nossos antepassados fiaram tecidos para uso doméstico, auxiliados pelas criadas”; seção de paleontologia, da qual se destaca peixe petrificado de 60 milhões de anos, similar a peça recebida pela Sociedade Geográfica Brasileira; seção de minérios da região de Franca.

Em conclusão a reportagem incentivava a benemerência da população, com a qual o programa museal e a direção da instituição contavam para a ampliação do acervo, com “novas doações, todas de grande significação para complemento dos episódios de maior significação histórica para a vida francana”, de “uma das cidades de São Paulo mais dinâmicas e progressistas”. Tanta ênfase nas qualidades do diretor, o enquadramento do fato na exata medida do que vinha praticando a parcela da população local envolvida na criação e constituição do acervo do Museu, a extensão da reportagem, além da provável participação de José Chiachiri na sua redação, fazem suspeitar quanto ao caráter espontâneo do “órgão da Associação Comercial de São Paulo” ao pautar o Museu Histórico de Franca.

³⁶ 1800 era a forma usual de José Chiachiri referir-se ao século XIX; o 1900 significava século XX.

³⁷ Na Biblioteca estavam incluídos todos os manuscritos recolhidos ao Museu, inclusive o arquivo da Câmara Municipal.



Detalhe da sala de objetos diversos em que figuram peças de valor histórico e folclórico.

FOTO 19 – Sala de objetos diversos, peças de valor histórico e folclórico.

Fonte: *Sertaneja*, segunda fase, ano 2, número 10, julho de 1959.

Lacunas de investigação histórica e constituição de um legado para novas gerações por meio do “culto” às tradições locais foram sentidos atribuídos ao Museu, como essenciais ao seu programa. O maior valor atribuído foi o de trazer à cena vestígios da memória, evidências da vida local – compreendido o território da Vila Franca do Imperador a partir de sua instalação em 1824. Quanto à “maior significação histórica”, como referência à investigação histórica das lacunas de eventos locais, o autor da reportagem inspirava diversas linhas de acervo para o Museu, apontando fatos e instituições locais a tornar conhecidas, por meio da recepção e exposição de semióforos. Colocava-se em cena uma história dos episódios, ao estilo jornalístico, de fatos de curta duração, de personagens memoráveis às gerações mais velhas, enfim das lembranças daqueles membros da classe média local direta ou indiretamente envolvidos nesse processo de monumentalização da memória: José Luís dos Santos Pereira (médico), padres Alonso e Rosa, alguns movimentos culturais como bibliotecas e teatros, além da Anselmada e dos conflitos de divisas com os territórios de Minas Gerais. O passado

a se transmitir às novas gerações estava fragmentado nesses episódios; emergência dos sentimentos das gerações ainda vivas ou, no caso de eventos mais recuados no tempo, apoiava-se na valorização da cultura como justificativa para pesquisa, preservação e transmissão desses episódios tradicionalmente cultuados como significativos para a vida francana. Tratava-se de coligir e guardar com carinho e orgulho tudo quanto pudesse identificar laços comuns entre a população local, especialmente entre diferentes gerações, sob mediação de José Chiachiri.

O *modus operandi* dessa musealização foi comunicado nas revistas *Sertaneja* e *Vilafranca* durante todo o período analisado nesse capítulo, da criação do Museu em 1957 até aproximadamente 1964. Opto por denominar de núcleo vetorial de sentido a cada conjunto de semióforos recolhidos, investigados e expostos pelo diretor do Museu, tanto no cenário museal quanto por meio de sua comunicação impressa nas revistas. As variações ocorreram na ordem semântica, de significação dos objetos, como se verifica na questão de um achado arqueológico subaquático, que acabou incorporado pelo Museu.

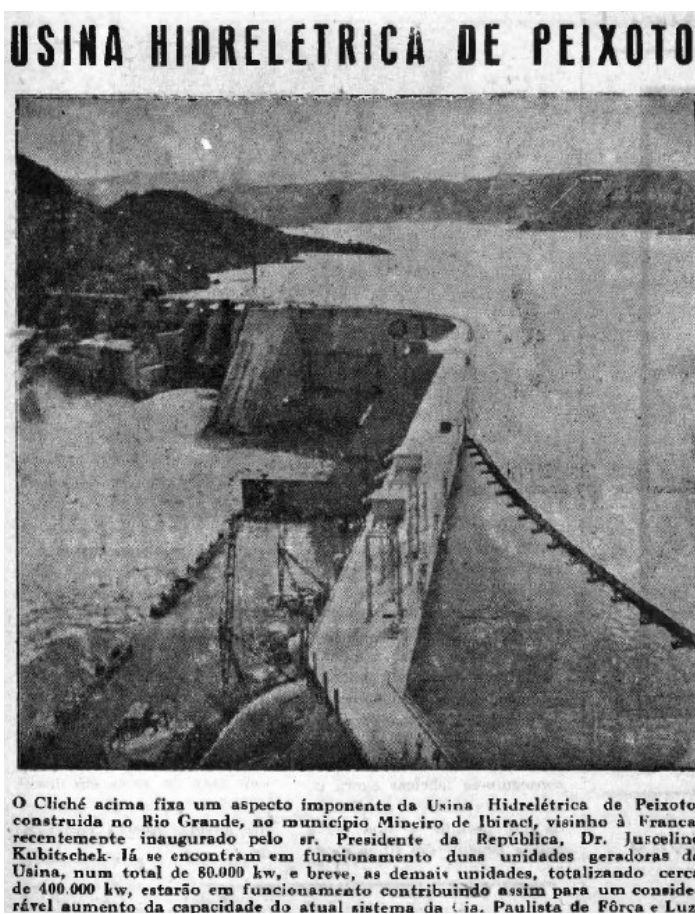


FOTO 20 – Usina Hidrelétrica de Peixoto.

Fonte: *Sertaneja*, segunda fase, ano 1, número 4, Novembro de 1957.

Por volta de 1960 realizou-se em uma livraria francana exposição de objetos encontrados no leito do rio Grande. Registrou-se pertencerem a um batelão a vapor³⁸, aflorado pelas operações de construção da Usina Peixoto, depois que o rio teve “desviado o seu curso”. José Chiachiri anunciou o fim do mistério em torno dos objetos encontrados no leito do rio e que haviam sido temporariamente expostos em uma livraria no centro da cidade. Durante a visita ao Museu, a “filha do saudoso jornalista francano, Álvaro Abranches”, doou um antigo exemplar da primeira fase de *O Francano*. Essa dádiva, oferecida pela visitante do Museu, seria a chave para a solução do mistério exposto na vitrine da livraria. O periódico, editado em 27 de novembro de 1888, noticiou o naufrágio de um “pequeno vapor que faz o trajeto da Jaguará até o porto de Ponte Alta” no rio Grande. O Museu podia responder quando e como ocorreu o naufrágio, indicando a rota que a embarcação efetuava:

ESCLARECIMENTO NA HISTÓRIA. Há pouco tempo ainda foi feita uma exposição numa das vitrines de uma livraria do centro da cidade, de objetos achados num batelão encontrado no leito do rio Grande, quando as comportas da Usina Peixoto se fecharam e o rio foi desviado do seu curso. Ninguém sabia precisamente da data em que se deu o naufrágio do ‘vapor’ e por que motivo. Agora, a filha do saudoso jornalista francano, Álvaro Abranches, visitando o Museu Histórico da Franca, fez doação de dois exemplares raríssimos de jornais fundamentados por seu valoroso pai: um, o *Rosa-Chá*, de 1885 e outro *O Francano*, de 27 de novembro de 1888. Em *O Francano* foi encontrada a seguinte nota: ‘NAUFRÁGIO — Consta-nos que naufragou em dias da semana passada o pequeno vapor que faz o trajeto Jaguará até o porto de Ponte Alta. Houve quatro vítimas, sendo o maquinista, o foguista e dois passageiros. Ficou esclarecida assim, com a pequena notícia, a época em que o barco naufragou.

Vilafranca: o registro na história, ano 3, número 17, agosto 1960.

Os objetos expostos na vitrine da livraria acabaram doados ao Museu. Um machado com o cabo partido, uma chave de parafusos, uma peça de bronze e uma groza, tal como registra a doação de Domingos Ramos Primon, feita em 1962 ao Museu Histórico do Município. O mesmo registro indica a expografia dos vestígios, literalmente enquadrados com o jornal que trazia a notícia reproduzida acima: “quadro com peça e recortes de jornal do naufrágio do batelão da Mogiana em 1888 no rio Grande”. Na mesma sala podia-se observar a âncora do batelão a

³⁸ Um batelão é uma embarcação de fundo chato, eventualmente com propulsão própria, usada para desembarque ou transbordo de carga. Antes da exposição das peças do batelão, ocorrida na livraria e investigada por José Chiachiri, o Museu já havia aceito a doação de “lascas de madeira do batelão dos bandeirantes”, acompanhadas de “fiapo do coche da Marquesa de Santos”, oferecidos por Benedito Simões Netto, em 1959, conforme cruzamento de informações dos livros de tombamento do Museu Histórico Municipal “José Chiachiri”.

vapor — que provavelmente não fora exposta na livraria —, oferecida ao Museu em 1961 por Clemente Vieira de Araújo³⁹.

Esse caso específico denota a função investigativa, seus esforços na conservação dos vestígios do passado, bem como uma comunicação interativa com o público, pois o processo do Museu foi apresentado como decorrente da visita de Magna Abranches⁴⁰. Progressivamente foram agregados outros objetos da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e Navegação, como um “convite datado de 16 de junho de 1899, enviado ao doutor A. [João Antunes de] Araújo Pinheiro, nesta época Juiz de Direito [interino] de Franca, enviado pela direção da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, na inauguração do primeiro trem rápido”, “pregos da primeira ponte do rio Grande” (1888), “quadro com ação da Companhia Ponte do Rio Grande” (1920), “velha lanterna usada pelos guarda-noites da Companhia” (sem data), “fotografia da antiga estação da Mogiana em Franca” (sem data)⁴¹. Configurava-se um núcleo vetorial de sentido, por meio da articulação dos objetivos dispostos no mesmo ambiente, referenciando-se mutuamente. Embora não viesse a constituir um discurso expográfico explicitamente articulado, esse sistema de referência cruzada permite inferir a intenção contextual evidenciada pela pesquisa do diretor do Museu, pois os vestígios da navegação no rio Grande estão próximos aos da ponte do mesmo rio, referenciando as empresas exploradoras dos serviços de transporte. O discurso expográfico acompanhava fragmentária e progressivamente a formação do acervo do Museu, embora inicialmente o diretor da instituição tivesse optado pelo “critério funcional”, como já se observou⁴².

³⁹ Livros de tombo e fichas do Museu Histórico Municipal “José Chiachiri”. Silva, Maria Amália de Andrade. Op. cit.

⁴⁰ Pouco depois de reunir e expor as peças e notícia do naufrágio no Museu, José Chiachiri publicou carta da Companhia Mogiana enviada em 1875 à Câmara Municipal de Franca, para estabelecer os trilhos até Casa Branca, rumo a Franca, onde chegou em 1887. No estudo introdutório que acompanha a apresentação da carta, divulgada o conhecimento sobre a atuação fluvial da empresa em 1888, salientando sua conservação a exposição no Museu. *Vila Franca: o registro na história*, ano 1, número 27, fevereiro de 1963.

⁴¹ Incorporado ao núcleo de objetos da Revolução Constitucionalista de 1932, encontrava-se uma fotografia da “partida de um grupo de componentes do Batalhão de Voluntários Francanos para a Jaguará, pelo comboio da Mogiana, na Revolução de 32”. Indicação de peças conforme cruzamento de informações de registros nos livros e fichas de tombamento do Museu Histórico Municipal “José Chiachiri”, complementadas pelo “No Tempo da “Bexiga”, apresentando a transcrição de telegramas quando da epidemia de varíola ocorrida em 1888. *Vila Franca: o registro na história*, ano 4, número 23, abril de 1962.

⁴² A pesquisa encetada por José Chiachiri apoiava-se em depoimentos, na imprensa local e contava com diversos colaboradores, “sobre a abertura do tráfego da Companhia Mogiana em 11 de abril de

Seguindo os mesmos procedimentos José Chiachiri havia localizado anteriormente vestígios de um bonde de tração animal, que percorria a cidade no início do século XIX: “rodas, eixos, trilhos e ‘cravo’”. Pesquisando, provavelmente, a partir do estudo de Carmelino Corrêa Júnior sobre “Os bondes de Franca”, publicado no *Diário da Tarde* em 1957⁴³.

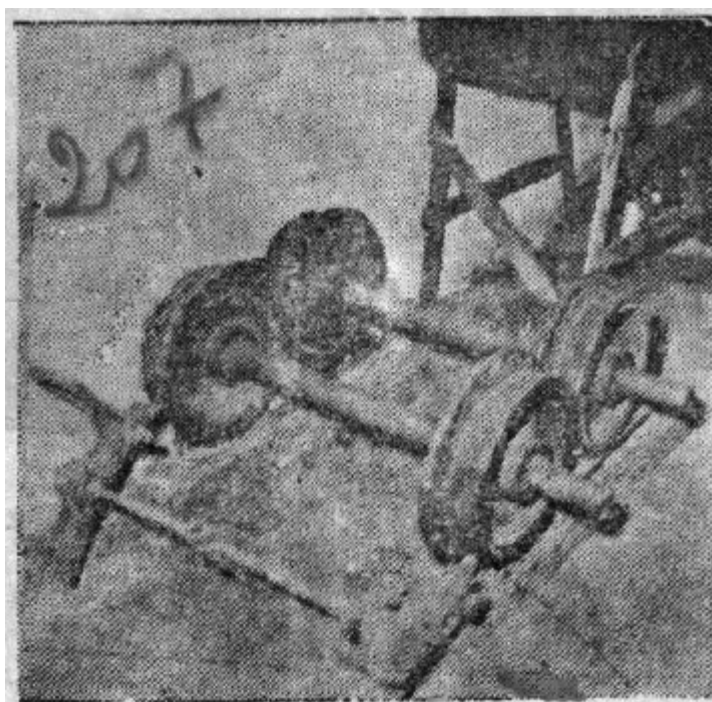


FOTO 21 – Rodas, eixos, trilhos e breque do antigo bondinho de tração animal.

As rodas, eixos, trilhos e breques do antigo bondinho da Franca de 1900. A direção do Museu Histórico da Franca encontrou essas preciosidades na Fazenda da Mata que pertenceu ao saudoso e progressista cidadão c.el. Messias Rosa, um dos antigos sócios da ‘Carril Francana’. Liquidada a empresa o c.el. Messias Rosa arrematou parte de seu acervo levando para sua fazenda um dos bondinhos assentando os trilhos no terreno para o transporte de cana e café. Foi seu digno filho o s.r Alcebiades do Couto Rosa quem ofereceu essa relíquia histórica ao Museu local, e os mesmos lá se encontram expostos.

Fonte: Vila Franca: o registro na história, ano 2, número 14, fevereiro de 1960.

Por meio de manuscritos da Câmara Municipal recolhidos ao Museu, o diretor iniciou a investigação sobre a Companhia Carril Francana, chegando a identificar o arrematante da massa falida nos últimos anos do século XIX, Messias

1887”, Carmelino Corrêa Júnior publicara em 1937 o estudo “Meio Século de Via Férrea” no *Comércio da Franca*. Corrêa Júnior, Carmelino. Op. cit.

⁴³ Ibid.

Rosa. Lançando mão do evergetismo, solicitou a Alcebíades do Couto Rosa, herdeiro do arrematante, a doação dos objetos ainda conservados pela família na fazenda da Mata.

Uma vez que os restos do bonde foram coligidos, protegidos, investigados e colocados em cena e em valor, o diretor do Museu iniciou a busca da “emoção”⁴⁴ para comunicá-los aos leitores de *Vilafranca*. Novamente foi a colaboração de um visitante que aparecia como substrato emocional para a significação do objeto, numa conversa aparentemente casual com um visitante: “o ilustre c.el João Constantino Junqueira, no Museu, ao se deparar com [...] as últimas reminiscências daquela era de progresso desta querida terra”. Diante do objeto musealizado o qualificado visitante narrou suas lembranças: um dia chuvoso em que as parrelhas de burros ou “jericós” não conseguiram puxar o bonde morro acima. Conclusão: o ilustre depoente “teve que pegar as malas e marchar a pé até o centro da cidade”. Em tom jocoso, certamente compartilhado pelo depoente, a anedota com o visitante foi utilizada para comunicar os fragmentos recém incorporados ao acervo do Museu. Simultaneamente o caso demonstra a diversidade de procedimentos de investigação, como a coleta de depoimentos orais, contextualizando-se os vestígios encontrados, permitindo até mesmo referenciar o percurso dos bondes entre a Estação da Mogiana e o centro da cidade de 1894 a 1897, associando o acervo do Museu com o “nome dado pelo povo” à rua General Osório: “rua dos Bondes”⁴⁵.

Retomando a educação do olhar, voltando-o para determinados marcos identitários locais, *Sertaneja* voltou a circular em 1957, com as mesmas características das edições da fase inicial (1937–1940). Relançada um mês antes da aprovação de lei que criava o Museu Histórico do Município, a revista esboçou em

⁴⁴ José Chiachiri explicitou a emoção como vetor de musealização, especialmente para a comunicação que fazia regularmente por meio da revista ou por meio das palestras proferidas aos grupos de escolares visitantes do Museu ou naquelas feitas a convite do *Rotary Clube* de Franca, onde declara na conclusão “Infelizmente, dada a exigüidade da hora, não podemos nos alongar, descrevendo com emoção, a velha Franca do século passado” *Vilafranca*: o registro na história, ano 5, número 32, julho de 1964.

⁴⁵ *Vilafranca*: o registro na história, ano 2, número 14, fevereiro de 1960. *Vilafranca*: o registro na história, ano 3, número 21, abril de 1961. *Vilafranca*: o registro na história, ano 4, número 28, julho de 1963. *Vilafranca*: o registro na história, ano 5, número .32, julho de 1964.

seu programa a musealização do patrimônio local em reportagens e colunas como a do roteiro de Franca através de suas ruas. Em meio à modernização urbana a figura de Onofre Gosuen ganhou relevo, tratava-se do prefeito comprometido com a celebração do passado, com os festejos do I Centenário da Cidade (24 de abril de 1956), com a criação do Museu e que disponibilizaria condições mínimas para sua instalação. Onofre Gosuen também participou da inauguração do novo equipamento cultural da cidade, momentos antes de renunciar ao cargo de prefeito para assumir o mandato de deputado estadual, para a qual se elegera durante o processo de organização do Museu sistemática e detalhadamente comunicado em *Sertaneja*.

No anteprojeto de criação do Museu previa-se sua instalação no edifício da Estalagem. Embora a lei tenha sido aprovada tal como fora proposta, a antiga construção foi demolida por seu proprietário e o Museu Histórico do Município instalado em sede provisória, igualmente caracterizada pela arquitetura de inspiração colonial. A participação de José Chiachiri na defesa da instalação definitiva da instituição em edifício histórico pertencente à Prefeitura Municipal evidenciava, simultaneamente, sua participação como mediador no processo de musealização, tanto quanto da incipiência do instituto jurídico de preservação do patrimônio histórico material.

O recolhimento da flauta de Olímpio ao acervo do Museu demonstrou, ao máximo, a potencialidade de conservação, pesquisa e comunicação, tal como o grupo de evergetas praticava procedimentos de musealização. Ao compor um dos núcleos vetoriais de sentido, tal como denominei os conjuntos de semióforos e suas referências expositivas, o Museu foi aberto à visita pública “sob comoção geral”⁴⁶. Os semióforos, incorporados ao acervo e imediatamente expostos, tiveram sua significação investigada e registrada por integrantes do grupo e comunicada na festa de abertura do Museu e, posteriormente, comunicada em versos pela revista *Sertaneja*. O caráter emocional da abertura do Museu francano encontrava-se igualmente comunicado como realização do Município cafeicultor, reproduzindo-se a

⁴⁶ O processo curatorial observado na valorização dos semióforos analisados nesse capítulo, entraram em cena compor coleções especializadas como a de geologia e a de farmácia, para as quais José Chiachiri contou com a colaboração do geólogo ou “mineralogista” autodidata Francisco Gianvecchio e dos farmacêuticos João Luz e Orestes Moretti, respectivamente. Os dois últimos também colaboraram na curadoria da antiga Escola de Farmácia e Odontologia de Franca. As coleções de minérios abrangiam algo da ocupação do território, como as faíscas de ouro e pedras preciosas exploradas na região. Cf. livros e fichas de tomo do Arquivo do Museu Histórico Municipal “José Chiachiri” e Silva, Maria Amália de Andrade. Op. cit.

notícia na revista local. Por meio da reprodução dos clichês da imprensa da capital valorizava-se a iniciativa interiorana quanto à musealização de sua história, demonstrando a riqueza do acervo já coligido e o potencial para sua expansão.

O *modus operandi* da musealização da flauta de Olímpio de Almeida repetia-se, com variações, na investigação, preservação e extroversão de inúmeros outros “trastes”: peças do batelão naufragado no rio Grande ou fragmentos de bonde de tração animal do final do século XIX, entre tantos outros, inclusive os núcleos vetoriais de sentido que serão analisados no próximo capítulo.

Entretanto nem todas as possibilidades de formação de acervo museal chegaram a ser atendidas. Assim o registro em *Sertaneja* de homenagem “à memória de Maciel de Castro”, transcrevendo carta de Oda Marques Maciel de Castro na qual narrava ter oferecido doação da biblioteca do “saudoso marido”, Américo Maciel de Castro Júnior, à Câmara Municipal em 1955 ou 1956. Sem resposta do legislativo francano, acabou por se desfazer dos dois mil e quinhentos volumes⁴⁷. Maior teria sido a frustração com o papel que José Chiachiri quis ver desempenhado pelo Museu Histórico do Município: “Por que não lutar no sentido de transformar Franca numa cidade universitária de primeira grandeza?”, perguntava Zé-da-Vila em editorial⁴⁸.

⁴⁷ *Sertaneja*, segunda fase, ano 2, número 11, setembro de 1959.

⁴⁸ No mesmo editorial José Chiachiri enfatizava que, para tanto, seria necessário investir na ampliação e nas instalações do Museu, mas que faltava ao Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal “uma propaganda inteligente e bem coordenada” que mostrasse as condições municipais já existentes: “colégios e faculdades que fazem inveja”, festivais e torneios que faziam de Franca “palco das mais puras manifestações folclóricas”. *Vilafranca*: o registro na história, ano 1, número 27, fevereiro de 1963. Talvez fizesse tal prognóstico apenas para reforçar a necessidade da sede permanente do Museu. Quem sabe estivesse reforçando a ação de Onofre Gousen na Assembléia Legislativa, que aprovou de 1961 a 1963 a criação de uma universidade constituída de sete faculdades para Franca, das quais foi instalada somente a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca, atual Faculdade de História, Direito e Serviço Social, *Campus* de Franca da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Barbosa, Agnaldo de Souza. Op. cit., p. 176–177.

4 CLUBE DA SAUDADE DA FRANCA: 1965–1972

Vilafranca

ANO VIII	Diretor: JOSÉ CHIACHIRI	N.º 39
----------	-------------------------	--------

Mais uma edição

Sai hoje mais uma edição de "Vilafranca" cedida ao Clube da Saudade, para suas promoções.

A direção desta revista, integrada como está com o espírito que orienta esse sodalício dedicado aos saudosistas de Franca, não teria dúvida alguma em ceder-lhe mais esta edição, certa de que estará contribuindo com os desejos dos seus diretores, no afã de divulgar o que existe de bom e grande em nossa terra.

A presente edição será distribuída largamente no XV Congresso dos Municípios, a se realizar agora, em Gurujá e a oportunidade de enaltecermos a terra do Cap. Anselmo, é especial.

Embora não assumindo a responsabilidade dos conceitos emitidos não deixamos porém de dar o nosso quinhão modesto de colaboração, notadamente na parte que se refere à história da Franca e da região. E essa colaboração, aí está, boa ou ruim, nas páginas finais da revista.

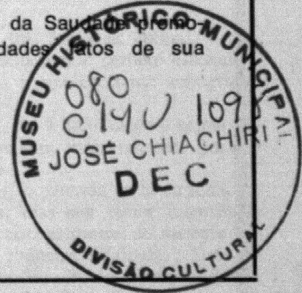
Não faz muito tempo, colhíamos triste opinião de um môço, ao falar de sua terra, sobre a sua história, o seu passado. Disse-nos êle que tudo havia sido destruído. Nas andanças dos "heróis" das revoluções passadas, que estremeciam os quatro cantos do país, os "famosos e esclarecidos" políticos dantanho, ao se perceberem derrotados na luta, só tinham em mira uma intenção: invadir os arquivos da municipalidade, fazer desaparecer documentos comprometedores para que êstes não caíssem nas mãos dos inimigos, saindo-se assim descomprometidos com adversários de hoje, que bem poderiam ser amigos amanhã (!!!)... E como fazer desaparecer tais documentos? Como achá-los uma hora de grande urgência e rapidez de ação? Impossível! Então, o remédio era queimar a papeleria, que a êles pouco valia, sem saber que estavam cometendo crime de lesa-pátria, matando a história de um povo, fazendo desaparecer o que de mais caro lhe poderia ser num futuro próximo.

Por isso, com felicidade, exclamamos que isso ainda não aconteceu em Franca, e jamais acontecerá. Nossa história está salva, através dos documentos existentes no Museu Histórico do Município, está salva através da transcrição dos mesmos em publicações diversas, inclusive de "Vilafranca".

E' por isso a razão da existência desta revista. Enquanto o Clube da Saudade promove a sua parte de exaltação à Franca, nós cuidamos de dar à publicidade fatos de sua história.

Valerá a pena?
O futuro dirá!

ZE-DA-VILA



TEXTO 1 – Página de editorial da revista *Vilafranca*.

Fonte: *Vilafranca*, ano 6, número 38, abril de 1970.

Nos núcleos vetoriais de sentido, constituídos por diversos investigadores a partir de vestígios de memória entregues ao Museu, eram expostos, próximos a outros semióforos submetidos à mesma operação, configurava-lhes sentido e articulando o embrião de um discurso expográfico, tão fragmentário quanto o procedimento jornalístico que orientava o processo de formação do acervo do Museu Histórico de Franca. A mobilização de inúmeros doadores, mais ou menos anônimos, partícipes dessas operações museais, levou à iniciativa da constituição do Clube da Saudade da Franca. Os significados individuais de agremiar-se variaram enormemente, restando o extravasamento da sensibilidade, das “emoções” — como as já mencionadas referências de José Chiachiri —, enquanto componente comum a todos os depoimentos. A transcendência atribuída a essas emoções constituía-se como “objeto de exportação”. Pretendeu-se exportar as atividades do Clube da Saudade, seu modelo de ação cultural e o próprio processo de musealização que desenvolvido na cidade.

A formação do Clube da Saudade da Franca será examinada na primeira parte desse capítulo. A diversificação dos meios de comunicação das atividades do Museu e da agremiação saudosista, radiofonia, cinematografia e discografia, adensou a atribuição de sentido a objetos já coligidos, agregando novos significados a esses semióforos, além de possibilitar novas aquisições para o Museu. A discografia do Clube permitiu, ainda, uma breve aproximação entre possíveis conflitos geracionais e o encaminhamento encontrado para reequilibrar o sentido da mudança estética. O caráter de exportação entra em cena com as festas de confraternização com grupos de outros municípios, pela transcendência de “algo superior, um vida como que superior à nossa própria vida”, a identidade francana adquirida por beber da água da careta e pelo evergetismo. Como meio de avaliar a recepção do que estava em cena, analiso registros de visitas escolares, narradas por alunas, além da recepção a um visitante apresentado como disposto a encenar o espetáculo em Pelotas, no Rio Grande do Sul, de quem se apreende que o Museu e o Clube da Saudade pertenciam a uma cidade visivelmente industrial.

Na segunda parte do capítulo analiso a influência da criação do Curso de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca (F.F.F., 1963) e da realização na cidade do Simpósio Nacional de História, em sua terceira reunião ocorrida em 1965, sob patrocínio da então denominada Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH). Foi quando o Clube da Saudade da

Franca participou da recepção à caravana de historiadores e o Museu preparou, especialmente para o evento, mostra de manuscritos, além de registrar levantamento de dados em seu arquivo por pesquisadores da F.F.F. A escrita da história local, reunida em livro lançado em 1967 por José Chiachiri, bem como seu ingresso no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo em 1966, além de um caráter revisionista de sua própria produção historiográfica, compõem o destaque do final do capítulo.

4.1 Objeto de exportação

A criação do Clube da Saudade da Franca marcou uma profunda alteração dos procedimentos do Museu Histórico e de seu diretor, mediador da institucionalização da memória local. O vetor da extroversão foi o que mais sofreu alterações, com impacto na investigação e preservação. O programa museal foi significativamente alterado, por meio de um processo de negociação cultural que incorporou dezenas de comunicadores.

Desde que anunciou o surgimento do “Clube dos Saudosistas” no editorial da revista *Vilafranca*, José Chiachiri passou a assinar os editoriais sob o pseudônimo “Zé-da-Vila”. Apresentado como “idéia romântica de Otávio Cilurzo”, o Clube contou com adesão de diversos colunistas de jornais locais e de programas de rádio. O diretor do Museu Histórico ofereceu “as salas da grande casa de recordações para a sede da entidade”. Na composição de seu estatuto haveria um só artigo, segundo a concepção de José Chiachiri:

‘Fica fundado o ‘Clube dos Saudosistas’, com a finalidade de cultuar o amor à tradição e reviver as grandes coisas da velha Franca.’
Só isso! Mais nada!
E entre o ‘só isso’ e o ‘mais nada’, um mundo de recordações!
Vilafranca: o registro na história, ano 5, número 32, julho de 1964.

De fato a institucionalização da memória, sob a égide da saudade, representou uma pluralização de recordações, de diversos meios de convívio cultural em torno da memória local, especialmente marcados pelo registro e difusão de depoimentos das lembranças dos associados ao grupo. Reviver um mundo de recordações, tornou-se a prática mais presente nas “promoções” da agremiação que se formou. Tais promoções ampliaram a escala do modelo de celebração da memória ocorrido na inauguração do Museu e analisado no capítulo anterior, quando já se faziam presentes diversos personagens que vieram a fundar o grêmio saudosista¹.

¹ Quando o Clube completava um ano de existência, José Chiachiri indicava o “encantamento” realizado pelos saudosistas, com a edição do disco das valsas francanas, os “intercâmbios de amizade” realizados com “eficiência e nobreza”, “*colaborando com as iniciativas de caráter filantrópico*” (grifei), “cultuando e reverenciando a memória de muitos francanos desaparecidos, que a vertigem das horas embrutecidas dos tempos atuais, fez esquecer”, e “servindo de exemplo! Outras instituições congêneres estão surgindo, tanto nos mais longínquos quanto nos mais próximos rincões de nossa terra!”. *Vilafranca*, ano 6, número 34, setembro de 1965.

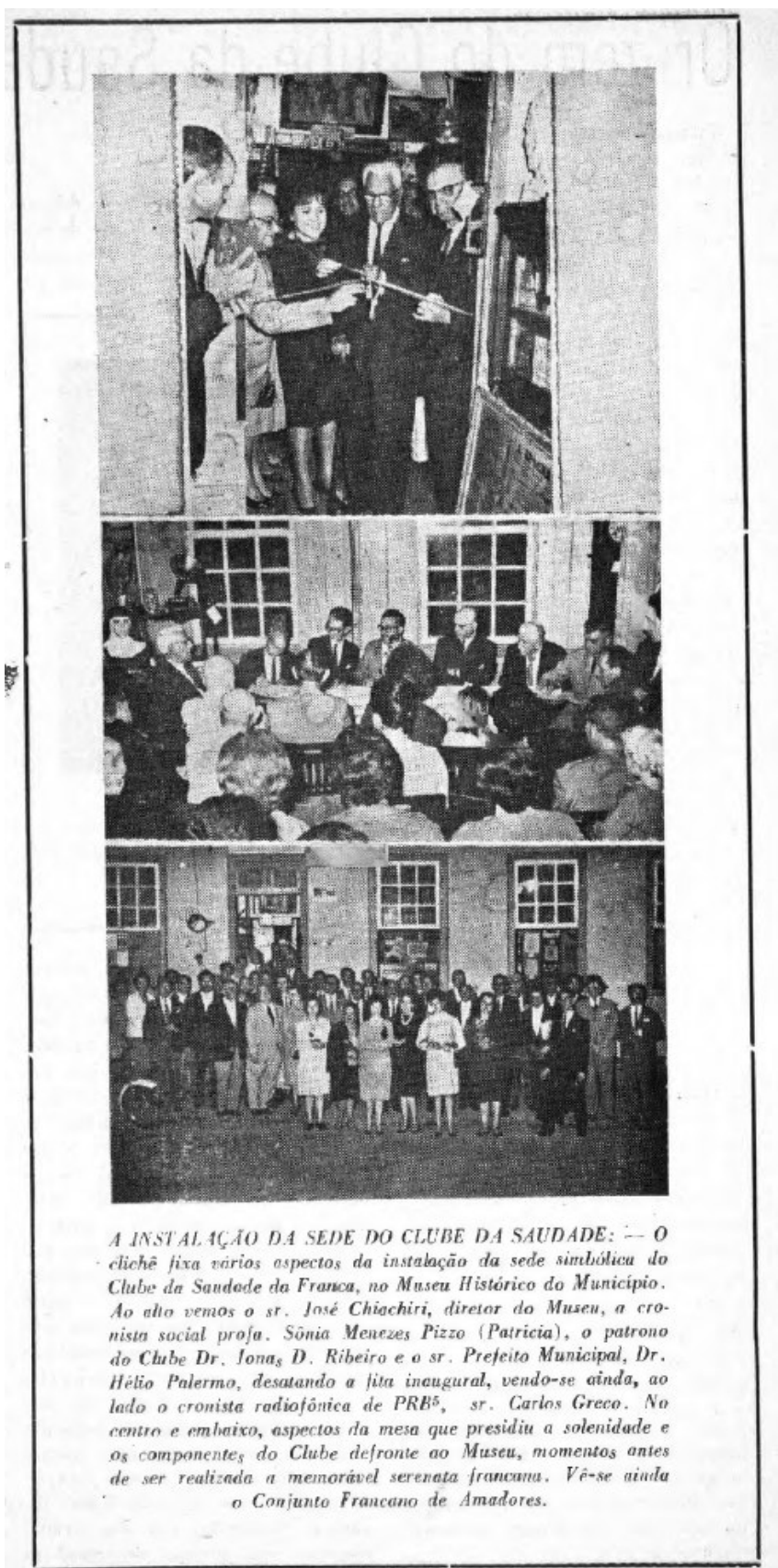


FOTO 22 – Instalação da sede do Clube da Saudade no Museu Histórico do Município.
Fonte: Vilafranca: o registro na história, ano 6, número 34, setembro de 1965.

Exceto pela adesão individual ao clube, não há como mensurar ou estabelecer qualquer parâmetro para aferir o quanto cada qual cultuava “amor à tradição” ou o sentimento saudoso “cultuado”. Cabe, porém, analisar os registros que o grupo fez de suas próprias realizações, por meio da revista *Vilafranca*, cedida desde a “passagem do primeiro aniversário” para as promoções “da caçula das instituições francanas”, por José Chiachiri seu diretor, redator e proprietário. Foram seis as edições de *Vilafranca* entre 1965 e 1971, todas cedidas à nova instituição². Tendo sido o principal veículo de comunicação do Museu Histórico do Município com seu público, tal abertura à entidade saudosista das “comadres e compadres” denota inequívoca abertura às suas representações e narrativas. Mostrava-se ampla abertura à negociação cultural com esse grupo que por uma parte integrara-se ao movimento originário do Museu, por outra parte privilegiava outros veículos de comunicação e nem sempre esteve rigorosamente empenhado na realização do programa do Museu.

O jornalismo escrito deixava de ser o veículo privilegiado de comunicação com o público. O jornalista Otávio Cilurzo registrou “as origens do Clube da Saudade” de um “feliz e fortuito encontro” com “a brilhante cronista Patrícia, que outra não é senão a distinta professora d. Sônia Menezes Pizzo”, ocorrido no recém fundado jornal *Cidade da Franca* pertencente a Otávio Cilurzo. A idéia de criação da “grei saudosista” lançada no periódico, teria sido repercutida em encontro pessoal com a “inteligente e atilada cronista”, “numa tarde, dessas encantadoras tardes francanas”, e disseminada em entrevista “pelo microfone de Rádio Clube Hertz”, no programa regular da cronista.

As primeiras reuniões para instituir o Clube teriam sido realizadas no auditório da emissora, onde foi gerada a ata de fundação no dia 28 de julho de 1964, indicando o nome da agremiação, eleita diretoria e patrono (Jonas Deocleciano Ribeiro, comunicado por telefone), com as seguintes presenças: Otávio Cilurzo (co-

² Para o quadro das atividades do Clube da Saudade ver as edições de *Vilafranca*, ano 6, número 34, setembro de 1965. *Vilafranca*, ano 7, número 35, agosto de 1968 (“Edição Especial do Quarto Aniversário do Clube da Saudade da Franca”). *Vilafranca*, ano 4 [sic], número 36, novembro de 1968 (“Edição Especial do 144º Aniversário da Elevação de Franca à Vila”). *Vilafranca*, ano 5, número 37, abril de 1969 (“Edição Especial do 113º Aniversário da Elevação de Franca a Cidade”). *Vilafranca*, ano 6, número 38, abril de 1970 (“Edição Especial. Realização do Clube da Saudade da Franca na Comemoração de seu IV Aniversário de Fundação”). *Vilafranca*, ano 8 [sic], número 39, abril de 1971 (“Edição Especial Comemorativa ao 115º Aniversário da Elevação de Franca a Categoria de Cidade”). Não foi localizada a edição de número 33.

proprietário de *Cidade da Franca*, jornalista), Francisco Marconi (jornalista), Hélio Palermo (prefeito, professor), Leonel Nalini (poeta), Teodoro Del Monte (professor), Leonel Orsolini (médico), José Chiachiri (jornalista, diretor do Museu), Raphael Puglia (industrial), Paulo Alves, Maria Margarida Nocera Alves (poetisa, professora), Sônia Menezes Pizzo (jornalista), Américo Pizzo, Agnello Morato (jornalista), Luiz Tomaz Balieiro (gerente da Rádio Hertz), Alfredo Henrique Costa (Comércio da Franca), Otávio Keller (contabilista), Judith Souza Cilurzo, Carmelita Andrade Chiachiri, Eurípedes Masseli Ferreira (fotógrafo), José Cyrino Goulart (jornalista), José Alcântara Vilhena, Orozimbo Campos de Oliveira, Orlando Dompieri (arranjador, decorador), Vicente Minicucci (advogado, professor), Arnaldo Ricardo de Souza (jornalista, músico, escrivão do Tabelionato), Tuffy Jorge (proprietário de *O Francano*), Lydia Zanuzzi Jorge, Antônio Baldijão Seixas (advogado, professor), Helena Rodrigues Carvalho Silva, Mafaldo Cilurzo (co-proprietário de *Cidade da Franca*), capitão Júlio José da Silva, João Roberto Correa (co-diretor do *Diário da Tarde*, jornalista). As reuniões do Clube da Saudade teriam sido transmitidas pela PRB5 – Rádio Clube Hertz, por adesão de Luiz Tomaz Balieiro, seu diretor gerente. Em agosto de 1968 a emissora “pioneira”, anunciava na revista a transmissão do “programa do Clube da Saudade da Franca” às 21:30 horas das segundas, quartas e sextas com “música, história e fatos da velha Franca”.

A atribuição de caráter pioneiro à emissora PRB5 decorria de sua fundação em 1925; teria sido a quarta emissora de rádio do Brasil e a primeira do interior do Estado de São Paulo. O “jornalista veterano”, como referido pelos colegas de Clube, José Chiachiri encarregou-se de investigar e recolher vestígios desse pioneirismo. Ainda em 1965, dia 12 de agosto, o Museu recebeu do diretor da emissora o “primeiro microfone da PRB5”, que seria datado de 1924. Compunha a exposição do Museu em 1967 uma “fotografia da excursão dos componentes da Rádio Clube Hertz de Franca (PRB5) a Poços de Caldas em 1949”, sem notação de doador e data de doação³.

³ Informações extraídas do cruzamento de dados de livros e fichas de tomo do Museu Histórico Municipal “José Chiachiri” e de Silva, Maria Amália de Andrade. *Arrolamento do acervo histórico e cultural do Museu Histórico Municipal*. 1967. Trabalho de Conclusão de Curso (História) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca, Instituto Isolado do Ensino Superior do Estado de São Paulo, Franca, 1967. Em dezembro de 1960 o Museu havia recebido a oferta de um receptor de “rádio marca Phillips, com caixa de aço, alto falante e válvulas originais”, pelo evergeta João Menezes Lima. No ano de 1966, Alfredo Colantônio doou um “alto falante – peça dos antigos aparelhos de rádio, usados em Franca em 1922 [sic]”.

Continuando a busca dos vestígios das “grandes coisas da velha Franca”, especialmente dos meios de comunicação, em um de seus últimos escritos José Chiachiri traça uma biografia do octogenário José Pires Monteiro, “o velho Zé Pires da Escola Profissional de Franca”, morador na cidade, próximo ao Museu, no cruzamento das ruas Campos Sales e general Ozório. Pioneiro “nas ondas hertzianas”, por ter ajudado a instalar a estação radiofônica local, também fora um dos primeiros a obter “vistas animadas” no Brasil. “Vistas animadas tomou ele na Franca, onde exibiu um espetáculo inteiramente local”, no ano de 1903, “com o Crono de Gaumont, que é uma pequena máquina combinada para tomar, copiar e expor as vistas”. Mantendo-se fiel aos procedimentos que estabelecera para comunicar os fatos do passado, José Chiachiri tentara localizar o filme original, mas obteve a informação do autor de que o filme havia desaparecido. Para suprir a ausência do vestígio material da façanha, há reprodução de notícia do periódico *Lavoura e Comércio*, editado em Uberaba, onde estão registrados os recursos disponíveis e a engenhosidade do pioneiro: José Pires Monteiro inaugurara em Uberaba a “Empresa Cinematográfica Francana” no ano de 1908, que dispunha de sala de exibição e “aparelho para tomar vistas”, importado da Casa *Pathé Frères* de Paris⁴.

Outro vetor de comunicação explorado pelo Clube da Saudade foi o do registro fonográfico das valsas francanas. Sob o pseudônimo de Xico Sá, Francisco Marconi, secretário do grupo, encarregou-se de narrar o entusiasmo do lançamento do “acetato”, com doze valsas francanas reunidas sob o título *Franca em Serenata*⁵.

⁴ Do cruzamento de dados de livros e fichas de tombo do Museu Histórico Municipal “José Chiachiri” com Silva, Maria Amália de Andrade. Op. cit., pode-se extrair a atenção dada à filmografia desde as comemorações do Centenário em 1956, conservando-se as três partes do “Filme de Franca”, produzido pela Comissão do Centenário. No acervo encontravam-se ainda três outros filmes “de Franca”: um de 1922 (duas partes) doado por José Lázaro Seixas em 1962; um rolo produzido em 1924 e doado em 1966 por Senervil B. Pereira; um rolo produzido em 1957, sem notação de doador e ano de doação.

⁵ Entre os itens fonográficos colecionados pelo Museu encontravam-se discos com discursos de personalidades: um disco com discursos “Deus da Pátria” e “do Barão do Rio Branco proferido em 1909, no governo Afonso Pena – gravação da Casa Edson de São Paulo”, doado em 1960, por Domingos Ferreira Coelho; um disco com “discurso Coelho Netto”, de 1911, doado por Antônio P. Reis em 1967. Disco “A Moda da Revolução, música de autoria de Cornélio Pires e Arlindo Sant’Ana, gravado pela Colúmbia na época da Revolução de 1932”, doado por José Chiachiri Filho, sem notação de data. “Gramofone e discos antigos, usados pela Casa Edson em 1915, São Paulo”, doados em 1960 por Antônio B. Garcia; “gramofone incompleto, datado do começo do século XX”, doado por Serafim Martins Borges em 1960. Dados obtidos do cruzamento de informações dos livros e fichas de tombamento do Museu Histórico Municipal “José Chiachiri”, especialmente os registros produzidos em 1971 e de Silva, Maria Amália de Andrade. Op. cit.

Ocorrido a 13 de março de 1965 no “magnífico salão de festas da Associação dos Empregados do Comércio ficou indelevelmente gravado na memória de todos aqueles que tiveram a ventura de lá estarem presentes”. Exaltava a atuação do Conjunto Francano de Amadores sob a regência de Arnaldo Ricardo de Souza na execução das músicas e a colaboração do “fotógrafo-artista” e repórter Eurípedes Masseli Ferreira – “Eumafe”, cuja fotografia panorâmica da praça Nossa Senhora da Conceição ilustrava a capa do disco. Os dois mil exemplares representavam a realização de um “sonho dos francanos” e um “sucesso maiúsculo” do Clube da Saudade, “para enlevo das gerações futuras, para que elas sintam os soluços do passado, transformados numa mensagem sentimental ao presente”.

Na avaliação do presidente da agremiação as melodiosas valsas, como o velho samba, eram como as endógenas andorinhas, serviriam de antídoto ao “treco que resolveram chamar de música”, referindo-se ao “iê-iê-iê”, representante dos exógenos pardais. A paráfrase foi utilizada jocosamente em dois artigos publicados em 1968. Referia-se à importação de pardais por “um prefeito de São Paulo” para combater mosquitos do rio Tietê; sem predadores naturais os pardais arrasaram plantações e expulsaram as andorinhas. Em outra avaliação feita em 1971, apresentava um “desabafo saudosista” ao declarar que “músicos morrem. . . silenciam instrumentos. . .” Para tal artigo teve uma réplica sem assinatura, publicada na página anterior da edição: “os velhos caminham para a ‘bossa nova’”, na qual o autor divulgava informações da Agência Meridional, publicada no *Diário da Noite* de 2 de maio de 1971, na cidade de São Paulo⁶. Referia-se aos velhos sinos das igrejas de Salvador, cujo sineiro aprendera a fazer soar com as melodias tidas como da bossa nova: “Alegria, Alegria”, “Irene”, “Jesus Cristo”. Definitivamente os saudosistas discordavam sobre as possibilidades de culto às tradições, proclamado entre seus objetivos.

A perspectiva temporal, expressa pelos componentes do movimento saudosista, situava-os reiteradamente como manifestação do presente, sempre emocionado. O passado era claramente efêmero, intangível, “solução”, representado

⁶ Provavelmente o texto foi preparado por José Chiachiri que antes se utilizara da referência à bossa nova no texto “propaganda bossa nova – comprem na Farmácia ‘Galo de Ouro’. É a única que aumenta os preços dos seus remédios somente de mês-em-mês”; além de introduzir a expressão na apresentação de documento de 1846 sobre exames de habilitação de professores referia-se à “bossa nova’ dessa velha geração que vai desaparecendo...”. *Vilafranca*: o registro na história, ano 3, número 18, outubro de 1960.

fragmentariamente pelas lembranças filtradas pelo sentimento. Para as gerações futuras uma herança, enlevo. Os porta-vozes do movimento reiteravam clara consciência de que agiam para seu presente, pelo convívio cultural procuravam transmitir as “tradições francanas”, por meio de sua reedição. A recordação coletiva constituía-se de modo recorrente em apropriações de fragmentos do passado elevados à condição de monumentos, vestígios de enredos já vividos, reencenados como lugares de memória.

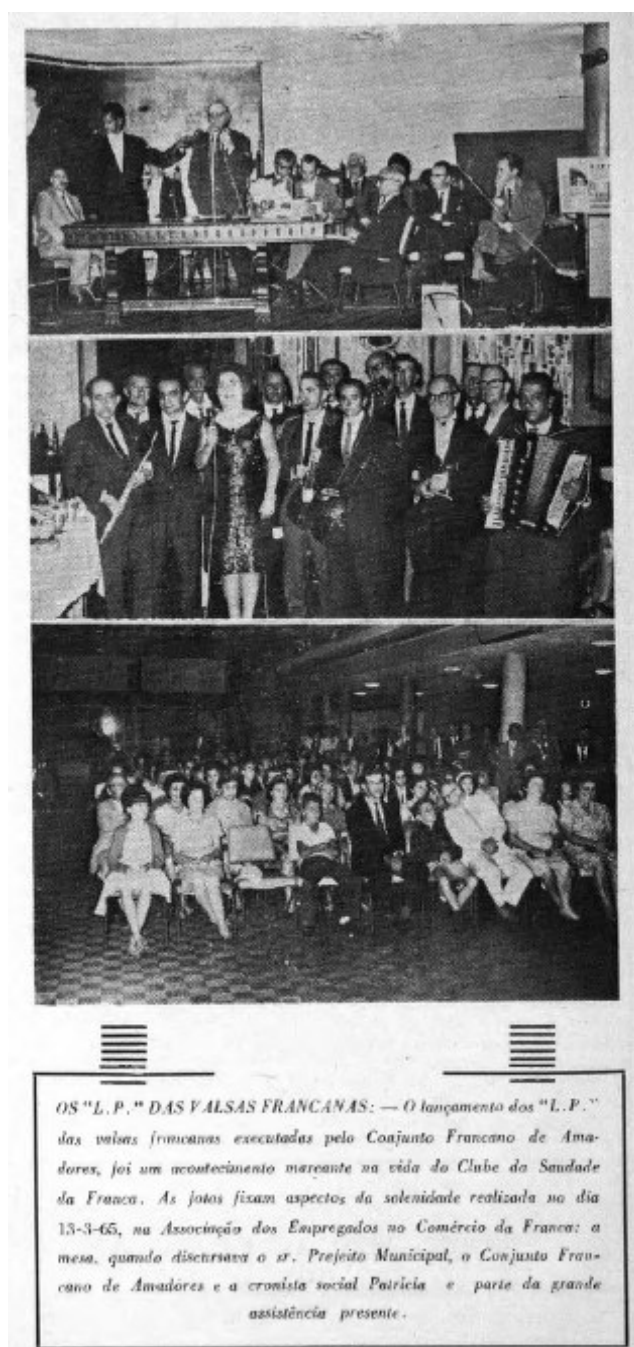


FOTO 23 – Lançamento de *long-play* de valsas francanas.

Fonte: *Vilafranca*, ano 6, número 34, setembro de 1965.

No ano de 1968 o Clube da Saudade comemorou o seu quarto aniversário com o lançamento do disco *Franca em Serenata N.º 2*. Junto ao primeiro disco, avaliou Agnelo Morato (Toriba-Acã): “construíram um monumento para eternizar as músicas francanas em favor da posteridade”. Outras doze valsas compunham o *long-play*. Novamente o anúncio da realização coube a Francisco Marconi⁷. Sem maiores referências sobre o produto cultural, Xico Sá o qualificou exclusivamente como realização entre as atividades ou promoções do Clube da Saudade: “consagração da nossa modesta agremiação saudosista que, sem alardes, tanto já tem feito para o engrandecimento de nossa terra, elevando o seu conceito de cidade culta e civilizada aos mais distantes rincões de nossa pátria”, entre outros feitos beneméritos.

O caráter de “objeto de exportação” superava o encantamento da narrativa da primeira edição fonográfica. O significado da obra sofria um deslocamento de perspectiva, o olhar desviava-se das serestas ou serenatas para “o seu conceito de cidade culta e civilizada” exportadora de cultura. Três anos depois Otávio Cilurzo lamentava o desaparecimento das serestas: “Estariamos em vésperas de presenciar o total desaparecimento das gostosas serenatas que poderiam ser objeto de exportação?” Restava aos saudosistas ver os instrumentos musicais antes utilizados nas serenatas como “objetos de museu, que o compadre Chiachiri guarda com desvelado carinho”, “como traste de curiosidade que imperou na velha Franca do Imperador”.

⁷ Uma reportagem não assinada, ilustrada por Eurípedes Masselli Ferreira, marcando o lançamento do segundo disco no salão da Associação dos Empregados do Comércio (A.E.C.), registrou os componentes do Conjunto da Saudade. Violinos: Godofredo de Barros Júnior, doutor Antônio Baldijão Seixas, Luiz Puglia Filho, Néelson Faggioni. Flauta: Serafim Borges do Val. Contra-baixo: Raul de Barros. Clarinete: Emílio Sicchierolli. Violoncelo: prof. Otávio Tristão de Almeida. Violões: João Batista da Costa Faggioni e Euclides Vieira Coelho. Cantor: João Ferreira. Piano: s.ra Judith de Souza Cilurzo”, notando-se a alteração da denominação do Conjunto e a ausência do “saudoso ‘compadre’” Arnaldo Ricardo de Souza, falecido no ano anterior. Registrava-se ainda a realização da produção nos estúdios da Gravodisc em São Paulo. Após o lançamento público, houve uma realização de “reunião festiva do Clube da Saudade no salão azul do Hotel Francano”, cedido pelo “compadre” Alfredo Tozzi (diretor-proprietário), que passava a ser a “sede festiva do Clube”. A “solenidade foi prestigiada pelo desembargador Márcio Martins Ferreira, presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, representado nas festividades pela sua digníssima esposa s.ra Otávia Silva Martins Ferreira”, fez questão de registrar a reportagem, em favor da atenção recebida do ilustre concidadão, a quem não foi atribuído o título de “compadre”. Os compositores e as valsas “plasmadas” no disco não foram referidas, como não o foram na divulgação do primeiro disco, mas encontravam-se mencionadas esporadicamente, principalmente nas diversas poesias publicadas na revista.

No Museu Histórico do Município podiam ser encontrados igualmente os discos gravados pelos saudosistas. Um dos exemplares do *Franca em Serenata*, “com a gravação das mesmas músicas nos dois lados”, foi doado pelo então prefeito e “confrade” Hélio Palermo, em 1965. Por doação do Clube da Saudade, realizada em 1968, encontravam-se guardadas “com desvelado carinho” as duas edições de *Franca em Serenata*, bem como uma edição de *Supremo Adeus* (deste disco não se encontram quaisquer registros em *Vilafranca*). No Museu havia ainda duas fotografias do Clube da Saudade e do Conjunto Francano de Amadores, ampliadas e emolduradas, tomadas pelo fotógrafo Eurípedes Masseli Ferreira em agosto de 1964, durante a solenidade de instalação da sede do Clube na “casa das tradições francanas”, sem indicação de doador ou data de doação.

Ao investigar as origens de outros veículos de comunicação e buscar seus vestígios materiais, José Chiachiri demonstrava claramente a adesão às pretensões inovadoras dos jovens comunicadores participantes do Clube da Saudade; claramente passou a compartilhar seu papel de mediação da memória local, quando as edições de *Vilafranca* passaram à responsabilidade do Clube.

Na avaliação dos agremiados suas atividades consistiam em “objeto de exportação”. Ao registrar um balanço do primeiro aniversário do Clube, a cronista social Sônia Menezes Pizzo, sob o pseudônimo Patrícia, apontou como principais realizações do movimento saudosista: a edição do “*long-play* ‘*Franca em Serenata*’”, “os intercâmbios de amizade com outras cidades”, e o “incentivo artístico dado pelo clube aos poetas, jornalistas, músicos e cantores da terra” que participavam das suas promoções;

e o ambiente de amizade e união tão próprio do francano que tem sido tão incentivado pelo nosso querido clube com suas reuniões autênticas da família francana, onde são revividos serões famosos, da boa terra.

Em seguida registra a avaliação sobre a agremiação, expressa pela “cultista prof.a Branca [Maria Conceição Martins] Ribeiro” em reunião do Clube realizada na residência de Francisco Marconi:

Patrícia e companheiros, levem este Clube a São Paulo; fundem deste Clube em muitas cidades. Ele é nosso, é cem por cento brasileiro, é autêntico da nossa gente. Não veio do exterior, é legítimo representante do sentimento e da alma da gente brasileira. Precisa ser divulgado e espalhado mesmo pelo Brasil inteiro

Vilafranca, ano 6, número 34, setembro de 1965.

Na perspectiva da colunista social, em adesão ao manifesto da filha do patrono dos saudosistas, o modelo de agremiação deveria ser exportado para todo o país⁸, como os serões francanos já praticados nos municípios mais próximos — Batatais, Igarapava, Patrocínio Paulista e Cássia/MG —, que consistiam em “festas de confraternização”. Na revista encontra-se registrado o programa da visita a Cássia, sob o título de “O Clube da Saudade em Terras Mineiras”, ocorrido em 31 de julho de 1965, quando uma caravana de saudosistas⁹ dirigiu-se para lá acompanhada do Conjunto Francano de Amadores e da Banda Musical 1º de Maio, atendendo ao convite do prefeito. A caravana foi recebida com a inauguração, pelo anfitrião, da placa da “nova avenida ‘Franca do Imperador’”, ao que retribuiu com uma muda de pau-brasil, plantada na praça principal da cidade, tendo seguido para um jantar oferecido no salão do Hotel Ancora. À noite a serenata, até a madrugada; francanos e cassienses “numa confraternização verdadeiramente empolgante”. Toda a programação teria sido entrecortada por oradores cassienses: Luiz Evangelista de Oliveira, juiz de direito, Epitácio Advincula, promotor público, e Aluísio de Azevedo Barros, advogado, “cujas orações foram hinos de confraternização, de amizade e de carinho aos francanos e à cidade de Franca”. Ao que responderam Otávio Cilurzo, Agnelo Morato, Antônio Baldijão Seixas e Leonel Orsolini “em magníficos improvisos, todos eles testemunhando os agradecimentos dos francanos pela cativante acolhida que nos foi proporcionada”¹⁰. Das visitas aos demais municípios referidos não há

⁸ “Patrícia” realizava também “o maior acontecimento social da Franca”, a “Noite EP (Elegantes e Personalidades). Sua participação na revista *Vilafranca* iniciou-se na edição comemorativa do primeiro aniversário do Clube da Saudade (1965), do qual teria sido co-idealizadora. Nas edições de 1969 e 1970, restringiu-se a publicar notícias da Noite EP, que eventualmente homenageava “compadres”, como Agnelo Morato, Otávio Cilurzo (1969) e seu filho Bruno Netto (1970), então “diretor-produtor da TV Bandeirantes”, ou Vicente Leporacce (1970), radialista francano que trabalhava na Rádio Bandeirantes, além do desembargador Márcio Martins Ferreira (1970), “convidado de honra e personalidade em anos anteriores”. Na última edição de *Vilafranca* (1971), a colunista não teve qualquer participação registrada.

⁹ A visita dos saudosistas a Santa Rita de Cássia teve “apoio incondicional”, “colaboração inestimável” e “camaradagem cativante e valiosa” do “compadre” prefeito Hélio Palermo, conforme registrou uma nota isolada, intitulada “Prefeito Hélio Palermo”.

¹⁰ Na realidade o programa do Clube da Saudade em Cássia foi uma retribuição da visita da caravana cassiense a Franca em 12 de junho de 1960. Chefiados pelo prefeito Sebastião Arantes, os visitantes foram homenageados com a denominação de uma rua no Jardim Francano, quando da gestão local de Flávio Rocha. *Vilafranca*, ano 3, número 16, junho de 1960. Nada sobre a visita a Batatais foi registrado, entretanto o batataense Conjunto do Sereno esteve presente no Museu, durante as comemorações realizadas pelo Clube da Saudade no 141º aniversário de Franca, a 27 de novembro de 1965, conforme escreveu o presidente dos saudosistas Octávio Cilurzo, acrescentando ter sido preparada, especialmente para a efeméride, uma “magnífica exposição de documentos históricos,

detalhes, presumindo-se configurar-se com programa semelhante. As referências ao município gaúcho de Pelotas seguem um padrão diferente e comentada mais adiante nesse capítulo.

No mesmo ano, Arnaldo Ricardo de Souza colaborou com a revista *Vilafranca*, sob o pseudônimo “Ariso”. O musicista, maestro do Conjunto Francano de Amadores, ex-jornalista e “escriturário maior” do Tabelião de Notas de Anexos de Franca, manifestou-se sobre sua própria adesão ao movimento saudosista e sua perspectiva em relação à agremiação. Em sua percepção o Clube da Saudade surgia em contraposição aos

tempos presentes, quando o homem retorna ao primitivismo das cavernas, brutalizando a consciência pelo materialismo, vivendo para si, por si e em si... Nesses tempos hodiernos é tão bom sonhar, tão doce recordar, tão emotivo reviver...

Eis a razão, eis o porquê, da idéia concretizada em realidade: — o Clube da Saudade da Franca.

...

— Passada a fase da juventude despreocupada, quando se corre e se diverte, sorvendo com intensidade louca o momento que passa, é que percebemos melhor o conteúdo da vida. Algo raro e inestimável, bem mais valioso que a dança das horas, brilhante e frívola... Isto porque os anos passam, deslizam imperceptíveis como os perfumes, mas nós ficamos, na recordação da meninice trêfega, da adolescência pródiga, vivendo e sofrendo os anos da maturidade que antecipa o declive do tempo derradeiro da sinfonia da vida. Mas, parodiando o insigne escritor ‘esta identidade teimosa, viva e consciente, cada vez mais deseja o retrospecto e vai buscar na reminiscência, na lembrança a agri-doce saudade dos tempos idos...’

E, foi assim, eu creio, — identificando-me com os idealizadores do Clube da Saudade, — que a idéia germinou e aí temos, para gáudio não só dos saudosistas, mas de todo bom francano, o nosso clube singular, inédito. Esquisito mesmo, o Clube da Saudade, mas que aí está, em seu primeiro ano de vida, para cultuar o que é nosso. Para trazer do passado tanta coisa que constituiu o encanto de nossos avós, dos nossos pais, os nossos próprios devaneios. De nossa Franca de outrora, aquela Franca do Imperador, aquela Franca do Capim Mimoso que não havia evoluído. Não tinha seus arranha-céus, suas ruas e avenidas asfaltadas, mas conservava ainda a beleza inédita da natureza, a naturalidade dos costumes, e mui principalmente, o encanto de suas tertúlias e serões e de suas serenatas à luz deste luar, motivo inspirador de nossos poetas.

Vilafranca, ano 6, número 34, setembro de 1965.

A longa reprodução das palavras do maestro do Conjunto Francano de Amadores, justifica-se por ser a única manifestação de próprio punho. Três anos depois, na edição seguinte de *Vilafranca*, este mesmo escrito foi publicado novamente como homenagem póstuma, pois o autor falecera a 15 de março de 1967. Inúmeras foram as menções ao “compadre” de agremiação, registradas em

armada na sala principal”. “Livro de Impressões dos Senhores Visitantes, 1959–1965”. Arquivo do Museu Histórico Municipal “José Chiachiri”.

verso e prosa. Seu próprio e único depoimento, contraposto às avaliações de outros saudosistas, demonstra a pluralidade de sentidos, a polissêmica concepção que os próprios associados tinham do Clube da Saudade. Arnaldo Ricardo de Souza aderiu ao convívio da agremiação, como já o fizera desde a solenidade de abertura do Museu à visitação pública (1959), pela construção de “algo superior, uma vida como que superior à nossa própria vida”. Ao estilo da expressão subjetiva, do depoimento de suas próprias recordações e lembranças, que caracterizou a participação de “compadres e comadres” em *Vilafranca*, avaliou o Clube como “singular, inédito”, “esquisito mesmo”, com a missão de “cultuar o que é nosso”. Tal avaliação, como na maioria dos demais depoimentos, limita-se ao período de vida do próprio depoente alcançando, no máximo, a vida dos antepassados conhecidos: pais e avós.

Poemas, crônicas, reportagens, textos jornalísticos, que se repetem com referências por francanos acerca de francanos, vivessem ou não em Franca, tivessem ou não nascido na Franca, bastava que tivessem bebido a “água da careta”.

Constituíam referências patrimoniais sobre si mesmos, seu convívio e sobre a localidade, como expressão da “alma”, da “identidade”, de sensibilidades inspiradas pelos sentimentos do lugar. Transmitem seus valores aos convivas dessa sociabilidade. Acolhiam as novas gerações e os recém chegados com a expressão desses sentimentos. Para pertencer “à Franca”, como a definia o clube saudosista, bastava conviver com as manifestações culturais. “Fazer-se autêntico francano”, constituía um processo de enraizamento iniciado ao “sorver a água da careta”, narrada em verso e prosa, referenciada e reverenciada. “Entre as lendas da colina nasce essa ‘Água da Careta’ [...] E de todos mata a sede em troca de morar aqui”, dizem os versos de Toriba-Acã (jornalista Agnelo Morato). Nascente antiga, próxima à antiga Estalagem, inicialmente canalizada com bica de palmito, situava-se “quase no meio da antiga rua da Estação, hoje Voluntários da Franca”, cuja “cara de leão” e manilhas de barro vindas de Tambaú só foram instaladas no final do século XIX, conforme narrava a crônica de Jonas Deocleciano Ribeiro, patrono dos saudosistas. Afirmava ainda: “Com a construção da ponte sobre o ribeirão dos Bagres a Água da Careta foi coberta, mas lá está a mourejar, chorando suas glórias do passado”. “Eis a Água da Careta! Igual outra não vi! . . . Quem beber nesta fonte nunca mais sai daqui! . . .”, diziam os versos epigrafados junto a outra bica, que foi instalada junto à ponte da Voluntários da Franca.

Aderiam ao movimento de monumentalização da memória, na constituição de uma identidade local, predominantemente, estratos médios da população urbana, radicados na sede do município, entre os quais profissionais liberais, como médicos, engenheiros e advogados; funcionários públicos, como escriturários, professores; pequenos proprietários das empresas de periódicos locais; comunicadores de rádio e da imprensa, jornalistas, muitos jornalistas¹¹. Encontravam-se alguns representantes dos extremos da estrutura social local: fazendeiros e industriais ou seus descendentes, com colaborações destacadas no “registro na História”; e os quase anônimos, mas sempre presentes e sonoros, integrantes do Conjunto Francano de Amadores.

4.1.1 Recepção do espetáculo

Desde a abertura do Museu Histórico do Município à visitação pública, seu diretor fez registrar o nome e o fluxo diário de visitantes¹², além do livro dos “visitantes ilustres”. Aproveitando-se de espaços vazios da revista eram inseridas chamadas à colaboração com o Museu:

Francano: — o Museu Histórico de Franca, é a sua casa; apoiá-lo é manter cada vez mais acesa a chama da devoção pelo passado e tradição de nossa Terra.

Sertaneja, segunda fase, ano 2, número 11, setembro de 1959.

Sucessivas vezes o diretor manifestava-se, relevando “esse importante departamento da municipalidade local”, largos e emotivos agradecimentos à população local:

¹¹ O título de jornalista não era conferido por graduação acadêmica em curso formal, mas pela colaboração com os meios de comunicação. *Vila Franca*, em 1971, anunciava a criação da “Ordem dos Velhos Jornalistas de São Paulo”, quando foram “agraciados com a comenda e homenageados” os francanos, posto que residentes em Franca: Alfredo Palermo, Ângelo Zanuzzi, Leonel Nalini, Antônio Baldijão Seixas, Alfredo Henrique Costa, José Cirino Goulart, Octávio Cilurzo, Francisco Marconi, José Chiachiri e Agnelo Morato. Receberiam o mesmo reconhecimento em ocasião próxima: Sílvio Teixeira, Antônio Ricardo de Souza Júnior, Tomaz Novelino, José Russo, Vicente Richinho, João Roberto Correa, Jorge Cheade e Hélio Palermo.

¹² O arquivo do Museu Histórico Municipal “José Chiachiri” mantém apenas os livros dos primeiros meses de funcionamento da instituição. Os demais dados foram coletados de Miguel, Maria Izabel. *Levantamento dos livros e documentos existentes no arquivo e biblioteca do Museu Histórico Municipal*. 1967. Trabalho de Conclusão de Curso (História) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca, Instituto Isolado do Ensino Superior do Estado de São Paulo, Franca, 1967.

Quanto ao apoio da população local, é deveras comovente! É grande e entusiástico e sem ele nada teria sido feito. As boas iniciativas, quando encontram guarida no coração popular, só têm que ser duradouras e perenes!

Vilafranca: o registro na história, ano 2, número 14, fevereiro de 1960.

Convites para a população visitar o Museu foram estampados em todas as edições da revista a partir de abril de 1960 até o anúncio da criação do Clube da Saudade em julho de 1964. O primeiro anúncio convidava: “visitem o Museu”. Nos demais foi reforçado o caráter oficial de divulgação dos dias e horários de funcionamento da unidade cultural sob manutenção do poder público municipal, substituindo-se o “visitem” por “Prefeitura do Município”.

O caráter oficial do convite também era evidenciado pelo Brasão de Armas do Município. A partir de dezembro de 1962 o horário de abertura ao público sofreu a única alteração do período, quando o Museu passou a fechar às sextas-feiras e, aos domingos, começou a receber os visitantes entre 9 horas e meio-dia¹³.



FOTO 24 – Horário de abertura do Museu Histórico do Município a visitação pública.

Fonte: *Vilafranca*: o registro na história, ano 15, número 2, abril de 1960.

De 9 de março a 19 de maio de 1959 o horário foi estendido ao período noturno. Logo após a inauguração recebia visitantes até as 21 horas, salvo às

¹³ Em 1968 foi criado o “horário estudantil: de 2ª a 6ª feira, das 9 às 11 horas”, mantendo-se o horário de visitação pública inalterado – ver primeira parte do último capítulo.

segundas-feiras, quando permanecia “fechado para limpeza”. A partir de 19 de maio de 1959 passou a vigorar o horário normal de atendimento, acompanhando a redução do número de visitas, esgotada a novidade da inauguração, provavelmente. Nos primeiros trinta dias o Museu foi fechado para a posse de Abílio de Andrade Nogueira¹⁴, uma vez “por motivo de interrupção de energia elétrica” e outras quatro vezes “por motivo de chuva”. O mínimo diário de visitas atingia a casa de oitenta espectadores, atingindo o total de 248.000 em oito anos de funcionamento ou a média de 20.880 visitantes por ano¹⁵, número considerável em vista da população do município de 68.027 habitantes em 1960 e 93.658 em 1970¹⁶. Fora dos horários e dias de funcionamento normal, o diretor dedicava-se a receber “caravana de estudantes”: entre 20 de abril e 22 de maio de 1959 foram recepcionadas sete turmas (uma do Ginásio do Estado de Pedregulho; duas do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, de Franca; três do Ginásio do Estado “Homero Alves”, de Franca; uma de escola não indicada), com vinte alunos acompanhados de um professor, em média. Não tendo sido encontrada divulgação de visitas escolares posteriores a 1963. No ano de 1971 a sala de pesquisa do Museu, já instalado em sua sede própria, recebia somente estudantes do ensino secundário e superior.

Estudantes vinham das escolas de Franca, Batatais, Patrocínio Paulista, Ituverava, Igarapava, Pedregulho, Porto Ferreira, registrando-se uma caravana de estudantes de Anápolis no Estado de Goiás. Contabilizando em 4.900 o número de visitantes escolares somente no segundo semestre de 1959, o diretor somava “59 aulas orais sobre a história” local e regional para os alunos dos grupos escolares, além dos “cursos de história local” que eram promovidos pelos colégios no Museu.

¹⁴ Numa segunda-feira, dia 20 de abril de 1959 – comemorativo da elevação de Franca a cidade –, o Museu permaneceu aberto para “visita oficial dos senhores vereadores da Câmara Municipal de Franca – não compareceram”, afinal o Museu Histórico não se constituía unanimidade entre a vereança (ver capítulo 2). Há registros de visitas isoladas de vereadores, inclusive em livro especial para visitantes ilustres, entretanto a visita no dia especialmente reservado à edilidade frustrou as expectativas do diretor. “Livro de Impressões dos Senhores Visitantes, 1959–1965”. Arquivo do Museu Histórico Municipal “José Chiachiri”.

¹⁵ Miguel, Maria Izabel. Op. cit., s.n.p.

¹⁶ O crescimento populacional foi extremamente elevado nessa década, já que o município havia experimentado o desmembramento de três de seus antigos distritos em 1964: Restinga, Jeriquara e Ribeirão Corrente. A participação da população urbana também cresceu rapidamente: 27% em 1930, 43% em 1940, 54% em 1950, 72% em 1960, 80% em 1970. Palermo, Alfredo. *A Franca: apontamentos sobre sua história, suas instituições e sua gente*. Franca: Copgraf, 1980. p. 70–72.

José Chiachiri valorizava relatos de aprendizagem dos alunos durante as “aulas de história local e regional” no Museu, onde, “recreando-se”, “modificando seu meio ambiente, aprende e vê, através das peças e objetos, nos livros e documentos mais antigos, aquilo que aprendeu nos bancos escolares”. O diretor solicitava que os professores selecionassem as redações de seus alunos e encaminhassem cópias para o arquivo do Museu. Dois relatórios de visita foram publicados, ambos de alunos do curso ginásial, permitindo aproximações da recepção da expografia do Museu entre esses grupos, o que permite inferir as práticas da interação do Museu com o sistema de ensino da educação formal¹⁷.

Na apresentação do primeiro relatório de visitas estudantis, na edição de *Vilafranca* de outubro de 1960, o diretor enfatizava sua importância: “É um relatório valioso. O tempo dirá.” Apelava para que os professores seguissem o exemplo, selecionassem trabalhos de seus alunos e encaminhassem cópia para o Museu “arquivar em sua biblioteca”. Enfatizava o caráter lúdico da aprendizagem:

recreando-se [...], por um instante, modificando o seu meio ambiente, aprende e vê, através das peças e objetos, nos inumeráveis livros e documentos mais antigos, aquilo que aprendeu nos bancos escolares.

A narrativa da primeira redação publicada foi redigida por Luci Bego, aluna da primeira série ginásial do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, dedicado exclusivamente à educação feminina. Iniciava-se com a caminhada da turma da professora de língua portuguesa, Helena Kazan, descrevendo o deslocamento da escola até o Museu em quinze minutos. Entre as “muitas coisas antigas” expostas, a atenção da estudante voltou-se para “as vestes e os retratos”. Os destaques associavam-se à expografia que se constituía nos núcleos vetoriais de sentido, como os venho denominando. Ao mencionar “as vestes antigas” Luci Bego acrescentou trata-se de “uns vestidos pretos, chapéus e também uma máquina de tecer”¹⁸. Sobre

¹⁷ Entre as impressões de visitantes consta a visita e manifesto elogioso do inspetor escolar Pedro Cardim a 31 de julho de 1961 “por tudo quanto vem recolhendo da história da cidade”. Entretanto não se pode afirmar que tenha sido visita motivada por dever de ofício, já que no ano anterior encontravam-se registradas as impressões do inspetor comercial Armando Fadini. “Livro de Impressões dos Senhores Visitantes, 1959–1965”. Arquivo do Museu Histórico Municipal “José Chiachiri”.

¹⁸ A “sala do tear” compunha-se de tear completo, roda de fiar, pares de carda, novelos de lã, baús de zinco, arca de cedro, entre outros objetos recebidos de vários evergetas; na expografia da sede definitiva do Museu, a sala do tear ficava ao lado da “sala de móveis e vestiários do começo do século XX”. Conforme o cruzamento de informações dos livros e fichas de tombo do Museu Histórico Municipal “José Chiachiri” e Silva, Maria Amália de Andrade. Op. cit.

“os retratos”, apenas mencionou os da “sala do senhor Caetano Petraglia onde havia vários retratos de sua esposa e de seus parentes”, bem como o quadro *Toinzinho dá um Pulinho*¹⁹. Outros objetos mencionados pela estudante foram, pela ordem: “telefones”, “algemas dos escravos encontradas em Ibiraci, no meio da mata, prendendo ossos”, “uma tartaruga de cem anos²⁰”, ferros antigos, um pote cheio de armas de índios” e “fogões”, peças cujo significado apreendido não foi explicitado pela jovem relatora. Em conclusão sentenciou: “apreciei imensamente o nosso pequeno e grande Museu de Franca”.

O outro relato publicado foi elaborado por Maria Emília Xavier de Almeida, da quarta série feminina do Ginásio Industrial “Júlio Cardoso”, datado de 9 de junho de 1963, época em que a média mensal de caravanas escolares que se destinavam ao Museu era de três. Ao modo de uma justificativa, a aluna relatou que “visitas periódicas a estabelecimentos industriais e culturais”, inclusive a localidades vizinhas, constavam do programa de português do estabelecimento de ensino. Descreveu o deslocamento até o Museu ocorrido sob supervisão do professor, com as alunas “incorporadas e uniformizadas”, “no horário comum da aula de português, sem quaisquer prejuízos para as demais aulas”. As estudantes foram “gentilmente recebidas” pelo diretor do Museu. A autora passava a destacar os objetos “interessantes”, “notas pitorescas” e “curiosidades”, que lhe chamaram a atenção: “um peixe petrificado e valiosa coleção de minérios”, “coleção de moedas”; “medalhas históricas da Guerra do Paraguai”; “uniforme da Guarda Nacional, instituição do tempo do Império”; “maquete do prédio Franca do Imperador”; “sala inteiramente dedicada à Revolução Constitucionalista de 1932”; “um gramofone do tempo dos nossos avós”; “um álbum da Baronesa da Franca”; “no pátio do Museu, uma centenária tartaruga”. Como conclusão do registro de suas impressões, destacou “uma valiosa cooperação de nossa escola. São os trabalhos de escultura e entalhação de autoria do senhor Vicente Nasi, mestre aposentado, ora em São Paulo.” Na saída, assinaram o livro de presença. Educadamente apresentou

¹⁹ Peça nos livros de tombo como “figura histórica de Franca. Retrato a óleo, pintado por Ruth Ferreira dos Santos em 1959. Tela emoldurada, medindo 30 por 25 cm.”, sem notação de doador e data. Silva, Maria Amália de Andrade. Op. cit.

²⁰ Tratava-se de uma tartaruga viva. Em algum momento o Museu manteve também viva uma “Pavoa. Fêmea do pavão. Grande ave da família dos galináceos. Pertencia ao Museu quando viva. Embalsamada pelo senhor Giovanni Magrin.” Encontrava-se exposta em 1967. Silva, Maria Amália de Andrade. Op. cit.

“congratulações ao senhor José Chiachiri, que com muita dedicação, com muito carinho e com muito interesse, vem dirigindo e cuidando daquela instituição, que muito honra e eleva culturalmente a nossa terra”. Antes de assinar o texto, a estudante também agradeceu ao diretor da escola pela oportunidade da visita. Na apresentação do texto José Chiachiri destacava “a orientação do ilustrado professor de português do estabelecimento de ensino, nosso colega de lides jornalísticas Antônio Ricardo de Souza Júnior”.

Fora as evidentes distinções entre o nível de estudo das alunas e da relação dos respectivos professores com o diretor do Museu, relevam-se alguns elementos comuns aos dois relatos contrapostos. Um deles foi a atenção à tartaruga, não só porque centenária, mas viva entre objetos inanimados. Essa avaliação decorria da fragmentação do discurso expositivo, que prejudicava a percepção do próprio caráter pedagógico pretendido. Embora núcleos de sentido integrassem a expografia e chamassem a atenção, não transparece das narrativas das visitantes infanto-juvenis qualquer articulação direta com os conteúdos dos planos de ensino docentes, com o que o estudante “aprendeu nos bancos escolares”. Os textos publicados parecem ter sido produzidos mais por insistência da instituição museal, do que por um intencional e necessário planejamento pedagógico. Supondo-se que essa fosse a prática comum das visitas escolares ao Museu, o esforço educacional de José Chiachiri mostrava-se apreciável, dedicado, carinhoso, interessante, nos termos das depoentes, porém estava longe de atingir o que se poderia obter em termos de uma “educação patrimonial”. O papel dos professores limitava-se a preparar seus alunos para uma visita ao Museu criando uma expectativa quanto à recreação, sem maiores orientações quanto ao “ver e aprender”, como o diretor pretendia ser a função pedagógica da instituição.

Do lado da expografia praticada pela instituição museal, com todo o acervo exposto permanentemente, constituindo núcleos vetoriais de sentido quase tão fragmentados quanto a variedade tipológica do próprio acervo. A profusão de atrações impunha a dispersão do olhar do espectador. Ainda assim o conhecimento podia e de fato foi desenvolvido em ambas narrativas: a confecção de vestidos e chapéus associada ao tear, pela mais nova; fatos e instituições históricas nacionais, como a Guerra do Paraguai ou a Guarda Nacional, reconhecidas pela aluna mais velha. Os limites das fontes tornam impossível discernir até que ponto as preleções do diretor orientaram o olhar das depoentes para essas conclusões. De qualquer

modo as manifestações sentimentais que finalizam os dois documentos indicam que o objetivo institucional havia sido atingido. Como afirmava José Chiachiri em seus relatórios publicados na revista: pela “parte recreativa” as pessoas que visitavam o Museu “aprenderam a amar mais ainda a velha Franca, com o conhecimento mais real de seu passado, de sua história”²¹.

O Museu passou a registrar sistematicamente os visitantes de outras localidades em seus livros de presença a partir de 12 de maio de 1959. O destaque era dado para a diversidade da origem registrada pelo visitante individual. Na avaliação de José Chiachiri o destaque variava conforme o período da concentração dessas visitas ou pela qualificação do visitante. No mês de julho de 1961, publicava-se nota em *Vilafranca* que naquele período de férias escolares o Museu recebera a presença “de mais de uma centena de famílias do Rio, Belo Horizonte, São Paulo, Brasília, Goiânia, Jaborandi, Ribeirão Preto, Campinas, Mococa, Uberlândia, Uberaba, Casa Branca, Piracicaba, Passos, São Carlos, além de cidades vizinhas à nossa”.

Muitas visitas individuais ou em pequenos grupos foram atendidas fora do horário normal de funcionamento da “casa das tradições”. Ganhou destaque a visita de Lauro Enderle de Pelotas no Rio Grande do Sul, “culto jornalista”, “renomado conferencista”, ciceroneado por Agnelo Morato – qualificado como chefe do Serviço Dentário Escolar do Centro de Saúde local. A notícia da visita ocorreu porque o visitante fundou em sua cidade um Clube da Saudade, tendo convidado a agremiação francana para congraçar com a gaúcha. O breve relato foi publicado um ano depois da visita e serviu de apresentação para a transcrição de notícia sobre o “Museu da Franca”, publicada no jornal *Diário Popular* da “Princesa do Sul”, denominação de Pelotas.

²¹ Diversas referências foram feitas a pesquisadores que se utilizaram dos manuscritos recolhidos pelo Museu para estudos genealógicos, biográficos e históricos, muitos dos quais, integral ou resumidamente, foram publicados na própria revista ou em jornais locais. Destacou-se enfaticamente o valor do acervo arquivístico do Museu para os estudos de José Geraldo Evangelista, professor de história do Ginásio do Estado de Lorena, que colaborou com diversos artigos elogiosos à preservação dos arquivos locais publicados na revista *Vilafranca* e no jornal *Tribuna de Ituverava*. Seus dois anos de estudos sobre a antiga Nossa Senhora do Carmo da Franca do Imperador foram patrocinados pela Prefeitura Municipal de Ituverava. Arquivo do Museu Histórico Municipal “José Chiachiri” – “Livro de Impressões dos Senhores Visitantes, 1959–1965”. Evangelista, José Geraldo. A evolução urbana de Ituverava. A chegada do café a um velho centro de criadores. *Revista de História*, São Paulo, ano 13, volume 24, número 50, p. 403–416, abril/junho, 1962.

A “Terra das Três Colinas” foi descrita na crônica como “essencialmente industrial”, com cerca de 85.000 habitantes, “povo simples, bondoso, hospitaleiro e sobretudo, muito educado” e bairrista, tal como se ufanavam os cidadãos da “Princesa do Sul”. Porém, o “bairrismo do francano” seria diferente: “tem uma leveza, é sutil, suave, macio, que não percebe claramente que ele está valorizando a sua cidade, querendo destacá-la, valorizá-la aos olhos do visitante”. Anunciava suas expectativas quanto à visita: ver “peças históricas do nosso Brasil”, “um museu como tantos outros”, “entretanto, o Museu de Franca nos reservaria duas maravilhosas surpresas as quais nunca esperávamos um dia ter conhecimento! . . .” Tratava das surpresas apresentadas para encantar e emocionar o “ilustre visitante” entre as 1.142 peças do Museu, conservadas “com extremado carinho” pelo “combativo e veterano jornalista José Chiachiri”, entre as quais vivia “há mais de quinze anos, cercado pelo seu pequeno mundo, velhas recordações de um passado cheio de saudades!” Após ser recebido “alegremente” e percorrido as salas do “vetusto casarão”, deparou-se com a primeira surpresa. O “veterano jornalista, com um entusiasmo de colegial que passou nos exames finais, com os olhos brilhantes de alegria e contentamento”, mostrou-lhe um disco da Casa Edson do Rio de Janeiro com a gravação de discurso proferido pelo Barão do Rio Branco em 1909. Colocou o disco em um gramofone e começou a girá-lo com o dedo, fazendo reproduzir a gravação. O visitante declarou ter diante de si “redivivo”, “estuante de vida” José Maria Paranhos Júnior²². “Nem bem estávamos refeitos da emoção sentida naquele momento”, aconteceu a segunda surpresa trazida pelo anfitrião, “com a satisfação, com a euforia de um advogado que acaba de ser contratado para um grande inventário”: “uma carta da Inconfidência Mineira, assinada, vejam só, pelo Alferes Joaquim José da Silva Xavier — o Tiradentes — o Mártir da Independência! . . .” O documento emoldurado afastava do visitante a dúvida sobre a habilidade de leitura e escrita do “bravo Tiradentes”; o autógrafo e “o talho de letra de homem enérgico e instruído” revelavam-lhe que o “valente Alferes” não era analfabeto²³. Na conclusão

²² Doado em 1960 por Domingos Ferreira Coelho, o disco com o número de série 108385, continha de um lado o “Discurso do Barão do Rio Branco” e do outro “Deus da Pátria”, “gravação em disco pela Casa Edson de São Paulo do discurso proferido em 1909, no governo Afonso Pena”. Também na “Biblioteca e Arquivo Histórico” encontrava-se um “retrato oval do Barão do Rio Branco”, pequeno, de 1908, doado em maio de 1961 por Clarinda Augusta de Paula; nos registros posteriores o mesmo objeto constava ser “fotografia ampliada, com moldura”. Silva, Maria Amália de Andrade. Op. cit.

²³ Há somente um registro do “autógrafo de Tiradentes”, doado por José A. Faleiros Júnior, sem notação de data. Nos registros de tombo posteriores não aparece menção a esse documento que

narra a despedida “com um grande abraço” do veterano jornalista, “entusiasta vibrante das coisas que recordam o nosso passado histórico, levando conosco gravada na mente as mais caras recordações daquela visita emocionante”.

A narrativa talvez se constitua no único registro das preleções de José Chiachiri aos presentes no Museu. Horário exclusivo, atenção exclusiva ao colega jornalista, acompanhado apenas de seu cicerone. A visita não se restringia a um roteiro que o Museu previamente tivesse preparado, mas amoldava-se às expectativas do visitante. Acompanhado pelo diretor da instituição, que desempenhava também o papel de monitor, o visitante conduzia sua própria visita, cujas expectativas eram apreendidas pela sensibilidade de José Chiachiri. No depoimento de Lauro Enderle não se registrou qualquer interesse sobre a história local ou regional, mas sobre as “peças históricas do nosso Brasil”. Terminada a observação do discurso expográfico habitual, José Chiachiri apresentou ao visitante o que lhe pareceu ser adequado à fruição desejada. Para deleite do conferencista foram mobilizadas duas peças do acervo: gramofone girado com o dedo do anfitrião para dar voz ao passado, ouvia-se o discurso do Barão do Rio Branco e as manifestações da platéia. Encantado com a atração, o visitante foi surpreendido com o autógrafo de Tiradentes em “carta da Inconfidência Mineira”, certificando-se de não ser analfabeto o alferes. Após as surpresas que tanto o agradaram, emocionado com o conhecimento adquirido na visita, Lauro Enderle despedia-se com um abraço do “veterano jornalista” e registra “as mais caras recordações” da visita feita ao Museu Histórico da longínqua “Terra das Três Colinas”, exposto no *Diário Popular* da “Princesa do Sul”.

Para o diretor do Museu significava o reconhecimento do valor de seus esforços; para o Clube da Saudade da Franca tratava-se da exportação do seu modelo de valorização das tradições locais. Tanto o Museu quanto o Clube celebravam a adesão do visitante, reproduzindo suas palavras. Realizavam seus objetivos de “exportação” das estruturas criadas para “reviver” e transmitir a identidade que construíam e declaradamente geravam um legado para gerações futuras. Em uma das avaliações, registrada por Toriba-Acã: “construíram um monumento para eternizar as músicas francanas em favor da posteridade”.

4.2. A vida de uma terra em todos os seus tempos²⁴

O Clube da Saudade da Franca desempenhou um lugar social de convívio cultural imprescindível para manter o apoio da comunidade local ao Museu Histórico do Município. Embora não restringissem suas promoções ao cenário museal, os saudosistas reforçavam o papel do Museu como instituição permanente, onde se encontravam os vestígios materiais das inúmeras narrativas de episódios vividos na cidade e publicados na revista *Vila Franca*. Um dos resultados dessa simbiose entre o Clube e o Museu foi a conquista de sua sede própria. No ano de 1970 o Museu foi instalado permanentemente no edifício que até então servira como sede da Prefeitura Municipal²⁵. Apesar de se constituir na maior reivindicação do diretor, não foi encontrada qualquer menção à sua abertura ao público.

A sede definitiva do Museu foi apenas marginalmente referenciada em nota biográfica do “primeiro venerável da Loja [Maçônica] ‘Amor à Virtude’”, publicada originalmente em *O Aviso de Franca* no mês de março de 1968:

Francisco Barbosa Lima, em 1882, era deputado provincial pelo Partido Liberal e foi ardoroso combatente em prol das reivindicações locais, como a construção da nova cadeia (hoje edifício da Prefeitura Municipal — *Nota do Autor: atualmente sede do Museu Histórico do Município*) e prolongamento dos trilhos da Mogiana até Franca e outras. (grifei).
Vila Franca, ano 8, número 39, abril de 1971.

Ao estilo e com a paciência histórica característica de José Chiachiri, a instalação permanente do Museu foi sutilmente referenciada em artigo de sua autoria, mas sem assinatura. A breve associação entre a construção do prédio e sua finalidade original certamente atendia ao cenário museal desejado inicialmente, de sediar o Museu em um edifício: “cheio de história e que resiste aos passados anos, como um símbolo da vida dos nossos antepassados”. O diretor da instituição confirmava seu papel assumido desde a criação da associação dos saudosistas, a adesão a “algo superior, uma vida como que superior à nossa própria vida”, como definira Arnaldo Ricardo de Souza. Seu insistente e recorrente apelo ao valor que “o

²⁴ Carlos Signorelli, 28/11/1965. “Livro de Impressões dos Senhores Visitantes, 1959–1965”. Arquivo do Museu Histórico Municipal “José Chiachiri”.

²⁵ A Lei n.º 1.868, de 21 de maio de 1970, abriu crédito para reforma e adaptação do edifício para o Museu Histórico do Município.

tempo dirá”, que o “futuro dirá”, reforça a idéia de constituição de um legado para a posteridade, acentuando o “reflexo extraordinário no futuro” pretendido pelo programa museal.

Progressivamente José Chiachiri procurou especializar-se na investigação histórica, abordando episódios mais distantes das lembranças registradas pelos redatores saudosistas, principalmente aspectos do 1800, como se referia ao século XIX, sempre tendo como eixo as peças musealizadas. A busca de informações sobre as peças expostas era procedimento adotado desde a inauguração do Museu, marcadamente demonstrada com a musealização da flauta de Olímpio de Almeida. De igual modo, agregaram-se estudos publicados em *Vilafranca* semantizando outros semióforos, constituindo núcleos vetoriais de sentido, conforme já analisados, sempre fragmentários.

Nessa fase, em que a mediação da constituição dos monumentos de memória a partir dos vestígios e significados atribuídos passou a ser compartilhada com os saudosistas, o diretor do Museu buscou aproximações com especialistas da museologia e da historiografia paulistas. A instalação do curso de graduação em história em 1963, na então denominada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca certamente foi um dos vetores que influenciaram seus esforços de especialização. A presença de José Ferreira Carrato entre os docentes da Faculdade de Filosofia de Franca (1965 a 1968) colaborou para essa aproximação²⁶. Ocupando a regência da cadeira de História da Civilização Brasileira, o docente planejava instituir um centro de estudos de história regional. Nesse sentido viveu “o melhor momento de integração espiritual” desde sua chegada a Franca, ao visitar o Museu em 30 de março de 1965. Por ocasião dessa visita, manifestou comentários elogiosos à instituição. Agregando-se ao movimento, cumprimentava o diretor “pelo zelo e amor que demonstra à sua obra”, declarando que o Museu seria “obra nossa também, de moços universitários francanos, quando, seguindo o caminho aberto

²⁶ O professor José Ferreira Carrato trabalhara na Faculdade de Ciências e Letras de Assis, era doutor em história pela Universidade de São Paulo, onde também ocupava cargo administrativo do qual obteve afastamento por três anos para exercer o magistério superior na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca. Denominadas de Institutos Isolados do Ensino Superior do Estado de São Paulo essas faculdades, entre outros institutos isolados, deram origem à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) em 1976. Centro de Documentação e Apoio a Pesquisa Histórica do Departamento de História (CEDAPH) do Departamento de História da Faculdade de História Direito e Serviço Social – Arquivo Permanente Setorial do *Campus* de Franca da UNESP, Departamento de História, série carreira docente, dossiê José Ferreira Carrato, caixas 96 e 97.

pelo senhor Chiachiri, viermos formar ao seu lado, na guarda e defesa de nossa terra”²⁷. José Ferreira Carrato integrou-se ao *Rotary* Clube local, onde anunciava, em julho de 1965, os planos para realizar em Franca o terceiro Simpósio Nacional de História da Associação dos Professores Universitários de História, no final daquele ano²⁸.

O Museu Histórico do Município aderiu à programação diversificada do III Simpósio dos Professores Universitários de História. Nos preparativos do grande evento da historiografia nacional foram registrados agradecimentos da “juventude universitária da Terra das Três Colinas”, como se autodenominaram os pesquisadores que levantaram no Museu “tradições e história da nossa Franca, a respeito da evolução do artesanato, a manufatura, a indústria”: Therezinha Badan Malheiros, irmã Élide Ropelato, Rosa Maria Trocoli, Sônia Maria Marinheiro Sandrin, Elenice Milania Troccoli, José Chiachiri Filho²⁹. Durante a realização do encontro alguns visitantes foram convidados a deixar registro de suas impressões. Historiógrafo do Arquivo do Estado, Nello Garcia Migliorini, relatou sua “grata satisfação de conhecer o museu provisório”. Antônio Barbosa Lima, professor do Ginásio de Ituverava, a “antiga Carmo da Franca, filha primogênita desta culta e brilhante Franca do Imperador”, emocionado pela visita enalteceu o “ilustre conservador, jornalista José Chiachiri”. Júlia Maria Cavaterra, Paulo Reis, Diva Thereza Vieira Barbosa, estudantes de Lorena, e Cleonice Ribeiro Camigato, da Faculdade Auxilium de Lins, congratulavam-se com “os organizadores [do Museu],

²⁷ “Livro de Impressões dos Senhores Visitantes, 1959–1965”. Arquivo do Museu Histórico Municipal “José Chiachiri”.

²⁸ O historiador voltou ao tema na reunião de 16 de agosto de 1965, solicitando informações rotárias para “levantamento das fontes primárias para a história de Franca”. Em 06 de setembro o professor Carrato anunciava atividades sob coordenação do *Rotary* Clube local durante a realização do III Simpósio Nacional de História (sem indicar quais seriam). No encontro de 8 de novembro a ata registrava a presença de jornalistas do *Diário de S. Paulo*, Néelson Gatto e Sílvio Cardoso, “que vieram acompanhar o III^o Simpósio de História, realizado nos dias 3 a 7 de novembro e de caráter nacional e que contou com o apoio de diversas entidades de classe e particulares de Franca”, bem como anunciava a atenção dispensada ao rotariano Mendonça Furtado, vindo do Rio Grande do Norte para participar do evento. Livro de ata das reuniões do *Rotary* Clube de Franca, 1965–1966. Di Gianni, Tercio Pereira. *Arquivo do Rotary Clube de Franca*: digitalização de documentos. Franca: CEDAPH, 2006.

²⁹ Os ingressantes no curso de história coletaram dados para comunicação do professor da cadeira de História das Idéias Políticas e Sociais da recém instalada Faculdade. Costa, Alfredo Henrique. Contribuição ao estudo da história da indústria do calçado de Franca: suas bases artesanais e o impacto tecnológico. Franca, 1966. Anais do III Simpósio dos Professores Universitários de História. Franca: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca; Associação dos Professores Universitários de História, 1966. p. 577–593.

cujo exemplo seja imitado por muitos”. Foram poucos visitantes que registraram sua presença no *Livro de Impressões dos Senhores Visitantes* do Museu durante o Simpósio de História.

Nos anais do evento constou a impressionante participação da população local no acolhimento aos simposistas “em seu próprio lar, disputando o privilégio da hospedagem”, ofertando presentes e com marcada “presença às sessões sociais”. “As escolas, as autoridades municipais, as entidades culturais, assistenciais, esportivas, as igrejas de diferentes credos, o comércio, indústria, a imprensa falada e escrita” foram relacionados como colaboradores do certame. Entre as inúmeras exposições, destacou-se na avaliação oficial do evento a de Artes e Técnicas Populares, que foi instalada “no recinto da Exposição”, onde cardavam, fiavam e teciam lã de carneiro, fabricavam rendas de bilros, esculpavam gamelas e colheres de pau, fabricavam vassouras de piaçava, cestaria, franjas, faziam e serviam aos congressistas café, quentão, “uma série enorme de quitutes caseiros, com receitas transmitidas através de gerações de cozinheiras e que há muito tempo não tínhamos a oportunidade de saborear”. Outras exposições foram anotadas: “Livros Raros e Antigos da Biblioteca do Convento N. S. Aparecida”, de artes plásticas, etnografia, filatelia; exibiram-se o Conjunto de Percussão do Conservatório Musical de Franca e o Festival Folclórico Regional, além da cerimônia da Benção dos Encamisados no Adro da Matriz, preparatória ao “espetáculo das Cavalhadas de Franca”³⁰.

Nas moções apoiadas pelos participantes do III Simpósio ficaram registrados agradecimentos, congratulações e votos de louvor aos francanos em geral e a instituições e pessoas em particular. Entre eles: imprensa falada e escrita de Franca e de São Paulo além da “equipe de rádio-amadores de Franca”; Associação dos Empregados no Comércio; Loja Maçônica “Amor a Virtude”; Loja Maçônica “Independência Terceira”; Associação Rural de Franca; Fundação Pestalozzi; União Síria Beneficente; Clube dos Bagres; Associação Filatélica de Franca; estabelecimentos de ensino secundário de Franca; Rádio Clube Hertz;

³⁰ Paula, Maria Regina Cunha Rodrigues Simões de. Relatório sobre o III Simpósio dos Professores Universitários de História. Franca, 3 a 7 de novembro de 1965. Franca, 1966. Anais do III Simpósio dos Professores Universitários de História. Franca: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca; Associação dos Professores Universitários de História, 1966. p. 7–16. Paula, Maria Regina Cunha Rodrigues Simões de. Relatório sobre o III Simpósio dos Professores Universitários de História. Franca, 3 a 7 de novembro de 1965. *Revista de História*, São Paulo, n. 64, p. 445–454, out/dez 1965.

Rádio Difusora de Franca; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca (duas moções)³¹; “famílias francanas que com tanta fidalguia e carinho hospedaram” os participantes; Eurípedes Simões de Paula; José Ferreira Carrato; Marina de Andrade Marconi; Editora Dominus; Vicente Leporace – do famoso jornalista de *Trabuco*, o jornal falado da Rádio Bandeirantes de São Paulo; Câmara Municipal de Franca – Geraldo Alves Taveira (presidente); Prefeito Municipal Hélio Palermo; Museu Municipal de Franca; Departamento do Arquivo do Estado – “pelos documentos expostos em Franca”; Conjunto de Percussão de Franca; Teatro Amador de Batatais; *Rotary* Clube de Franca; *Lions* Clube de Franca; Clube da Saudade da Franca; grupos folclóricos; padres agostinianos; irmãos maristas; Paróquia de Nossa Senhora da Conceição; Igreja Presbiteriana; Colégio “Nossa Senhora de Lourdes”; Colégio “Jesus, Maria, José”; e “às pessoas organizadoras das exposições”.

As trinta e quatro moções destacaram o reconhecimento dos simposistas quanto à participação da população local no evento, bem como o quanto foi diversificada a programação de atrações paralelas, denominadas sociais. A exposição de manuscritos do Museu Histórico do Município recebeu reconhecimento na mesma moção que enalteceu a exposição do Arquivo do Estado. O pequeno destaque a essa colaboração ocorreu por ocasião da intervenção do professor Raul de Andrade e Silva (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo) à já mencionada comunicação do professor Alfredo Henrique Costa. A exposição do Museu incluiu documento de 1827 intitulado “Tabela do Termo da Villa Franca do Imperador”, na qual o número de trinta sapateiros era dos mais expressivos, superado apenas pela existência de trinta e seis carpinteiros. Tal informação fazia o interpelador sugerir ao pesquisador local a revisão de sua periodização para incluir, em recuo, a primeira metade do século XIX, inclusive para

³¹ Uma das moções propôs ofício ao Conselho Estadual de Educação atestando que a recém criada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca, “com apenas dois anos de funcionamento”, “revelou perfeita integração no espírito universitário paulista”, obtendo quarenta e uma assinaturas – o maior número de apoios entre todas as moções aprovadas. Tal intervenção devia-se à necessidade de reconhecimento da nova Faculdade, que, entre os requisitos para ter seu funcionamento reconhecido, deveria realizar semana de estudos bienal e o fez apoiando a reunião da Associação dos Professores Universitários de História, conforme entendimentos entre o seu presidente Eurípedes Simões de Paula e o diretor do Departamento de História local José Ferreira Carrato. Centro de Documentação e Apoio a Pesquisa Histórica do Departamento de História (CEDAPH) da Faculdade de História Direito e Serviço Social – Arquivo Permanente Setorial do *Campus* de Franca da UNESP.

prosseguir no estudo dos ciclos econômicos do município de Franca, tal como se propunha no “trabalho em curso”.

A seleta caravana do III Simpósio, com suas dezoito comunicações distribuídas em cinco sessões diurnas desenvolvidas da manhã da quinta-feira à manhã do sábado, amplamente divulgadas e acompanhadas pela população local, certamente provocou novos olhares sobre a escrita da história. As análises sistemáticas de Eurípedes Simões de Paula, Francisco Iglesias, Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes, Eduardo d’Oliveira França, Nícia Vilela Luz ou Sônia Aparecida Siqueira, entre os pesquisadores mais experientes que comunicaram resultados de suas investigações, certamente impunham novos padrões de produção histórica e historiográfica, enfim novos olhares sobre a história a partir de uma perspectiva profissional desejada pela formação universitária³². Introduzindo perspectivas de média e longa duração, abordagens temáticas, estudos contextualizados de localidades, as comunicações da historiografia universitária constituíam-se em vetores que contribuem para explicar a consolidação do papel de José Chiachiri, enquanto mediador do movimento que levara à criação do Museu Histórico e à própria instituição do Clube da Saudade.

De fato, José Chiachiri voltou-se para a elaboração de textos mais elaborados dos eventos da história local, embora não apresentassem abordagens muito distantes daquelas já analisadas, quanto à constituição dos núcleos vetoriais de sentido relativos aos fragmentos da memória musealizados. Assim também foram estruturados os textos mais articulados que José Chiachiri publicou: o livro “Vila Franca do Imperador” editado em 1967, e, no ano seguinte, uma palestra proferida como convidado do *Rotary* Clube em reunião comemorativa do aniversário da criação do município³³.

³² Sob a temática das fontes, expuseram trabalhos, entre outros: Déa Ribeiro Fenelon e Norma de Góes Monteiro (Universidade Federal de Minas Gerais), Jeanne Berrance de Castro e Maria da Conceição Martins Ribeiro (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro), esta filha de Jonas Deocleciano Ribeiro, patrono do Clube da Saudade da Franca, expôs comunicação sobre “os arquivos auto-biográfico e falado (gravado) do Museu de Rio Claro”. Entre os incontáveis participantes do simpósio encontravam-se ainda, conforme as assinaturas nas moções, Heloísa Liberalli Bellotto e Manoel Lelo Bellotto (ambos da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Assis), Carlos Guilherme Mota, Istvan Jancsó, José Roberto do Amaral Lapa, Alice Piffer Cananabrava, Júlia Scarano, Walter Piazza, Odilon Nogueira de Matos, Olga Pantaleão, Maria de Lourdes Mônico Janotti, Kátia Abud, Raquel Glezer.

³³ Chiachiri, José. *Vila Franca do Imperador*. subsídios para a história de uma cidade. Franca: O Aviso de Franca, 1967. A íntegra da palestra encontrasse em *Vila Franca*, ano 4, número 36, novembro de 1968. O texto da outra palestra proferida pelo diretor do Museu naquela associação, ocorrida a 20 de

Talvez essa produção mais elaborada explique, ao menos em parte, o fato da revista *Vilafranca*, ter deixado de ser editada de três a seis vezes ao ano, como o foi desde 1957 até 1964, tendo passado a circular anualmente de 1968 a 1971, após uma suspensão de três anos ocorrida entre 1965 e 1967. Ao mesmo tempo em que José Chiachiri compartilhava com o Clube da Saudade a responsabilidade pela coleta e construção de sentido dos vestígios de memória, que abrangeu seu estilo de escrita e divulgação fragmentária da história, o diretor do Museu procurou reconhecimento externo de seu trabalho historiográfico. Nesse sentido ingressou no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP) e publicou o livro em cuja página de rosto qualificou-se como “diretor do Museu Histórico de Franca e membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo”, fazendo imprimir o brasão municipal e a indicação de que se tratava da “1ª edição”, comemorativa do 143º aniversário da fundação da Vila Franca do Imperador.

O ingresso de José Chiachiri no IHGSP ocorreu provavelmente por indicação de Vinício Stein Campos, então segundo secretário do Instituto e que esteve presente às duas votações que aprovaram a admissão³⁴. As atas publicadas na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* mencionam José Chiachiri somente nas reuniões que trataram de sua admissão na categoria de “sócio honorário”, não tendo sido localizados trabalhos de sua autoria na revista ou indícios de participação em eventos daquela instituição. Entretanto, muito de suas referências historiográficas e museológicas encontravam-se representadas no IHGSP, especialmente quanto ao Visconde de Taunay, cujos livros *Inocência* e *Memórias*, encontram-se entre as citações das obras de José Chiachiri e de outros historiadores locais, destacando-se a narrativa da Retirada de Laguna³⁵.

abril de 1964, quando os rotarianos comemoraram a elevação de Franca à categoria de cidade havia sido publicado em *Vilafranca*, ano 5, número 32, abril de 1964. Anteriormente José Chiachiri participara de evento promovido a 13 de outubro de 1936 pelo *Rotary Clube* de Franca, (ver o primeiro capítulo). Há diversas outras notícias dessa “benemérita instituição”, tanto quanto das demais agremiações locais que eram objeto de reportagens recorrentes na revista.

³⁴ Atas de 16 de julho de 1996 (primeira votação) e de 20 de agosto de 1966 (segunda votação), quando Vinício Stein Campos era secretário do IHGSP. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v.65, p. 462–465, 1968.

³⁵ As referências museológicas a Vinício Stein Campos serão objeto de análise no capítulo 4. Embora haja constantes referências a obras de Alfredo D’Escagnolle Taunay e a outros historiadores locais vinculados àquela instituição, desde um fundador como Estevão Leão Bourroul até Antônio Constantino, o IHGSP somente foi referido explicita e institucionalmente como referência de texto da lavra do próprio José Chiachiri, após sua admissão em 1966, com a impressão de seu livro de 1967.

Ao proferir palestra no *Rotary* Clube de Franca José Chiachiri expôs pontos de revisão da história local, aqueles julgados “interpretados erroneamente”. Entre eles o nome “capim mimoso” agregado ao “Belo Sertão da Estrada de Goiás”, cuja inserção teria derivado da leitura do romance *Inocência* por Afonso de Carvalho e mantida por escritores que o sucederam: “Jamais foi nome oficial. Os poetas acharam bonito escrever assim, o que o historiador Taunay se referira em seu livro ‘Inocência’ de campos mimosos”. Afonso de Carvalho, juiz de direito que atuou na Comarca de Franca entre 1910 e 1915, iniciara seu texto com a seguinte assertiva: “Os primeiros casebres, toscos, cobertos de sapê, localizavam-se em torno da igrejinha, nos primeiros anos do século passado, sob o louro sol, no Arraial Bonito do Capim Mimoso”³⁶. O texto foi inserido em uma das publicações comemorativas do Centenário da cidade e a questão dos diferentes topônimos locais tornara-se menção recorrente na historiografia local. A esse respeito José Chiachiri revia a referência ao “Imperador”, tal como se referiam os documentos da Vila Franca do Imperador. Ao contrário do que se acreditava, não se tratava de “homenagem a D. Pedro II”, “quando D. Pedro II visitava nossa terra”, mas a seu pai, governante em 1824, quando a Vila foi instalada.

A esse respeito Chiachiri registrou que D. Pedro II nunca passara por Franca. Não havia qualquer vestígio dessa visita. Não se esquecia de acrescentar que “exista ainda quem diga ‘a boca cheia’, ser proprietário desta ou daquela peça onde D. Pedro se sentou ou almoçou. Como seria bom sermos contestados neste ponto!” Por certo, tal ênfase procurava evitar constrangimentos na recepção de objetos pelo Museu Histórico do Município.

Porém não há qualquer outra menção nos escritos da época quanto a aplicação desse critério de musealização. A confusão entre D. Pedro I e seu filho certamente era muito comum, como ainda ocorre dadas as representações pictóricas dos dois imperadores. O próprio Museu expunha um retrato de D. Pedro II (1 x 1,5 m), “motivo de visitas especiais, de grande admiração por parte de todos”,

³⁶ Citado por Francisco Marconi (sob pseudônimo de Xico Sá). Salve, velha Franca. *Vila Franca*, ano 6, número 38, abril de 1970. Carvalho, Afonso José de. A Franca: esboço de história e costumes. *Almanaque da Franca*. Vital Palma, 1912. p. 39–67. Carvalho, Afonso José de. A Franca: esboço de história e costumes. *Comércio da Franca*. Franca, 1956. Suplemento de 1º de maio de 1956. O Brasão de Armas da cidade, elaborado pelo filho do autor do romance, Afonso D’Escragnolle Taunay, também trazia “hastes de capim mimoso”, então já desaparecido da vegetação da região, mas que se desejava ver cultivado em canteiro de praça pública da cidade. *Vila Franca*, ano 8, número 39, abril de 1971.

pintado pelo goiano Cândido de Cássia e Oliveira, bibliotecário do Grêmio Literário Francano. Recebida da Câmara Municipal entre os primeiros objetos que constituíram o acervo, a tela com “moldura dourada” e “tamanho natural” ficava exposta ao lado do recibo de pagamento pela execução da obra. José Chiachiri ainda divulgara a polêmica ocorrida quando da primeira exposição da obra na Câmara Municipal em 1882, ocasião em que um juiz de direito, Barnabé Vicent, “republicano convicto”, rasgou sua toga em sinal de protesto à homenagem, causando reações dos vereadores locais que representaram às autoridades denunciando o magistrado³⁷. Talvez a própria expografia do Museu e sua comunicação, tenham colaborado para a confusão entre pai e filho, pois o filho estava representado com aparência mais velha do que o pai, falecido em 1834. Tal representação de Pedro II encontrava-se reproduzida em diversos outros objetos, tais como fotografias emolduradas, medalhas e um busto³⁸. Por sua vez, a imagem de D. Pedro I aparecia somente nas reproduções da tela de Pedro Américo, exposta no salão monumental do Museu Paulista, conhecido como Museu do Ipiranga. As reproduções recebiam denominações diferentes, “Independência ou Morte”, era a identificação expográfica das reproduções emolduradas antes expostas na Farmácia Francana (70 x 30 cm) e na Casa Schirato (30 x 20 cm), respectivamente doadas nos anos de 1960 e 1961. “O Grito do Ipiranga”, identificava a reprodução emoldurada (30 x 20 cm), doada por Rita Dias Paes Leme Lima no ano de 1963. A observação do discurso expográfico fragmentário não colaborava para esclarecer a nomenclatura designativa da Vila Franca do Imperador, pelo contrário, confirmava a jovialidade de D. Pedro I, “inquieta e aventureiro”, por meio das reproduções da

³⁷ Na primeira divulgação da polêmica José Chiachiri reproduziu o documento endereçado ao imperador, acusando o juiz de ter manifestado sua posição abolicionista ao protestar contra o retrato instalado no mesmo salão que servia às sessões do Fórum da cidade. O bacharel Henrique Antônio Bernabé Vincent, ocupava então o cargo de Juiz Municipal do Termo de Franca. *Vila Franca*, ano 4, número 24, setembro de 1962.

³⁸ Fotografias emolduradas, obtidas dos evergetas: Alceu Sant’Anna de Almeida (duas), Hélio Sant’Anna de Almeida (uma), Jonas Sant’Anna de Almeida (uma). Doze medalhas do Segundo Reinado, campanhas brasileiras na região platina: Alceu Sant’Anna de Almeida (dez), Dolores Maciel de Almeida (duas). Busto de gesso: Alceu Sant’Anna de Almeida. Alceu Sant’Anna de Almeida era colecionador e a maioria dessas doações ocorreu antes do óbito do pai, João Marciano de Almeida, quando os filhos doaram os objetos que compuseram uma sala inteira dedicada à memória do médico, fazendeiro e ex-prefeito. Fichas e livros de tomo do Museu Histórico Municipal “José Chiachiri” e de Silva, Maria Amália de Andrade. Op. cit.

representação de Pedro Américo, contraposta à imagem senhorial de D. Pedro II, representada quando esse já estava sexagenário³⁹.

Referindo-se ao Brasão da Franca introduziu alguns reparos. Primeiro, em relação ao “ribeirão dos Bagres”, representado por Afonso D’Escragnolle Taunay, apontando que o viajante D’Alincourt registrara seu nome primitivo: “córrego do Itambé, pedra lascada, na linguagem indígena”. Depois, registrando a continuidade “das dúvidas com referência à origem do nome de Franca”, contrapondo os viajantes D’Alincourt e Saint-Hilaire, o primeiro indicando originar-se o nome de “passagem livre e aberta dessas plagas”, enquanto o segundo afirmava tratar-se de homenagem ao governador da Capitania de São Paulo, Antônio José da Franca e Horta, uma das figuras representadas no Brasão. Enfatizava essa dúvida, acerca da origem do nome da cidade e da representação do governador no Brasão municipal, ao rever os motivos que teriam levado o capitão de Ordenanças Hipólito Antônio Pinheiro a postular a patente que ocupava e o pertencimento do território à administração paulista: “seu interesse na grande propriedade que possuía (a fazenda Chapadão)”, além da inexistência de “registros cobradores de impostos” e de estar “longe da capital”, portanto das autoridades constituídas.

Sobre o capitão da Guarda Nacional Anselmo Ferreira de Barcelos, a outra figura representada por Taunay no Brasão, acrescentou, como adendo à narrativa de seu livro *Vila Franca do Imperador*, uma transcrição do registro do assassinato de Manoel Rodrigues Pombo a partir do Livro de Tombo da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Franca e Rio Pardo, registro de 1838: “faleceu assassinado, sem receber os sacramentos, na Borda da Mata...”, onde residia a família extensa dos Barcelos, região que deu origem ao município mineiro de Claraval. Borda da Mata, “hoje fazenda Ressaquinha, dos Malta”, onde se colocou uma cruz de aroeira, posteriormente coberta com folha de zinco, a qual José Chiachiri gostaria de ver resguardada como “valioso patrimônio histórico”, documentado com fotografias e depoimentos pessoais para a história de Franca e da região.

De fato, José Chiachiri operou uma interessante partilha interpretativa entre a “história do Belo Sertão do Capim Mimoso” e a “história de Franca” “que os

³⁹ Fichas e livros de tomo do Museu Histórico Municipal “José Chiachiri” e de Silva, Maria Amália de Andrade. Op. cit.

historiadores chamaram de Anselmada”, sobre as invasões à cidade e a deposição de autoridades eleitas por Anselmo Ferreira de Barcelos, tanto quanto o assassinato do juiz de paz atribuído aos seus. De um lado, ressaltava-se os aspectos de qualificação “heróica” associados ao líder da “Anselmada” e transmitidos “à boca do povo” e resultante da publicação de jornais, folhetos ou “anotações diversas”, qualificados como “lendas e fantasias”. De outro lado, colocava-se foco sobre o dramático “capítulo de heróis e de covardes”, “capítulo do trabuco e do bacamarte”, escrito conforme depoimentos orais contrapostos aos arquivos do Museu franco e o do Estado.

Tais termos revisionistas, de uma crítica clara interposta até mesmo ao consagrado Afonso de Taunay, como a representação do governador Franca e Horta no Brasão, associados a um crescente rigor documental, denotam maturidade e independência nos estudos históricos e nos padrões de referência patrimonial a que chegara o jornalista historiador. Porém, a predominância do estilo jornalístico, fragmentário acabou por impedir a percepção do processo histórico em que agiam os personagens e mesmo as instituições às quais respondiam. Daí a ênfase no caráter heróico dos fatos narrados, emocionalmente colocados em cena, reduzindo os agentes históricos ao papel de protagonistas/heróis, antagonistas/vilões, vítimas e figurantes. As tramas foram deliberadamente reduzidas ao seu aspecto mais imediato e fragmentário; como a explicação da origem da Anselmada pela existência de uma janela irregularmente instalada na divisa do terreno de um vizinho, ignorando-se por absoluto o contexto regencial.

A escrita da história por José Chiachiri seguia os padrões de sua exografia de nucleação de sentidos, sem articular um discurso compreensível e integrador dos vários núcleos semânticos. José Chiachiri escrevia história e dirigia museu como um jornalista que anuncia uma manchete na imprensa. Todos seus méritos, inegáveis e incontáveis, apresentam-se, simultaneamente, como seus limites. Mesmo em perspectiva de uma historiografia revisionista, inclusive de suas próprias investigações, o historiador não se libertou da pauta jornalística.

Tal esforço interpretativo e revisionista incluiu também a indicação dos fatores de atração populacional que teriam dado origem à ocupação regional. O garimpo de ouro e pedras preciosas teriam sido preponderantes para atrair a população do sul de Minas Gerais, bem como povoadores já estabelecidos em outras localidades paulistas e mesmo reinóis, como os ilhéus da colônia de Casa

Branca, entre outros. Uma vez que as jazidas eram rapidamente esgotadas, os “entrantes” passavam a se dedicar à produção agropecuária. Com a mesma faina pioneira os francanos participavam do desbravamento e colonização do sul do Mato Grosso. Entre eles destacava-se Senhorinha Gonçalves Barbosa, esposa de José Francisco Lopes, “o famoso Guia Lopes da Guerra do Paraguai”, entre outras famílias da região de Franca que se deslocaram e participaram da colonização sul mato-grossense. Também indica a origem de famílias originárias de Franca na ocupação de Canoas (Claraval, Minas Gerais), como os descendentes do capitão de ordenanças Manoel de Almeida, e do Aterrado (Ibiraci, Minas Gerais), como Antônio Rodrigues Gonçalves – preso em 1805 pelo “comandante pago do Jacuí”. Todos teriam sido emigrantes francanos atraídos por notícias de novos descobertos de minérios e ou pedras preciosas, cujas referências o Museu Histórico mantinha desde o início em seu programa investigativo, conservacionista e de comunicação.

Revia também os termos de sua própria avaliação sobre o “sal francano”, expressa no livro *Vila Franca do Imperador* quando afirmava que Franca “era o entreposto”, onde goianos, mineiros e mato-grossenses viriam comprar sal trazido de Campinas por comboios tropeiros e carreiros. Tendo afirmado ainda que os “comerciantes estabelecidos” em Franca o negociavam e até o teriam refinado aqui mesmo. Na perspectiva revisionista de suas próprias afirmações, amenizava o papel atribuído a Franca nesse processo: tratava-se apenas e tão-somente de ponto de trânsito de fazendeiros por uma região onde encontravam “passagem franca, livre das ‘aduanas’ ou dos impostos de barreira”. De certa maneira confirmando a idéia de que o nome do povoado devia-se à possibilidade de evasão fiscal, tanto quanto o “sal francano” teria sido designativo da rota tomada pelas tropas que abasteciam a região central do país e o sul de Minas Gerais. Afinal, os documentos publicados acerca do tema, não demonstravam a existência de negociantes com riqueza compatível com as funções de entreposto, mas apenas ser um local de passagem de carros de boi proibidos de entrar na cidade, reforçando o papel de “estrada do sal”, como também era conhecido o caminho que levava a Goiás.

Após a criação do Clube da Saudade da Franca em 1964, o Museu Histórico do Município teve seu reconhecimento ampliado e, dentro das promoções

da agremiação saudosista, foi redefinido como parte de um modelo cultural local, como “objeto de exportação”. Ampliou-se a extroversão dos semióforos sob musealização, incorporando-se a discografia e a radiofonia à imprensa, como meios de comunicação entre os evergetas, agora integrados pelo Clube da Saudade, que teve no Museu uma de suas sedes. O processo comunicativo ampliado levou José Chiachiri a ampliar os núcleos vetoriais de sentido, fazendo ver novos valores entre os semióforos que remetiam à história do cinema e da cinematografia, do disco e do rádio, incluindo seus aparelhos reprodutores ou receptores. Passou-se a organizar caravanas para visitar municípios vizinhos, intercambiando os serões locais, já sonorizados com os recursos da indústria fonográfica, com serestas e conjuntos das cidades visitadas.

Os conflitos estéticos porventura existentes entre a geração saudosista e os mais jovens, admiradores da Bossa Nova, Tropicália e do *Rock'n Roll*, aparecem dissolvidos na própria diversidade dos saudosistas. Afinal entre os integrantes do Clube havia aqueles que buscavam “uma vida como que superior à nossa própria vida”, enquanto outros desejavam reviver o passado, outros ainda pretendiam criar um modelo cultural de exportação, ou simplesmente utilizá-lo para realizar projetos profissionais de homenagem em série a personalidades elegantes. Longe da radicalização repressiva contra os impulsos das novas gerações, a opinião dominante no grupo acabou por ser a do reconhecimento da história pessoal e dos próprios agremiados, saudosistas de seus tempos de juventude, dos tempos em que postulavam sua própria “bossa nova”, a “bossa nova’ dessa geração que vai desaparecendo”, um reconhecimento da historicidade dos movimentos culturais. O convívio cultural dos consumidores da misteriosa água da careta parecia favorecer a abertura do grupo àqueles que dele se aproximavam.

Embora tais arranjos possam parecer compreensíveis à distância, no tempo, na perspectiva exótica de quem observa a cena pela seleção de conjuntos articulados de objetos exibidos, talvez não fosse perceptível aos contemporâneos, especialmente às caravanas de estudantes ou a um jornalista forasteiro. O que se pode afirmar pelos depoimentos dos visitantes, atestando a desenvoltura do diretor do Museu no papel de monitor.

Pari passu, José Chiachiri reagia às representações da historiografia e à atuação de historiadores de formação e carreira universitária, entre os quais José Ferreira Carrato mais se aproximou. Sob o impacto de padrões de escrita da história

pelos profissionais universitários, tantos deles presentes no III Simpósio Nacional da categoria, além dos que se integravam ao corpo docente do Curso de História implantado na cidade pelo governo estadual, José Chiachiri procurou reforçar seu papel de historiador e de diretor do Museu Histórico do Município. Nesse momento ingressou no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e lançou o livro que reuniu aspectos episódicos da história local, conforme já haviam sido registrados nas revistas *Sertaneja* e *Vilafranca*. Entretanto o viés revisionista, que denota a incorporação de procedimentos da historiografia profissional universitária, surgiu mais explicitamente na elaboração de palestra proferida no *Rotary* Clube de Franca, depois publicada em *Vilafranca*.

5 BASTIDORES

Na Velha Franca

144 ANOS

Distintos componentes dessa benemérita instituição, que é o Rotary Clube de Franca.

Pela segunda ou terceira vez aqui comparecemos afim de trazer aos rotarianos de Franca a nossa modesta palavra, que, de qualquer forma, bem ou mal, vem prestar pequena colaboração às comemorações que a instituição realiza nas datas mais expressivas de nossa Pátria, e, principalmente, de nossa região.

Movimentos cívicos e patrióticos, que assinalam etapas históricas e outras de uma comunidade, campanhas de larga projeção social, iniciativas de caráter filantrópico, tudo isso o Rotary Clube não esquece.

E bem por isso, sempre admiramos essa sociedade, porque ela preenche fartamente suas finalidades.

E assim se mantêm, pelo tempo afóra, fazendo com que a respeitemos e a admiremos sempre.

O culto à tradição, o amor às causas da coletividade, os movimentos assistenciais, são muito importantes hoje em dia, mas o Rotary, desde a fundação, faz disso o ponto principal de sua existência.

Mudem os tempos e mudem os costumes, porém os sentimentos de amor ao próximo ou o respeito ao passado e às glórias de uma coletividade, têm seu altar no seio dessa instituição.

Voltamos aqui, portanto, atendendo ao convite dos ilustres rotarianos, para conversarmos um pouquinho mais sobre a história de nossa Franca, dentro desta semana comemorativa do seu centésimo quadragésimo quarto aniversário de fundação, que se inicia hoje.

Dois coisas são difíceis num momento destes: falar a um auditório selecionado sobre fatos pisados e repisados e pedir a esse mesmo auditório a gentileza de sua atenção para temas já debatidos.

Em razão disso escolhemos pontos da história franca, pontos elucidativos de algumas passagens, interpretadas erroneamente, que precisam ser esclarecidos para as pesquisas de amanhã.

De qualquer maneira estaremos dando um pouco de contribuição aos fatos básicos, tentando apagar aqueles que, errados, continuam vivendo no pensamento de alguns.

Seria um tema colorido e pitoresco para uma conferência de maior projeção. De nossa parte, entretanto, faremos o possível.

Um ponto interessante, por exemplo, é saber ao certo o porque da formação deste povoado e qual foi a atração despertada no coração dos mineiros, em primeiro lugar, para que voltassem seu pensamento à região outrora chamada Belo Sertão da Estrada dos Goiazes.

Aqui era passagem obrigatória dos caravaneiros de Goiás, Minas e Mato Grosso, procurando a estrada real, que deveria levá-los a Campinas, para de lá trazerem o produto essencial ao abastecimento de suas fazendas e manu-

tenção de sua pecuária: o sal. Passagem franca, livre das "aduanas" ou dos impostos de barreira.

Lá no alto, nas Covas, faziam seu ponto de parada.

Mas... o que é que os indutiram, ou que notícias foram ter em seus pagos para aqui escolherem seus pontos de parada, dentre eles o de Covas, para se fixarem?

Ouro e pedras preciosas.

A estrada foi como que um pretexto. Atrás dos carreiros e dos tropeiros vinham os senhores de terra, com suas famílias, seus muars, seus agregados e escravos. Borda da Mata foi um ponto de predileção dos mineiros. Covas também.

A cobiça pelo garimpo era grande.

Por isso atraíram igualmente os pioneiros do lado paulista. Deste nosso lado um tal José Garcia Leal, fiscal de rendas e dos ilhéus sediados em Casa Branca, levado pelos conselhos dos índios Caiapós, trouxe até carta régia e fundou sesmarias em sua passagem. Foi mais além, foi até Mato Grosso com os Lopes, com os Barbosas e outros. Surgiu então o José Francisco Lopes, o famoso Guia Lopes da guerra do Paraguai, casado com a francana D. Sinherinha Gonçalves Barbosa.

Os Lopes eram residentes desta região, já de longos anos.

De onde vieram, não sabemos.

Taunay dá como terra natal do Guia Lopes a cidade de Araraquara, que, ao tempo, devia chamar-se vila da Aclamação (ou da Constituição).

Mas aqui também havia uma sesmaria, uma fazenda denominada Aracoara, de propriedade dos Lopes ou dos Almeidas.

Em Mato Grosso fundaram o grande Sertão dos Garcia, com a ajuda dos colonizadores francanos, os Barbosas, os Furtados, os Souzas e os Rodrigues. Em Santana do Paranaíba nasceu o famoso "Sete Orelhas". Januário Garcia Leal, cuja vida de crimes e de sangue alarmou toda a grande região.

Os irmãos Antunes, filhos do Cap. Manuel de Almeida, que foi o primeiro Capitão-Mór da estrada dos goiazes, doaram trecho de sua fazenda para a formação do patrimônio de Franca. Depois saíram correndo para Canóas, onde suberam existirem lavras diamantíferas. Misturaram-se com os Cintras e lá ficaram.

Mas a pequenina Vila Franca já estava formada.

Restava-lhe dar fôros de freguesia, o que foi feito, paroquialmente, a 3 de dezembro de 1805. Faltava-lhe desligar-se completamente de Mogi-mirim, da qual era termo; o que se concretizou a 28 de novembro de 1824, com a fundação da vila e eleição, a 29, de sua primeira Câmara.

O sentimento humano é imutável no que toca aos interesses particulares, desde que o mundo é mundo. Podemos afirmar que o herói de toda essa organização celular da

VILAFRANCA

Novembro de 1968

(Palestra pronunciada pelo nosso compadre José Chiachiri, diretor de Jornalismo do Clube da Saudade no Rotary Clube de Franca, na noite de 25 de novembro último).

TEXTO 2 – Palestra de José Chiachiri no Rotary Clube de Franca.

Fonte: Vilafranca, ano 4, número 36, novembro de 1968.

Esse capítulo traz a discussão dos bastidores do fazer museológico e da escrita da história por José Chiachiri, enfatizando suas relações com os poderes públicos, municipal e estadual, bem como a repercussão do debate museológico que foi comunicada pela imprensa.

Na primeira parte do capítulo abordo questões de representação, narrativa e memória e o modo como foram equacionadas pelo mediador da formação do acervo do Museu Histórico do Município, especialmente no registro das revistas editadas por José Chiachiri. Avaliações sobre a prática museal do diretor do Museu, inclusive quanto à precariedade de sua inserção na administração pública local, estão inseridas nessa análise de forma a adensar o estudo das relações do museólogo autodidata com outros museólogos de formação semelhante. Entre essas avaliações, destaco as recomendações que foram aplicadas na época e as que sofreram um processo de amnésia, caindo no limbo das promessas e compromissos apagados da memória institucional. Tal procedimento foi necessário para enfatizar a precariedade do próprio legado do convívio cultural de uma geração, que tanto se empenhou em se constituir como modelo de lugar de memória para localidades interioranas. Nesse sentido, entrecorto o texto para indicar sugestões de novos roteiros para redefinição museológica, museográfica e expográfica do atual Museu Histórico Municipal “José Chiachiri”.

O Museu Histórico e Pedagógico “Imperador D. Pedro II”¹, que deveria ter sido instalado em Franca, criado por decreto assinado por Jânio Quadros e Vicente de Paula Lima, serve de eixo para as referências da museologia paulista cuja discussão está retomada na segunda parte do capítulo. Os Museus Históricos e Pedagógicos criados no Estado de São Paulo fizeram aflorar diversas considerações sobre essa “rede de museus” públicos, avaliada sob as vozes discordantes de Mário Neme² e Waldisa Rússio³. Em sua defesa nesse debate estava Vinício Stein

¹ No mesmo período foi criado o Museu de Artes e Técnicas Populares, integrado à estrutura da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca, atual Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. O Museu de Artes e Técnicas Populares demonstra clara influência do pensamento de Hughes de Varine-Bohan, manteve relações com a Comissão Paulista de Folclore e foi dirigido pela professora Marina de Andrade Marconi. Não será diretamente analisado nessa pesquisa.

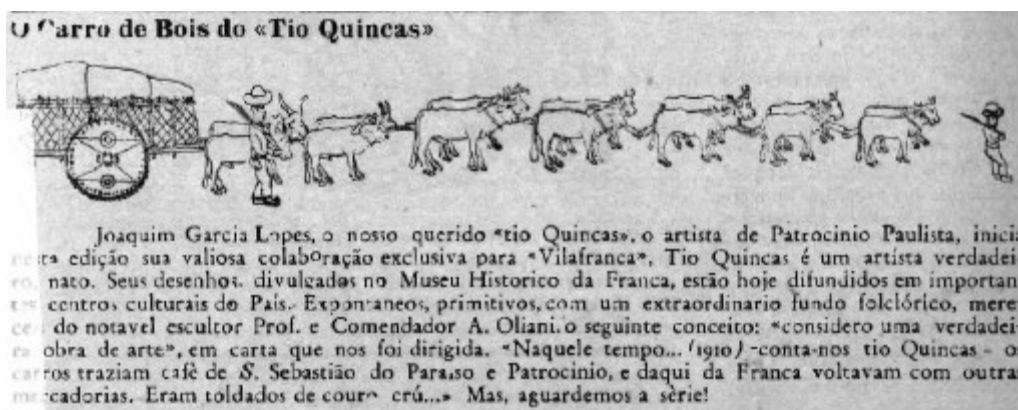
² Neme, Mário. Utilização cultural de material de museu. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v.18, p. 7–61, 1964.

Campos⁴, encarregado desses museus na estrutura da Secretaria da Educação estadual, de quem José Chiachiri tornou-se próximo. Diante desse conflituoso confronto museológico, abordo a questão das matrizes conceituais que orientavam a constituição da rede de museus do governo estadual instalados nos municípios do interior paulista. A análise dos vínculos políticos, administrativos e culturais das concepções que estimularam a constituição desses museus, contrapostos ao de Franca, parece reforçar a indicação de uma política cultural de mais longa duração, que atravessa todo o período republicano da história paulista. A explicitação de conceitos e programas museais foi buscada na presença e atuação do *Rotary* Clube de Franca, mas encontrada no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, graças aos vestígios da presença da *Bandeira*, conforme interpretação do primeiro capítulo.

³ Rússio, Waldisa. *Museu: um aspecto das organizações culturais num país em desenvolvimento*. 1977. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo, 1977.

⁴ Campos, Vinício Stein. *Elementos de museologia: história dos museus, Brasil*. São Paulo: Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo, 197[?]. (Elementos de Museologia, 3). Santos, Álvaro Guimarães dos. *A criação do museu da Polícia Militar, um contexto histórico museológico*. 2000. Monografia (Especialização em Museologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

5.1 Entre representações, narrativas e memórias



XILOGRAVURA 3 – Desenho de carro de bois pelo artista “Tio Quincas”.

Fonte: Vilafranca: o registro na história, ano 3, número 21, abril de 1961.

Uma operação comunicativa de divulgar nas revistas cada avanço na formação do acervo, agregando-lhe interpretações de pesquisas posteriores, constituía-se em procedimento familiar ao jornalista José Chiachiri e aos evergetas que o auxiliavam. Nesse procedimento jornalístico, muitas vezes, o afã de divulgar o conhecimento sobrepujou a compreensão do significado e a atribuição de sentido aos objetos colecionados. Entre essas avaliações precipitadas, destaco as confusões entre remetente e destinatário, a da “aposentadoria” do ouvidor Freire e a da suposta anterioridade da Guarda Policial em relação à Guarda Nacional. Quero enfatizar a prática evergética nos procedimentos de pesquisa e comunicação, de modo a avaliar esse processo, evidenciando não se tratar de um conhecimento absoluto e definitivo colocado em cena como valor unívoco e irrecorrível, mas exposto imediatamente ao olhar e sob constante revisão. Tratava-se de mais uma ação museal com a qual o grupo exercitava suas múltiplas formas de convívio cultural, demonstrando o grau de abertura da instituição a diversas representações e narrativas sobre os fragmentos de memória coligidos.

Entusiasmado pela descoberta de manuscritos, por vezes encontrados “num caixão de madeira, fechado há muitos anos, nos depósitos da Prefeitura”⁵, ou em antigas edições dos jornais locais, o diretor do Museu transcreveu “carta de Hipólito Antônio Pinheiro, capitão-mor, comandante da Freguesia da Franca, ao

⁵ Vilafranca: o registro na história, ano 2, número 16, junho de 1968.

general Antônio José da Franca e Horta”. Na seqüência do editorial foi transcrita carta do governador da Capitania de São Paulo ao Conde de Aguiar, reafirmando a solicitação da elevação da Freguesia a Vila. Os dois documentos datavam de 1809 e o título do editorial foi “Vila Franca do Imperador 1809”. A conclusão do texto aludia à chegada do ouvidor Freire, a 21 de novembro de 1824 e à cerimônia de 28 de novembro, “publicada em altas vozes, por três vezes: ‘marco do rocio da Vila Franca do Imperador!’”⁶. Dois anos depois, o editorial da revista trouxe novamente a transcrição do primeiro documento sob o título: “No tempo do punho rendado 1809... carta ao capitão-mor da Freguesia”⁷. A correção da leitura documental aparece suavemente, com o mesmo destaque da primeira publicação, no editorial. A confusão inicial entre destinatário e remetente da carta aparecia desfeita, a epístola era remetida ao capitão-mor da Freguesia e não por ele ao capitão-general e governador da Capitania. A segunda publicação ocorria após a inauguração do Museu, sob impacto das expectativas dos convivas recebidos pessoalmente por José Chiachiri, seu diretor, que certamente recebera críticas pela evidente confusão. O recurso jornalístico da *errata* aparece implícito e elegantemente aplicado no processo comunicativo, cuja adoção aparece desde as primeiras aproximações do mediador desse processo memorial da história local. O jornalista freqüentemente sobrepujava o historiador, ambos autodidatas.

Ainda envolvendo o personagem ouvidor Freire — ouvidor geral e corregedor da Comarca de Itu, Antônio de Almeida e Silva Freire da Fonseca —, quando de sua estada em Franca como autoridade encarregada de efetivar e validar o ato oficial da elevação do Distrito à condição de Vila. José Chiachiri, “focalizando as datas históricas de Franca”, destacou a presidência às cerimônias de 1824 pelo ouvidor Freire “que aqui escolheu sua ‘casa de aposentadoria’, [onde] foi realizada a eleição dos pelouros perante a ‘nobreza e o povo’”⁸. O editorial de *Vilafranca* afirmava que o ouvidor “aqui ‘montou casa de aposentadoria’”⁹. Ao narrar esses

⁶ *Sertaneja*, segunda fase, ano 1, número 4, novembro de 1957. Tal fato, cujos vestígios patrimoniais e representações foram abordados no primeiro capítulo, constituía-se no fato inaugural do Município, na constituição de sua autonomia político-administrativa, desmembrado da Vila de Mogi Mirim.

⁷ *Vilafranca*: uma revista ilustrada – de Franca para toda a região, ano 2, número 13, dezembro de 1959. Tratava-se da primeira edição com alteração do título da revista, o subtítulo ainda era aquele utilizado nas edições de *Sertaneja*.

⁸ *Vilafranca*: o registro na história, ano 2, número 15, abril de 1960.

⁹ *Vilafranca*: o registro na história, ano 3, número 19, novembro/dezembro de 1960.

eventos na seqüência apresentada por Estevão Leão Bourroul na *Tribuna da Franca* de Francisco Cunha¹⁰, novamente aparece a menção ao ouvidor “que depois montou ‘casa de aposentadoria em Franca’”¹¹. Nesse caso, a confusão entre o significado moderno de aposentadoria e o que os documentos da época sugerem não encontra correção posterior. A imaginação histórica, em busca de acontecimentos gloriosos, levou a presumir a transferência da autoridade judicial para Franca em caráter permanente, uma “escolha” do ouvidor Freire por Franca, quiçá contaminado pela misteriosa água da careta. Não ocorreu ao jornalista tratar-se dos aposentos que a autoridade ocupava provisoriamente, enquanto desempenhava sua missão profissional. A “casa de aposentadoria”, referida nos documentos como o local onde se reuniram os eleitores para escolha de vereadores, juízes, procurador e escrivão da Câmara, era apenas e tão somente a casa onde se hospedava a autoridade. Fosse aposentado no sentido atual, Antônio de Almeida e Silva Freire da Fonseca não estaria investido de autoridade para conduzir os atos jurídicos de emancipação política, de constituição da autonomia da Vila Franca do Imperador. A representação da montagem de “casa de aposentadoria” enquanto escolha da autoridade em permanecer na cidade, reforçava olhares de grandeza e glória francanas.

Procedimentos jornalísticos no comando da escrita da história e sua comunicação nas revistas também causaram a confusão na avaliação da Guarda Policial, enquanto “anterior a Guarda Nacional”¹². José Chiachiri considerava o papel da Guarda Nacional preponderante para a “unificação do território pátrio”, apoiando

¹⁰ Edições número 259 a 290 de 1904. Tratar-se-ia de documentos anteriormente publicados, provavelmente entre 1882 e 1890, no jornal monarquista *A Justiça*, ao tempo da fundação do Grêmio Literário Francano, iniciativas encabeçadas por Estevão Leão Bourroul. *Vilafranca: o registro na história*, ano 3, número 21, abril de 1961.

¹¹ Chiachiri, José. *Vila Franca do Imperador: subsídios pra a história de uma cidade*. 1. ed. “Comemorativa do 143º Aniversário de Fundação da Vila Franca do Imperador”. Franca: O Aviso de Franca, 1967. p. 33. Documentos editados também em *Vilafranca: uma revista ilustrada – de Franca para toda a região*, ano 2, número 13, dezembro de 1959.

¹² *Vilafranca: o registro na história*, ano 4, número 25, novembro de 1962. A necessidade da constituição da Guarda Policial estava evidenciada por posturas da Câmara Municipal aprovadas pela Assembléia Legislativa da Província de São Paulo a 19 de fevereiro de 1836, segundo transcrição de “dados extraídos dos arquivos do Museu Histórico do Município”. *Vilafranca: o registro na história*, ano 2, número 14, fevereiro de 1960.

seu olhar na autoridade de estudo de Oliveira Viana¹³. Embora situasse o surgimento da Guarda Nacional por volta de 1835, nem mesmo as evidências da ação posterior da Guarda Policial em 1836, publicadas em *Vila Franca*, o levaram a rever a suposta anterioridade dessa instituição¹⁴. Tratava-se de sucedâneos de instituições coloniais reorganizadas pela Regência, correspondendo respectivamente aos Corpos de Milícias e Companhias de Ordenanças. Mesmo na historiografia universitária encontram-se avaliações da Guarda Nacional como “milícia cidadã”, aberta à participação da população livre, de modo a enfatizar sua importância na inclusão de todas as parcelas da população não escrava no processo de construção do Estado brasileiro¹⁵. Os procedimentos jornalísticos de José Chiachiri provocaram distorção na perspectiva sobre a instituição, como se fosse inclusiva da totalidade da população livre, o que não diverge do sentido da aproximação historiográfica produzida anos depois por Jeanne Berrance de Castro, que a definiu como “milícia cidadã”. O olhar de José Chiachiri tornou-se ainda mais enviesado pela proximidade a vários evergetas que ostentavam títulos da Guarda Nacional: os conhecidos “coronéis” detentores de sua mais alta patente, já na fase republicana da instituição extinta em 1922. Novamente os critérios de grandeza e glória, conforme preconizava o programa do Museu, aliados aos procedimentos jornalísticos de rápida comunicação de notícias, dificultavam a exposição e mesmo a revisão da historicidade de uma instituição quase centenária e da alteração de seu papel em épocas distintas.

¹³ “OLIVEIRA VIANA — ‘RECENSEAMENTO DO BRASIL’ — 1922 — Vol. 1 — Rio (Evolução das Instituições Políticas) — De pág. 346 a 377.” Chiachiri, José. *Vila Franca do Imperador*: subsídios pra a história de uma cidade. 1. ed. “Comemorativa do 143º Aniversário de Fundação da Vila Franca do Imperador”. Franca: O Aviso de Franca, 1967. p. 147.

¹⁴ A Guarda Nacional foi criada por Lei de 18 de agosto de 1831, quando foram extintos “corpos de milícias, guardas municipais e ordenanças”, organizada por município obrigava ao serviço cidadãos entre 21 e 60 anos “que têm a renda necessária para serem eleitores” (grifei). A Guarda Policial foi criada pelo Decreto n. 9 de 25 de junho de 1834, que organizou “sobre proposta do Conselho Geral da Província de São Paulo, a Guarda Policial na mesma Província”, recrutando “todos aqueles que por falta de renda são excluídos da Guarda Nacional formarão em cada Município a Guarda Policial dele” (grifei). Conforme os textos da legislação oficial da época.

¹⁵ Castro, Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Nacional, 1977. (Brasiliense, 359). Leonzo, Nanci. *As companhias de ordenanças na Capitania de São Paulo: das origens ao governo do Morgado de Mateus*. São Paulo: Museu Paulista, 1977. (Coleção Museu Paulista, Série de História, 6). p. 125–242. Leonzo, Nanci. *Defesa militar e controle social na Capitania de São Paulo: as milícias*. São Paulo, 1979. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1979.

Uma atenção similar foi aplicada a núcleos vetoriais de sentido da fase de predomínio das atividades rurais sobre as urbanas, como a do “sal francano” e o papel de entreposto que a cidade teria desempenhado. As inúmeras evidências da importância de carreiros e tropeiros locais ou da passagem de comboios e tropas por Franca, levaram ao ordenamento de núcleo vetorial de sentido no Museu, agregando-se as telas do artista plástico primitivista “Tio Quincas”, cognome de Joaquim Garcia Lopes Sobrinho, à exposição de argolão, berrante, jugo ou formiga, malho, pião, cincerros (também registrados como cicerrôs ou polaquinhas), estribos e esporas, guamos, cangas, oratório e imagens de madeira, mariquinhas¹⁶. Referência ao mundo rural, à fase em que a economia da cidade baseava-se na criação de gado, à mineração e à “economia de beira de estrada”¹⁷. A indicação de carros de boi que conduziam gêneros locais para São Paulo em 1818, conforme transcrição de documento editado pelo Arquivo do Estado de São Paulo, levantando a questão sobre as mercadorias que seriam trazidas por esses carros no torna viagem¹⁸.

Apesar de existirem vestígios, ainda permanece insuficiente a pesquisa sobre seu papel nessa fase da história local. Também insuficiente apresenta-se a investigação sobre a produção de artefatos de lã: panos grossos, baetas e chapéus em 1816 (relatório Souza Chichorro), além do registro de dezesseis tecelões contra apenas três na capital da Província em 1835 (Daniel Pedro Müller)¹⁹. No Museu um tear completo, canelinhas, caneleiros, pares de cardas, dobradeira, espadilha ou urdideira, esticador, liço, pente, estelo ou restelho, balança, sarrilho de bálsamo, porta novelos ou noveleiro ou casal, novelos de lã, novelos de linha, roda de fiar,

¹⁶ Descendente dos Garcia e dos Lopes que se dirigiram para Oeste, especialmente Mato Grosso do Sul, aparentado do afamado Guia Lopes da Retira da Laguna, conforme já mencionei, Joaquim Garcia Lopes Sobrinho (1885–1971) era natural de Patrocínio Paulista/SP. Desenhava a lápis de cor e com técnicas primitivistas cenas da vida rural, veículos e animais, costumes de lavradores, entre outras lembranças de seu convívio rural, escrevendo diálogos e explicações. Foi valorizado pela Comissão Paulista de Folclore, que viabilizou exposições na capital paulista, Curitiba e Milão. Folheto de exposição comemorativa do centenário do nascimento do pintor, 1985 – Arquivo do Museu Histórico Municipal “José Chiachiri”.

¹⁷ Brioschi, Lucila Reis. *Criando história: paulistas e mineiros no nordeste de São Paulo, 1725–1835*. 1995. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

¹⁸ Chiachiri, José. Op. cit. p. 98. Reprodução de documento editado na conhecida coleção *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*.

¹⁹ Chiachiri, José. Op. cit. p. 131–132.

cobertor tecido a mão no século XIX, compunham um núcleo vetorial de sentido que também aguarda maiores pesquisas quanto ao significado dessa atividade na economia local. A presença de tecelões poderia denotar algo além do artesanato, talvez um sistema manufatureiro, talvez voltado para a venda a tropeiros e carreiros de passagem pelo Caminho de Goiás ou outros caminhos. Quiçá houvesse divisão de trabalho entre fiandeiras e tecelões, como sugeriu José Chiachiri.

Qualquer que seja o quadro econômico e populacional que as pesquisas venham a exhibir, penso que seja imprescindível para ampliar a percepção temporal da história local, de sua própria historicidade. Tais quadros analíticos mais amplos tornam-se condição para construção de um discurso expográfico que articule eventos, conjunturas e estruturas, a multiplicidade do tempo histórico, contemplando simultaneamente o processo de formação da coleção por José Chiachiri, mas que também se abra à comunicação de outros problemas colocados em questão pela sociedade atual.

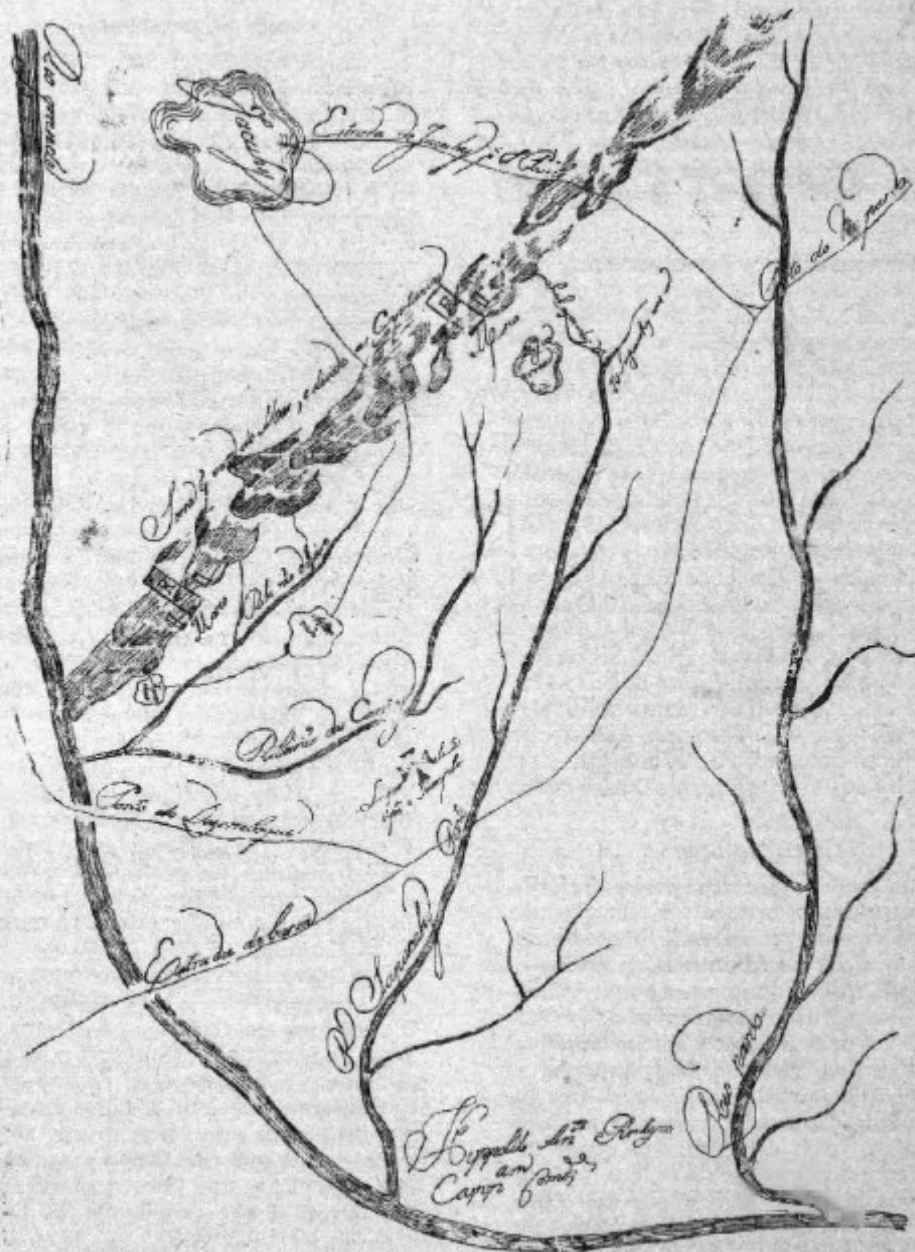
Mais relevante será articular o deslocamento do próprio caminho de Goiás ou “Estrada Real”, realçando no programa do Museu as evidências de cultura sabidamente preexistente na região: os índios caiapó, que teriam participado da penetração rumo a Goiás²⁰. Documento de 1805 emoldurado e exposto desde 1960 no Museu, apresentava a escolha para a nova localização do núcleo da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Franca e Rio Pardo a ser criada: indicado com uma cruz, como “lugar eleito para o Templo”. Distante da “Estrada da Barca”, o deslocamento do povoado teria deslocado o próprio traçado da Estrada Real ou Caminho de Goiás.

O documento e seu anexo estavam assinados por Hipólito Antônio Pinheiro, nomeado pelo governador da Capitania de São Paulo Antônio José da Franca e Horta para o posto de capitão de ordenanças e comandante do Distrito do Rio Pardo até o Rio Grande, vago após o falecimento de Manoel de Almeida. A Estrada Real mantinha seu caráter indígena: caminho alterado conforme as conveniências ou necessidades de seus mantenedores, como de fato eram os moradores marginais, detentores de sesmarias, agregados ou posseiros, encarregados de mantê-las transitáveis.

²⁰ Neme, Mário. Dois antigos caminhos de sertanistas de São Paulo. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 23, p. 7–100, 1969. Neme, Mário. Dados para a história dos índios caiapó. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 23, p. 101–147, 1969.

Na velha Franca... 1805: O Belo Sertão da Estrada de Goiás

Um documento valioso e importante - As lutas com Jacuí - Cap. Hipolito Pinheiro: ténpera, fibra e caráter de Bandeirante.



Cliché do precioso documento encontrado pela direção do Museu Histórico da Franca num caixão de madeira, fechado há muitos anos, nos depósitos da Prefeitura. A autoria desse mapa é atribuída ao Cap. Hipolito; foi feito em 1805. Acompanhou o ofício dirigido ao Governador Franca e Horta, em 6 de Agosto daquele ano pelo Cap. Hipolito, cujo original vai transcrito abaixo. (continua na página seguinte)

— «VILAFRANCA» —

CROQUI 1 – Belo Sertão da Estrada de Goiás desenhado por Hipólito Antônio Pinheiro, 1805.
Fonte: *Vilafranca: o registro na história*, ano 2, número 16, junho de 1960.

Testemunho da presença indígena, a própria alteração do traçado do Caminho de Goiás poderia constituir-se no eixo de elaboração do discurso expográfico do Museu Histórico Municipal “José Chiachiri”, seja por colocar em cena e em valor culturas anteriores à ocupação luso-brasileira, seja por abrir espaço a representações das “filhas” de Franca²¹.

Colocar decisivamente em cena e em valor a cultura caiapó, anterior à ocupação luso-brasileira, demonstraria seu conhecimento quanto ao regime pluviométrico da região, da integração e subordinação do homem aos ditames ambientais, entre outras soluções dessa cultura, então evidenciada por “um pote cheio de armas de índios”²².

Investigações dos vestígios caiapó, também denominados de bilreiros, provavelmente revelariam encontros culturais, talvez com os tupi-guarani, pois os caiapó não seriam costumeiramente praticantes do ceramismo. Evidências há inúmeras de diferentes culturas anteriores à presença luso-brasileira, tendo sido encontrados “machados de âncora” e dois tipos de “cerâmica de diversidade marcante”, quiçá anteriores “pedras-de-corisco” ou “pedras-de-trovão”. Mesmo os contatos com a cultura luso-brasileira denotados pelo caminho de Goiás, embora pontualmente mencionados, necessitam de investigações mais amplas e conclusivas²³. Trata-se de recolocar em cena e em valor culturas praticamente

²¹ Evangelista, José Geraldo. *Franca do Imperador e suas filhas: o fato urbano no nordeste paulista no século XIX*. Monografia datilografada. Lorena, abril de 1993. – Arquivo Histórico Municipal “Hipólito Antônio Pinheiro”. Municípios mineiros, como Ibiraci (antigo Aterrado) e Claveral (antiga Canoas) também foram desmembrados do território da Freguesia da Franca, sem contar outras possibilidades de pesquisa a partir da hipótese da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Rio Grande, instalada em 1755. Corrêa Júnior, Carmelino. *Os primórdios do povoamento do Sertão do Capim Mimoso*. Monografia datilografada. São Paulo, agosto de 1958. – Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Com dedicatória manuscrita de doação ao Museu Histórico de Franca, datada de 1º de julho de 1960. p. 13.

²² Ver primeira parte do capítulo 3. Em um dos instrumentos museográficos do Museu Histórico do Município consta um único registro para “Material indígena com arcos, flechas, machados de índios, cocares, tangas, instrumentos de guerras etc.”, cf. Livro tombo com doações até 1971 – Arquivo do museu Histórico Municipal “José Chiachiri”.

²³ A presença de ocupação luso-brasileira na região do rio Pardo está evidenciada em documentos desde 1680. Monteiro, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. Brioschi, Lucila Reis. Op. cit. Poucos fragmentos testemunhais de culturas anteriores à passagem e ocupação pelos luso-brasileiros foram investigados. Pereira Júnior, José Anthero. Contribuição para o estudo da arqueologia do extremo norte paulista (primeira parte). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v. 54, p. 313–357, 1957. Severo Melo, Gilberto. *Um machado neolítico do extremo norte paulista*

desconhecida da população que lhe sucedeu, bem como de estudiosos dos povos ágrafos.

A mobilidade do próprio caminho indígena, enquanto vetor de comunicação e locomoção do passado para orientar o processo curatorial do discurso expográfico que defendo para o Museu, permite a educação do olhar sobre os processos de intercâmbio da população regional. Partindo dos caminhos indígenas, o discurso expográfico abre-se a representações de processos comuns às populações da área que foi a confluência das Capitanias de São Paulo, Minas Gerais e Goiás, no final do século XVIII e início do XIX²⁴. Inclui, simultaneamente, evidências do intenso fluxo migratório de Minas Gerais para a região, atração iniciada no século XVIII como “conseqüência, à distância, da Guerra dos Emboabas”, além de expor narrativas da ocupação do Caminho de Goiás desde o final do século XVII até o início do XIX — da Estrada da Barca, conforme indicado no croqui de Hipólito Antônio Pinheiro (Figura 30). A investigação histórica sobre o Distrito do Rio Pardo até o Rio Grande da Vila de Mogi Mirim, bem como a questão da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Rio Grande instalada em 1755 e pertencente ao Bispado de São Paulo, são vetores inconclusivos, cuja investigação será imprescindível sob o viés das instituições, marcando conflitos entre circunscrições administrativas, judiciais, religiosas e militares, com o desmembramento territorial da vasta região ao sul do rio Sapucaí Guaçu ou “Sapucaí da Campanha”²⁵. Entre os desmembramentos desde o século XIX, que deram origem a novas cidades denominadas de “filhas de Franca” por José Geraldo Evangelista, nota-se que várias delas experimentaram o mesmo processo de deslocamento de sítio urbano que a “mãe”, como demonstram os estudos sobre

(*Franca*): memória atestando a existência de habitantes pré-históricos na zona, dada em benefício de diversas instituições. Franca: *Ex-Libris*, 1932. Corrêa Júnior, Carmelino. *Op. cit.*.

²⁴ Chiachiri Filho, José. *Do Sertão do Rio Pardo à Vila Franca do Imperador*. Ribeirão Preto: Ribeirão Gráfica e Editora, 1986. Para essa região havia sido até proposta de criação da Província do Rio Sapucaí em 1887. Bandecchi, Pedro Brasil. Introdução. Godoy, Joaquim Floriano de. *A Província de S. Paulo: trabalho estatístico, histórico e noticioso*. São Paulo: Governo do Estado, 1978. (Paulística, 12). p. 7–16. Franco, J. Nascimento. *Divisas de São Paulo e Minas Gerais: um problema político resolvido pelos juristas*. Franca: Arquivo Histórico Municipal “Capitão Hipólito Antônio Pinheiro” : Museu Histórico Municipal “José Chiachiri”, 1997. Lensi, Ersio. Uma tentativa de devolução: o movimento “Devolução 55M”. *Notícia Bibliográfica e Histórica*, Campinas, v. 16, n. 113, p. 1–75, jan/mar 1984.

²⁵ Corrêa Júnior, Carmelino. *Op. cit.*

Batatais e Ituverava²⁶. Mobilidade de núcleos populacionais e mobilidade de caminhos parecem constituir o eixo mais promissor para representar negociação e convívio culturais.

5.1.1 Amnésia e escavação em museu²⁷

Recursos de pesquisa, conservação e comunicação foram mobilizados face a um amplo grupo de evergetas para constituir o acervo do Museu Histórico Municipal, sob mediação de José Chiachiri. Um processo detalhadamente documentado pelo jornalista, especialmente nas revistas *Sertaneja*: uma revista ilustrada – de Franca para toda a região (1957–1959) e *Vilafranca*: o registro na história (1960–1971). Tantos foram os depoimentos divulgados quantas as vozes que aderiram, resultando numa composição polifônica de fragmentos de memória da população local, vestígios de épocas mais ou menos exóticas. Desde as primeiras iniciativas, documentadas entre 1937 e 1940, emergiram interpretações e reinterpretações acerca de fatos da história local e regional, colocando questões de tradição documental que a institucionalização da memória no Museu viria a responder.

No período da direção de José Chiachiri, a instituição enfrentou inúmeros desafios evidenciados nos capítulos anteriores. Entretanto as maiores dificuldades apontadas pelo diretor sempre foram relacionadas ao poder público. Nos bastidores do espetáculo colocado na cena museal e comunicado nas revistas, encontram-se os registros da falta de quadros próprios para um instituto permanente de preservação e pesquisa. O próprio diretor do Museu sequer gozou férias “por absoluta necessidade de serviço”, desde seu ingresso em 1958 até 1968²⁸. Após investir vinte anos na sua formação historiográfica e museológica autodidata, foi enquadrado como “oficial administrativo”, com vencimentos equivalentes ao de

²⁶ Evangelista, José Geraldo. A evolução urbana de Ituverava. A chegada do café a um velho centro de criadores. *Revista de História*, São Paulo, ano 13, volume 24, número 50, p. 403–416, abril/junho, 1962. Brioschi, Lucila Reis. Op. cit.

²⁷ A expressão “escavação em museu” foi extraída de Roy, Jean-Bernard. La documentation dan les musées archéologiques. *Musées Et Collections Publiques de France*, n.212, p. 16–21, 1996.

²⁸ Os nove períodos de férias acumuladas foram mencionados em solicitação de contagem de tempo de serviço a 13 de agosto de 1971. Prontuário de José Chiachiri – Recursos Humanos – Arquivo da Prefeitura Municipal de Franca.

escriturário, pela Prefeitura Municipal de Franca²⁹. Os demais funcionários eram selecionados entre ocupantes das categorias profissionais comuns à administração municipal: vigias (para a função de porteiro), serventes, oficiais administrativos. Ainda assim verificava-se alta rotatividade entre esses funcionários, pois costumavam ser transferidos para outras unidades administrativas da administração direta ou indireta, sendo substituídos por recém contratados no quadro do funcionalismo municipal³⁰. Sem qualquer respeito da mantenedora à profissionalização imprescindível para o exercício das atividades próprias e especializadas do Museu Histórico, a instituição não dispunha de meios para formar quadros profissionais próprios. Situação que integra a herança legada, permanecendo até a atualidade.

Entre os inúmeros especialistas que colaboraram com José Chiachiri, encontrava-se Esther Sant'Anna de Almeida Karwinsky, conhecida como “Baronesa Esther Karwinsky”. Atendendo a pedido do diretor do Museu Histórico do Município foram escritos seis artigos destacando-se a importância da sede de uma instituição museal, publicados nos jornais *Comércio da Franca* em 1968, e na *Estância de Guarujá* em 1978, sendo editados sob o título *Museus e Museologia* em 1990 pela Associação de Folclore e Artesanato de Guarujá. A autora era filha do médico João Marciano de Almeida e de Dolores Maciel de Almeida, irmã do engenheiro Alceu Sant'Anna de Almeida e Hélio Sant'Anna de Almeida, evergetas desde a primeira hora do Museu³¹. Após a morte do ex-prefeito João Marciano de Almeida a família

²⁹ José Chiachiri permaneceu enquadrado como “oficial administrativo I” em tempo parcial até receber tempo integral (40 horas semanais) e o reconhecimento como “encarregado de setor” do Museu Histórico pela Portaria 134 de 14 de outubro de 1968, quando havia sido criado o “horário estudantil: de 2ª a 6ª feira, das 9 às 11 horas”. Tendo solicitado “função gratificada” (abril de 1970) e enquadramento como “oficial administrativo II” (dezembro de 1970), os despachos reconheceram seu trabalho como “conservador do Museu” e propuseram à Câmara Municipal (1972) a criação dos cargos de museólogo e de diretor do Museu Histórico do Município para o justo enquadramento do funcionário. O cargo de museólogo foi criado pela Lei 2.113/72. José Chiachiri faleceu a 8 de novembro de 1972, sem chegar a ocupar tais cargos. Prontuário de José Chiachiri – Recursos Humanos – Arquivo da Prefeitura Municipal de Franca.

³⁰ José Rodrigues Alves (“operário braçal”, “ajudante geral”), Rubens Merlino (“servente”, “oficial administrativo”), Izupério da Silva Mattos (“operário braçal diarista”, “servente”), Sebastião Amaral (“operário braçal”, “ajudante geral”), Benedito dos Santos (“servente”), atuaram na instituição. Outros funcionários passaram pela instituição não tendo sido localizados seus prontuários: Maria Ângela Teixeira Macedo, João Sanches Martos, Lyndolpho. Prontuários – Recursos Humanos – Arquivo da Prefeitura Municipal de Franca.

³¹ Alceu Sant'Anna de Almeida doou diversas pinturas, medalhas e documentos, assim como colaborara seu “mano” numismata Hélio Sant'Anna de Almeida. *Vilafranca*, ano 6, número 34, setembro de 1965. Nas fichas e registros de tomo há registro de doação de estante de livros por

doou diversos objetos profissionais, pessoais e familiares, tendo sido inaugurada a 25 de novembro de 1967 uma sala inteira em sua memória³².

A aproximação entre a baronesa Karwinsky e o Museu, em razão do memorial da família devem ter provocado os artigos mencionados, que enfatizavam a necessidade de se valorizar os semióforos expostos na instituição. Utilizando-se de suas visitas a museus ocidentais e cursos de museologia (no Brasil, França, Espanha e México) — entre os quais os ministrados por Vinício Stein Campos da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo e o de Museologia do Museu Paulista, dirigido por Mário Neme, bem como sua proximidade com a Comissão Paulista de Folclore na pessoa de Rossini Tavares de Lima —, a também advogada formada em Santos defendia soluções para o Museu Histórico do Município, entre as quais “as instalações do Museu de Franca, sua cidade natal”³³:

Quais enfim as conclusões que podemos tirar dos princípios gerais que aqui expusemos quanto à instalação de museus em Franca? Nossa cidade é privilegiada sob todos os pontos de vista para a utilização de diversos de seus casarões antigos como museus. Parece que a prefeitura cogita transformar sua atual sede em museu para nela abrigar o acervo do atual Museu Histórico. Muitos aplausos terá o nosso governo municipal se assim o fizer. O edifício já faz parte da fisionomia de nossa cidade, nela se integrou e deverá ser preservado como monumento histórico. Não importa que sua arquitetura não seja de linhas puríssimas: revive o nosso passado. Outros edifícios de Franca também devem ser conservados: a cidade vem progredindo muito, surgem prédios altos e modernos mas não sacrifiquemos construções que, restauradas e utilizadas para abrigar museus, se tornarão fontes novas para o estudo de nosso passado e atrações turísticas. A casa da Estalagem, a casa da Chácara das Freiras, o sobrado dos Barões da Franca e outros casarões que falavam da vetustez de nossa Franca já desapareceram. Por quê? Precisamos ter amor às nossas tradições, preservá-las. Um povo sem história não existe! Que pena não podermos levar os nossos estudantes, os turistas, à casa do padre que

Dolores Maciel de Almeida em 1959. As medalhas e pinturas registradas como doação de Alceu S. de Almeida, tinham como tema a família imperial referidas no capítulo anterior, três pinturas de Auguste Petit enquadravam os presidentes Delfim Moreira, Afonso Pena e Washington Luís, imagens religiosas completavam suas dádivas ao Museu, os documentos referiam-se à questão de limites entre São Paulo e Minas Gerais. Arquivo do Museu Histórico Municipal “José Chiachiri”.

³² O registro dessas doações são de novembro de 1967, aparecendo como doadores, além dos membros da família já mencionados, o próprio João Marciiano de Almeida, Edith de Almeida Rosa, João Carlos Maciel de Almeida, Clarice de Almeida Whitaker, Oswaldo Sant’Anna de Almeida. Geralmente a museografia relacionou objetos de uso familiar, como louça, porcelana, cristais etc. à fazenda do Banco, de propriedade da família.

³³ Giffoni, Maria Amália Corrêa. Prefácio. In: Karwinsky (baronesa), Esther Sant’Anna de Almeida. *Museus e museologia*. Guarujá: Associação de Folclore e Artesanato de Guarujá, 1990. p. 3–4. No resumo de sua biografia está indicada também sua participação na “redescoberta da Pedra Fundamental [de Brasília] implantada em 1922 pelo tio da baronesa, eng.º Balduino de Almeida e doação da respectiva documentação” (p. 23).

fabricou o relógio do Sol de Franca. As cidades mineiras de Ouro Preto, Congonhas, Tiradentes ou Sabará estariam sendo visitadas e consideradas de grande atração turística se não tivessem sido conservadas intactas e repletas de recordações?³⁴.

Apresentada simultaneamente como especialista em museologia, nascida na cidade, filha do ex-prefeito e baronesa por casamento, Esther Karwinsky sintetizava argumentos de toda uma geração engajada na preservação de fragmentos de memória local. Articulava musealização e preservação de patrimônio histórico, educação formal e informal, pelos vieses do estudo do passado e do turismo, finalmente apelava sutilmente ao governo municipal prometendo-lhe “muitos aplausos”.

Considerada ou não a avaliação de Esther de Almeida Karwinsky, a Prefeitura Municipal destinou o edifício para sediar permanentemente o Museu Histórico do Município. A Câmara Municipal aprovou lei³⁵ que autorizou aplicação de recursos para reforma e adaptação do prédio público, construído no final do século XIX, início da República. Sua reabertura ao público ocorreu no dia 28 de novembro de 1970, coincidindo com a comemoração do aniversário da Vila Franca do Imperador. Suas vinte e duas salas abrigavam então, no térreo: Mineralogia e Etnografia; Sala do Tear; Sala das Touradas Francanas; Peças e Vestuário; Sala do Ensino; Sala do Centenário [24 de abril de 1956]; Sala da Medicina, Odontologia e Farmácia; Revolução de 32, Guarda Nacional e Guerra do Paraguai; Utensílios Domésticos, Caçadas e Pescarias; Numismática e Filatelia; Correios e Telégrafos, Vultos do Passado; Tradição Religiosa; Objetos Rústicos; e, no pavimento superior: Bustos e Velhas Estampas; Pinacoteca e Música Francana [duas salas]; Relíquias das Famílias Francanas [três salas, uma delas a do “benemérito médico” João Marciano de Almeida]; Executivo e Legislativo Francanos; Biblioteca e Arquivo Histórico.

Apesar de influir na cessão do edifício desejado para o cenário museal, os escritos de Esther Karwinsky tratavam de diversas outras conquistas da museologia, absolutamente ignorados pelo poder público. Os artigos abordavam: 1) “Introdução Histórica” (história dos museus); 2) “Coleção e Colecionadores”; 3) “O

³⁴ Karwinsky (baronesa), Esther Sant’Anna de Almeida. *Museus e museologia*. Guarujá: Associação de Folclore e Artesanato de Guarujá, 1990. p. 11–12.

³⁵ Lei n.º 1.868 de 21 de maio de 1970.

Edifício” (de onde extraí a conclusão acima); 4) “Apresentação dos Objetos e Organização Interna”; 5) “A Quem se Destinam os Museus”; 6) “A Administração dos Museus”. Significativamente a “fadiga dos museus” ou “cansaço dos museus” foi o eixo dos artigos produzidos para o *Comércio da Franca*, eixo conceitual que foi apresentado como:

o amontoado de objetos em vitrinas, a superposição, em espaços restritos, de quadros dos mais heterogêneos e até de outros objetos (o Museu das Janelas Verdes, em Lisboa, ostentava um crocodilo dependurado no alto do teto), a sucessão de longas galerias mal iluminadas, enfim, o mal conhecido por ‘fadiga dos museus’³⁶.

Não fosse a menção ao crocodilo e às “longas galerias”, o leitor francano teria a imagem imediata do Museu Histórico do Município. O primeiro dos artigos foi concluído enfatizando as organizações internacionais de discussão museológica e museográfica, como o “Conselho Internacional de Museus (ICOM), que trabalha em colaboração com a UNESCO” (Órgão das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura), e seu correspondente Comitê Brasileiro. José Chiachiri publicara relato de experiência da UNESCO, entretanto não há menção ao ICOM ou ao seu Comitê Brasileiro nas páginas das revistas³⁷. Considerando o enquadramento funcional de José Chiachiri e que não havia liberação de férias, suponho que não tivesse se deslocado para participar de qualquer das reuniões promovidas por essas entidades. Também não há menção a esses organismos nos depoimentos dos demais evergetas.

Quanto às coleções e colecionadores a autora define-os pelo “sentimento em que se funda toda tradição”, um vício, “uma necessidade anterior à razão, um impulso que deriva de um sentimento de insatisfação” — seria o caso de inferir como algo similar ao sentimento de incompletude denominado saudade, mas, como algo próprio aos sentimentos, irreduzível a palavras unívocas. O grande destaque é a menção à coleção particular de moedas do engenheiro Hélio Sant’Anna de Almeida, valorizada pela “peça da coroação”, uma das 64 cunhadas celebrando a coroação de Pedro I. De todo modo, nesse texto o valor do museu

³⁶ Karwinsky (baronesa), Esther Sant’Anna de Almeida. Op. cit., p. 6–7.

³⁷ Referiu-se à carroça-biblioteca de iniciativa do governo da Tailândia e da UNESCO para empréstimo de livros. *Sertaneja*, segunda fase, ano 2, número 11, setembro de 1959.

público estaria para aqueles que não poderiam, por si só e com recursos próprios, formar individualmente sua coleção.

O cenário museal, sob o olhar da união entre preservação de patrimônio histórico e sede da instituição, bem como a valorização da pesquisa e sua extroversão ao público certamente se constituiu em artigo bem recebido pela população local. Afinal era uma voz a mais, uma voz qualificada por formação autodidata em museologia, relativamente incomum entre os evergetas, posto que não residia na cidade, a reivindicar a sede permanente para o Museu Histórico do Município.

Quanto à apresentação dos objetos, Esther Karwinsky fez diversas recomendações para conservação e expografia: circulação de visitantes, revestimento do piso, cor das paredes, altura para afixação de pinturas, iluminação natural e artificial e disposição dos objetos nas vitrines. Entretanto foi quanto à organização física interna da instituição que seus conselhos surpreendem mais, pela primeira vez ouve-se falar nas “instalações anexas”, cuja área “deve ser igual ou às vezes até superior à das salas de exposição”. Separa essas instalações daquelas disponíveis ao público: restaurantes e sanitários; e daquelas próprias “aos serviços internos do museu”, fazendo emergir a plêiade de serviços especializados que uma instituição museal deve manter: escritórios de diretoria e de conservador, arquivo, laboratórios de restauração, oficinas de molduras, encadernação, moldagem, carpintaria, salas para vigias “e os depósitos, que devem ser vastos e encerrar as reservas”. Sobre os depósitos vale a pena alongar sua observação:

Com efeito, o papel dos depósitos é muito mais importante do que pode parecer a primeira vista. Não se trata de uma espécie de quarto de despejo, sujo e escuro, para amontoar objetos sem utilidade. Muito pelo contrário, a finalidade do depósito é conservar, sob perfeitas condições objetos cuja exposição não parece imediatamente desejável por diversos motivos³⁸.

Os depósitos conservariam objetos em série, “dos quais o museu possui número elevado de exemplares”, expondo adequadamente um ou dois dos melhores exemplares, permitindo sua substituição de tempos em tempos renovando a exposição, evitando-se o cansaço do visitante e mantendo os demais à disposição dos estudiosos. Exemplificando, citou as peças de um aparelho de jantar completo

³⁸ Karwinsky (baronesa), Esther Sant’Anna de Almeida. Op. cit., p. 13–14.

ou a exposição de “dúzias de leques de uma mesma época” — referência óbvia a um museu histórico. A “essencialidade” da reserva técnica residiria, como de fato está, na “perfeita conservação dos objetos nela colocados”, disponíveis para “oportuna rotação dos objetos ao público”, embora nos documentos publicados a autora não chegue a mencionar exposições temporárias ou circulantes. Acrescentava, em conclusão, a recomendação da localização térrea dessas instalações auxiliares “o mais perto possível da entrada do museu”, excetuando-se os escritórios, que deveriam estar em área estratégica no centro do cenário museal.

“Os museus são destinados aos eruditos, aos estudantes e ao povo em geral.” Ao comentar sobre a formação de especialistas e museólogos, destacou avaliação de perito do Patrimônio Histórico Nacional quanto à autenticidade de pintura supostamente produzida no século XVI, enfatizando o grau de formação profissional especializada demandada por museus, seja a formação inicial escolar de ensino regular, seja a experiência obtida no exercício profissional, hoje denominada de formação continuada. Nesse artigo também tratou longamente dos vínculos entre museus e a preparação de visitas escolares, recomendando que “uma apresentação demasiado pedagógica é cansativa e distrai a atenção em detrimento do objeto; o ensino deve ser implícito e quase insensível”, lembrando a necessidade de mobiliário próprio e confortável para as atividades programadas para possibilitar aos visitantes atingirem as intenções das instituições (escola e museu). Sugeria em relação ao Museu Histórico Francano, a articulação entre professores com “José Chiachiri, pessoa dedicadíssima, [para] visitas em grupo de no máximo 15 alunos”, para ouvir a gravação do discurso de José Maria Paranhos Júnior de 1909. Os estudantes “apreciariam esta reconstituição do passado, conhecendo ao mesmo tempo o antepassado de nossas vitrolas e gravadores” e “outros objetos de interesse”, tal como já se praticava em outros museus brasileiros desde longa data. Para educar o olhar dos que não se detêm mais que dois ou três segundos diante de um objeto, sem as condições de conforto, a especialista recomendava, além de mobiliário adequado para o visitante, que fossem feitas diversas visitas, intencionalmente planejadas e que durassem de “uma a duas horas, para evitar a exaustão”. Lembrava ainda a importância de cafés ou pequenos restaurantes, que ajudariam a atenuar o “mal dos museus”. Na conclusão do artigo a autora lembrava do uso da comunicação de massa, imprensa e rádio, além de outras formas de

relação com o público: agências de viagens e turismo, concursos com prêmios e palestras sobre as obras do museu.

Ao tratar da administração dos museus, Esther Karwinsky chamou a atenção para as sociedades de amigos do museu exitosas nos Estados Unidos da América, que poderiam auxiliar a maioria dos museus históricos públicos brasileiros. Nesse sentido citava o Museu Paulista da Universidade de São Paulo ou a rede de museus históricos e pedagógicos do Estado de São Paulo, “cuja regulamentação foi outorgada pelo ilustre francano, d.r Vicente de Paula Lima, quando secretário da Educação, em 1957”. Enfatizando o papel de Vinício Stein Campos nesses “centros de cultura nacional”, abordou a proximidade entre os museus da rede paulista e o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, por meio da realização de cursos, como o intermediado pelo Instituto Histórico Guarujá-Bertioga³⁹. Conclamando à fundação de sociedades de amigos do museu em cada cidade, a autora encerrava sua colaboração declarando-se “aficionada’ de museus e museologia para um maior interesse e, digamo-lo francamente, amor por estas instituições culturais e artísticas”. Não há qualquer menção quanto ao papel do Clube da Saudade da Franca, no sentido de estar constituído como uma instituição de apoio ao museu local.

Esther Karwinsky expunha para a população local em seus escritos um olhar que era inédito entre os colaboradores do Museu Histórico do Município: profissionalização e recursos materiais contra o cansaço dos museus. Na mais elaborada intervenção evergética que marcou a formação do acervo da instituição e suas atividades de preservação, investigação e extroversão, a especialista sutilmente pontuou quanta distância havia entre as práticas locais e postulados já consagrados na museologia ocidental. As comparações com outros museus

³⁹ Tratava-se de curso *Museus do Brasil* organizado por Lúcia Falkenberg, presidente do Instituto Histórico e Geográfico Guarujá-Bertioga, “em estreita colaboração com o professor Vinício Stein Campos, diretor dos Museus Históricos e Pedagógicos, e do d.r W. R. Marinho Lutz, presidente do Clube dos 21 Irmãos Amigos e o patrocínio da Secretaria da Educação e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP). Karwinsky (baronesa), Esther Sant’Anna de Almeida. *Op. cit.*, p. 19–20. “Lúcia Piza F. M. Falkenberg ingressa no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo em 11/11/1961 e permanece no Instituto até 21/06/1997, data de seu falecimento”, presidiu o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT), quando se aproximou de Vinício Stein Campos, conselheiro do CONDEPHAAT entre 1967 e 1975, e também membro do IHGSP desde 1952 onde foi secretário e integrante do Conselho Editorial da Revista. Misan, Simona. *A implantação dos museus históricos e pedagógicos no Estado de São Paulo, 1956–1973*. 2005. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005. p. 53–57, nota 22.

brasileiros, especialmente os da rede de museus do Estado de São Paulo, hoje desmantelada, certamente amenizavam o tom crítico ao esforço memorial dos conterrâneos. Solidarizava-se com os que se fatigavam em observar e se distraírem com o amontoado de objetos, sua superposição, sucessões de quadros heterogêneos afixados fora da altura do olhar, iluminação inadequada, desconforto ao público. Tudo conspirando para uma velocidade acelerada de visita, definitivamente contrária ao encantamento, à poesia e mistério que um museu deveria inspirar. A intencionalidade da exposição guiada unicamente pela narrativa do único especialista do Museu francano, revelava-se insuficiente para os paradigmas museológicos e museográficos. O olhar de Esther Karwinsky, algo exótico, algo familiar, indicou “essencialidades” descuradas pelo poder público local. Talvez tivessem repercutido com as reivindicações de reconhecimento profissional de José Chiachiri, quando, em 1970, postulou tardiamente os cargos de museólogo e de conservador da instituição. As demais essencialidades caíram na amnésia do poder público municipal após o óbito, em 1972, do único especialista da instituição.

Poucos anos depois da perda de José Chiachiri a amnésia atingia todo seu esforço vital de promoção de ambientes de convívio cultural. A iniciativa da Universidade de São Paulo, pelo Setor de Documentação Histórica do Departamento de História, na microfilmagem dos periódicos do acervo do Museu Histórico Municipal “José Chiachiri”, registrou uma “tradição oral” bastante distanciada do que venho analisando. Miriam Lifchitz Moreira Leite, encarregada da organização prévia do material, publicou em 1977 a seguinte avaliação desse acervo nos *Anais do Museu Paulista*:

Consta, por tradição oral, que um diretor de jornal francano, organizador do Museu, teve a iniciativa de recolher *com um caminhão todos os periódicos que os habitantes se dispusessem a doar, em determinado dia*. O resultado foi um acervo formado rapidamente, constituído por grande número de duplicatas e jornais avulsos, sem seqüência e até mesmo de fragmentos de difícil identificação. Mas não foi só — havia entre os jornais álbuns de música, documentação pessoal, programas de cinema e de circo, coleções de recortes e de poesia. Foi então possível verificar (com surpresa) que Franca teve 54 periódicos sendo que 5 circularam desde o século XIX. *O Nono Districto* (1882–1890), *O Francano* (1888–1966), *Tribuna da Franca* (1900–1968), *Cidade da Franca* (1905–1964), *Comércio da Franca* (1915–1975), *O Aviso de Franca* (1926–1974), *O Comercial* (1928 – 1930) e *Diário da Tarde* (1941–1960), têm maior valor documental por constarem de uma seqüência prolongada. Além de revelar essa operosidade da imprensa francana, o acervo apresentou periódicos de

inúmeras cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia e alguma coisa do exterior. (grifei)⁴⁰.

Apesar de que a autora já se referisse ao evergeta José Chiachiri como patrono do Museu, não consegui localizar o ato jurídico correspondente entre as leis geradas pela Câmara Municipal de Franca. Parece se tratar de um reconhecimento dado pelo povo, “gravado na memória do povo”, como fizera a tradição oral em relação ao roteiro das ruas da cidade, abordado no segundo capítulo. A “tradição oral” referida pela acadêmica demonstra esquecimento completo, relativamente ao processo recente de formação do acervo, abundantemente registrado nas revistas dirigidas pelo jornalista, conforme analisado nos capítulos anteriores. Talvez fosse uma manifestação de algo da cultura local do grupo saudosista, como registrou o jornalista gaúcho Lauro Enderle ao visitar o Museu: leve, sutil, suave, macio, “que não percebe claramente que ele está valorizando a sua cidade, querendo destacá-la, valorizá-la aos olhos do visitante”; como narrou Otávio Cilurzo sobre a formação do Clube da Saudade: fortuito e feliz, “numa tarde, dessas encantadoras tardes francanas”; ou como *Sertaneja* descreveu a morte do poeta Astolfo de Oliveira Filho “numa tarde serena, numa dessas bonitas tardes francanas”.

Entretanto devo analisar algo de fundo da representação da historiadora, situando suas palavras no momento de afirmação do conhecimento histórico produzido por acadêmicos das universidades sobre outros centros de investigação histórica, igualmente valorizados pela sociedade da época. Afinal esse foi o esforço do artigo escrito para ser divulgado em revista acadêmica editada pelo Museu Paulista. Tratava-se de um artigo cujo resumo anunciava descrever procedimentos técnicos de organização dos periódicos para microfilmagem, entretanto tais informações não ultrapassaram duas páginas. A grande atenção da escrita foi reservada para demonstrar os procedimentos jornalísticos de geração documental: “inquietação e ritmo acelerado e impaciente dos que trabalham no ramo”. Ao enfatizar os cuidados de revisão de informações ausentes nos periódicos, valorizando a produção historiográfica universitária, citando cinco mestrados e dois

⁴⁰ Leite, Miriam Lifchitz Moreira. O periódico: variedade e transformação. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v.28, p. 137–151, 1977/1978. p. 146–147. Mantive as datas-limite mencionadas pela autora, embora trate-se de retomadas de títulos que haviam desaparecido, tais como *O Francano*, editado entre 1888 e 1906, retomado de 1931 a 1935 e de 1945 a 1966; *Tribuna da Franca*, periódico que circulou entre 1900 e 1940, sendo o título retomado entre 1967 e 1968; e *Cidade da Franca* editado de 1905 a 1927, o título foi reutilizado entre 1961 e 1964.

doutorados, entre outros livros e artigos publicados em revistas universitárias, conduz para a desqualificação de qualquer representação que não aquela chancelada pelos meios universitários, enfatiza a rejeição de qualquer formação, especialmente a autodidata, que não a dos cursos superiores.

Postulando o que foi denominado de paradigma das subjetividades e sob a perspectiva da micro-história, na introdução de minha pesquisa, desempenho igualmente um papel acadêmico, sob certa perspectiva revisionista, cujo ponto de partida está no respeito às representações do passado sobre si mesmo. Tanto quanto minha perspectiva ao vislumbrar tal patrimônio herdado, na óptica de uma tradição constituída, e em respeito aos personagens e seus pontos-de-vista, a análise não prescinde da complexidade irreduzível dos contextos e contingências a que estamos todos submetidos. Ou, como diriam os evergetas que constituíram o acervo do Museu Histórico Municipal: “valerá a pena? o futuro dirá”.

5.2 Museologia e museografia paulistas

Tendo em vista os vínculos de *Sertaneja* e do Museu Histórico de Franca com amplos movimentos paulistas de valorização política e cultural, penso ser imprescindível uma aproximação entre as iniciativas locais e os estímulos estaduais. Nesse sentido abordo a constituição da rede de museus históricos e pedagógicos do Estado de São Paulo sob dois vetores: o da negociação cultural e o do conspecto museológico⁴¹. Procuo focalizar especialmente o Museu Histórico e Pedagógico “Imperador D. Pedro II”, cuja instalação foi autorizada na cidade de Franca pelo Decreto n.º 32.230, de 13 de maio de 1958, assinado por Jânio da Silva Quadros e Vicente de Paula Lima, respectivamente governador e secretário da pasta educacional do Estado de São Paulo⁴².

Em 1956 o então governador Jânio Quadros decretou a criação de quatro museus históricos e pedagógicos, justificando, entre outras considerações “o papel relevante que tiveram nos destinos da nacionalidade homens que, saídos de São Paulo, governaram a Nação em quadriênios que se tornaram memoráveis” e “a conveniência de estudar e divulgar, por meio de Museus Históricos, sediados nas cidades em que nasceram ou projetaram sua vida pública, a obra dos grandes homens de São Paulo que ocuparam a presidência da República”. Prudente de Moraes (Piracicaba), Campos Sales (Campinas), Rodrigues Alves (Guaratinguetá) e Washington Luís (Batatais) foram os “preclaros homens públicos” tomados como

⁴¹ Por “conspecto museológico” compreende-se o “conjunto de unidades (museus) existentes no Estado [de São Paulo], regidas por um órgão central (a atual divisão de Museus)”, conceito utilizado por Waldisa Rússio para analisar tais museus “sob o prisma do desenvolvimento”, em busca de “mecanismos governamentais na respectiva área”. Rússio, Waldisa. *Museu: um aspecto das organizações culturais num país em desenvolvimento*. 1977. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo, 1977. p. 105.

⁴² A íntegra do decreto foi colhida do periódico *Museus Históricos Paulistas*, editado por Vinício Stein Campos como um dos instrumentos que permitiram formar uma rede de relações no contexto de formação e institucionalização de museus históricos estaduais. Não consegui localizar exemplares dessa publicação no arquivo do Museu Histórico Municipal “José Chiachiri”, entretanto o documento foi compulsado em pesquisa anterior. *Museus históricos paulistas*, São Paulo, número 7, novembro de 1960. p. 73. Citado em Silva, Maria Amália de Andrade. *Arrolamento do acervo histórico e cultural do Museu Histórico Municipal*. 1967. Trabalho de Conclusão de Curso (História) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca, Instituto Isolado do Ensino Superior do Estado de São Paulo, Franca, 1967. Tal publicação também esta referida em Santos, Álvaro Guimarães dos. *A criação do museu da Polícia Militar*, um contexto histórico museológico. 2000. Monografia (Especialização em Museologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000. p.39.

“exemplo de dignidade, civismo e capacidade às novas gerações” (Decreto n.º 26.218, de 3 de agosto de 1956). O ato administrativo assinado pelo governador Jânio Quadros não esconde suas aspirações políticas — também ele político de carreira paulista cuja própria biografia pretendia ombrear com a dos homenageados. Enquadra-se ainda em movimento mais amplo que resultara nas comemorações do IV Centenário da Cidade de São Paulo, ocorrida dois anos antes, quando o próprio Jânio Quadro fora prefeito de 1953 a 1955, com interregno de seu licenciamento para candidatura ao governo estadual, quando o vice-prefeito José Porfírio da Paz o substituiu (julho de 1954 a janeiro de 1955)⁴³.

Tais comemorações certamente colaboraram para a eleição ao Governo do Estado, sempre contando com a aliança petebista de José Porfírio da Paz como vice-governador. Após assumir o governo estadual, Jânio Quadros, então filiado ao Partido Democrata Cristão, nomeou ministros do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo para seu secretariado, os udenistas: Vicente de Paula Lima para a pasta da Educação e Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto para a da Fazenda, envolvidos na constituição da rede de museus históricos estaduais⁴⁴. Os personagens envolvidos apontavam tanto projetos para o futuro, como Jânio Quadros rumo a Presidência da República e Carvalho Pinto que veio a suceder Jânio Quadros elegendando-se governador, quanto permitem visualizar vínculos de continuidade com movimentos de longa duração, como a participação de Porfírio da Paz e Vicente de Paula Lima na presença da *Bandeira*, tanto quanto na monumentalização do IV Centenário da Cidade de São Paulo em Franca, conforme abordei no primeiro capítulo⁴⁵.

⁴³ Lofego, Sílvio Luiz. *IV Centenário da Cidade de São Paulo: uma cidade entre o passado e o futuro*. São Paulo: Annablume, 2004.

⁴⁴ Na inauguração do Museu Histórico e Pedagógico “Prudente de Moraes” na cidade de Piracicaba a 1º de agosto de 1957, instalado na “casa em que residiu aquele vulto republicano”, estariam presentes José Porfírio da Paz, vice-governador em exercício, Ruy de Almeida Barbosa, presidente da Assembléia Legislativa, os secretários Vicente de Paula Lima, Carvalho Pinto e Castro Neves (secretário do Governo), entre outras autoridades estaduais e municipais. Santos, Álvaro Guimarães dos. *Op. cit.*, p. 25. Na gestão Carvalho Pinto, além de iniciar a construção de diversas usinas hidrelétricas, foram criadas a Universidade de Campinas, a Faculdade de Medicina de Botucatu (depois incorporada à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”) e a Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo.

⁴⁵ Vicente de Paula Lima teria se mantido como redator chefe do *Comércio da Franca* até meados de 1950. Barbosa, Agnaldo de Sousa. *Política e modernização e Franca, 1945–1964*. Franca: UNESP/Franca; Amazonas Prod. Calçados S/A, 1998. (História Local, 9). pp. 91 e 95. Como registrei no capítulo 1, quando da visita da *Bandeira* a Franca em 1936, Vicente de Paula Lima era co-redator

Sob gestão do governo do Estado, foram criadas dezenas desses museus do interior, um misto entre culto ao patrono da instituição e estudo, preservação e extroversão de vestígios materiais da história local. Vinício Stein Campos — que participou da instalação desses museus desde 1956 até 1978 — atribuiu a idealização do projeto a Sólon Borges dos Reis, então diretor do Departamento de Educação, que “fez expedir o decreto n.º 26.218, de 3-8-1956” criando os quatro primeiros museus⁴⁶. Sólon Borges dos Reis tornou-se conhecido pela sua vinculação quase vitalícia com o Centro Professorado Paulista (CPP), que presidiu entre 1957 e 1997. Em 1959 foi eleito no primeiro mandato de deputado estadual pelo Partido Democrata Cristão⁴⁷. Ao CPP foi atribuída a reivindicação da criação de alguns desses museus históricos e pedagógicos — na realidade tratava-se do Museu Histórico e Pedagógico “Visconde de Taunay e Afonso de Taunay” de Casa Branca, sua cidade natal⁴⁸ —, além de atender a reivindicações de prefeituras e câmaras municipais paulistas⁴⁹.

Sólon Borges dos Reis, desde 1950, também era membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo⁵⁰. Desde 1956, quando Vinício Stein Campos ocupava a segunda secretaria do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, vinha ministrando no Instituto o embrião de seu Curso de Museologia, então sob o

chefe, com seu pai Luiz de Lima, enquanto seu sogro Ricardo Pucci dirigia o jornal pertencente aos irmãos Pucci.

⁴⁶ Campos, Vinício Stein. Op. cit., p. 131–132.

⁴⁷ Reelegeu-se como deputado estadual até 1979, depois exerceu três mandatos de deputado federal, tendo participado da elaboração da Constituição de 1988, foi secretário da Educação de Carvalho Pinto (1959–1963) no Governo do Estado de São Paulo, bem como vice-prefeito de Jânio da Silva Quadros entre 1994 e 1997 na Prefeitura do Município de São Paulo.

⁴⁸ Misan, Simona. Op. cit., p. 52. O Museu de Casa Branca foi criado pelo Decreto n.º 32.203 de 10 de maio de 1958. Waldisa Rússio chamou a atenção para o fato do Museu de Franca ter sido criado três dias depois. Rússio, Waldisa. Op. cit., p. 80. Ambos foram criados nas cidades de origem dos então superiores de Vinício Stein Campos: Sólon Borges dos Reis, no Departamento de Educação, e Vicente de Paula Lima, Secretário de Estado dos Negócios da Educação.

⁴⁹ Santos, Álvaro Guimarães dos. Op. cit., p. 27. O caráter pedagógico da rede de museus, colhido de entrevista a Sólon Borges dos Reis, seria apenas uma das justificativas para sua implantação junto à estrutura da Secretaria de Educação estadual. Quando questionado sobre a relação entre o movimento *escolanovista* e os quatro primeiros museus, Sólon Borges dos Reis aludiu a mentores da *Escola Nova*, eventualmente signatários dos manifestos de 1932 e de 1959, entre eles Júlio de Mesquita Filho. Misan, Simona. Op. cit., p. 115–116.

⁵⁰ *Ibid.*, p. 60.

título de historiografia, com palestras sobre história, museus, técnicas de museus⁵¹. As relações do servidor público Vinício Stein Campos com o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo eram tão intensas que o edifício da rua Benjamim Constant, construído com doações à época do IV Centenário, e que ainda abriga o Instituto permaneceu “por longo tempo a sede do Serviço de Museus Históricos”, órgão da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação⁵².

A 25 de outubro de 1956 foi instituída a Comissão Central encarregada da instalação dos museus históricos e pedagógicos, na qual figurava Vinício Stein Campos, único dos cinco nomeados que não exercia cargo na capital paulista, pois dirigiria o Colégio Estadual e Escola Normal “Padre Fabiano José Moreira de Camargo”, na interiorana cidade de Capivari, sua terra natal⁵³. Anteriormente Vinício

⁵¹ Seu Curso de Museologia dividia-se em quatro aulas: 1) História dos Museus; 2) Técnica de Museu; 3) Numismática Brasileira; 4) A História do Brasil pelo Museu: os Museus Históricos e Pedagógicos. De 1958 a 1978 foram “mais de quinhentos cursos em mais de cem cidades” e “mais de quinze mil interessados participaram dessa verdadeira maratona às aulas de Museologia”. Santos, Álvaro Guimarães dos. Op. cit., p. 12–14. Os professores eram dispensados para participar do curso, recebendo certificados que “era considerado título para todos os concursos do magistério público”, o que atraía também normalistas e estudantes do ensino superior. Misan, Simona. Op. cit., p. 92. No Arquivo do Museu Histórico Municipal “José Chiachiri”, há registros de quatrocentos e vinte e dois alunos que freqüentaram o “Curso de Museologia, realizado em Franca, nos dias 6 e 7 de março de 1965, pela Diretoria Geral do Serviço de Museus Históricos e Pedagógicos [SMH] da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo”, encontrando-se também os certificados conferidos a José Chiachiri neste curso (expedido a 8 de março de 1965, registro SMH 4521) e no curso ministrado também em Franca cinco anos depois (expedido a 1º de setembro de 1969).

⁵² Misan, Simona. Op. cit., p. 24.

⁵³ Santos, Álvaro Guimarães dos. Op. cit., p. 26. Desde 1956, quando foi nomeado para a Comissão Central Instaladora dos Museus Históricos e Pedagógicos do Departamento de Educação da Secretaria da Educação, até sua aposentadoria compulsória no serviço público, publicada no *Diário Oficial do Estado de São Paulo* a 9 de janeiro de 1979, Vinício Stein Campos esteve à frente das iniciativas de formação da rede paulista de museus históricos interioranos. Nomeado presidente da Comissão Instaladora em janeiro de 1957, Vinício Stein Campos recusava-se a receber gratificação de função pelo Serviço de Museus Históricos, pois “choveriam os afilhados políticos a disputar o cargo e nossa atividade se interromperia, em prejuízo da obra em andamento”. Após a transferência do Serviço de Museus Históricos para a Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo, criada no governo de Laudo Natel em 1974, o empresário e banqueiro paulista Amador Aguiar interviu para evitar a destituição de Vinício Stein Campos de seu posto. Entretanto não evitou que Ernani Silva Bruno, diretor do Museu da Casa Brasileira e também integrante do IHGSP, acumulasse tal cargo com o de diretor do Departamento de Cultura, simultaneamente subordinado e superior a Vinício Stein Campos. O caráter interpessoal de Vinício Stein Campos na direção da rede de museus históricos evidenciou-se também ainda na instalação do Museu Militar de São Paulo na sede do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), aberto ao público a 19 de novembro de 1962. Ibid., p. 16–17 e 39. A rejeição à institucionalização do Serviço de Museus Históricos levou Vinício Stein Campos a trabalhar sozinho na gestão da rede, passando a contar com auxiliares somente “em 1973, da presença de Yolanda Baroudi, técnica de museus, em 1975, de Leonilda Padula, chefe da Seção de Orientação Técnica dos Museus Históricos e Pedagógicos e, em 1976, de Waldisa Rússio, museóloga do Grupo Técnico do Departamento de Arquivos e Museus da Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo do Estado de São Paulo (1976-8)”. No IHGSP foi criado o Museu José Bonifácio em 1963, talvez por iniciativa de Vinício Stein Campos. Misan, Simona. Op. cit., p. 58 e 75.

Stein Campos ocupara o cargo de oficial de gabinete no governo estadual durante a gestão de Lucas Nogueira Garcez (1951–1955), permanecendo como oficial de gabinete dos secretários Vicente de Paula Lima, Alípio Corrêa Neto, Antônio de Queiroz Filho e Carlos Pasquale⁵⁴. Vicente de Paula Lima, validou também o Regulamento dos Museus Históricos e Pedagógicos (Ato n.º 19, de 30 de abril de 1957). Por essa norma o Museu Histórico e Pedagógico seria um “Instituto de Pesquisa Histórica”, uma “Casa da História do respectivo município”. Seu programa objetivava, nas palavras do professor Vinício:

O Museu Histórico e Pedagógico se propõe a reconstituir a História do Município em que está localizado e a cultivar de igual modo um período da História de São Paulo e da História do Brasil, correspondente ao quadro histórico relativo à época do respectivo patrono ou compreendido na denominação do Museu.

Cada uma dessas unidades museológicas, à medida que se vão completando as suas diversas secções, tem por encargo esgotar a pesquisa do período histórico que lhe está atribuído, juntando ao documentário exumado de arquivos públicos e particulares uma bibliografia completa, nacional e estrangeira, sobre a matéria a que o instituto se consagra⁵⁵.

No ano seguinte já tinha sido decretada a instalação de vinte e nove museus, quando foram constituídos em rede, agrupando-os em três períodos da história do Brasil: colonial (seis museus), monárquico (nove museus) e republicano (quatorze museus) (decreto n.º 33.980, de 19 de novembro de 1958)⁵⁶. Por meio da atribuição de um patrono a cada localidade, preenchem-se os períodos da história. Desse modo formava-se a rede de museus, cujo sentido era difundir:

⁵⁴ Santos, Álvaro Guimarães dos. *Op. cit.*, p. 10.

⁵⁵ Campos, Vinício Stein. *Op. cit.*, p. 132–133.

⁵⁶ Em 1952, Afonso D'Escragno Taunay teria influído na designação do Museu de Porto Feliz, pois dera parecer contrário à criação de Museu em homenagem a Cesário Nazianzeno de Azevedo Motta Magalhães Júnior (responsável pela instalação do Museu Paulista no Monumento do Ipiranga, no início da República). Taunay propusera que o Museu fosse dedicado às monções, como acolhido com a criação do Museu Histórico e Pedagógico das Monções, autorizado para instalação na cidade de Porto Feliz em 1957. Misan, Simona. *Op. cit.*, p. 70. A referência a Taunay evidencia relação entre projetos anteriores aos primeiros museus, cuja concepção atribui-se a Sólton Borges dos Reis, tanto quanto permite inferir que os museus de interior guardavam relação com o Museu Republicano “Convenção de Itu”, criado como extensão do Museu Paulista em 1923.

A predestinação do comportamento paulista, afinado com os altos interesses do Brasil, da formação vicentina ao bandeirismo, das legiões de São Paulo à implantação da independência [...] são luminosas páginas históricas escritas por São Paulo a serviço da grande Pátria comum⁵⁷.

Cerca de quinze anos após a criação dos primeiros quatro museus históricos e pedagógicos, já tinha sido decretada a instalação de aproximadamente oitenta unidades. Em 1986 foram agrupados em um sistema de museus, cuja meta era prepará-los para transferência aos municípios (Decreto n.º 24.634, de 13 de janeiro de 1986). Revogou-se o caráter de rede de museus quando foram autorizados convênios para sua transferência para a administração pública municipal de onde se localizavam, mantendo-os no Sistema de Museus do Estado de São Paulo, para efeito de assistência técnica (Decreto n.º 38.947, de 26 de julho de 1994). Em 1998 foram desativados de uma só vez setenta e três deles, computando-se apenas aqueles que se encontravam sem comando — aqueles que se encontravam sem responsável administrativo, portanto não operantes (Decreto n.º 42.822, de 20 de janeiro de 1998)⁵⁸.

Na avaliação de Waldisa Rússio tais instituições museais fracassaram — e este parece ser o calcanhar de Aquiles de tal rede de museus: seleção e formação de seu pessoal — por meio do “comissionamento” de professores do quadro do magistério da rede de escolas públicas estaduais paulistas, compondo um quadro funcional extremamente instável⁵⁹. Ao(s) docente(s) comissionado(s) caberia desenvolver junto a seus alunos campanhas para obter as peças que comporiam o acervo, bem como conseguir apoio institucional para completar o quadro de pessoal e o edifício onde se instalaria o Museu⁶⁰. A museóloga atribui ainda à falta de

⁵⁷ Campos, Vinício Stein. Op. cit., p. 102.

⁵⁸ Para uma avaliação da atual situação dessas instituições culturais e uma proposta para sua revitalização sob a perspectiva da administração estadual ver a tese de Misan, Simona. Op. cit.

⁵⁹ Rússio, Waldisa. Op. cit., p. 124. Tendo por base os diversos casos de professores da rede pública estadual paulista comissionados junto a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca, mantida pelo governo estadual e hoje integrante da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, o “comissionamento” constituía-se de afastamento remunerado do cargo de origem renovado anualmente, permanecendo à disposição da instituição para a qual o servidor público era designado em ato do poder executivo. Conforme diversos prontuários da série carreira docente do Arquivo Permanente Setorial do *Campus* de Franca da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, custodiado pelo Centro de Documentação e Apoio a Pesquisa Histórica do Departamento de História.

⁶⁰ Campos, Vinício Stein. Op. cit., p. 131, passim.

relação entre patrono e comunidade com os acervos — que não passariam de “meras coleções, quando não simples conjuntos” — e, também, ao próprio fato da não-instalação de muitos desses museus criados somente no papel, como vetores de seu fracasso. Faltou-lhes

u'a mais acurada pesquisa, u'a imaginação sociológica que se debruçasse sobre a realidade social, pelo menos aos níveis de comunidade, região e estado⁶¹.

Ao se referir à pesquisa mais acurada e à imaginação sociológica, sob a tradição da Escola Livre de Sociologia e Política, Waldisa Rússio mantinha simultaneamente tanto a influência da *Escola de Chicago*, presente na formação daquela instituição de ensino superior desde quando foi fundada em 1933, quanto discussões da museologia paulista, pelo viés dos cursos de museologia ministrados no Museu Paulista sob a gestão de Mário Neme (1958–1973)⁶². Os vínculos do pensamento de Waldisa Rússio com as idéias defendidas por Mário Neme davam-se, especialmente, pela necessidade de avaliação prévia de especialistas e à configuração, pré-determinada a tais estudos, de alguns poucos museus regionais interioranos⁶³.

Em 1963, quando o Museu Paulista perdeu seus últimos vínculos com a Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e se integrou definitivamente a Universidade de São Paulo, Mário Neme apresentara avaliação dos museus

⁶¹ Rússio, Waldisa. Op. cit., p. 104.

⁶² Sobre a influência da *Escola de Chicago* na implantação da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, veja-se Maza, Fábio. Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo e a elite industrial. *Revista do Mestrado em Educação*, UFS, v.7, p. 67–78, jul./dez. 2003. Para a análise da criação da Escola Livre de Sociologia e Política, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo e do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo, bem como suas relações interinstitucionais, veja-se Raffaini, Patrícia Tavares. *Esculpindo a cultura na forma Brasil: o Departamento de Cultura de São Paulo, 1935–1938*. São Paulo: Humanitas, 2001. passim.

⁶³ Em dezembro de 1966 o vice-governador Laudo Natel, no exercício do governo paulista após a cassação do piracicabano Adhemar Pereira de Barros, nomeou uma *Comissão de Estudos dos Museus do Estado*, que teve José Ferreira Carrato entre seus assessores e apresentou relatório a 15 de janeiro de 1967. Rússio, Waldisa. Op. cit., p. 89. Tendo em vista a atuação de José Ferreira Carrato em Franca, conforme analisado no capítulo 3, não foram encontrados documentos relativos à sua atuação na referida Comissão. Centro de Documentação e Apoio a Pesquisa Histórica do Departamento de História da Faculdade de História Direito e Serviço Social – Arquivo Permanente Setorial do *Campus* de Franca da UNESP, Departamento de História, série carreira docente, dossiê de José Ferreira Carrato, caixas 96 e 97.

históricos e pedagógicos que se constituíam, havendo então cerca de trinta museus criados pelo Estado. Além de discorrer sobre os “problemas dos museus municipais” — no que o diagnóstico não diferia muito daquele realizado por Waldisa Rússio — sentenciou que uma “política de museus” no Estado de São Paulo deveria passar pela transferência desses museus interioranos aos municípios. Ao Estado caberia a criação de poucos museus regionais no interior paulista (cinco ou seis) por indicação de uma comissão de especialistas, enquanto autarquias encarregadas não só da exposição das peças recebidas em doação (comunicação museológica ou expografia), mas também de sua preservação (salvaguarda) e de estudos (pesquisa). O parecer do diretor do Museu Paulista fundamentava-se na dispersão de recursos, especialmente diante da precariedade daqueles disponíveis para os museus estaduais já existentes na capital — entre eles o conhecido Museu do Ipiranga, como também é denominado popularmente o Museu Paulista⁶⁴. A Mário Neme foram atribuídos diversos artigos apócrifos publicados na grande imprensa paulistana combatendo o Serviço de Museus Históricos, sob responsabilidade de Vinício Stein Campos⁶⁵.

Um desses artigos foi transcrito por José Chiachiri na revista *Sertaneja*. O articulista analisava o veto do governador Carvalho Pinto à lei de criação do Museu Regional da Alta Paulista, cuja sede seria na cidade de Marília. Vendo nesse ato a possível constituição de uma “política estadual de museus”, o autor anônimo defendia um “estudo especializado” e um “planejamento geral” para constituir uma “rede” paulista de museus regionais, “de maneira a poderem orientar e assistir os museus municipais”. Concordava com os motivos do veto: “verdadeira intervenção nos municípios, removendo das comunas aquilo que é de propriedade delas, aquilo que constitui seu patrimônio histórico e cultural”. Porém apontava, como contradição

⁶⁴ Neme, Mário. Utilização cultural de material de museu. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v.18, p. 7–61, 1964. p. 13–23. Mário Neme descendia de libaneses de origem modesta, nascido em 1912 na cidade de Piracicaba, transferiu-se para a capital onde atuou por mais de três décadas em *O Estado de S. Paulo*, entre outros jornais. Autodidata, obteve aprovação como guarda-livros prático, conviveu com Mário de Andrade e Sérgio Milliet quando trabalhou na *Revista do Arquivo Municipal* do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo. Utilizava o pseudônimo “senhor Salim” em sua produção literária modernista, que, segundo Sérgio Milliet no *Diário Crítico*, ombreava-se com a dos grandes modernistas. Mário Neme também foi biografado por Samuel Pfromm Netto na obra *Piracicaba de Outros Tempos*. Dirigiu o Museu Paulista de 1958 a 1973. Penteado, Antônio Rocha. “*In memoriam*”: Mário Neme, 2 de maio de 1912 – 13 de março de 1973. *Revista do Museu Paulista. Nova Série*, São Paulo, v. 21, p. 9–12, 1974.

⁶⁵ Santos, Álvaro Guimarães dos. Op. cit., p. 15–16.

do governador, que, na mesma data, houvesse a inauguração de museu em Santana do Parnaíba, “mais um dos numerosos ‘museus’ que o Estado, por sua conta e risco, vem estabelecendo nas cidades paulistas”. Relativizando o ataque ao “prof. Carvalho Pinto”, adicionou a justificativa do governante:

a criação dos museus históricos, por decreto, tem por escopo: de um lado, a título experimental por assim dizer, aferir a viabilidade do museu na cidade escolhida e, de outro lado, estimular o próprio município a assumir a liderança da iniciativa.

Louvando a iniciativa do governante, o colaborador de *O Estado de S. Paulo* denunciava que das dezenas de museus decretados não haviam sido transferidos “para a responsabilidade do governo municipal”. Acrescentava mais enfaticamente que nos “escalões inferiores” do governo estadual “não se moveu uma palha para que um único” desses museus fosse municipalizado, “nada fizeram e nada farão, por motivos de que falaremos em próximo número”⁶⁶.

Não posso dizer que José Chiachiri já tivesse contato com Vinício Stein Campos, pois o primeiro registro de sua presença em Franca ocorreu quando da realização do primeiro Curso de Museologia ministrado na cidade em 1965. De qualquer forma a reprografia do texto acentuava o valor de um museu municipal, colaborando para o prestígio do Museu Histórico Municipal de Franca.

Para observar como o Estado articulou-se com a administração municipal volto a abordar os registros sobre o Museu Histórico do Município de Franca. A Câmara Municipal aprovou a Lei n.º 656, de 4 de setembro de 1957, criando o Museu e os cargos de diretor e de porteiro-servente, suas respectivas atribuições, além do programa que deveria orientar suas atividades:

Art. 3º - Fica criado, nesta cidade, o Museu Histórico do Município, destinado a abrigar tudo quanto se refira ao passado francano, à sua história, à vida do Município, seus vultos gloriosos, sua pujança intelectual e espiritual, às tradições, roteiro genealógico, tudo em fim que demonstre ao presente as glórias de um passado, com reflexo extraordinário no futuro.

Foi nomeado como diretor do Museu o jornalista José Chiachiri e a 9 de março de 1959 foi oficialmente aberto ao público, quando já contava com

⁶⁶ Artigo não assinado, reproduzido de *O Estado de S. Paulo* editado em 20 de novembro de 1962. *Vilafranca*: o registro na história, ano 1, número 27, fevereiro de 1963.

centenas de peças obtidas em doação, tendo sido instalado em casa alugada pela Prefeitura.

Por sua vez, o governo do Estado decretou a autorização para instalação do Museu Histórico e Pedagógico “Imperador D. Pedro II”, sediado em Franca, após a criação do Museu Histórico do Município, por meio do Decreto n.º 32.230, de 13 de maio de 1958, assinado pelo advogado, jornalista e político udenista francano Vicente de Paula Lima⁶⁷. Até 1972 ainda não havia sido instalado — como não ocorreu até hoje — nas palavras da autoridade do Serviço de Museus Históricos:

Deverá ser instalado em Franca, como secção do Museu Municipal, o Museu Histórico e Pedagógico “D. Pedro II”, criado naquela cidade pelo então Secretário da Educação Ministro Vicente de Paula Lima, em 1958.

O Museu destina-se a reunir documentação histórica do período de D. Pedro II, de 1840 a 1889, biblioteca relacionada com sua vida e obra administrativa, dados biográficos do Imperador, reconstituição de suas visitas a São Paulo, jornais, revistas, opúsculos, fotografias, quadros, medalhas, moedas, diplomas, condecorações, autógrafos, resenha do material exposto no Museu Imperial de Petrópolis, trabalhos e estudos publicados sobre D. Pedro II principalmente pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

O Serviço de Museus Históricos em cooperação com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e por iniciativa do prof. João Rabaçal, seu diretor, instalou nesta escola um promissor museu folclórico⁶⁸.

Observe-se que já havia menor ênfase na história de São Paulo e na do Brasil — no “quadro histórico” do período, conforme o padrão do Regulamento dos Museus Históricos e Pedagógicos — restringindo-se à biografia do patrono, embora ainda destaque suas ações no território paulista, as “visitas a São Paulo”. Quatorze anos depois da autorização para instalação a autoridade responsável reconhece o Museu “fundado pela Prefeitura Municipal”, já instalado no antigo Paço

⁶⁷ Crédito às representações analisadas no primeiro capítulo, vigentes nos anos de 1930, quando Vicente de Paula Lima era co-editor do *Comércio da Franca*, a atribuição do segundo imperador brasileiro como patrono do Museu Histórico e Pedagógico de Franca, afinal a pesquisa dos evergetas locais que formavam o acervo do Museu Histórico do Município, desde 1957, já davam conta que a denominação de Vila Franca do Imperador homenageava o governante de 1824.

⁶⁸ Campos, Vinício Stein. Op. cit., p. 152. Trata-se do Museu de Artes e Técnicas Populares desativado por estar sem comando pelo Decreto n.º 42.822, de 20 de janeiro de 1998. Sobre o acervo desse museu, ver Di Gianni, Tercio Pereira. Museus municipais em Franca: em busca de uma política museal. Pansani, Maria Margarida Borges, Di Gianni, Tercio Pereira (org.s). *Diversidade museal construindo identidades*. Franca: Associação Paulo Duarte, 2007. p. 9–17.

Municipal, como “um dos modelares museus do interior brasileiro”, enaltecendo a perseverança e paciência do “pesquisador, jornalista e estudioso das coisas francanas” José Chiachiri, a quem propusera e fizera ingressar como sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo⁶⁹. Dentro de sua atuação como membro do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT), Vinício Stein Campos propôs o tombamento do Paço Municipal “Rui Barbosa” em Franca, dentre centenas de propostas de tombamento de imóveis e coleções museais⁷⁰.

Para dirigir o “movimento” dos museus municipais e manter o programa da rede de museus do interior paulista, Vinício Stein Campos negociava a inserção de uma seção dentro do Museu Histórico Municipal de Franca, a qual abrigaria o projeto de integração local à rede de museus planejada. Admitia-se mesmo um museu estadual dentro do museu municipal. Tal parece ter sido a tônica desses museus do interior. A execução por Vinício Stein Campos dos decretos que autorizaram a criação dos museus históricos e pedagógicos — ao menos no que se refere ao museu de Franca e pelas análises de Rússio e Neme: guiaram-se mais pela constituição de seu programa historiográfico, do que pela constituição de sólidas instituições estaduais nos municípios. Tratou-se antes de atribuir sentido, dirigir e apoiar o amplo movimento de criação de museus municipais — negociando de acordo com os recursos humanos e museais de cada localidade —, do que de criar uma estrutura burocrática que os colocasse sob diretrizes técnicas de funcionários do Estado. Nessa negociação cultural só não se abriu mão da projetada rede de museus, representação da “predestinação do comportamento paulista”.

O governo paulista, por meio do Serviço de Museus Históricos, arrogara para sua competência “a direção desse movimento, única maneira efetivamente válida de se romper com a rotina que vem entravando o desenvolvimento da museologia municipal”. Ao defender essa posição Vinício Stein

⁶⁹ Campos, Vinício Stein. *Op. cit.*, p. 127–128. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v.65, p. 462–465, 1968.

⁷⁰ A criação do CONDEPHAAT teria sido iniciativa de Vinício Stein Campos que elaborara o anteprojeto, convertido na lei n.º 10.247. A instalação do Conselho a 3 de janeiro de 1969 teria contado com a infra-estrutura do Serviço de Museus Históricos, desde material de escritório até a elaboração do regulamento interno. Campos, Vinício Stein. *Op. cit.*, p. 192. Sobre seu papel como conselheiro ver Misan, Simona. *Op. cit.*, p. 53–58.

Campos acrescentava que esta seria “a única solução para o caso da defesa e preservação do nosso patrimônio histórico”, inclusive os arquivos das administrações locais. Evocando-se ainda, como argumentos de autoridade e historicidade, a tradição “da pena brilhante de Paulo Duarte, a fecunda atividade de Mário de Andrade” na década de 1930, sob a gestão de Fábio Prado na Prefeitura de São Paulo⁷¹.

Assim o museu municipal erguia-se para a salvaguarda de todo o patrimônio histórico local. Quanto ao tratamento dos arquivos que seriam coletados para compor o acervo desses museus, não há qualquer referência sobre metodologia e técnicas específicas a que seriam submetidos. Nem mesmo se indicava quadros funcionais necessários para seu tratamento, já que as publicações do responsável pelo Serviço de Museus Históricos eram descontinuadas, tanto quanto o comissionamento de docentes do magistério público paulista, preparados no ligeiro Curso de Museologia, indicava professores para atuar como diretores desses museus⁷².

Entretanto, o ponto que mais chama a atenção entre os museólogos paulistas Waldisa Rússio e Vinício Stein Campos, foi o fato de se referirem a “entidades representativas”, como o *Rotary Clube*. Waldisa Rússio atribuiu ao médico Eurico Branco Ribeiro, membro do *Rotary Clube* de São Paulo, uma “pregação em favor dos museus municipais” desde 1945 até, pelo menos, 1957, que teria influenciado a criação de diversos museus municipais: Atibaia, Bauru, Guarapuava, Livramento, Presidente Prudente...⁷³. O também rotariano Vinício Stein Campos — fundador e primeiro presidente do *Rotary Clube* de Capivari⁷⁴ —, comentando sobre os museus municipais de Santa Catarina igualmente tece seus elogios:

⁷¹ Campos, Vinício Stein. Op. cit., p. 131. Mário de Andrade e Paulo Duarte também integraram os quadros do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Misan, Simona. Op. cit., p. 24.

⁷² Dediquei maior espaço sobre a questão arquivística em comunicação que apresentei no VI Congresso de Arquivologia do Mercosul. Di Gianni, Tercio Pereira. “O arquivo da história” no Museu Histórico Municipal: entre movimentos da sociedade civil, mediação legislativa e demandas de usuários. VI Congresso de Arquivologia do Mercosul, realizado em Campos do Jordão/SP de 17 a 20 de outubro de 2005: Associação de Arquivistas de São Paulo (org.). *Arquivos: o saber e o fazer*. Anais do VI Congresso de Arquivologia do Mercosul. São Paulo: CEDIC/PUC-SP, 2005 (CD-ROM).

⁷³ Rússio, Waldisa. Op. cit., p. 73–75.

⁷⁴ Santos, Álvaro Guimarães dos. Op. cit., p. 9.

Os Rotaris Clubes muito têm auxiliado esse desenvolvimento, cumprindo lembrar, num ato de justiça, a apreciável contribuição que para isso tem dado o eminente rotariano paranaense, hoje conceituado clínico em São Paulo, d.r Eurico Branco Ribeiro⁷⁵.

Teria havido um “movimento” para criação de museus municipais, interno ao *Rotary Club* e discutido em suas Conferências Distritais (de Belo Horizonte em 1945 e de Araxá em 1957), que parece ter servido de estímulo para a criação de diversos desses museus⁷⁶.

Valendo-me do vetor de criação de museus de interior indicado por Waldisa Rússio procurei, ao logo desse trabalho, registrar a influência institucional do *Rotary* ou de rotarianos na criação e manutenção do Museu Histórico do Município. Vários dos personagens envolvidos na educação do olhar, preservação patrimonial e na musealização *stricto sensu* pertenceram em algum momento de suas vidas à instituição rotária, inclusive o prefeito Onofre Sebastião Gosuen, em cuja gestão foi aprovada a lei de criação do Museu, estabelecidas condições mínimas para sua implantação e abertura ao público.

O núcleo do *Rotary* Clube de Franca, por iniciativa do rotariano Américo Maciel de Castro Júnior, recebera o grupo da *Bandeira*, em 1936, primeiro registro da presença de José Chiachiri às reuniões rotárias, o que se repetiu quando convidado a palestrar sobre a história local após a criação do Museu, em abril de 1964 e em novembro de 1968. Mesmo considerando que os documentos do *Rotary* Clube de Franca não sejam sistematicamente gerados e ou preservados em seu arquivo, as poucas atas e publicações encontradas não fazem qualquer menção a projetos de criação de museus ou outras instituições congêneres. Nem mesmo no único período em que há atas de todas as reuniões (ano rotário 1965–1966), quando José Ferreira Carrato participou do Clube e o mobilizou para colaborar na realização do III Simpósio Nacional de História, conforme tratei no capítulo anterior, houve menção a uma suposta política museal ou ao rotariano Eurico Branco Ribeiro. Havia sim diversas palestras e debates sobre a atuação da Organização das Nações Unidas e órgãos a ela vinculados, como a Organização Mundial de Saúde (OMS) ou

⁷⁵ Campos, Vinício Stein. Op. cit., p. 82.

⁷⁶ Rússio, Waldisa. Op. cit., p. 73–78.

a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO)⁷⁷. Como é de conhecimento público o *Rotary International*, sediado em Chicago, mantém assento permanente na Organização das Nações Unidas, sendo a única organização não-governamental nesta posição.

Embora essa orientação de minha pesquisa não tenha resultado em maiores esclarecimentos sobre o pensamento museológico de Eurico Branco Ribeiro, nem mesmo sobre sua repercussão nas práticas rotarianas, como indicou Waldisa Rússio, abriu-me o olhar para o núcleo do *Rotary* Clube de Franca e seus poucos vestígios arquivais. Os autógrafos dos membros da *Bandeira*, participando de reunião e jantar extraordinário oferecido pelo *Rotary* Clube de Franca a 13 de outubro de 1936, constituíram-se no meu maior e mais prazeroso desafio de pesquisa⁷⁸. Tratava-se de convite feito por um dos fundadores do núcleo local da entidade internacional, o deputado federal Américo Maciel de Castro Júnior, com a presença de vários jornalistas e autoridades públicas locais. A recepção oferecida pelo grupo rotariano ao grupo levou-me a investigar sua missão, bem como a repercussão junto à população local, conforme analisei no primeiro capítulo. Ao aproximar meu olhar das relações entre a constituição de museus municipais no interior brasileiro e, especialmente, paulista, com indícios da participação de outros rotarianos que não Eurico Branco Ribeiro ou Vinício Stein Campos em sua constituição, encontrei vestígios da presença da *Bandeira* em grupo rotariano recém constituído. Tanto quanto em Franca o *Rotary* havia sido constituído cerca de um ano antes da posse da diretoria da *Bandeira*, na vizinha cidade de Ribeirão Preto a visita da *Bandeira* ocorreu em 1936, sete anos após a primeira tentativa de constituição da agremiação rotária⁷⁹.

⁷⁷ *Rotary Internacional* geralmente também aparece associado à criação do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

⁷⁸ Regularmente os membros de um núcleo do *Rotary* reúnem-se em determinado dia da semana. O dia de reunião normal naquela semana seria 14 de outubro (segunda-feira), conforme Livro de Presença de 4 de agosto de 1935 a 12 de dezembro de 1936. Di Gianni, Tercio Pereira. Op. cit.

⁷⁹ A conferência de Cassiano Ricardo, que teria sido proferida em 1936 na cidade de Ribeirão Preto intitulava-se *Contribuição para a Defesa do Pensamento Original do Brasil*. Lamounier, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na primeira república: uma interpretação. In: Fausto, Boris (diretor). *História Geral da Civilização Brasileira*. 3. ed. São Paulo: Difel, 1985. t. 3, v. 2. p. 368, nota 29.

Faço tais registros em favor de futuras pesquisas sobre os dois movimentos. De um lado, havia a presença da organização internacional e sua penetração no Brasil, a partir da constituição no núcleo rotariano do Rio de Janeiro, em 1923, logo após as comemorações do centenário da independência político-administrativa brasileira. O clube rotário teria expandido seus núcleos pelo interior paulista nos anos seguintes: 1929 – Ribeirão Preto; 1931 – Campinas; 1934 – Araraquara; 1935 – Jaboticabal, Franca e São José do Rio Preto⁸⁰. Por outro lado, havia o proselitismo da *Bandeira*, visitando Franca e Ribeirão Preto em 1936 e buscando constituir suas diretorias. Por hipótese a ser investigada, calculo que possa haver coincidência entre as redes de sociabilidade e vínculos políticos, permitindo a presença dos dois grupos nesses e em outros municípios paulistas. Talvez ainda, fosse o caso de contrapor a rede de núcleos integralistas ao movimento da *Bandeira*, que afinal marcava a ruptura dos integrantes da vertente modernista *Verde-Amarela* com o *Integralismo*. Nesse último caso o mais plausível seria encontrar uma distribuição territorial excludente, uma vez que haveria influências políticas antagônicas não permitindo sequer a coexistência dos dois grupos⁸¹.

A presença de núcleos locais do *Rotary*, da *Bandeira* e do *Integralismo*, como vetores de pesquisa permitiriam testar a penetração do “pensamento político autoritário”, gestado na Primeira República segundo a interpretação de Bolívar Lamounier. Mais importante ainda, para a história da cultura, dos museus e da museologia paulista, seriam os efeitos de longa duração desse pensamento sobre os motivos que levaram à de criação e atuação de inúmeras instituições culturais de variado porte: desde o Museu Paulista, nos primeiros anos da República até os mais recentes projetos de musealização do governo paulista implementados

⁸⁰ O estadunidense James H. Roth (Jim Roth), do *Rotary* Clube de Ventura (Califórnia/Estados Unidos da América), atuava no ramo de geração e distribuição de energia elétrica, esteve presente na constituição do núcleo francano, como nos demais. Em 1931 o presidente do *Rotary International* (Chicago) seria Almon E. Roth. Entre os critérios de admissão de associados estão: exercício de negócio ou profissão idônea – empregados somente podem ser cogitados se dispuserem de ampla autonomia para atuar com plenos poderes; atuar ou residir no território correspondente; não podendo ser admitido mais que um profissional por classificação de negócios ou profissões, excepcionalmente se podendo permitir um “adicional”. O grupo original foi fundado em Chicago por Paul Percy Harris a 23 de fevereiro de 1905. Di Gianni, Tercio Pereira. *Arquivo do Rotary Clube de Franca*: digitalização de documentos. Franca: CEDAPH, 2006.

⁸¹ Na cidade de Franca não encontrei qualquer vestígio da organização de núcleo integralista.

recentemente na capital, passando pelos museus históricos e pedagógicos. Em outras palavras, penso que uma investigação da permanência por longa duração das mesmas práticas, aparentemente desconexas, permita explicar a ausência de políticas culturais públicas claras e contínuas, ou do debate em torno de suas reformulações. Sem dúvida, um projeto ambicioso, mas que certamente colaboraria para equacionar os inúmeros dilemas éticos postos pela própria riqueza social dessa herança legada.

Para mencionar apenas os museus históricos e pedagógicos — públicos estaduais paulistas, há questões como: o compromisso com os evergetas, em sua maioria já falecidos, que confiaram seus pertences à proteção permanente do poder público estadual; a conservação desses semióforos trancados em depósitos estaduais; a pesquisa de tão variado material, que vem sendo postergada desde sua recepção pelo governo paulista; a expografia “cansativa” (parafraseando a museóloga Esther Karwinsky) ao deleite do visitante, onde ainda há instituições abertas, supostamente, ao encantamento e educação do público; permanência de problemas surgidos desde a primeira hora em que se constituiu museus históricos paulistas: a formação de quadros de especialistas, tanto sob a perspectiva de sua escolarização, quanto sob o ponto de vista do quadro de servidores públicos paulistas⁸².

Feito esse parêntese, retorno ao *Rotary* apenas para concluir que os vestígios encontrados não permitem afirmar que sua ação institucional tenha sido o vetor forte, determinante, de criação, instalação ou manutenção do Museu Histórico do Município. Não há maior influência daquela agremiação sobre os movimentos de preservação da memória e de musealização ocorridos em Franca do que de outras instituições locais, como maçonaria, escolas (inclusive as de ensino superior), igrejas ou órgãos de imprensa e radiodifusão. Individualmente, os rotarianos contribuíram com seu evergetismo tanto quanto inúmeros outros cidadãos. Penso que o fato de alguns evergetas pertencerem aos quadros do *Rotary*, como Onofre Sebastião Gosuen, decorra mais dos critérios seletivos e excludentes de recrutamento de associados, do que de uma diretriz musealizadora. Finalmente, devo reiterar que

⁸² Quanto à prática da municipalização vigente desde 1994, e alguns dos problemas criados por essa solução, que penso ser autoritária, conflitante com o federalismo brasileiro, republicanismo e padrões democráticos inscritos na Constituição Cidadã (parafraseando Ulisses Guimarães), ver Misan, Simona. Op. cit., p. 143–153.

poucos foram os rotarianos que efetivamente participaram do Clube da Saudade da Franca ou que tivessem colaborado para a investigação e comunicação de semióforos, sistematicamente publicados nas revistas *Sertaneja* e *Vilafranca*. Destaco ainda a avaliação de Maria Conceição Martins Ribeiro sobre as qualidades do clube saudosista: “autêntico de nossa gente. Não veio do exterior”, quiçá referindo-se à agremiação sediada nos Estados Unidos da América.

José Chiachiri contou, inicialmente, com os recursos de sua própria formação autodidata conquistada na prática do jornalismo. Progressivamente assumiu projetos que o levaram a se aproximar de instituições culturais, como a biblioteca da Associação dos Empregados no Comércio e do Grêmio Literário Francano, participando também da Associação de Cultura Literária. Escolhido para coordenar e mediar a formação do Museu Histórico do Município, aproximou-se dos debates da histografia e da museologia paulistas, adquirindo autonomamente conhecimentos nessas áreas. Nesse processo contou com apoio institucional da Prefeitura Municipal, que se deve qualificar como insuficiente.

Contando, porém, com inúmeros colaboradores, evergetas em sua maioria sem qualificação profissional especializada, os descuidos de comunicação encontravam-se inversamente proporcionais ao esforço de colocar em cena objetos históricos, por definição, heteróclitos, uma diversidade tipológica eclética, que rigorosamente exigiria muitos especialistas em diferentes áreas. O fato museu, o encontro do homem com o objeto, sob definição de Waldisa Rússio, ocorria entre os colaboradores do Museu, sobretudo sob a égide da emoção, do encantamento, da permanência do mistério do invisível do semióforo. Tais procedimentos de preservação, investigação e extroversão dos “trastes” no Museu Histórico do Município, permitiram constituir um acervo rico e diversificado. Atendendo a um programa museal tão impreciso quanto amplo, abrindo questões de difícil solução se considerados os padrões mínimos disponíveis para a ação museal. Algumas perspectivas foram indicadas nesse capítulo final, procurando identificar eixos que possam estruturar o discurso expográfico e demais ações museais, especialmente

educativas. Quanto aos recursos mínimos para se colocar em cena tal discurso, apontarei algumas sugestões para discussão nas proposições finais.

A considerar a curta memória da ação da geração que constituiu tal legado museal francano, inclusive em relação ao “cansaço dos museus”, atribui maior importância à configuração normativa necessária para qualquer iniciativa conseqüente para revigorar essa e outras instituições do conspecto museal francano. Tornou-se imprescindível considerar possibilidades atuais de trabalho conjunto e integrado, com especialistas de outras esferas dos governos estadual e federal (administração direta e universidades), além de quaisquer organizações não governamentais que valorizem o patrimônio herdado do esforço evergético recente.

Tendo em vista as diversas iniciativas governamentais paulistas dos últimos cinquenta anos, bem como a atuação descontinuada de organizações como o *Rotary* Clube de Franca, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo ou do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT), penso que deva haver um forte compromisso normativo municipal que independa da mercê que caracteriza as políticas públicas brasileiras.

6 PROPOSIÇÕES FINAIS: O ESPETÁCULO DEVE CONTINUAR

Tentarei, modestamente, apontar aspectos que poderão colaborar para um processo dialógico, sempre a partir de minha posição de cidadão e de alguém que refletiu por algum tempo sobre a instituição, com olhar de usuário, pesquisador e docente de história das redes públicas de Ensino Fundamental e Médio. Faço tais apontamentos no sentido de colaborar no debate de revitalização do Museu Histórico Municipal “José Chiachiri”, desde a perspectiva da história dessa instituição pública.

Penso que um debate assim deva envolver, tanto quanto possível, o que Waldisa Rússio denominou “conspecto museológico”¹. Entre outras vantagens, o esse conceito permitirá otimizar os limitados recursos físicos e humanos de que dispõe a administração pública de uma cidade de porte médio, como Franca se apresenta. Adaptando a conformação de conspecto museal às instituições francanas, teríamos o seguinte quadro diretamente subordinado à área de cultura da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura de Franca:

- 1) Museu Histórico do Município – criado pela Lei n.º 656 de 4 de setembro de 1957²;

¹ Por “conspecto museológico” compreende-se o “conjunto de unidades (museus) existentes no Estado [de São Paulo], regidas por um órgão central (a atual divisão de Museus)”, conceito utilizado por Waldisa Rússio para analisar tais museus “sob o prisma do desenvolvimento”, em busca de “mecanismos governamentais na respectiva área”. Rússio, Waldisa. *Museu: um aspecto das organizações culturais num país em desenvolvimento*. 1977. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo, 1977. p. 105.

² Quero enfatizar a “atualidade” da lei de criação do Museu Histórico do Município de Franca, a se comparar com o “Modelo de Lei de Criação de Museu” municipal, proposto no *Caderno de Diretrizes e Bases*, dado e tomado como referência para a elaboração do presente relatório. No documento sugerido pela Secretaria Estadual de Cultura do Governo do Estado de Minas Gerais, figuram como indicações essenciais de lei de criação de um museu: 1) Ato de criação da instituição; 2) Sede do museu; 3) Objetivos institucionais; 4) Diretor da instituição; 5) QUADRO DE FUNCIONÁRIOS DO MUSEU [destaquei]; 6) Orçamento inicial para execução da criação do Museu. O destaque para o quadro de funcionários do Museu deve-se à consideração de que em quadros permanentes e especializados, estimulados ao contínuo aperfeiçoamento, repousa a dinâmica institucional. O modelo citado foi sugerido pela museóloga e produtora cultural Cecília Machado, quando da realização de ciclo de “Oficina de Criação, Implantação e Gerenciamento de Museus de Pequeno Porte”, realizado nos dias 15 e 16 de outubro, 6 e 7 de novembro e 11 e 12 de dezembro de 2007, promovida pela Secretaria de Cultura do Governo do Estado de São Paulo, com apoio da Prefeitura Municipal de Franca, por meio da Divisão de Cultura, e do qual participaram diversos municípios da região, entre outros: Altinópolis, Batatais, Jales, Ribeirão Corrente, Ribeirão Preto e Ibiraci/MG.

- 2) Museu Municipal do Folclore – criado pela Lei n.º 1.588 de 11 de dezembro de 1967, cujos remanescentes encontram-se incorporados ao acervo do Museu Histórico Municipal “José Chiachiri”³;
- 3) Pinacoteca Municipal “Miguel Ângelo Pucci” – criada pela Lei n.º 1.952 de 15 de dezembro de 1970, que se encontra instalada na quarta sede desde o início do século XXI. Trata-se de um museu itinerante e sem quadro funcional de especialistas estável;
- 4) Museu da Imagem e do Som (MIS) – criado por Decreto, teve reconhecimento legislativo de sua existência pela Lei n.º 4.117 de 9 de junho de 1992, que o denominou “Bonaventura Cariolato”. Como a Pinacoteca, o MIS pode ser enquadrado como um museu itinerante, pois não tem sede própria, nem corpo funcional estável.

Além desses museus o Município ainda mantém o Jardim Zoobotânico de Franca sob subordinação da Secretaria de Serviços Municipais e Meio Ambiente⁴, bem como o Espaço de Difusão Científica, subordinado à área de educação da respectiva Secretaria Municipal⁵. Muitas outras propostas de musealização foram debatidas recentemente, incluindo-se nas leis de diretrizes

³ Vinício Stein Campos considerou o Museu Histórico Municipal como sendo o Museu Histórico e Pedagógico “Imperador D. Pedro II”, além de integrar o Museu Municipal do Folclore – como Museu de Artes e Técnicas Populares da então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca, atual *Campus* de Franca da Universidade Estadual paulista “Júlio de Mesquita Filho” – à rede estadual de museus sob sua direção entre 1956 e 1978. Campos, Vinício Stein. *Elementos de museologia: história dos museus (Brasil)*. São Paulo: Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo, 197[?]. v. 3.

⁴ Criado pela transformação do Horto Florestal no Jardim Zoobotânico de Franca (Lei n.º 5.048 de 17 de julho de 1998). O Horto Florestal de Franca surgiu com a Lei n.º 269 de 10 de dezembro de 1952, sua área original corresponde à antiga Fazenda Municipal, remanescente de reserva florestal obrigatoriamente pertencente ao patrimônio de uma vila, conforme a legislação colonial luso-brasileira, medindo uma légua quadrada. Observo ainda que em 1952 foi aberto crédito para as obras da Exposição Permanente de Animais, popularmente conhecido como Parque “Fernando Costa” (Lei n.º 182 de 23 de janeiro de 1952) onde, a partir do ano seguinte, organizações de ruralistas realizaram exposições temporárias de animais e produtos derivados, com duração de duas semanas. No mesmo recinto a Associação Francana dos Orquidófilos foi autorizada a instalar o Orquidário Municipal “Geraldina Jacintho Conrado – Dona Yayá” prevendo conservação de 170 espécies, pesquisa e divulgação de orquídeas (Lei n.º 4.241 de 11 de dezembro de 1992). A “1ª Francal – 1ª Feira de Calçados e Couro de Franca” obteve recursos para sua realização e construção de pavilhões próprio de exposições comerciais desde setembro de 1969.

⁵ Implantado por força da Lei n.º 5.552 de 27 de setembro de 2001. Tal unidade, nos termos da Lei e do Convênio Vitae anexo, tem como objetivo exclusivo “o ensino de ciências” e a “educação científica da sociedade”. Sua inclusão no conspecto museal de Franca exige, salvo melhor juízo, a alteração de seu status legal, subordinando-o à Divisão de Cultura, reconhecendo seu caráter museal com a inclusão das atividades de salvaguarda e de pesquisa entre seus objetivos já declarados, que hoje se limitam à comunicação.

orçamentárias e no plano plurianual (1998–2002): café, tratamento de esgoto, calçado e basquete⁶. Entre tão diversificadas intenções, somente foi concretizada a transformação do Horto Florestal no Jardim Zoobotânico de Franca (Lei n.º 5.048 de 17 de julho de 1998). Porém torna-se importante destacar que algumas proposições, como a de constituição de um Museu do Café (para o turismo) e do Museu Ambiental de Franca (para proteção do meio ambiente por meio da educação ambiental), conflitam diretamente com as atribuições do Jardim Zoobotânico: conservação, pesquisa e comunicação, abrangendo cafeicultura e meio-ambiente. Evidencia-se a superposição de instituições municipais em prejuízo da consolidação de programas das instituições existentes.

Tais superposições de atribuições e as dificuldades na implementação e implantação de serviços educacionais e de comunicação, de pesquisa e mesmo de preservação do acervo, compõem uma herança. Falo da herança de uma política de instituições culturais locais, do processo de criação de museus praticado nos últimos cinquenta anos. De um lado, textos legais que contemplam programas amplos de conservação, pesquisa e comunicação e, de outro lado, práticas insuficientes no processo de implementação das condições operacionais imprescindíveis.

Nesse conspecto museal que vem sendo composto sem que haja uma política cultural definida, há que se registrar também os órgãos criados para discutir a missão das instituições existentes, bem como para otimizar os poucos recursos disponíveis. Trata-se do Conselho Municipal de Cultura, criado pela Lei n.º 3.937 de 24 de abril de 1991, tanto quanto do anterior e mais estruturado Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico do Município (CONDEPHAT), em decorrência da aplicação da Lei n.º 2.736 de 3 de agosto de 1981. Entre as atribuições dos dois conselhos encontra-se o estabelecimento de políticas públicas para a área cultural. Entretanto a atribuição específica de reconhecimento pelo poder público de objetos ou imóveis como patrimônio, está inscrita na lei de criação do CONDEPHAT. Falar na integração dos equipamentos museais do Município em um conspecto museal somente terá sentido se e quando o CONDEPHAT assumir plenamente as atribuições previstas na Lei que o criou:

⁶ Entre outras iniciativas recentes registramos ainda as leis que criaram a Exposição de Obras de Artistas Francanos, autorizando a utilização dos canteiros centrais da avenida Presidente Vargas no Dia da Arte, todo segundo sábado de cada mês (Lei n.º 5.744 de 22 de agosto de 2002) e o Museu de Armas, Veículos Motorizados, Máquinas e Motores Antigos (Lei n.º 6.317 de 16 de dezembro de 2004).

Art. 3º – Caberá ao Conselho para a efetivação de suas finalidades:

I – propor ao Prefeito Municipal o tombamento de **MÓVEIS E IMÓVEIS** previstos no artigo anterior, bem como solicitar a sua desapropriação quando tal medida se fizer necessária;

II – celebrar convênios ou acordos com entidades, públicas ou particulares, visando à preservação do patrimônio municipal;

III – propor a compra de **BENS MÓVEIS** ou seu recebimento em doação;

IV – sugerir a concessão de auxílios e subvenção a entidades ou a particulares, que objetivem as mesmas finalidades do Conselho que conservam e protejam documentos, obras e locais de valor histórico, artístico ou turístico;

V – ter a iniciativa de proteger e executar as obras de conservação e restauração de que necessitem os bens públicos ou particulares discriminados neste artigo;

VI – cadastrar os bens tombados na forma da legislação vigente;

VII – adotar outras providências previstas em regulamento.

(Lei n.º 2.736 de 3 de agosto de 1981, destaquei e grifei) ⁷

Por tais atribuições e pela representatividade da composição consiliária do CONDEPHAT, tal órgão reúne condições de manter as discussões sobre as diversas funções de um Conselho Diretor a encabeçar o conspecto museal francano. Cabe elaborar ainda o Regulamento que preveja os critérios de ação do CONDEPHAT, o que compete aos membros participantes desse Conselho, com assessoria dos diretores das unidades culturais envolvidas. Outro vetor favorável ao CONDEPHAT está em sua estabilidade institucional, pois se trata de um dos conselhos municipais operante por maior período, ainda mais quando comparado ao Conselho Municipal de Cultura, inativo há anos.

O regulamento do CONDEPHAT deverá prever, obrigatoriamente e por força da Lei que lhe deu atribuições, quais critérios serão adotados para compra ou recepção de semióforos doados. Decorrente dessa atribuição será indicar a instituição que receberá o “bem móvel”, sob quais condições será conservado, quais as exigências de tratamento que deverá ser dispensado à peça, a documentação da doação, enfim todos os procedimentos necessários à salvaguarda do bem tombado como patrimônio⁸.

⁷ Cf. Artigo 7º da Lei n.º 2.736 de 3 de agosto de 1981: “Os imóveis do Município, classificados como patrimônio artístico ou histórico, deverão abrigar, preferencialmente, museus da espécie, de caráter público.” Nesse sentido, o tombamento do edifício que sedia o Museu Histórico Municipal “José Chiachiri”, realizado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico do Município, reforça o uso do edifício como “museu da espécie” histórica, tanto quanto determina maior rigor quanto à conservação, preservação e restauração.

⁸ Publicações recentes podem auxiliar na elaboração do Regulamento do CONDEPHAT. Refiro-me especialmente à série *Museologia – Roteiros Práticos*, co-editado pela Editora da Universidade de São Paulo e pela Fundação Vitae. Trata-se de série originalmente editada pelo *Museums, Libraries and Archives Council*, abrangendo aspectos museográficos costumeiramente negligenciados. No Sistema Brasileiro de Museus, de recente iniciativa do Governo Federal, não se encontra proposta de

Penso que tal solução evitaria situações como a do púlpito da Matriz Nossa Senhora da Conceição, que levou a Câmara Municipal a aprovar a Lei n.º 5.726 de 28 de junho de 2002, autorizando o Executivo a “outorgar, através do instituto de Autorização de Uso” o retorno da peça à exposição na Catedral. Previa-se inclusive o recurso expográfico mínimo, uma placa de bronze com a inscrição: “Este púlpito pertence ao acervo do Museu Histórico Municipal ‘José Chiachiri’ e está sob a guarda da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Franca”, além dos custos de desmontagem, retirada e montagem por especialistas, “para evitar quaisquer danos ou avarias na peça”. Assim a comunidade se manifestou em questão que envolve um objeto de grandes dimensões, submetido aos ditames litúrgicos da Igreja Católica Apostólica Romana e ao papel do Museu na comunidade⁹. Em meio ao debate o Museu Histórico de Franca não teve seu papel reduzido à condição de depósito de objetos, que lá são colocados ou retirados ao bel prazer de quem nenhum compromisso tem com sua preservação. Afinal museu é instituição permanente!

Casos similares ocorrem, tendo em perspectiva apenas o acervo do Museu Histórico: o sapato do papa João Paulo II, doado pelo bispo dom Diógenes da Silva Mathes, que quiseram transferir ao Museu do Calçado “Miguel Sábio de Mello” — museu que fechou e hoje está sob comodato da Universidade de Franca (UNIFRAN), mas que esteve prestes a ser leiloado como massa falida da empresa mantenedora. Mais recentemente, o extravio de peças relativas à história local: mineração (bateia confeccionada e doada por Francisco Gianvecchio) e indústria calçadista (instrumentos da Calçados Jaguar, primeira fábrica de calçados local)...

A excessiva, para não dizer exclusiva dependência de especialistas nomeados para os respectivos cargos de diretor da instituição, como únicos responsáveis por conservação, pesquisa e comunicação nas instituições locais levam às situações bizarras descritas. Impõe-se urgente reversão desse quadro. A solução terá que ser institucional. A comunidade, inclusive a de especialistas não pertencentes ao quadro funcional, não pode ser convidada a participar somente às

estandardização de registros museográfico, embora se constitua em inegável avanço quanto ao cadastro atualizado das instituições existentes. Pode-se objetar ainda, quanto ao Sistema Brasileiro de Museus, a ausência de certificação e de apoio às instituições que atinjam padrões mínimos de musealidade.

⁹ Sobre essa querela quero registrar meu elogio à presença da museóloga responsável.

vésperas de eleições. Reafirmo: “O modelo de ação baseado em soluções interpessoais, como observado, esgotou-se”¹⁰. Urge formular regras impessoais e amplamente discutidas como vetores de proteção do patrimônio, como o Regulamento do CONDEPHAT. Passa da hora do Poder Público assumir sua responsabilidade como mantenedor dessas unidades culturais, por meio da formação de quadro de especialistas competentes que dêem a necessária sustentação e estabilidade aos museus locais, bem como pela destinação de recursos orçamentários regulares para consecução de seu programa.

Sob a perspectiva do conspecto museal francano também seria viável encaminhar outras soluções, como a questão de construção de reserva técnica compartilhada e da interatividade de quadros funcionais técnico-científicos comuns às instituições museais. Eventualmente, conforme o encaminhamento dado à reconfiguração institucional por meio de amplo debate, tais equipamentos compartilhados pelo conspecto museal serviriam ao próprio Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico do Município, impactando na questão de referência patrimonial que caberia a esse órgão representativo da sociedade civil¹¹. De tal forma e modo seria viável a organização de serviço de educação patrimonial, permitindo avaliar as instituições e suas ações museais e patrimoniais.

Quanto à constituição de reserva técnica compartilhada pelo conspecto museal francano estariam criadas condições para superar a questão das limitações de espaço físico do Museu Histórico Municipal “José Chiachiri”, bem como do Museu da Imagem e do Som e da Pinacoteca Municipal “Miguel Ângelo Pucci”, além de outros projetos museais que porventura venham a ser desenvolvidos. Tal recurso permitiria pensar simultaneamente na instalação adequada de unidades de apoio e laboratórios previstos em lei mas nunca adequadamente instalados, por terem tido suas funções atribuídas ao diretor da instituição, a quem coube também as atividades de “promover campanhas de angariação de objetos e documentos

¹⁰ Di Gianni, Tercio Pereira. Museus municipais em franca: em busca de uma política museal. Pansani, Maria Margarida Borges, Di Gianni, Tercio Pereira (org.s). *Diversidade museal construindo identidades*. Franca: Associação Paulo Duarte, 2007. p. 17.

¹¹ Sobre a relação entre museologia e patrimônio, sob o conceito de referência patrimonial como “elemento extraído do universo patrimonial, significativo em relação a um conjunto maior, e que sua preservação pode representar o universo referido”, ver Bruno, Maria Cristina Oliveira. *Musealização da arqueologia: um estudo de modelos para o projeto paranapanema*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, 1999. (Cadernos de Sociomuseologia, 17). p. 9–38, especialmente p. 20, nota 5.

antigos”, além de organizar o Museu, o arquivo e a biblioteca. O único auxílio de especialistas que o diretor dispunha era o de “nomear peritos para avaliação das peças antigas adquiridas por doação”¹².

Somente uma reserva técnica, apropriada aos diversos materiais constituintes dos acervos, poderá dar conta da complexidade da questão, mesmo que em módulos progressivamente implantados, conforme a diversidade tipologia do acervo comum a museus históricos¹³. Sempre lembrando que se trata de um conspecto museal e, se assim tratado, poderá responder com economicidade à questão de “preservar para não restaurar” (Cecília Machado). Com tal encaminhamento — reserva técnica que atenda a esse conspecto museal que, repito, deveria ser normatizado pelo Regulamento das atribuições do CONDEPHAT —, abre-se espaço para pensar e resolver as questões de sede dos museus que ainda não as têm, do espaço expositivo e da expografia e, principalmente, da aproximação das unidades culturais à comunidade que servem, como centros de convívio e negociação cultural, conforme as respectivas especialidades¹⁴.

Sob o aspecto da interatividade de quadros funcionais técnico-científicos comuns, tenho em mente que a solução compartilhada viabilizaria a adequada acomodação dos serviços especializados e laboratórios, além de permitir

¹² Conforme previa o parágrafo 3º da lei que criou o Museu Histórico do Município: “Dividirá o Museu as seguintes seções: manuscritos, objetos de arte, obras antigas, seção bibliográfica, instrumentos diversos de uso domiciliar, seção de mineralogia, plantas, água etc.” (Lei n.º 656 de 4 de setembro de 1957). Quanto à nomeação de peritos, sabe-se que não era devidamente remunerada.

¹³ Exatamente por se tratar de acervo de tipologia heteróclita, muitas vezes denominada eclética ou enciclopédica um planejamento de constituição de reserva técnica compartilhada deveria programar a organização de módulos a partir do patrimônio recolhido ao Museu Histórico Municipal “José Chiachiri”, considerado o inventário das demais instituições a serem atendidas pelo equipamento preservacionista. Diga-se de passagem que não se pode continuar a admitir situações como a de uma coleção de numismática que até nossos dias ainda não se encontra inventariada, índice de 100% (cem por cento) de exposição do acervo, de monjolo de madeira e banco de granito exposto à ação dos elementos da natureza em pleno jardim — comprometendo gravemente sua conservação.

¹⁴ Tomo a opção de denominar exposição de longa duração (que poderá ser mantida por vários anos) ao que alguns museólogos denominam “exposição permanente”. Observo ainda que entre exposições temporárias há que se distinguir aquelas que completam a exposição principal e que eventualmente podem ser apreciadas por alguns anos, daquelas exposições temporárias que podem obedecer ao calendário cíclico ou à comemoração de efemérides e cuja manutenção no espaço expositivo pode ocorrer por meses ou semanas. Tal observação decorre tanto das práticas de museus históricos brasileiros, quanto da observação da história das instituições dos países ocidentais. Abreu, Regina. *A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco: Lapa, 1996. Ramos, Francisco Régis Lopes. *A danação do objeto: o museu no ensino de história*. Chapecó: Argos, 2004. Pomian, Krzysztof. *Collectionneurs, amateurs et curieux*. Paris, Venise: XVIe – XVIIIe siècle. Gallimard, 1987. (Bibliothèque des Histoires).

a adequação de equipe de profissionais imprescindíveis ao programa museal, que venha a ser debatido e legitimado com a participação da referida equipe¹⁵.

Tratando especificamente do Museu Histórico de Franca, lembro que em sua criação contava com dois cargos: o de diretor e o de porteiro-servente. Já em 1968 contava com diretor, porteiro, servente e guarda noturno¹⁶. Hoje conta com dois escrivães e dois serventes, além do diretor – cargo de confiança do prefeito (portanto de livre nomeação e demissão), que é ocupado pela única museóloga pertencente aos quadros funcionais da Prefeitura. Situação que se apresenta claramente insustentável. Não há como garantir as funções museais de salvaguarda, pesquisa e comunicação quando inexitem funcionários que sequer tenham conhecimentos básicos da instituição em que atuam.

Contratar especialistas e garantir que sejam lotados nas instituições onde são imprescindíveis, parece-me o vetor de maior importância para se investir no momento. Afinal a Prefeitura de Franca não segue as mesmas práticas do Estado de São Paulo. Os funcionários municipais são todos contratados sob o regime da Consolidação da Leis do Trabalho (CLT), não sendo lotados nas unidades onde trabalham. Assim um escrivão é um escrivão da Prefeitura, podendo ser transferido a qualquer tempo, embora tenha a estabilidade garantida a todos os funcionários públicos. Há também a questão da remuneração dos escrivães, que pedem demissão tão logo encontram colocações profissionais melhor remuneradas — e foram dois casos assim nos últimos três anos! Como garantir investimentos em formação de quadros próprios dos museus numa situação dessas? Ainda mais considerando a imprescindibilidade do contínuo aperfeiçoamento e intercâmbios profissionais.

Somente com a criação de cargos específicos, de nível superior e com previsão de carreira que inclua cursos de especialização, mestrado e doutorado na

¹⁵ Uma indicação da equipe mínima de especialistas que deveria atuar permanentemente nos museus históricos e pedagógicos estaduais, após sua municipalização indica que deveria ser composta, minimamente de: museólogo, historiador, pesquisador, orientador pedagógico, escrivão, monitor e servente. Cabendo ao Município o custeio de contratação de pessoal, despesas de conservação do imóvel tecnicamente adequado às suas finalidades, além das despesas necessárias ao efetivo funcionamento da unidade cultural. Misan, Simona. *A implantação dos museus históricos e pedagógicos no Estado de São Paulo, 1956–1973*. 2005. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005. p. 146.

¹⁶ Di Gianni, Tercio Pereira. Op. cit.

área — com remuneração correspondente. Ainda assim haverá problemas com especialistas como arquiteto, cuja atuação pode ser desviada para outros setores da Prefeitura, por exemplo.

Não concebo um museu histórico que não tenha em seus quadros sequer um único historiador. Dizer que é suficiente ter museóloga com graduação em Curso de História, demonstra a irresponsabilidade com a complexidade das questões institucionais. Tal situação apresentação ainda mais precária no Museu da Imagem e do Som e na Pinacoteca Municipal “Miguel Ângelo Pucci”. Continuar contando com a boa vontade dos próprios usuários das unidades culturais para solucionar toda e qualquer questão institucional põe a perder a própria essência do que seja um Museu.

Sem pretensão de esgotar o assunto propus uma reflexão, um balanço de projetos de musealização, realizados ou não, de perspectivas de superação do descaso e improvisado mais que cinqüentenário em relação às instituições culturais locais, destacadamente o Museu Histórico. Assim fiz como cidadão e profissional, ansioso em ver aplicadas soluções que cessem o processo de desmantelamento do acervo museal e garantam às futuras gerações vivenciar o encantamento, em fruir o mistério posto em cena e em valor em museus que venham a ser dignos do nome, o fato museal: o encontro do homem com o objeto.

Para finalizar minha abordagem quanto às necessárias transformações, retorno ao programa museal traçado há cinqüenta anos atrás, orientando o Museu Histórico do Município enquanto museu de sociedade:

Art. 3.º – Fica criado, nesta cidade, o Museu Histórico do Município destinado a abrigar tudo quanto se refira ao passado francano, à sua história, à vida do Município, seus vultos gloriosos, sua pujança intelectual e espiritual, às tradições, roteiro genealógico, tudo em fim que demonstre ao presente as glórias de um passado, com reflexo extraordinário no futuro.

Parágrafo Único – Dividirá o Museu as seguintes seções: manuscritos, objetos de arte, obras antigas, seção bibliográfica, instrumentos diversos de uso domiciliar, seção de mineralogia, plantas, água etc.

(Lei n.º 656, de 4 de setembro de 1957).

O texto legal manifesta a vocação do Museu Histórico como centro de serviço à sociedade, como órgão articulador de projetos coletivos, portanto como um museu de sociedade¹⁷. O Museu como centro de pesquisa do passado visando ao debate do desenvolvimento, com metas futuras, de um futuro qualificado como extraordinário. A preservação, o abrigo de testemunhos do passado, demonstrados ao presente, articula-se à reflexão sobre o futuro. Para realizar esse programa foram previstas seções em que se dividiria o Museu, de tal modo que o idealizava com possibilidades de ações museais em rede, destinado a várias áreas do conhecimento.

Um programa heteróclito, eclético, por pretender colecionar “tudo o que se refira ao passado francano”. Para estabilizar e viabilizar suas possíveis práticas foram previstas diversas seções de especialidades, constituindo o que se pode chamar de um sistema de museus, posto que o programa não se restringiu a um museu histórico, mas ampliava sua ação como museu de arte (seção de objetos de arte) e de ciência (mineralogia, engenharia, geologia). Até mesmo o “arquivo da história de Franca” deveria estar recolhido à sua seção de manuscritos. Contando, “quando possível” e como apoio para o trabalho de investigação, com uma “biblioteca especializada” e a correspondente seção bibliográfica.

Uma avaliação rápida — entre as atribuições e o quadro de pessoal encarregado de sua execução — permite explicar o descompasso entre muito amplas funções e os limites humanos para sua consecução. De fato o diretor José Chiachiri encarregou-se de constituir o acervo, apelou à população local para obter doações, conquistou a simpatia de especialistas para constituir as seções previstas, atendeu pessoalmente os visitantes e grupos de escolares, ministrou palestras, escreveu incontáveis artigos e um livro sobre a história local. Trabalho hercúleo para compensar as pífias condições objetivas disponíveis.

Tamanho empenho para conquistar o ambiente necessário para desempenhar o programa estabelecido, não teve a necessária correspondência

¹⁷ Embaso-me em palestra proferida pela Prof.^a D.^{ra} Maria Cristina Oliveira Bruno junto ao Programa de Pós Graduação em História da Faculdade de História, Direito e Serviço Social, *Campus* de Franca da Universidade Estadual paulista “Júlio de Mesquita Filho”, realizada a 3 de abril de 2002. Sob o título “Museu de Sociedade: uma nova perspectiva para a história local”, Cristina Bruno propunha o “enfoque temático: dos acervos aos problemas sócio-culturais” por meio de três vetores: “embates entre a memória do poder e o poder da memória”, “confluências entre a historiografia e os processos curatoriais”, e “interlocação entre diferentes profissionais para a gestão institucional”. Por este último vetor abro meu esforço aos debates legítimos dos especialistas e da sociedade.

quanto à constituição de uma equipe estável de especialistas. As seções previstas contaram apenas e tão-somente com a incansável atenção do diretor, que buscou a colaboração de pesquisadores atraídos pelo particular interesse no estudo do acervo que se constituía, os inúmeros evergetas.

Ora, o fato museal não é algo dado, neutro, mas intencional, deliberado. A exposição ao público de testemunhos materiais humanos ou de referências patrimoniais convida-o à reflexão. Mesmo quando põe em cena objetos cotidianos, instiga à busca de significados, do imaterial, do invisível, das relações humanas que o geraram. Realização humana, também a exposição e seu projeto curatorial constitui-se em peça cujos sentidos podem e devem ser musealizados, explicitando-se o sentido do trabalho de pesquisa, de busca de significado, de preservação e de comunicação das intenções do espetáculo pretendido. Tanto quanto procurei nesse estudo musealizar, de certo modo, o próprio processo constituinte do acervo do Museu Histórico do Município, simultaneamente o fiz como homenagem aos evergetas que compuseram tal legado e como provocação de um debate para revitalizar a instituição entrementes comemoramos seu cinqüentenário.

FONTES

Publicações: livros, dissertação e artigos em revistas especializadas

Campos, Vinício Stein. *Elementos de museologia: história dos museus, Brasil*. São Paulo: Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo, 197[?]. (Elementos de Museologia, 3).

Carvalho, Afonso José de. A Franca: esboço de história e costumes. *Almanaque da Franca*. Vital Palma, 1912. p. 39–67.

Chiachiri, José. *Associação dos Empregados no Comércio de Franca: esboço histórico de sua vida, desde sua fundação, em comemoração ao 30º aniversário*. Franca: Sertaneja, 1939.

Chiachiri, José. *Machado de Assis: discurso de posse à cadeira Machado de Assis, na Associação de Cultura Literária, pronunciado em reunião solene nos salões da Associação dos Empregados no Comércio de Franca no dia 21 – 6 – 1939*. Franca: Diário da Tarde, 1943.

Chiachiri, José. *Vila Franca do Imperador: subsídios pra a história de uma cidade*. 1. ed. “Comemorativa do 143º Aniversário de Fundação da Vila Franca do Imperador”. Franca: O Aviso de Franca, 1967.

Costa, Alfredo Henrique. Contribuição ao estudo da história da indústria do calçado de Franca: suas bases artesanais e o impacto tecnológico. Franca, 1966. *Anais do III Simpósio dos Professores Universitários de História*. Franca: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca; Associação dos Professores Universitários de História, 1966. p. 577–593.

Duarte, Paulo. *Memórias: raízes profundas*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1976.

Giffoni, Maria Amália Corrêa. Prefácio. Karwinsky (baronesa), Esther Sant’Anna de Almeida. *Museus e museologia*. Guarujá: Associação de Folclore e Artesanato de Guarujá, 1990. p. 3–4.

Karwinsky (baronesa), Esther Sant’Anna de Almeida. *Museus e museologia*. Guarujá: Associação de Folclore e Artesanato de Guarujá, 1990.

Leite, Miriam Lifchitz Moreira. O periódico: variedade e transformação. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v.28, p. 137–151, 1977/1978.

Neme, Mário. Utilização cultural de material de museu. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v.18, p. 7 – 61, 1964.

Paula, Maria Regina Cunha Rodrigues Simões de. Relatório sobre o III Simpósio dos Professores Universitários de História. Franca, 3 a 7 de novembro de 1965. Franca, 1966. *Anais do III Simpósio dos Professores Universitários de História*. Franca:

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca; Associação dos Professores Universitários de História, 1966. p. 7–16.

Paula, Maria Regina Cunha Rodrigues Simões de. Relatório sobre o III Simpósio dos Professores Universitários de História. Franca, 3 a 7 de novembro de 1965. *Revista de História*, São Paulo, n. 64, p. 445–454, out/dez 1965.

Pereira Júnior, José Anthero. Contribuição para o estudo da arqueologia do extremo norte paulista (primeira parte). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v. 54, p. 313–357, 1957.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, São Paulo, v.65, p. 462–465, 1968.

Rússio, Waldisa (Waldisa Pinto Rússio Camargo Guarnieri). *Museu*. Um aspecto das organizações culturais num país em desenvolvimento. 1977. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo, 1977.

Severo Melo, Gilberto. *Um machado neolítico do extremo norte paulista (Franca): memória atestando a existência de habitantes pré-históricos na zona, dada em benefício de diversas instituições*. Franca: *Ex-Libris*, 1932.

Monografias datilografadas

Corrêa Júnior, Carmelino. *Os primórdios do povoamento do Sertão do Capim Mimoso*. Monografia datilografada. São Paulo, agosto de 1958. – Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Com dedicatória manuscrita de doação ao Museu Histórico de Franca, datada de 1º de julho de 1960.

Evangelista, José Geraldo. *Franca do Imperador e suas filhas: o fato urbano no nordeste paulista no século XIX*. Monografia datilografada. Lorena, abril de 1993. – Arquivo Histórico Municipal “Hipólito Antônio Pinheiro”.

Miguel, Maria Izabel. *Levantamento dos livros e documentos existentes no arquivo e biblioteca do Museu Histórico Municipal*. 1967. Trabalho de Conclusão de Curso (História) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca, Instituto Isolado do Ensino Superior do Estado de São Paulo, Franca, 1967.

Silva, Maria Amália de Andrade. *Arrolamento do acervo histórico e cultural do Museu Histórico Municipal*. 1967. Trabalho de Conclusão de Curso (História) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca, Instituto Isolado do Ensino Superior do Estado de São Paulo, Franca, 1967.

Jornais

Comércio da Franca, 1915 – . A coleção do arquivo do jornal está sendo digitalizada e processada no Centro de Documentação e Apoio a Pesquisa Histórica do Departamento de História do *Campus* de Franca da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, onde tive oportunidade de consultar os exemplares.

Lewkowicz, Ida, Di Gianni, Tercio Pereira. *Diário da Tarde, 1941–1960*: coleção do Museu Histórico Municipal “José Chiachiri”. Franca: Printcopy, 2002. 29 CDs (Impressão Digital, 8)¹.

Lewkowicz, Ida, Di Gianni, Tercio Pereira. *O Aviso de Franca, 1925–1976*: coleção do Museu Histórico Municipal “José Chiachiri”. Franca: Printcopy, 2002. 19 CDs. (Impressão Digital, 15)².

Lewkowicz, Ida, Di Gianni, Tercio Pereira. *Tribuna da Franca, 1900–1940*: coleção do Museu Histórico Municipal “José Chiachiri”. Franca: Printcopy, 2002. (Impressão Digital, 3). Volume 16.

Revistas³

Sertaneja, de 1937 a 1940. Periodicidade irregular, números 1 a 9.

Sertaneja: uma revista ilustrada — de Franca para toda a região, 2ª fase, de 1957 a 1959. Periodicidade irregular, números 1 a 12.

Vila Franca: o registro da história. Sucessora de *Sertaneja*, de 1960 a 1971. Periodicidade irregular, números 13 a 39, o número 33 não foi encontrado.

¹ “Propriedade do Diário da Tarde Ltda”, dirigido por Francisco Andrade Filho, José Chiachiri e Granduque José até 1958, quando assumem a direção João Roberto Corrêa e Jorge Cheade e o lema do jornal passa a ser “um jornal feito para a defesa do povo”. Em 1960 anuncia uma “nova fase” — “ano Brasília – a capital da esperança”, sob direção de Antônio Mira de Oliveira e Octavio Ciburzo. Desde o início apresenta periodicidade irregular, agravada após 1958.

² “Órgão da União Católica da Mocidade Francana”, “Filiado à Associação Jornalística Católica” e “Órgão do Círculo Operário Francano”. Editores: reverendíssimos padres agostinianos recoletos e José Chiachiri. Semanário regularmente publicado, exceto entre 1938 e 1946, período em que há apenas uma edição de 1944, e em fins de 1975 e início de 1976.

³ As revistas da coleção do Museu Histórico Municipal “José Chiachiri” foram digitalizadas por mim no Centro de Documentação e Apoio a Pesquisa Histórica (CEDAPH) do *Campus* de Franca da UNESP, onde foi depositada cópia eletrônica em disco compacto.

Fundos de Arquivos

Arquivo da Prefeitura Municipal de Franca

Secretaria de Administração e Recursos Humanos.

Prontuários

Benedito dos Santos.

Izupério da Silva Mattos.

José Chiachiri.

José Chiachiri Filho.

José Rodrigues Alves.

Rubens Merlino.

Sebastião Amaral.

Arquivo do Museu Histórico Municipal “José Chiachiri”⁴

- Fichário Tombo com registros de número 422 a 1315 – sem notação de data.

- Livro Tombo com doações até 1971. Inclui 1.118 peças.

- Livro Tombo do Museu Histórico Municipal “José Chiachiri” (1984–). Compõe-se de nove livros, com 3.563 peças registradas⁵.

- “Livro de Impressões dos Senhores Visitantes, 1959–1965”.

- Bruno, Maria Cristina Oliveira. *Museu Histórico Municipal José Chiachiri*. 2003. Laudo Museológico – Museu de Arqueologia e Etnologia – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.

⁴ Diversos documentos soltos foram encontrados entre esses e outros livros consultados eventualmente. Sobre a organização do arquivo da instituição face às políticas públicas na área de arquivos ver Di Gianni, Tercio Pereira. “O arquivo da história” no Museu Histórico Municipal: entre movimentos da sociedade civil, mediação legislativa e demandas de usuários. VI Congresso de Arquivologia do Mercosul, realizado em Campos do Jordão/SP de 17 a 20 de outubro de 2005: Associação de Arquivistas de São Paulo (org.). *Arquivos: o saber e o fazer*. Anais do VI Congresso de Arquivologia do Mercosul. São Paulo: CEDIC/PUC-SP, 2005 (CD-ROM).

⁵ Quanto ao registro museográfico das peças deve-se observar que alguns conjuntos inteiros permanecem, ainda hoje, sem identificação, como o da numismática, “O Museu Histórico de Franca, em sua seção de Numismática, na parte de moedas é bastante rico, no entanto estas moedas não estão ainda catalogadas”. Silva, Maria Amália de Andrade. *Arrolamento do acervo histórico e cultural do Museu Histórico Municipal*. 1967. Trabalho de Conclusão de Curso (História) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca, Instituto Isolado do Ensino Superior do Estado de São Paulo. Franca, 1967. p. 102. Também há casos de mais de uma peça tombada com um mesmo número.

*Arquivo do Rotary Clube de Franca*⁶

Livros de Presença:

- De 04 de agosto de 1935 a 12 de dezembro de 1936.
- De 31 de julho de 1946 a 02 de dezembro de 1946.
- De 09 de dezembro de 1946 a 04 de abril de 1949.
- De 04 de abril de 1949 a 30 de julho de 1951.

Livros de Ata:

- De 28 de junho de 1965 a 02 de julho de 1966.

Livros Contábeis:

- 1943 – 1947; Associados.
- 1943 – 1947; Geral.
- 1947 – 1948; Fichas de Associados.
- 1953 – 1956; Associados.
- 1947 – 1955; Geral.
- 1959 – 1960; Associados – Jubileu de Prata.
- 1959 – 1960; Geral – Jubileu de Prata.

Arquivo Permanente Setorial do Campus de Franca da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” sob custódia do Centro de Documentação e Apoio a Pesquisa Histórica do Departamento de História (CEDAPH) da Faculdade de História Direito e Serviço Social

Grupo: Departamento de História.

Série: carreira docente.

Tipo documental: dossiê José Ferreira Carrato.

Nota de localização no depósito: caixas 96 e 97.

⁶ Os livros foram digitalizados no Centro de Documentação e Apoio a Pesquisa Histórica (CEDAPH) do *Campus* de Franca da UNESP, onde foi depositada cópia eletrônica em disco de vídeo digital. Di Gianni, Tercio Pereira. *Arquivo do Rotary Clube de Franca*: digitalização de documentos. Franca: CEDAPH, 2006.

Sítios eletrônicos consultados

<http://www.aber.org.br>

<http://www.icom.org.br>

<http://www.iphan.gov.br>

<http://www.camarafranca.sp.gov.br>

<http://www.camara.gov.br>

Documentos extraídos, respectivamente, dos sítios consultados:

Código de Ética do Conservador-Restaurador – ABER

Código de Ética para Museus – ICOM

Cadernos de Diretrizes e Bases – IPHAN/DEMU

Legislação da Câmara Municipal de Franca

Legislação federal – Império e República

BIBLIOGRAFIA*Periódicos*

Abreu, Regina. História de uma coleção: Miguel Calmon e o Museu Histórico Nacional. *Anais do Museu Paulista. História e Cultura Material*, São Paulo, v.2, p. 199–233, 1994.

Afonso, Marisa Coutinho. A ocupação de grupos caçadores – coletores pré-históricos no vale médio do rio Pardo, Estado de São Paulo. *Revista de Pré-História*, São Paulo, v.7, p. 69–88, 1989.

Andrade, Marcos Ferreira de, Cardoso, Maria Tereza Pereira. A Vila de Campanha de Princesa: fontes para a história do Sul de Minas. *Varia História*, Belo Horizonte, v.23, p. 214–233, 2000.

Ayrosa, Plínio. Documentos sobre a anselmada. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v.32, p. 329–352, 1937.

Ayrosa, Plínio. Documentos sobre a anselmada. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v.33, p. 65–141, 1937.

Barbosa, Ivone Cordeiro. A experiência humana e o ato de narrar: Ricoeur e o lugar da interpretação. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.17, n.33, p. 293–305, 1997.

Barbuy, Heloísa. O Brasil vai a Paris em 1889: um lugar na museografia da Exposição Universal. *Anais do Museu Paulista. História e Cultura Material*, São Paulo, v.4, p. 211–265, 1996.

Bittencourt, José. Cada coisa em seu lugar. Ensaio de interpretação do discurso de um museu de história. *Anais do Museu Paulista. História e Cultura Material*, São Paulo, v.8/9, p. 151–174, 2000/2001.

Bourroul, Estevão Leão. Episódios da anselmada, 1838. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v.18, p. 213–229, 1913.

Braga, Carlos d’Almeida. A Seção de História do Museu Paulista. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. 18, p. 321–340, 1934.

Brefe, Ana Cláudia Fonseca. Pierre Nora, ou o historiador da memória. *História Social*, Campinas, n.6, p. 13–34, 1999.

Caldarelli, Solange Bezerra. Pesquisas no interior do Estado de São Paulo. *Revista de Pré-História*, São Paulo, v.2, p. 85–98, 1980.

Caldarelli, Solange Bezerra; Neves, Walter Alves. Programa de pesquisas arqueológicas no Vale do Rio Pardo, Estado de São Paulo, Brasil, 1981. *Revista de Pré-História*, São Paulo, v.3, n.3, p. 13–49, 1981.

Carvalho, Vânia de, Lima, Solange Ferraz de. Fotografia e sociedade: como fica a pesquisa com os retratos de Militão? *Revista de História*, São Paulo, n.137, p. 173–178, 1997.

Coelho, Hercídia Mara Facuri, Gaeta, Maria Aparecida Junqueira da Veiga, Guimarães, Dulce Maria Pamplona. Estado Novo, festa e memória. *História*, São Paulo, v.14, p. 97–109, 1995.

D'Aléssio, Márcia Mansor. Memória: leituras de M. Halbwachs e P. Nora. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 13, p. 97–103, set. 1992 / ago. 1993.

Diniz, Edson Soares. Relações interindividuais entre os kayapó-gorotire. *Revista do Museu Paulista. Nova Série*, São Paulo, v. 23, p. 85–108, 1976.

Duarte, Luiz Fernando Dias. Processos de classificação nas coleções de um museu de ciências: o caso do Museu Nacional, Rio de Janeiro. *Anais. II Semana dos Museus da Universidade de São Paulo*, 30 de agosto a 03 de setembro de 1999.

Duprat, Régis. Música nas Mogis (Mirim e Guaçu): 1760. *Revista de História*, São Paulo, v.28, n.58, p. 349–366, 1964.

Elias, Maria José. “O caderno de assentos do coronel Francisco Xavier da Costa Aguiar”. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 20, p. 179–352, 1966.

Evangelista, José Geraldo. A evolução urbana de Ituverava. A chegada do café a um velho centro de criadores. *Revista de História*, São Paulo, ano 13, volume 24, número 50, p. 403–416, abril/junho, 1962.

Florence, Amador. A propósito da anselmada. *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, São Paulo, v.38, p. 61–66, 1913.

Fonseca, Cláudia Damasceno. Funções, hierarquias e privilégios urbanos: a concessão dos títulos de vila e cidadania na Capitania de Minas Gerais. *Varia História*, Belo Horizonte, v.29, p. 39–51, 2003.

Guimarães, Dulce Maria Pamplona. Festa de Fundação: memória da colonização nas comemorações do IV centenário da cidade de São Paulo. *História*, São Paulo, v. 13, p. 131–139, 1994.

Hamú de la Penha, Denise. O papel dos museus antropológicos no Brasil. *Estudos de Museologia*. Rio de Janeiro: Minc/IPHAN, 1994. p. 29 – 40. (Cadernos de Ensaio, 2).

Huyssen, Andréas. Escapando da amnésia: o museu como cultura de massa. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n.23, p.35–57, 1994.

Ihering, Hermann e Rodolpho von. O Museu Paulista nos anos de 1910, 1911 e 1912. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. 9, p. 7–24, 1914.

Ihering, Hermann von. O Museu Paulista em 1901 e 1902. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. 6, p. 1–22, 1904.

Ihering, Rodolpho von. O Museu Paulista nos anos de 1903 a 1905. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. 7, p. 1–30, 1907.

Lensi, Ersio. Uma tentativa de devolução: o movimento “Devolução 55M”. *Notícia Bibliográfica e Histórica*, Campinas, v. 16, n. 113, p. 1–75, jan/mar 1984.

Levi, Giovanni. Os perigos do geertismo. *História Social*, Campinas, n.6, p. 137–148, 1999.

Lofego, Sílvio Luiz. Ernani Silva Bruno: história e memória da cidade de São Paulo. *Pós-História*, Assis, v.5, p. 93–104, 1993.

Lofego, Sílvio Luiz. São Paulo, MetrÓpole do café: a evasão da memória rural. *Pós-História*, Assis, v.6, p. 101–118, 1998.

Lopes, Maria Margaret. A mesma fé e o mesmo empenho em suas missões científicas e civilizadoras: os museus brasileiros e argentinos no século XIX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.21, n.41, p. 55–76, 2001.

Lopes, Maria Margaret. A mesma fé e o mesmo empenho em suas missões científicas e civilizadoras: os museus brasileiros e argentinos do século XIX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n. 41, p. 55–76, 2001.

Lyra, Maria de Lourdes Viana. Memória da independência: marcos e representações simbólicas. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.15, n.29, p. 173–206, 1995.

Marins, Paulo César Garcez. O Parque do Ibirapuera e a construção da identidade paulista. *Anais do Museu Paulista. História e Cultura Material*, São Paulo, v.6/7, p. 9–36, 1998/1999.

Mattos, Cláudia Valladão de. Da palavra à imagem: sobre o programa decorativo de Affonso Taunay para o Museu Paulista. *Anais do Museu Paulista. História e Cultura Material*, São Paulo, v.6/7, p. 123–145, 1998/1999.

Maza, Fábio. Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo e a elite industrial. *Revista do Mestrado em Educação*, UFS, v.7, p. 67–78, jul./dez. 2003.

Menezes, Ulpiano Toledo Bezerra de. Debate. O discurso museológico: um desafio para os museus. *Ciências em Museus*, v. 4, p. 103–127, 1992.

Meneses, Ulpiano Toledo Bezerra de. A problemática da identidade cultural nos museus: de objetivo (de ação) a objeto (de conhecimento). *Anais do Museu Paulista. História e Cultura Material*, São Paulo, v.1, p. 207–222, 1993.

Meneses, Ulpiano Toledo Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da história: a exposição museológica e o conhecimento histórico. *Anais do Museu Paulista. História e Cultura Material*, São Paulo, v.2, p. 9–84, 1994.

Meneses, Ulpiano Toledo Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da história: a exposição museológica e o conhecimento histórico (fim). *Anais do Museu Paulista. História e Cultura Material*, São Paulo, v.3, p. 83–126, 1995.

Menezes, Ulpiano Toledo Bezerra de. O museu na cidade / a cidade no museu: para uma abordagem histórica dos museus de cidade. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.5, n.8/9, p. 197–205, 1984/1985.

Métraux, Alfred. Mythes et contes dês indiens cayapo (groupe keben-kran-kegn). *Revista do Museu Paulista. Nova Série*, São Paulo, v. 12, p. 7–36, 1960.

Neme, Mário. Dados para a história dos índios caiapó. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 23, p. 101–147, 1969.

Neme, Mário. Dois antigos caminhos de sertanistas de São Paulo. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 23, p. 7–100, 1969.

Nora, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. *Projeto História*, São Paulo, v. 10, p. 07–28, 1993.

Oliveira, Cecília Helena de Salles. O espetáculo do Ipiranga: reflexões preliminares sobre o imaginário da independência. *Anais do Museu Paulista. História e Cultura Material*, São Paulo, v.3, p. 195–208, 1995.

Passos, José Affonso de Moraes Bueno. Necrológio: Paulo Duarte. *Revista de Pré-História*, São Paulo, v.6, p. 11–13, 1984.

Passos, José Afonso de Moraes Bueno. Apresentação. *Revista de Pré-História*, São Paulo, v.1, n.1, p. 3, 1979.

Penteado, Antônio Rocha. “*In memoriam*”: Mário Neme, 2 de maio de 1912 – 13 de março de 1973. *Revista do Museu Paulista. Nova Série*, São Paulo, v. 21, p. 9–12, 1974.

Penteado, Antônio Rocha. Affonso D’Escragnolle Taunay e o Museu Paulista. *Revista do Museu Paulista. Nova Série*, São Paulo, v. 23, p. 9–16, 1976.

Pereira Júnior, José Anthero. Comentários em torno da inscrição rupestre de “Itaquatiá”. *Revista do Museu Paulista. Nova Série*, São Paulo, v. 2, p. 275–286, 1948.

Queluz, Gilson Leandro. Utopia e modernismo conservador no romance ‘Cummunká’ de Menotti Del Picchia. *Saeculum – Revista de História*, João Pessoa, v. 12, p. 65 – 75, jan./jun. 2005.

Ramalho, Joaquim Ignácio (Conselheiro). Relatórios do Presidente da Comissão do Monumento do Ipiranga. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 20, p. 353–365, 1966.

Reis, Paulo Pereira dos. Caminhos de penetração da Capitania de São Paulo. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 31, p. 267–318, 1982.

Ribeiro, Berta G. Etnomuseologia: da coleção à exposição. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, v.4, p. 189–201, 1994.

Ribeiro, Berta G. Os estudos de cultura material: propósitos e métodos. *Revista do Museu Paulista. Nova Série*, São Paulo, v. 30, p. 13–41, 1985.

Rodrigues, Marly. “Por que vocês querem conservar o patrimônio?” *História*, São Paulo, v.15, p. 175–196, 1996.

Rodrigues, Robson A.; Oliveira, Solange Nunes de. Arqueologia e educação: o “passado excluído” do Brasil. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, v.9, p. 312–314, 1999.

Roy, Jean-Bernard. La documentation dan les musées archéologiques. *Musées Et Collections Publiques de France*, n.212, p. 16 – 21, 1996.

Sala, Antônio Maria (frei). Ensaio de gramática Kaiapó. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. 12, p. 393–429, 1920.

Schmidt, Cornélio. Diário de uma viagem pelo sertão de São Paulo, realizada em 1904. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 15, p. 337–458, 1961.

Schmidt, Max. Los kayapó de Mato Grosso. *Revista do Museu Paulista. Nova Série*, São Paulo, v. 1, p. 59–60, 1947.

Serna, Justo, Pons, Anaclet. En su lugar: una reflexión sobre la historia local y el microanálisis. *História*, São Paulo, v.20, p. 137–162, 2001.

Silva, Helenice Rodrigues da. “Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da memória. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.22, n.44, p. 425–438, 2002.

Taunay, Affonso D’Escragnolle. D. Isabel Sampaio Ferras de Almeida, conservadora do Museu de Itu, 1860–1926. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. 15, p. 441–447, 1926.

Taunay, Affonso D’Escragnolle. Prefácio. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 1, p. 3–5, 1922.

Tosi, Pedro Geraldo. Cultura do café e cultura dos homens em Franca: a influência da ferrovia para a sua urbanização. *Estudos de História*, Franca, v.5, n.2, p.113–148, 1998.

Verswijer, Gustaaf. Ciclos nas práticas de nomeação Kaiapó. *Revista do Museu Paulista. Nova Série*, São Paulo, v. 29, p. 97–124, 1983/1984.

Vieira, Neuza Machado. Documentos cartográficos: a questão de limites entre São Paulo e Minas Gerais. *História*, São Paulo, v.4, p. 95–106, 1985.

Livros, Dissertações, Teses e Verbetes

Abreu, Regina. *A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco : Lapa, 1996.

Alves, Ana Maria de Alencar. *O Ipiranga apropriado: ciência, política e poder. O Museu Paulista, 1893–1922*. São Paulo: Humanitas, 2001.

Antônio, Edna Maria Matos. *Anselmada: a trama de uma sedição, 1838*. 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 1999.

Araújo, Karina Anhezini de. *Intercâmbios intelectuais e a construção de uma história: Afonso D’Escragno Taunay, 1911–1929*. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2003.

Araújo, Karina Anhezini de. *Um metódico à brasileira: a história da historiografia de Afonso de Taunay, 1911–1939*. 2006. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 1999.

Araújo, Marcelo Mattos, Bruno, Maria Cristina Oliveira (org.s). *Memória do pensamento museológico contemporâneo: documentos e depoimentos*. São Paulo, Comitê Brasileiro do ICOM, 1995.

Azevedo, Veruschka de Sales. *Entre a tela e a platéia: theatros e cinematographos na Franca da Belle Époque, 1890 – 1930*. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2001.

Bandecchi, Pedro Brasil. Introdução. Godoy, Joaquim Floriano de. *A Província de S. Paulo: trabalho estatístico, histórico e noticioso*. São Paulo: Governo do Estado, 1978. (Paulística, 12). p. 7–16.

Barbosa, Agnaldo de Sousa. *Política e modernização e Franca, 1945–1964*. Franca: UNESP/Franca; Amazonas Prod. Calçados S/A, 1998. (História Local, 9).

Barbosa, Agnaldo de Souza. *Empresariado fabril e desenvolvimento econômico: empreendedores, ideologia e capital na indústria do calçado, Franca, 1920–1990*.

São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2006. (Economia e planejamento; 41. Teses e pesquisas; 25).

Barbuy, Heloísa. *A exposição universal de 1889 em Paris: visão e representação na sociedade industrial*. São Paulo: História Social USP; Loyola, 1999. (Teses, 7).

Bentivoglio, Júlio César. *Igreja e urbanização em Franca: século XIX*. Franca: UNESP/Franca; Amazonas Prod. Calçados S/A, 1997. (História Local, 8).

Braudel, Fernand. *Escritos sobre História*. Trad. J. Guinsburg e Tereza Cristina Silveira da Mota. São Paulo: Perspectiva, 1978.

Brefe, Ana Cláudia Fonseca. *O Museu Paulista: Affonso de Taunay e a memória nacional, 1917–1945*. São Paulo: UNESP; Museu Paulista, 2005.

Brioschi, Lucila Reis. *Criando história: paulistas e mineiros no nordeste de São Paulo, 1725–1835*. 1995. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

Bruno, Maria Cristina Oliveira. *Musealização da arqueologia: um estudo de modelos para o projeto paranapanema*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, 1999. (Cadernos de Sociomuseologia, 17).

Bruno, Maria Cristina Oliveira. *Museologia e comunicação*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, 1996. (Cadernos de Sociomuseologia, 9).

Bruno, Maria Cristina Oliveira. *Museus e museologia: princípios, problemas e métodos*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, 1997. (Cadernos de Sociomuseologia, 10).

Campos, Vinício Stein. *Elementos de Museologia: história dos museus (América, Austrália e Suplemento)*. São Paulo: Serviço Gráfico da Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo, 196[?]. (Elementos de Museologia, 2).

Carmo, Dulcinéa Souza do. *Voluntários de 32: perfis de uma revolução no interior de São Paulo, Franca*. 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Franca, 1999.

Castro, Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Nacional, 1977. (Brasiliana, 359).

Chartier, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.11, n.5, p. 173–191, 1991.

Chiachiri Filho, José. *Do Sertão do Rio Pardo à Vila Franca do Imperador*. Ribeirão Preto: Ribeirão Gráfica e Editora, 1986.

Coelho, Hercídia Mara Facuri (coord.). *Histórias de Franca*. Franca: UNESP/Franca; Amazonas Prod. Calçados S/A, 1997. (História Local, 4).

Coelho, Hercídia Mara Facuri. *Imigração e história local: sírios e libaneses em Franca*. Franca, 1998. Tese (Livre Docência em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 1998.

Daumard, Adeline et al. *História social do Brasil: teoria e metodologia*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1984.

Di Gianni, Tercio Pereira. “O arquivo da história” no Museu Histórico Municipal: entre movimentos da sociedade civil, mediação legislativa e demandas de usuários. VI Congresso de Arquivologia do Mercosul, realizado em Campos do Jordão/SP de 17 a 20 de outubro de 2005: Associação de Arquivistas de São Paulo (org.). *Arquivos: o saber e o fazer*. Anais do VI Congresso de Arquivologia do Mercosul. São Paulo: CEDIC/PUC-SP, 2005 (CD-ROM).

Di Gianni, Tercio Pereira. *Anselmada e patrimonialismo*. Monografia (Bacharelado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – Universidade Estadual Paulista, Franca, 1987.

Di Gianni, Tercio Pereira. *Italianos em Franca: imigrantes de boa estrela em uma cidade do interior*. Franca: UNESP/Franca; Amazonas Prod. Calçados S/A, 1997. (História Local, 1).

Di Gianni, Tercio Pereira. Museus municipais em Franca: em busca de uma política museal. Pansani, Maria Margarida Borges, Di Gianni, Tercio Pereira (org.s). *Diversidade museal construindo identidades*. Franca: Associação Paulo Duarte, 2007. p. 9–17.

Dicionário de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: FGV, 1986.

Evangelista, José Geraldo. *Franca do Imperador e suas filhas: o fato urbano no nordeste paulista no século XIX*. Monografia datilografada. Lorena, abril de 1993. Depositada no Arquivo Histórico Municipal “Hipólito Antônio Pinheiro” de Franca.

Faleiros, Rogério Naques. *Homens do café, 1880–1920*. 2002. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

Faoro, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 6. ed. Porto Alegre: Globo, 1985. 2v.

Fausto, Boris. *O pensamento nacionalista autoritário*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

Ferreira, Antônio Celso. *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica, 1870–1940*. São Paulo: UNESP, 2002.

Ferreira, Ricardo Alexandre. *Crimes em comum: escravidão e liberdade no extenso nordeste da Província de São Paulo, Franca, 1830–1888*. 2006. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Franca, 1999.

Ferreira, Valdir Geraldo. *Homens de crédito: o fabriqueiro da igreja e acumulação em Franca, 1880–1929*. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2005.

Follis, Fransérgio. *Modernização urbana na Belle Époque paulista*. São Paulo: UNESP, 2004.

Fonseca, Maria Cecília Lourdes. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2 ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC/IPHAN, 2005.

Franco, J. Nascimento. *Divisas de São Paulo e Minas Gerais: um problema político resolvido pelos juristas*. Franca: Arquivo Histórico Municipal “Capitão Hipólito Antônio Pinheiro”: Museu Histórico Municipal “José Chiachiri”, 1997.

Freitas, Myrtes Palermo C. de. *A diversificação das atividades econômicas no município paulista de Franca, 1900–1930*. 1979. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1979.

Garcia Canclini, Nestor. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. México: Grijalbo, 1989.

Guimarães, Dulce Maria Pamplona. *A celebração da modernidade: a feira e a festa nas exposições agropecuárias no nordeste paulista*. Franca: UNESP/Franca; Amazonas Prod. Calçados S/A, 1997. (História Local, 5).

Lamounier, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na primeira república: uma interpretação. In: Fausto, Boris (diretor). *História Geral da Civilização Brasileira*. 3. ed. São Paulo: Difel, 1985. t. 3, v. 2, p. 343–374.

Le Goff, Jacques. *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão et al. 2.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992. (Repertórios)

Lenharo, Alcir. *Crise e mudança na frente oeste de colonização*. Cuiabá: UFMT – Imprensa Universitária – PROEDI, 1982.

Leonzo, Nanci. *As companhias de ordenanças na Capitania de São Paulo: das origens ao governo do Morgado de Mateus*. São Paulo: Museu Paulista, 1977. (Coleção Museu Paulista, série História, 6). p. 125–242.

Leonzo, Nanci. *Defesa militar e controle social na Capitania de São Paulo: as milícias*. São Paulo, 1979. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1979.

Levi, Giovanni. Sobre a micro-história. In: Burke, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992. p. 133–161.

Lima, Cacilda Comássio. *A construção da cidade: Franca – século XIX*. Franca: UNESP/Franca; Companhia Açucareira Vale do Rosário, 1997. (História Local, 3).

Lofego, Sílvio Luiz. *IV Centenário da Cidade de São Paulo: uma cidade entre o passado e o futuro*. São Paulo: Annablume, 2004.

Lopes, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus de ciências naturais do século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.

Martins, Antônio Marco Ventura. *Um império a construir, uma ordem a consolidar: elites políticas e Estado no sertão, Franca–SP, 1824–1852*. Franca: Ribeirão Gráfica e Editora, 2004.

Mason, Timothy. Council. *Gestão museológica: desafios e práticas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: British Council: [Fundação] Vitae, 2004. (Museologia: Roteiros Práticos, 7).

Matos, Odilon Nogueira de. *Afonso de Taunay: historiador de São Paulo e do Brasil, perfil biográfico e ensaio bibliográfico*. São Paulo: Museu Paulista, 1977. (Ensaios, 1).

Menezes, Ulpiano Toledo Bezerra de. Prefácio. In: Barbuy, Heloísa. *A exposição universal de 1889 em Paris: visão e representação na sociedade industrial*. São Paulo: História Social USP; Loyola, 1999. (Teses, 7).

Misan, Simona. *A implantação dos museus históricos e pedagógicos no Estado de São Paulo, 1956–1973*. 2005. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

Monteiro, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

Museums, Libraries and Archives Council. *Acessibilidade*. Trad. Maurício O. Santos e Patrícia Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: [Fundação] Vitae, 2005. (Museologia: Roteiros Práticos, 9).

Museums, Libraries and Archives Council. *Conservação de coleções*. Trad. Maurício O. Santos e Patrícia Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: [Fundação] Vitae, 2005. (Museologia: Roteiros Práticos, 9).

Museums, Libraries and Archives Council. *Parâmetros para a conservação de acervos*. Trad. Maurício O. Santos e Patrícia Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: [Fundação] Vitae, 2004. (Museologia: Roteiros Práticos, 5).

Museums, Libraries and Archives Council. *Plano para a certificação de museus na Grã-Bretanha: padrões, da Austrália a Zanzibar: Planos de certificação de museus em diversos países*. Trad. Maurício O. Santos e Patrícia Souza. São Paulo: Editora

da Universidade de São Paulo: [Fundação] Vitae, 2004. (Museologia: Roteiros Práticos, 6).

Museums, Libraries and Archives Council. *Segurança de museus*. Trad. Maurício O. Santos e Patrícia Ceschi. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: [Fundação] Vitae, 2003. (Museologia: Roteiros Práticos, 4).

Naldi, Mildred Regina Gonçalves. *O barão e o bacharel: um estudo de política local no II Reinado, o caso de Franca*. 1988. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

Naxara, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.

Neme, Mário. *Apossamento do solo e evolução da propriedade rural na zona de Piracicaba*. São Paulo: Museu Paulista, 1974. (Coleção do Museu Paulista, série História, 1).

Oliveira, Lélío Luiz de. *Economia e história em Franca: século XIX*. Franca: UNESP/Franca; Amazonas Prod. Calçados S/A, 1997. (História Local, 7).

Oliveira, Wilmar Antônio de. *Política e saúde pública: o município de Franca na Primeira República, 1889–1930*. 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 1999.

Ortiz, Renato. *A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

Palermo, Alfredo. *A Franca: apontamentos sobre sua história, suas instituições e sua gente*. Franca: Copgraf, 1980.

Pinto, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII*. São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1979.

Pomian, Krzysztof. Coleção. In *Enciclopédia Einaudi*. V. 1. *Memória História*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984. p. 55.

Pomian, Krzysztof. *Collectionneurs, amateurs et curieux: Paris, Venise, XVI – XVIII siècle*. Londres: Gallimard, 1987. (Bibliothèque des Histoires).

Poulot, Dominique (éd.). *Patrimoine ET modernité*. Paris: L’Harmattan, 1998. (Chemins de la Mémoire)

Poulot, Dominique. *Patrimoine ET musées: l’institution de la culture*. Paris: Hachette, 2001.

Raffaini, Patrícia Tavares. *Esculpindo a cultura na forma Brasil: o Departamento de Cultura de São Paulo, 1935–1938*. São Paulo: Humanitas, 2001.

Ramos, Francisco Régis Lopes. *A danação do objeto: o museu no ensino de história*. Chapecó: Argos, 2004.

Ricardo, Cassiano (Cassiano Ricardo Leite). *Marcha para oeste: a influência da “bandeira” na formação social e política do Brasil*. 3. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959. 2 volumes. (1ª ed. 1942).

Santos, Álvaro Guimarães dos. *A criação do museu da Polícia Militar, um contexto histórico museológico*. 2000. Monografia (Especialização em Museologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

Saturi, Linda Terezinha. *Projeto urbano e memória coletiva: Cidade Nova em Franca – SP, 1892–1954*. Franca: Prefeitura Municipal, 2000.

Schaff, Adam. *História e verdade*. Trad. Maria Paula Duarte. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1987. (Novas Direções).

Silva, Lauro Monteiro de Carvalho e. *Mogi-Mirim: subsídios para a sua história*. Mogi Mirim: Casa Cadorna, 1960.

Sodré, Néelson Werneck. *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril: com 8 mapas*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990. Fac-símile da edição da Editora José Olympio, 1941.

Taunay, Affonso de Escragnolle. *Guia da Secção Histórica do Museu Paulista*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1937.

Trevisan, Amélia Franzolin. *Casa Branca, a povoação dos ilhéus*. 1979. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1979.